



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

UnB/UFRR/FLACSO – Sede Brasil

TESE DE DOUTORADO

SEGURANÇA E DEFESA NA AMAZÔNIA E AS RELAÇÕES
ENTRE O BRASIL E A VENEZUELA (1985-2006).

CLEBER BATALHA FRANKLIN

Brasília, abril de 2012.

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional

UnB/UFRR/FLACSO – Sede Brasil

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, na Área de Concentração “Política Internacional e Comparada: a nova agenda global e as transformações internacionais contemporâneas; sistema internacional e integração regional, políticas públicas comparadas nos países amazônicos”.

Cleber Batalha Franklin

Orientador: Professor Dr. Alcides Costa Vaz

Brasília, abril de 2012.

Cleber Batalha Franklin

Segurança e Defesa na Amazônia e as Relações entre o Brasil e a Venezuela
(1985-2006).

Banca Examinadora:

Professor Dr. Alcides Costa Vaz - IREL/UnB (Presidente)

Professor Dr. Alejandro Mendible Zurita - UCV

Professor Dr. José Carlos Brandi Aleixo - CCB

Professor Dr. Pio Penna Filho - IREL/UnB

Professor Dr. Thiago Gehre Galvão - UFRR

Professor Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira - UFRR (Suplente)

Dedico os anos de estudos à minha família.
Especialmente à minha mãe Dona Célia, à minha
esposa Lúcia, à minha filha Sarah e ao meu filho
Samuel.

Agradecimentos.

Os agradecimentos iniciais irão para as instituições responsáveis por este programa: à Universidade de Brasília, na pessoa do Professor Dr. Alcides Costa Vaz, coordenador geral e meu orientador; à Universidade Federal de Roraima, na figura do coordenador do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe, Professor Haroldo Amoras; e à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Sede Brasil, destaque para o Professor Dr. Ayrton Fausto. Bem como, às instituições financiadoras: Superintendência da Zona Franca de Manaus e Governo do Estado de Roraima. Menção especial aos companheiros e companheiras do Centro de Ciências Humanas.

Aos membros da Banca pela disposição em contribuir com o meu aprimoramento: Professor Dr. Alejandro Mendible, mestre e amigo pelas ruas de Caracas; Professor Dr. José Carlos Brandi Aleixo, um modelo de humanista; Professor Dr. Pio Penna, pelo brilhantismo intelectual; Professor Dr. Thiago Gehre, desde os primeiros momentos um incentivador; e Professor Dr. Reginaldo Gomes, exemplo de dedicação. Especialmente ao Professor Dr. Alcides Costa Vaz, pela paciência, perseverança e as boas conversas. Aos demais professores que contribuíram com o programa, em especial o Professor Dr. Argemiro Procópio. Extensivo aos Prof. Dr. Alberto Martinez e ao Dr. Mauro Schmitz.

Pela convivência e amizade agradeço aos participantes do curso: Ana, Cristina, Giane, Izaura, Mónica, Palmira, César, Erick, Fernando, Gomes, Haroldo, Helder, Isaías e Lino. Em Boa Vista, a turma do NECAR: Ingrid, Lu, Nilton, Siloany e Romanul. Em Brasília, a turma do IREL: Celi, Odalva, Anderson e Vanderlei. Também as mãos da Vanda e os olhares atentos da Dona Maely.

Fora do âmbito universitário, aos amigos e à direção do Núcleo Luz do Oriente, especialmente à família Spotto e à Dona Raimunda. Ao Mestre Jaldson pelos inúmeros favores.

Esta jornada foi acompanhada por muitas pessoas que contribuíram para o seu cumprimento, especialmente os amigos Ana Zuleide e Linoberg.

Ao Altíssimo, pela minha família.

Resumo.

Este estudo compreende uma análise de uma corrente teórica das Relações Internacionais - o Regionalismo. Para tanto, utilizará da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, desenvolvida por Buzan e Wæver (2003), destacando-se do Complexo de Segurança da América do Sul a Amazônia. Pela história e pelas suas dimensões, a Amazônia representa uma das regiões mais emblemáticas da atualidade. Pela sua complexidade, optou-se em restringir o objeto de estudo às relações entre dois países amazônicos: o Brasil e a Venezuela. O Brasil, por ser o de maior expressão entre os condôminos, seja por possuir sob a sua soberania a maior parcela territorial, seja por ser o que dispõe de maiores meios de poder. Quanto à Venezuela, por ser o país que, nos últimos 50 anos, tem se destacado regionalmente pela democracia e pelas exportações de petróleo, permitindo-lhe manter-se afastada de problemas tradicionais e de novas ameaças, mesmo com os recentes embates políticos. Daí a importância de uma análise das relações bilaterais, visto que, uma possível aliança estratégica poderá garantir a segurança e defesa não só da Amazônia, mas de toda a América do Sul.

Palavras Chaves

Amazônia – Brasil – Venezuela

Abstract.

This study aims at analyzing a theoretical perspective of International Relations: the regionalism. To do so, it will use the Regional Security Complex, developed by Buzan and Waever (2003), highlighting the Amazon as the South American Security Complex. This, due to its history and size, represents nowadays one of the most emblematic complexes. Due to its complexity, it was decided to restrict as object of study the relationship between two Amazonian countries: Brazil and Venezuela. Brazil, for having the highest expression among neighbors, result of either owning under its sovereignty the largest share, or for possessing the greatest means of power. On the other hand, Venezuela, for being the country that over the past fifty years has stood on the spotlight regionally because of democracy and oil exports allowing it to keep away from traditional problems and new threats, even with the recent political clashes. Thus, it seems important an analysis of the bilateral relations, in a scenario that can represent a possible alliance in order to guaranty security and defense not only to the Amazon, but also to the whole South America.

Key-words: The Amazon, Brazil, Venezuela

Resumen.

Este estudio engloba el análisis de una corriente teórica de las Relaciones Internacionales - el Regionalismo. Será utilizada la Teoría de los Complejos Regionales de Seguridad, desarrollada por Buzan y Wæver (2003), destacando el Complejo de Seguridad de América del Sur y el Amazonas. Ésta última por su historia y gran dimensión, representando una de las regiones más emblemáticas de la actualidad. Por su complejidad, se optó por restringir el objeto de estudio a las relaciones entre dos países amazónicos: Brasil y la República Bolivariana de Venezuela. Brasil, constituye la más grande expresión entre los condóminos, ya sea, por poseer en su soberanía la mayor parcela, o porque dispone de más medios de poder. En relación a la República Bolivariana de Venezuela, por ser el país que, en los últimos 50 años, se ha destacado regionalmente por la democracia y por las exportaciones de petróleo, permitiendo mantenerse distanciado de problemas tradicionales y de nuevas amenazas, aunque con recientes embates políticos. De ahí la importancia de un análisis de las relaciones bilaterales, visto que, una posible alianza estratégica podrá garantizar la seguridad y la defensa no solamente en el Amazonas, sino en toda América del Sur.

Palabras claves

Amazonas – Brasil – República Bolivariana de Venezuela

Lista de Mapas, Quadros e Tabelas.

Mapa 1 - Padrões de segurança regional durante a Guerra Fria.....	45
Mapa 2 - Padrões de segurança regional após a Guerra Fria.....	46
Mapa 3 - Agenda IIRSA.....	55
Mapa 4 - A Amazônia continental.....	66
Mapa 5 - Mapa das Cortes.....	78
Mapa 6 - Mapa de La Condomine.....	79
Mapa 7 - Mapa das pretensões britânicas em relação à fronteira com a Venezuela.....	86
Mapa 8 - O Território e as vias de circulação existentes na década de 1950.....	105
Mapa 9 - As manobras necessárias para a integração territorial.....	108
Mapa 10 - Mapa Oficial da República Bolivariana de Venezuela.....	141
Mapa 11 – Eixo de Integração do Escudo Guianês.....	172
Mapa 12 - Eixo de Integração do Amazonas.....	172
Mapa 13 - Eixo de Integração Andino.....	173
Quadro 1 - Sub-regiões da Amazônia.....	65
Quadro 2 - Fases de desenvolvimento da Amazônia.....	68
Tabela 1 - Balança Comercial Brasil – Venezuela.....	179
Tabela 2 - Balança Comercial Brasileira – 2011.....	187

Lista de Abreviaturas e Siglas.

ABACC	Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ABED	Associação Brasileira de Estudos de Defesa
AD	<i>Acción Democrática</i>
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALBA	<i>Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América</i>
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMB	<i>Aviación Militar Bolivariana</i>
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BID	Banco Internacional do Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, China , Índia e África do Sul
CAF	<i>Corporacion Andina de Fomento</i>
CAN	<i>Comunidad Andina</i>
CARICOM	Comunidade do Caribe
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEPSAL	<i>Centro de Estudios Políticos y Sociales de América Latina</i>
CCPY	Comissão para a Criação do Parque Ianomâmi
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CINDACTA	Centro Integrado de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo
CMA	Comando Militar da Amazônia

CODESUR	<i>Comisión para el Desarrollo del Sur</i>
COPEI	<i>Comité de Organización Política Electoral Independiente</i>
CORPOELEC	<i>Corporación Eléctrica Nacional</i>
CRUZEX	Operação Cruzeiro do Sul
CVG	<i>Corporación Venezolana de Guayana</i>
EDELCA	<i>Eletrificación Del Caroni</i>
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
ESG	Escola Superior de Guerra
ETA	<i>Euskadi Ta Askatasuna</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FAN	<i>Fuerza Armada Nacional Bolivariana</i>
FARC	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia</i>
FEDECAMARAS	<i>Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción</i>
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
INCRA	Colonização e Reforma Agrária
INVESP	Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Políticos
MBR-200	<i>Movimiento Bolivariano Revolucionário – 200</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPLA	Movimento Popular para a Independência de Angola
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NCM	Nomenclatura do Mercosul

NOEI	<i>Nuevo Orden Económica Internacional</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Projeto Calha Norte
PDS	Partido Democrático Social
PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela S.A</i>
PFL	Partido da Frente Liberal
PGC	Projeto Grande Carajás
PIM	Polo Industrial de Manaus
PMACI	Programa para a Proteção do Meio Ambiente de Apoio as Comunidades Indígenas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PPP	<i>People's Progressive Party</i>
PSUV	<i>Partido Socialista Unido de Venezuela</i>
RADAM	Projeto Radar da Amazônia
RCTV	<i>Rádio Caracas de Television</i>
RSC	<i>Regional Security Complex</i>
RSCT	<i>Regional Security Complex Theory</i>
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe

SG-CSN	Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional
SIN	Sistema Interligado Nacional
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAF	Tarifa Externa Comum
TCA	Tratado de Cooperação Amazônico
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UCV	<i>Universidad Central de Venezuela</i>
UF	<i>United Force</i>
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UnB	Universidade de Brasília
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VALE	Companhia Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo 1 – A América do Sul como um Complexo Regional de Segurança e o lugar da Amazônia	26
1.1 - O Complexo Regional de Segurança da América do Sul.....	44
1.2 - A Segurança Amazônica.....	50
1.3 - Novas Estratégias Regionais.....	55
1.4 - Considerações Parciais.....	61
Capítulo 2 – A Presença do Estado na Amazônia	63
2.1- Das Conquistas e Descobrimentos ao Tratado de Madrid.....	69
2.2 - O Tratado de Madrid.....	74
2.3 - O Período Pombalino.....	79
2.4 – A Formação dos Estados Nacionais.....	84
2.5- Os Tratados de Limites.....	89
2.6 – A Borracha, a Questão do Acre e a definição de Fronteiras.....	92
2.7 – Teorias Geopolíticas e o Espaço Amazônico.....	97
2.8 – O Tratado de Cooperação Amazônica.....	109
2.9 - Considerações Parciais.....	112
Capítulo 3 – As relações entre o Brasil e a Venezuela	114
3.1 - O Projeto Calha Norte (PCN).....	118
3.2 - Venezuela: Crise Econômica e Institucional.....	134
3.3 - Consolidação das Relações entre o Brasil e a Venezuela.....	146

3.4 - Considerações Parciais.....	164
Capítulo 04. - Securitização de Temas Amazônicos.....	166
4.1 - O Brasil e a Venezuela no Complexo de Segurança da América do Sul.....	174
4.2 - A importância da Colômbia para a segurança Amazônica.....	181
4.3 - As relações com a superpotência e com as potências emergentes.....	184
4.4 - Considerações Parciais.....	187
Considerações Finais.....	189
Referências Bibliográficas.....	196
Anexos.....	210
Anexo 1.....	210
Anexo 2.....	218
Anexo 3.....	220
Anexo 4.....	225

Introdução.

Esta tese é o requisito final para a conclusão do Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional, promovido pela Universidade de Brasília (UnB), pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO – Sede Brasil). Optou-se pela linha de pesquisa **“Política Internacional e Comparada: a nova agenda global e as transformações internacionais contemporâneas; sistema internacional e integração regional, políticas públicas comparadas nos países amazônicos”**. Dividida em quatro capítulos, é um estudo sobre as ligações entre o tema segurança e defesa na Amazônia e as relações entre o Brasil e a Venezuela, delimitada cronologicamente entre os anos de 1985 e 2006.

O despertar do autor para temas relacionados à segurança e à defesa teve início durante sua experiência profissional na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre 1987 e 1990, onde vivenciou *in loco*, principalmente na Terra Indígena Yanomami, acontecimentos como a invasão de garimpeiros e a instalação do Projeto Calha Norte (PCN), na faixa de fronteira com a Venezuela.

O contato direto com autoridades civis e militares, pesquisadores, jornalistas, militantes de diversas causas, garimpeiros, aventureiros e, principalmente, com o povo Yanomami, permitiu o acesso a frações distintas dos problemas relativos à segurança e à defesa e que, somadas, gerou uma substantiva base empírica.

Entretanto, esses conhecimentos estavam restritos ao lado brasileiro. E foi a partir de uma campanha da Comissão Mista Brasileiro -Venezuelana Demarcadora de Limites, no final de 1989, que se adquiriu uma visão mais ampla dos acontecimentos. Para tanto, não só dos relatos de membros de dita Comissão, mas visitas a diversas localidades em ambos os lados da fronteira. Daí a intenção de realizar estudos que pudessem levar a uma melhor compreensão sobre estes acontecimentos fronteiriços.

A oportunidade surgiu no ano de 1991, quando o autor foi aceito para cursar o mestrado em Ciências Políticas, no *Centro de Estudios Políticos y Sociales de América Latina* (CEPSAL), pertencente à *Universidad de Los Andes*, em Mérida, Venezuela. Tendo sido um momento ímpar porque, além do conteúdo acadêmico específico, possibilitou o acesso, mesmo restrito, a uma série de informações e vivências do momento histórico venezuelano.

Como as tentativas de golpe de Estado de 1992 e o surgimento no cenário político do então Tenente-Coronel Hugo Chávez.

Na elaboração da *Tesis de Maestría*, optou-se por uma abordagem geopolítica dos fatos que estavam ocorrendo na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Entre as hipóteses trabalhadas apontou-se para a superação do modelo de gestão do território pelo Estado brasileiro, que não conseguia acompanhar a velocidade e a mobilidade das frentes de ocupação da fronteira. Além do momento político de transição de um regime autoritário para um mais participativo, em que o governo central cedeu aos arranjos regionais e setoriais para garantir suporte político, o que levou a uma parcela da população do então Território Federal de Roraima a apoiar as atividades mineiras ilegais¹.

Paralelamente, estava o descaso do governo venezuelano com a sua porção amazônica, visto que, desde o final da década de 1960, não havia nenhum plano de ordenação em execução, o que levou à falta de políticas estatais para a região. Além da descoberta, por acaso, das atividades ilegais de garimpeiros brasileiros, em setores até 100 km adentro do território venezuelano.

Uma nova vivência acadêmica em terras venezuelanas apresentou-se em 1999, quando da aprovação na seleção para o doutorado em Ciências Políticas, desta vez na *Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas*, da *Universidad Central de Venezuela (UCV)*, em Caracas. Durante a estada nessa capital, como ocorreu em Mérida, para além das questões acadêmicas, compartilhadas com os professores Alejandro Mendible, Carlos Romero, Ramón Escobar Salom, entre outros, o autor pôde acompanhar os trabalhos da assembleia constituinte e acontecimentos como a greve geral (2002-2003). Teve seu projeto de pesquisa aprovado, cuja temática abordava um estudo sobre o conceito de soberania e as terras indígenas localizadas na faixa de fronteira, com destaque para a Terra Indígena Yanomami. Entretanto, por questões de saúde, não foi possível concluir a tese em tempo hábil.

Ao longo destes anos de vivências e estudos uma certeza foi sendo construída – a da importância da Amazônia para o Brasil e para os demais países que compartilham essa vastidão. Seja no sentido de ser a “*heartland*” socioambiental mundial (BECKER, 2004), seja nas suas muitas formas de riquezas, como a biodiversidade. Mas, principalmente, por ela ser potencialmente a força centrípeta continental (DA SILVA, 2006). Desde os anos de 1930,

¹ Albert (1991) aponta para as alterações na legalização da Terra Indígena Yanomami como manipulação política e econômica.

que autores, como Travassos (1935), vêm apontando o valor estratégico da região para o continente sul-americano.

Diante deste cenário surgiu a escolha em relacionar a Amazônia aos temas de segurança e defesa. Vale recordar que, nas Relações Internacionais, essas temáticas estão na própria formação desse campo epistemológico e, dependendo da conjuntura internacional, ora apresenta-se como central, ora em posição secundária, mas não menos importante. Como após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, e as posteriores reflexões sobre quais seriam os tipos de conflitos e as suas implicações para os Estados. Ao mesmo tempo, surgem novas formas de ameaças e novos desafios para as estruturas políticas centradas no princípio da soberania.

De antemão, pode-se afirmar que há laços importantes entre a segurança e a defesa de todo o conjunto espacial² denominado Amazônia e as relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela. Primeiro, porque ambos compartilham uma fronteira que se estende por 2200 km, toda ela inserida nesse conjunto espacial e que, entre outras características, é o lar de várias etnias, com destaque para os Yanomami. Segundo, porque essa fronteira possui dois pontos tríplexes: Cucuí, compartilhado com a Colômbia, assim, inserido no complexo contexto de segurança colombiana; e o Monte Roraima, compartilhado com a Guiana³, região reivindicada pela Venezuela. E terceiro, por questões conjunturais, como foi o problema dos garimpeiros brasileiros em terras venezuelanas, e a construção na Venezuela de um regime político autodenominado de socialista.

Esta busca está limitada ao ano de 1985 porque foi ano em que se instalou no Brasil um governo civil, após 21 anos de regime militar. Também por ser o ano em que foi proposto o Projeto Calha Norte (PCN), que teria grandes repercussões nas relações fronteiriças com a Venezuela. Já o ano de 2006 foi eleito porque, ocorreram eleições presidenciais em ambos os países, vencidas pelos ocupantes, dando uma garantia de continuidade. Também foi o ano em que a Venezuela solicitou a sua associação plena ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), com os possíveis desdobramentos para o bloco (HIRST, 2006), uma vez que o Mercosul é considerado como um fator importante para a construção de uma comunidade de segurança no Cone Sul (BUZAN & WÆVER, 2003) .

²Pode-se definir como conjunto espacial uma análise de uma determinada fração do planeta dentro de uma escala geográfica aleatória e que, se comparada com outras escalas, permite ao observador distinguir fatores mais ou menos relevantes em relação às opções feitas. Para maiores detalhes consultar Yves Lacoste (1989).

³Por sugestão do Professor Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira, reconhece-se a expressão Guyana para definir o país antes da colonização e após a independência, ocorrida em 1966 (DALY, 1994). No entanto, nesta Tese manteve-se o vocábulo Guiana pelo fato do mesmo ser utilizado nos documentos oficiais brasileiros.

Segurança e defesa estão no centro das preocupações mais elementares da condição humana. E mesmo em sociedades menos complexas, como os Yanomami, essa temática percorre todas as etapas da vida social, como a busca por alimentos ou a construção de uma moradia para a proteção da prole. Nas sociedades mais complexas onde a divisão social do trabalho é mais específica, estão em mãos especializadas, o planejamento e a execução de tarefas que garantam a sensação de proteção e a certeza da continuidade.

Mesmo dispensando a noção de uma história linear e hierarquizada, ou seja, respeitando a convivência de diversas formas de expressão cultural e de arranjos políticos, não há como negar a importância do Estado nas relações sociais contemporâneas. Todavia, não se vislumbra, pelo menos em curto prazo, o aparecimento de um sistema político que possa suplantá-lo. Não o Estado como o somatório das relações de poder em um determinado território, e sim as relações entre dois ou mais Estados, o sistema internacional.

Evidentemente que o sistema internacional não é homogêneo, existem assimetrias acentuadas. Mas, há exemplos de Estados que mantêm um alto grau de autonomia, mesmo com escassos recursos de poder. Como Cuba, que consegue manter um sistema diferente dos demais países do hemisfério, mesmo com baixos recursos. No oposto tem-se a Colômbia que, ao negociar compartilhar algumas bases e permitir a presença de tropas norte-americanas, atesta a ineficiência do Estado na resolução de seus problemas internos.

Acredita-se que o Brasil e a Venezuela estão em busca de maior autonomia estratégica, ou seja, de manter uma posição no cenário internacional que, mesmo reconhecendo o grau de complexidade e de interdependência atuais, permite ações individuais na busca de seus objetivos nacionais. Uma definição aproximada de autonomia estratégica encontra-se nas palavras do Ministro Azeredo da Silveira:

Alguns países, entretanto, têm condições, por sua extensão territorial, importância demográfica e vocação histórica, para progredir em direção a etapas superiores de autonomia e autodeterminação. [...] Os interesses fundamentais da aliança imporão determinados limites à diplomacia brasileira: mas a grande mobilidade e a fluidez no interior da aliança permitirão uma política externa soberana, autêntica e imaginativa. (SPEKTOR, 2010, p. 10)

O âmago deste trabalho pretende não só confirmar essa proposição como descrevê-la. E é em torno da Amazônia que se procurará demonstrar como esses países percebem as ameaças tradicionais e difusas e formulam políticas de defesa. Para tanto, afirma-se que o Brasil como a “*potência regional*” na América do Sul (BUZAN & WÆVER, 2003), com

projeções para o Atlântico Sul, e a Venezuela com pretensões de ser uma “*potência regional*” na América do Sul, na América Central e no Caribe (SERBIN, 2010), vêm desenvolvendo, ao longo das últimas décadas, capacidades de autonomia estratégica.

Daí os questionamentos iniciais sobre como os incidentes fronteiriços entre o Brasil e a Venezuela, ou seja, ocorridos em plena Amazônia foram percebidos por ambos. E quais foram os seus desdobramentos no plano da segurança regional? De antemão, sabe-se que processos formais e informais foram utilizados para a resolução desses problemas, os quais foram contemplados no Protocolo de La Guzmania (1994)⁴. Nesta direção, pode-se admitir que as políticas implementadas previram um maior acercamento de temas relacionados à segurança e à defesa da Amazônia? E quais foram as possíveis variáveis internas que influenciaram positivamente ou não na elaboração de políticas bilaterais em relação à Amazônia?

Para tanto, no Capítulo 1 - A América do Sul como um Complexo Regional de Segurança e o lugar da Amazônia – utilizar-se-á como principal referencial teórico a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (RCST)⁵, desenvolvida por Buzan e Wæver (2003). Tendo como primeira tarefa teórica enquadrar os problemas de segurança e defesa amazônicos na RCST, pretende-se argumentar sobre a possibilidade de se construir o subcomplexo amazônico.

Buzan e Wæver (2003) argumentam que, após o fim da Guerra Fria vem ocorrendo uma valorização dos aspectos regionais para os estudos de segurança. Primeiro, porque com o fim da bipolaridade muitos dos fatores políticos e militares deixaram de ter importância, visto que perderam interesse para a única superpotência, ou seja, os Estados Unidos da América. Segundo, que, mesmo com todo o seu poder, os Estados Unidos da América não têm capacidade de se envolver em todos os conflitos ao redor do planeta, o que realça o papel das Grandes Potências, União Europeia⁶, China, Rússia e Japão e, principalmente, das potências regionais (*regional powers*), como o Brasil, Índia e o Paquistão.

Os autores compõem um quadro de vários níveis de atuação: o global ou inter-regional hoje reservado ao grupo 1+4, mais o nível regional que inclui as potências regionais e os subcomplexos, e o nível doméstico ou nacional. Para eles, a América do Sul está dividida em dois subcomplexos: o Cone Sul e o Andes Norte. Ambos com a suas formações históricas

⁴ Em anexo.

⁵ *Regional Security Complex Theory – RSCT*.

⁶ Neste caso atuando como se fora um Estado unificado.

e que, no período mais recente, desenvolveram relações distintas. Como é o elevado grau de interação presente entre os dois países centrais do Cone Sul – a Argentina e o Brasil – e o desenvolvimento de instituições como o Mercosul. Enquanto no Andes Norte, ainda se encontra em um estágio de relações conflituosas, entre outros fatores, pela presença de grupos armados que atuam na região, ora reconhecidos como insurgentes, ora tratados como narcoguerrilheiros ou como narcoterroristas. O que revela uma agenda de fatores geopolíticos para a elaboração dos processos de securitização ou de dessecuritização (BUZAN; WÆVER & WILDE, 1998), como a ampliação do conceito de segurança para além das esferas políticas e militares, abarcando questões ambientais, econômicas e sociais (envolvendo fatores étnicos, culturais e de identidade).

Entretanto, como o Brasil aparece como a potência regional e a Amazônia como a região onde se concentram parte dos esforços brasileiros, juntamente com o Atlântico Sul⁷, acredita-se que esta deva ser tratada como um subcomplexo. Necessariamente teremos que abordar os estudos sobre segurança e ordem regional como são as obras de Lake e Morgan (1997), Lemke (2002), Holsti (2004), Kolodziej (2005).

Com brevidade, serão relatados alguns acontecimentos mais destacados que, em vários níveis, influenciaram as decisões políticas e contribuíram para os estudos de segurança, como foi o fim da Guerra Fria. Também serão expostos os argumentos filosóficos da construção do regionalismo, como uma tendência mais ontológica do que gnosiológica. Ou seja, mais uma tendência de aproximação entre as partes do que uma corrente epistemológica, como o modelo do realismo tradicional. Daí o diálogo também com o construtivismo e suas abordagens relativistas.

Por essa linha argumentativa, a Amazônia será tratada como região privilegiada dentro do Complexo Regional da América do Sul. Esse conjunto espacial, constituído pela calha do Rio Amazonas e os seus inúmeros afluentes, onde predomina a floresta equatorial e, até a década de 1960, com limitadas atividades antrópicas, vem aumentando a sua importância nos processos de securitização ou de dessecuritização sul-americanos. Como exemplo, as diferenças ao tratar a emergência de atores como os Yanomami, o que tem contribuído para a securitização da questão indígena por alguns setores militares no Brasil e, ao mesmo tempo, esta é vista como uma das bases ideológicas do atual socialismo venezuelano, portanto, dessecuritizada.

⁷Tanto na Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005), como na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008), a Amazônia é eleita como área estratégica prioritária, junto com o Atlântico Sul.

Argumentar-se-á no Capítulo 2 - A Presença do Estado na Amazônia – que desde os meados do século 16, que a região tem tido uma história política diferenciada dos demais subcomplexos da América do Sul, o que fundamenta a construção de um subcomplexo. Sua importância para os países europeus que a conquistaram, colonizaram e evangelizaram, oscilou entre períodos em que não passava de uma fantasia (GONDIM, 1994), como a procura do reino encantado do Eldorado, passando pelas negociações do Tratado de Madrid (1750), até os experimentos político-administrativos do Marquês de Pombal.

Já no período posterior, marcado pela fragmentação republicana dos vice-reinos espanhóis e pela unificação dos Estados portugueses do Brasil e do Grão Pará e Rio Negro sob a Casa de Bragança, a Amazônia retorna à sua posição marginal diante dos centros políticos nacionais. Porém, com a valorização da borracha, e com a sua inserção na economia mundial, aumentaram os interesses internos e externos sobre a região, ocorrendo até mesmo pretensões imperialistas. Fatos que obrigaram o Império do Brasil a negociar tratados de limites e de navegação com algumas das repúblicas vizinhas, como o ocorrido com a Venezuela. Também foi em razão da exploração da borracha que ocorreu a incorporação do Acre.

Uma vez declinadas as exportações, a Amazônia foi de novo desprezada até o emblemático discurso do Presidente Getúlio Vargas em Manaus (10 de outubro de 1940). Mas, somente após a tomada de poder pelos militares, no Brasil, montou-se toda uma estratégia de transferência de populações e capitais para a região, pela via do planejamento estratégico edificado em teorias geopolíticas. Ocorrendo o avanço do Estado sobre o território, cujo lema era “homens sem terra para terra sem homens”.

Porém, as ameaças externas eram percebidas com mais intensidade vindas da calha do Rio da Prata. Nesse período, o Brasil esteve voltado para as suas fronteiras meridionais e a Venezuela vacilava ora entre a sua fronteira com a Colômbia, ora com a frente caribenha. De fato, até pouco tempo, ambos estiveram de costas um para o outro. Para a Venezuela, considerada até pouco tempo como o país mais estável da América do Sul, o Caribe tem sido o seu principal eixo estratégico, via natural de escoamento da sua maior riqueza: o petróleo. Sua parcela amazônica é até hoje negligenciada, a não ser quando surgem ameaças pontuais como a aproximação da independência da Guiana (1966) e a invasão das nascentes do Rio Orenoco por garimpeiros.

Esta tese é um estudo de caso descritivo (YIN, 2005), em que se procura descrever os mecanismos que os dois países utilizaram para solucionar problemas decorrentes de uma

corrente migratória ilegal e predatória que, entre as suas causas, tem fatores como a estrutura fundiária presente na Amazônia brasileira e a desatenção com as populações indígenas lindeiras. Fatos passados em um momento histórico de transição de um governo autoritário em um deles, e no meio de uma grave crise institucional no outro. Processos que serão delineados no Capítulo 3 – As Relações entre o Brasil e a Venezuela.

Até o final da década de 1980 as relações entre o Brasil e a Venezuela ocorriam normalmente, geralmente distantes apesar da fronteira comum. Pode-se afirmar que uma aproximação calculada estava em curso, na base do aumento das importações brasileiras de petróleo. Autores como Cervo (2001a), prediziam a possibilidade de se configurar um segundo eixo de integração na América do Sul, para contrabalancear o eixo Argentina - Brasil.

Até que surgiu o problema dos garimpeiros provocando o distanciamento. Era o retorno do mito do imperialismo brasileiro acompanhado pelos desastres junto à etnia Yanomami e a agravante penetração dos garimpeiros no território venezuelano, principalmente na região da Serra Parima, *divortium aquarum* entre os Rios Amazonas e Orenoco. Mais grave é que, para efeitos estratégicos a fronteira entre o Brasil e a Venezuela expõe a Amazônia que, por si só, é motivo de inquietações para os formuladores de políticas de segurança e defesa.

Nesse período de tensões, uma parte da imprensa venezuelana tratou a invasão dos garimpeiros como sendo uma política deliberada por parte do Estado brasileiro (MENDIBLE, 1993). Desta forma, o clima nas relações entre o Brasil e a Venezuela alcançou o mais baixo patamar de sua história. O que também despertou na Guiana e no Suriname o temor de serem as próximas vítimas⁸.

Parte desses temores também estavam relacionados com a forma reservada com que se iniciou a implantação do PCN. Nessa etapa, os destaques foram a construção de pelotões de fronteira, complementados por pistas de pouso, o que caracterizou o PCN como sendo exclusivamente militar. Sua área de atuação representava 14% do território brasileiro, dividido em três áreas: a faixa de fronteiras, o “*hinterland*” e a zona ribeirinha. A faixa de fronteiras com 150 km de largura através dos 6.771 km de limites com Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e a Guiana Francesa⁹, foi priorizada devido à concentração de problemas como a carência de serviços para as populações indígenas, solos frágeis e solos com

⁸Sobre as implicações em relação à Guiana e ao Suriname consultar Ely (1991).

⁹Oficialmente Departamento Ultramarino Francês da Guiana (*Département d'outre-mer de Guyane*).

muitos recursos minerais; mais atividades ilegais como o narcotráfico, a mineração predatória e várias formas de descaminhos.

Do lado brasileiro, o problema era tratado de forma a amenizar as suas consequências, uma vez que havia novas relações de poder com a Constituição de 1988 e a eleição presidencial de 1989. Do lado venezuelano, pairava o temor diante do expansionismo brasileiro, da destruição das reservas naturais e dos danos às populações indígenas (principalmente entre os Yanomami), levados à opinião pública como forma de desviar a atenção da grave crise política vivida no país, como as tentativas de golpes de Estado em 1992.

Como resposta, canais formais e informais de consultas foram implantados, o que permitiu o aumento da confiança mútua. Paralelamente, ocorriam em ambos os países o aprofundamento de suas crises políticas, com o afastamento dos Presidentes Fernando Collor de Mello (1992) e Carlos Andrés Pérez (1993). Entretanto, as negociações progrediram, o que ocasionou uma aproximação sem precedentes na história das relações entre os dois países, evoluindo para uma firme parceria. Mantida mesmo com a alternância de poder, como foram as transferências de Rafael Caldera para Hugo Chávez, na Venezuela (1999), e de Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (2003).

Entretanto, com a *Revolución Bolivariana*, em curso na Venezuela, o ritmo dessa construção tem sofrido alternâncias. Visto que, o intervencionismo em assuntos internos de outros Estados pelo Presidente Hugo Chávez tem sido interpretado, por setores políticos brasileiros, como desrespeito ao princípio da autodeterminação. Também as ameaças de resolver certos problemas com a Colômbia via o uso da força, somado a uma renovação dos meios de defesa, tem sido interpretado como uma corrida armamentista que poderia desequilibrar a balança de poder regional.

Parte destas ações é creditada ao Bolívarianismo, ou o conjunto de propostas políticas resgatadas de Simón Bolívar (1783-1830) – *El Libertador*. Entre elas, a união das nações latino-americanas, principalmente, aquelas que compunham a *Gran Colombia*, em torno de uma liderança forte. Amostras dadas pelo Presidente Hugo Chávez indicam a sua pretensão de ser este líder regional. Em relação aos meios disponíveis estão desde os recursos energéticos, até a ameaça de intervenção armada. O que tem gerado dificuldades ao governo brasileiro em ampliar esta relação, como ficou demonstrado na resistência de setores do Senado Federal quando da solicitação venezuelana de ser sócio pleno do Mercosul.

Já os temas mais atuais foram reservados para o Capítulo 4 – A Securitização de Temas Amazônicos. Será descrito nesse capítulo o conjunto espacial Puerto La Cruz – Manaus, atualmente o mais dinâmico de toda a Amazônia. Com uma diversidade ambiental onde convivem várias etnias, cujas políticas estatais são muito diferenciadas, também possui reservas energéticas e minerais de grande importância estratégica. Guardadas, em ambos os lados da fronteira, por unidades militares que, mesmo com a intenção de aumentar a sua presença, ainda estão aquém das dimensões e dos desafios dessa região.

Optou-se por esta estratégia de pesquisa porque a consolidação ou não das relações bilaterais envolve temas em que os atores possuem visões distintas e até mesmo divergentes. Como são as relações bilaterais de ambos com a vizinha Colômbia, da qual o Brasil mantém um distanciamento prudente e sobre a qual Venezuela vem adotando pressões que variam desde a retração comercial até a ameaça de emprego militar.

Os desdobramentos da situação interna colombiana é fator fundamental para qualquer arranjo de defesa da Amazônia. Assim como as posições tomadas em relação aos Estados Unidos, em que também há divergências: no caso brasileiro, o retorno a um maior acercamento na área da defesa com um tratado. No caso venezuelano, divergências políticas extremas como o apoio do Presidente Hugo Chávez ao líder líbio Muammar al-Gaddafi e também ao Presidente Bashar al-Assad, da Síria.

Finalizando o capítulo, uma análise das parcerias com as potências mundiais não alinhadas aos interesses norte-americanos, China e Rússia, que, por enquanto, estão mais voltados para o comércio. A primeira, de uma forma mais intensa, principalmente com a possibilidade de ser o principal parceiro comercial venezuelano, uma vez que já é do Brasil. Já a segunda está se posicionando como a principal fornecedora de materiais de defesa para a Venezuela, porém, sem efetivar uma aliança militar.

No final desta tese serão apresentadas algumas considerações sobre essa jornada. Aclara-se que, como o referencial teórico permite, elas são de natureza subjetiva, uma vez que os processos de securitização ou de dessecuritização são percepções do autor. Assim, de antemão, escusas por omissão de alguns temas ou valorização excessiva de outros.

Capítulo 1 – A América do Sul como um Complexo Regional de Segurança e o lugar da Amazônia.

A escolha do período temporal proposto para esta Tese, ou seja, o período de 21 anos compreendido entre 1985 e 2006, representa, em todos os níveis de análise, profundas transformações estruturais. No plano global, tem-se o desmoronamento do Muro de Berlim, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, a primeira Guerra do Golfo, os atentados de 11 de setembro de 2001 e as suas consequências, como as invasões do Afeganistão e Iraque. No plano regional, todo o processo de redemocratização em países como a Argentina e Brasil e os esforços de ambos para iniciar um processo de integração. Já no nível doméstico, enquanto o Brasil deixava os problemas macroeconômicos para trás e consolidava-se como líder regional, a Venezuela, então símbolo de um modelo de sistema democrático, mergulhava em uma crise institucional, tendo como saída a emergência de uma nova proposta política.

Todas essas transformações, todavia, ainda estão sendo digeridas pelos analistas em Relações Internacionais. Destarte, o próprio fim da Guerra Fria ocasionou o debate sobre a validade teórica de correntes como o Neorealismo. Bem como sobre o avanço da interdependência via globalização, e as várias interpretações deste fenômeno. Em regiões como a América do Sul, onde vêm ocorrendo mudanças paradigmáticas na política exterior de alguns países (BERNAL-MEZA, 2003), o desafio intelectual é buscar as causas e seus desdobramentos.

Nessa direção, busca-se contribuir reservando para análise temas relacionados com a segurança e a defesa. Para essa tarefa a escolha como referência é a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (RSCT). Atualmente é quase um consenso a validade dessa teoria, em parte devido à sua evolução teórica, que consegue, sem se prender aos paradigmas das correntes dominantes, responder satisfatoriamente aos questionamentos dos especialistas. Uma vez que, para a maioria dos Estados, mesmo no então mundo bipolar, as questões de segurança estavam situadas em uma escala nacional ou, quando muito, regional. Assim, desde o fim da II Guerra Mundial, não ocorreu nenhuma conflito que extrapolasse a escala regional. Evidentemente, que a maioria delas foram incentivadas ou, no mínimo, contaram com a participação indireta de uma das duas superpotências, quando não do envolvimento direto, como foi a Guerra da Coreia e a do Vietnã .

O fato de que no período da Guerra Fria não tenha ocorrido nenhuma guerra envolvendo diretamente as duas superpotências, fortaleceu o argumento realista do equilíbrio sistêmico. Por outro lado, a emergência de novos atores, agências, arranjos e regimes também alimentava a possibilidade de cooperação no cenário internacional, assim como toda discussão sobre o meio ambiente a partir da década de 1960. Fatores como a velocidade da difusão de informações vêm permitindo o acesso cada vez maior de pessoas a temas que até então estavam restritos aos limites das fronteiras nacionais.

As mudanças provocadas com o desmoronamento da União Soviética e, conseqüentemente, com o fim da Guerra Fria, fez emergir o debate entre os neorrealistas e os institucionalistas neoliberais. Os neorrealistas diferem dos realistas tradicionais (para não dizer clássicos) por transferirem da natureza humana para o sistema de Estados a causa do egoísmo estatal; mantendo o princípio da anarquia e a prioridade dos interesses de segurança sobre os demais (WALTZ, 1979).

Já os institucionalistas neoliberais apontam para as novas características da humanidade contemporânea como causa de suas proposições: o surgimento e o fortalecimento de atores no cenário internacional, desde indivíduos até instituições internacionais, o que eleva quase ao infinito o número deles; a ampliação da agenda para temas até então renegados ou inexistentes; e a concretização de mecanismos eficientes de cooperação como a União Europeia (ROSENAU, 1991). Diferem dos idealistas¹⁰ por não proporem nenhum modelo de governo mundial e por acreditarem que as assimetrias são positivas, uma vez que elas favorecem a cooperação, com o aumento de ganho absoluto para todos os participantes.

O embate entre ambos caracteriza-se pela crítica dos neoliberais institucionalistas aos neorrealistas, centrada nas causas que levaram uma superpotência, dotada do mais puro egoísmo, ao desmoronamento sem a participação em uma verdadeira guerra com seu oponente. Ou seja, a centralidade em questão de aspectos de segurança não explica, obrigando os estudiosos a procurarem as causas em variáveis mais brandas, como os sucessivos fracassos econômicos do modelo soviético. Paralelamente, o arranjo institucional exemplificado pela União Europeia se fortaleceu, mostrando que antigas rivalidades podem ser superadas (KEOHANE, 1993).

¹⁰Entendidos como os que acreditam que a paz universal poderá ser alcançada por valores morais e éticos tendo como marco político uma república mundial. Inspirados principalmente na obra de Immanuel Kant “A Paz Perpétua”.

A visão neorrealista tenta explicar o fim da União Soviética (dentro de um modelo agressivo) como consequência da incompetência de seus dirigentes em moldar o Estado aos desafios impostos pela agenda de então. Como é o caso das adaptações na China, que não abrindo mão de um sistema de partido único, vem incorporando partes de sua sociedade a uma economia de mercado. Enquanto que os arranjos de cooperação, os neorrealistas explicam como sendo decisões estatais que, no fim, buscam aumentar os seus ganhos relativos com o menor custo possível.

O fim da Guerra Fria não representou o desaparecimento do aporte marxista às Ciências Sociais, e, conseqüentemente, à teoria das relações internacionais. Para Halliday (1999), mesmo após erros como o destino revolucionário e a crise terminal do capitalismo, o marxismo ainda é uma importante ferramenta para a compreensão da realidade. Mudanças como a maior valorização da superestrutura, ou um equilíbrio entre esta e a infraestrutura econômica, vêm permitindo adequar o materialismo histórico às novas abordagens não revolucionárias. Deslocando-se do campo político para a crítica à racionalidade. Não a pura negação desta, mas um aporte de que a lógica dialética por si é mais rica do que a lógica formal como mecanismo para descrever a realidade e superar as contradições sistêmicas. Portanto, sujeita a moldes que favorecem uma classe social pelo reconhecimento de que a realidade está sempre em construção. Esta, então, pode ser moldada para favorecer uma classe social, onde os conceitos são construídos dentro de uma relação de poder. No entanto, ao deixar de ser uma práxis revolucionária, as abordagens marxistas esvaziaram-se de seu caráter político e, conseqüentemente, deixaram de ter importância quanto a questões de segurança.

Outra abordagem teórica que vem recebendo atenção é o construtivismo. Ao tentar complementar o debate acadêmico, então dominado pelo neorrealismo e o liberal-institucionalismo, o construtivismo compartilha de elementos de ambas as correntes, como os fatores materiais de poder e o idealismo. Entretanto, como afirma Wendt (1999, p. 193): “constructivism is not a theory of international politics. Like rational choice theory it is substantively open-ended and applicable to any form - capitalism, families, states, etc. - so to say anything concrete we have to specify which actors (units of analysis) and structures (levels) we are interested in”. Portanto, introduz uma visão holística da realidade baseada na estrutura social do sistema internacional.

Para Wendt (1999), a estrutura sistêmica é anárquica, o que permite mudanças nos papéis que os Estados desempenham, dependendo de suas capacidades, necessidades, interesses e identidades. Essas mudanças podem afetar o comportamento dos Estados, mas

não suas identidades e interesses. Para o autor essas relações permitem interações na estrutura anárquica de três tipos: a hobbesiana, baseada na inimizade; a lockeana, baseada na rivalidade; e a kantiana, baseada na amizade.

Para os estudos sobre segurança, a contribuição do construtivismo está em apontar os fatores culturais como fundamentais para entender a formulação das políticas exteriores dos Estados e, conseqüentemente, da política internacional. Como é o caso de diferenciar os tipos de violência a serem aplicadas uma: aos inimigos; e a outra, aos rivais:

Violence between enemies has no internal limits; whatever limits exist will be due solely to inadequate capabilities (a balance of power or exhaustion) or the presence of an external constraint (Leviathan). This is the kind of violence found in a state of nature. Violence between rivals, in contrast, is self-limiting, constrained by recognition of each other's right to exist. (WENDT, 1999, p. 261)

No caso da América do Sul, com exceção do período da conquista e de casos isolados mais recentes de genocídio¹¹, os conflitos ocorridos podem ser classificados como provenientes de uma estrutura anárquica lockeana. A diminuição dos enfrentamentos diretos entre Estados, o que vem caracterizando a região durante as últimas décadas, não implica arrefecimento das pendências e nem redução da violência em outros níveis. E a preparação para o uso da força como tática política está presente; no entanto, os custos internos e externos são elevados, o que desencoraja a sua aplicabilidade. Diante desse quadro, David Mares (2001) propôs o conceito de “paz violenta” para definir os arranjos de segurança da América Latina. Para ele:

The concept of a violent peace forces us to consider the use of officially sanctioned military violence across national boundaries when war is not the intended result. War might occur, but as result of escalation dynamics unknowable, unforeseen, or miscalculated by those who made the initial decision to use military force. In short, the decision to use military force should be thought of as bargaining tactic rather than a decision to settle an interstate dispute through war. (MARES, 2001, p. 07)

Essa característica é complementada pela redemocratização da região, o que aumenta os mecanismos de controle sobre os governos, além de elevar os riscos inerentes a uma

¹¹O ataque de garimpeiros brasileiros à comunidade Yanomami de Haximu (Capítulo III) foi considerado pela Justiça brasileira como genocídio (ROCHA, 2007).

escalada bélica. Também é fundamental o equilíbrio estratégico provocado pela proximidade de uma potência como os Estados Unidos. Essas particularidades reforçam o regionalismo como uma corrente teórica apta a proporcionar explicações dos fenômenos atuais de segurança.

Durante a Guerra Fria, segurança podia ser compreendida como a capacidade de uma das superpotências de ampliar, ou pelo menos manter, a sua zona de influência, tanto nos campos ideológico e político, quanto estratégico e econômico. Assim, significava a manutenção das estruturas existentes, ou dos interesses de um ou de outro Estado. Então para os Estados Unidos e para a União Soviética, segurança nacional também era segurança estratégica. Mesmo que, para tanto, o equilíbrio de poder fosse proporcionado pelo terror, configurado em uma possível destruição total. Mesmo com toda essa capacidade era impossível manter o sistema sem a participação de outros Estados, seja com alianças, seja de forma compulsória.

Para os demais Estados, dependentes estrategicamente de uma ou de outra superpotência, segurança estava relacionada com as suas capacidades de negociar uma posição secundária, mas suficiente para garantir um grau maior de autonomia dentro do sistema. Desta forma, a variável autonomia estava diretamente proporcional ao volume correspondente de fatores de poder, compostos de variáveis factuais como território, população, recursos e posição; e por elementos subjetivos como afinidades históricas, étnicas e ideológicas.

Nesse conjunto, encontravam-se Estados com graus de autonomia suficientemente relevantes como o Reino Unido, a França e a China que, se não plenamente, alcançaram posições próximas às superpotências. Para o Reino Unido, segurança estava diretamente ligada às políticas relacionadas com a descolonização, ou seja, adotar o princípio da autodeterminação e, ao mesmo tempo, garantir que as antigas colônias não fossem cooptadas pelo clamor socialista. A França foi o país ocidental que manteve um maior grau de autonomia em relação às duas superpotências, com a estratégia de garantir a sua capacidade reativa. Já para a China, o desafio estava em consolidar a sua revolução, provendo condições mínimas para sua população e mantendo a independência dentro do bloco socialista.

Entretanto, ocorreram anomalias sistêmicas, como foram os casos da Iugoslávia e de Cuba. Ao contrário das tentativas autonomistas na Hungria (1956) e na Tchecoslováquia (1968), que foram reprimidas por Moscou, a Iugoslávia que, sob a liderança de Tito, combateu e expulsou o exército nazista, manteve, com apoio dos Estados Unidos, um governo

socialista, independente dos soviéticos. Relação contrária ocorreu em Cuba após a revolução, a qual, com apoio soviético, proporcionou mudanças significativas nas políticas norte-americanas para a região.

Para a maioria dos países sul-americanos, segurança estava relacionada com implantar medidas incentivadoras de crescimento econômico, acompanhadas de mínimas mudanças sociais e no sistema político. Para eles, segurança nacional representava segurança hemisférica, devido ao baixo grau de autonomia em relação ao bloco ocidental e ao temor das elites locais quanto a possíveis reflexos da Revolução Cubana. No entanto, países com grandes capacidades, como a Argentina, o Brasil e a Venezuela, mesmo firmemente atrelados ao roteiro da Guerra Fria, mantiveram graus de autonomia no nível regional.

A disputa pela hegemonia regional na Bacia do Rio da Prata, entre a Argentina e o Brasil, remontando historicamente ao período colonial, sofreu vicissitudes em decorrência das mudanças políticas internas, variando desde a aproximação entre Perón e Vargas, até os desentendimentos sobre o aproveitamento das águas do Rio Paraná, durante as ditaduras militares em ambos os países. Nessa disputa, a Argentina, aparentemente, estava na frente devido à sua melhor situação socioeconômica e aos avanços tecnológicos em áreas sensíveis como a nuclear e a indústria aeronáutica. No entanto, as sucessivas crises políticas, acompanhadas do declínio econômico, acabaram por colocar o país em uma posição secundária se comparada ao Brasil.

Neste país, tentativas como as do governo nacionalista de Getúlio Vargas e a promessa de reformas de base durante o governo de João Goulart, acompanhadas pela Política Externa Independente, foram enfraquecidas pelo golpe de 1964, passando a política externa a ser instrumento da “política de potência” (FERREIRA, 2001, p. 126). Regionalmente, crescia a sua influência na Bacia do Rio da Prata.

No caso venezuelano, a implantação e a consolidação do regime democrático, oriundo do Pacto de Punto Fijo e tendo como ação de política externa a Doutrina Betancourt, foi a principal preocupação dos governos no período de 1959 a 1969 (CARDOSO, 2007). Apesar de isolado em relação às ditaduras militares, regionalmente contrapôs-se ao modelo socialista cubano. Com a crise do petróleo e com uma política externa mais atuante, o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez ficou registrado como uma tentativa de maior autonomia, pelo menos na esfera econômica.

Retornando ao conceito de segurança, e apesar da manutenção de um sistema aos moldes da Guerra Fria, mesmo com a distensão entre as duas superpotências _ novas variáveis e novos atores foram emergindo. Isso explica a saída norte-americana do Vietnã, a dependência cada vez maior de alimentos por parte da União Soviética e a crise provocada pelo embargo de petróleo por parte dos países produtores. Assim, mesmo persistindo uma visão estadocêntrica, segurança passou de um nível estritamente governamental para abarcar visões diferenciadas. No caso norte-americano, a mídia e a sua influência na opinião pública foram decisivas para conter o envolvimento no Vietnã e para a aceitação de uma retirada, com o amargo gosto da derrota.

A importação de alimentos pela União Soviética foi um golpe certo no planejamento estatal. A profecia de Khrushchev revelou-se um estrondoso fracasso, ou seja, que a União Soviética superaria o Ocidente em desenvolvimento científico-tecnológico no início da década de 1970 (GADDIS, 2006, p. 81). Nada mais revelador do que não ter condições de garantir, para sua população, alimentos básicos. O aumento da exportação de petróleo, em decorrência do embargo dos países produtores árabes, não foi suficiente para equilibrar a balança comercial, demonstrando a fragilidade organizacional que conseguia produzir mísseis balísticos transcontinentais e não conseguia fornecer manteiga para as suas crianças.

A utilização do petróleo como mecanismo de pressão após a Guerra do Yom Kippur (1973) demonstrou que havia espaços a serem ocupados no sistema internacional sem provocar rupturas. Essa medida coletiva aglutinou tanto aliados do Ocidente, quanto aliados da União Soviética. O aumento dos preços e a falta dos derivados de petróleo nos países consumidores forçaram a busca por novas fontes de energia e por novos arranjos políticos.

Nesse quadro, o Brasil foi obrigado a buscar na Alemanha Ocidental tecnologia nuclear e, internamente, desenvolver combustíveis alternativos. O acordo nuclear foi uma decisão que provocou pressões norte-americanas e a busca de novos mercados, procurando equilibrar o seu comércio exterior diante do déficit pelo aumento da conta petróleo. O plano externo foi a adoção do Pragmatismo Responsável Ecumênico, no plano interno da abertura lenta, gradual e segura.

Já a Venezuela, país exportador de petróleo, foi favorecida, o que permitiu políticas internas, como a nacionalização da exploração do petróleo e do ferro; e externas, como o fornecimento de derivados a preços subsidiados aos países caribenhos. A estratégia era transformar o país em um ator protagonista, não só em seu entorno, mas como líder dos países

do terceiro mundo. Para tanto, propôs um novo modelo de relacionamento conhecido como *Nuevo Orden Económica Internacional* (NOEI). Conforme Hardy (1995), esse relacionamento estava assentado em cinco premissas: 1) além da necessidade, seria possível alterar em favor dos países subdesenvolvidos a ordem econômica internacional; 2) essa transformação também seria útil aos países desenvolvidos; à medida que os países mais pobres elevassem os seus níveis de consumo, repercutiria em suas próprias economias; 3) o petróleo deveria servir de modelo para as negociações dos demais produtos básicos; 4) para superar as limitações internas da Venezuela se fazia necessário alterar as condições de intercâmbio então presentes; 5) a Venezuela deveria assumir um papel preponderante nessas transformações.

Toda a política prevista pela NOEI estava baseada na crença do apoio que o mundo industrializado e a social-democracia europeia iriam proporcionar. Além do sucesso do modelo de negociação com os preços do petróleo impostos pela OPEP. A falta de apoio dos países industrializados, principalmente dos Estados Unidos, e a diferença entre o discurso e a práxis política da Internacional Socialista enfraqueceram essa proposta. Outro erro foi tentar igualar estrategicamente ao petróleo todas as demais matérias-primas.

Nesse cenário de crise energética, o confronto ideológico perdeu espaço para novos arranjos e novas percepções. Muito mais relevante do que as ameaças revolucionárias, a vulnerabilidade diante da escassez se transformou em um ponto importante da segurança estatal. Havia passado o período de contenção ao expansionismo do modelo soviético, o que desfez o alinhamento automático aos interesses ocidentais. Desta forma, ocorreu a emergência de temas e de atores em decorrência da complexidade imposta pela internacionalização de fluxos econômicos e sociais, até então restritos ao âmbito nacional ou ao mais regional, e o agravamento de tensões locais, regionais e globais que estavam dissimuladas pelo confronto Leste-Oeste.

Essa ampliação do tema “segurança” implicou a busca de novos referenciais teóricos, objetivando compreender para além das relações e dos interesses estatais. Nesse sentido, novos aspectos foram ora incorporados, ora desprestigiados, aos estudos das vulnerabilidades seja de pessoas, grupos, instituições ou nações. Assim, temas como a fome, o tratamento a migrantes ilegais, ilícitos internacionais, meio ambiente e terrorismo foram incorporados.

Da mesma forma que se ampliou a agenda e os atores, assim redefinindo o papel do Estado, também ocorreram alterações quanto às percepções, tornando-as mais subjetivas. No entanto, se fazia necessário delimitar o âmago do conceito de segurança, visto que, reduzida

ao nível de qualquer indivíduo, perderia partes fundamentais de sua essência. Para tanto, haveria que se restringir a grupos capacitados, ou aceitos socialmente como tais, a operacionalidade de tal conceito. Bem como para a elaboração, a execução e a avaliação de políticas públicas no nível nacional e no nível internacional mediante arranjos institucionais ou de regimes, objetivando a ampliação, ou pelo menos a manutenção, dos elementos percebidos como essenciais. Esse processo, na concepção de Buzan, Wæver e Wilde (1998), pode ser denominado de securitização ou dessecuritização.

Essas mudanças processuais já estavam ocorrendo durante as décadas de 1970 e 1980, portanto, ainda durante a Guerra Fria. No entanto, devido à nebulosidade do sistema bipolar, muitas dessas percepções estavam ofuscadas, ou eram avaliadas como falhas sistêmicas. Assim, de início, pouca atenção foi dada às pressões que estavam ocorrendo no interior dos dois principais Estados socialistas: União Soviética e China, que iriam, no caso do primeiro, corroê-lo; e, no segundo, transformá-lo em um híbrido. Enquanto no Ocidente, ocorreu a inclusão na agenda de segurança de temas como o desarmamento da Europa Ocidental e de questões relacionadas ao meio ambiente e à intensificação de redes ilícitas, como o narcotráfico.

Entretanto, na América do Sul ocorriam atritos como a disputa pela hegemonia no Rio da Prata, entre o Brasil e a Argentina; e conflitos armados como foi a Guerra das Malvinas (1982), entre a Argentina e o Reino Unido; e entre o Peru e o Equador (1981 e 1995). Também estavam presentes grupos insurretos, que desviavam os esforços estatais, permitindo o crescimento paralelo de grupos criminosos ligados às atividades ilícitas. Ao mesmo tempo, buscou-se construir um regime de proteção para a Amazônia, diante da percepção de que as pressões, oriundas de fora da região para modificar-lhe o modelo de ocupação representavam uma ameaça.

Ficava claro para a maioria dos formuladores e executores de políticas de segurança o distanciamento em relação aos temas relacionados com o possível enfrentamento entre as duas superpotências, ou seja, a guerra total. Mesmo com mudanças oriundas de processos revolucionários, como foi o caso da Nicarágua e dos novos regimes de partido único implantados, principalmente na África (após o período de descolonização), a grande transformação sistêmica fora a Revolução Iraniana. Esta rompeu com a aliança que até então tinha com os Estados Unidos e, ao adotar um regime teocrático, também se distanciou do modelo soviético.

Foram mostras de que as superpotências já não estavam suficientemente interessadas em arcar com o ônus de manter uma disputa ideológica por novos prosélitos. No entanto, não abririam mão de seus espaços geopolíticos como o Caribe e a América Central para os norte-americanos, e a Ásia Central para os soviéticos. Também não estavam propensos a se envolverem diretamente nas contendas em regiões compostas por países paupérrimos, como os vários conflitos no continente africano. Cada vez mais ficava evidente o aumento dos custos para a manutenção da ordem bipolar.

Paralelamente, países como o Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Singapura aproveitavam-se da proteção dos Estados Unidos para crescerem e competirem dentro do próprio mercado norte-americano. Assim como os países da Europa Ocidental, principalmente a Alemanha Ocidental e a França que, em termos de segurança coletiva estavam protegidos pela OTAN, construíram um mercado comum que deu estrutura à União Europeia.

Enquanto vários países em desenvolvimento, como o Brasil e a Venezuela, afundavam em uma crise econômico-financeira, cujos desdobramentos, como as altas taxas de inflação e os baixos índices de crescimento, revelavam o seu desapontamento diante de um sistema ideológico e político que haviam apoiado desde o início e, naquele momento, não respondia aos seus clamores por auxílio. Para esses países, cada vez mais, os temas de segurança migravam da manutenção da aliança ocidental para questões relacionadas ao desenvolvimento.

Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética sentiram as transformações resultantes dos desdobramentos ocasionados na economia mundial. A competitividade dos países do sudeste asiático e as tendências de integração provocaram adaptações nas estruturas de produção e nos processos econômicos norte-americanos.

A União Soviética também estava em um processo de reestruturação econômica, principalmente com a chegada de Gorbachev ao poder. Mas, ao contrário do seu rival ocidental, URSS não dispunha dos meios e da agilidade necessários para tais alterações. Como afirma Andre Frank (2005, p. 49), “a crise econômica mundial expandiu-se e se aprofundou na Europa Oriental e na União Soviética”. Para esse autor, não foi o modelo socialista que entrou em crise, mas a periferia da economia mundo, na qual a Europa Oriental estava inserida, bem como os países sul-americanos. No entanto, devido ao elevado grau de dependência dos países da Europa Oriental com relação à União Soviética, a crise acabou por refletir nela própria.

Outros fatores relevantes também iriam contribuir para o colapso soviético. Entre eles, a disputa pela supremacia de tecnologias para o emprego militar consumiram seus poucos recursos, o que deteriorou consideravelmente o modelo de proteção social, provocando a fadiga sistêmica. Os países industrializados, principalmente os Estados Unidos e o Reino Unido, remodelavam os seus orçamentos com cortes em setores como a saúde pública e a previdência social, além de disporem da confiança dos mercados financeiros para abonar os déficits provocados pelo custeio da inovação tecnológica. Já o Estado soviético não poderia requerer de sua população sacrifícios como os que ocorreram nos estágios iniciais da Revolução ou no período da Segunda Guerra Mundial. Além de não dispor de recursos típicos do capitalismo como o mercado de capitais.

Também não se pode menosprezar o papel desempenhado por atores tão disparees como o Papa João Paulo II, Margareth Thatcher, Ronald Reagan, Deng Xiaoping e o próprio Mikhail Gorbachev. Para Gaddis (2006), esses líderes, tanto isoladamente, quanto no conjunto, tiveram altas responsabilidades para o enfraquecimento do sistema soviético.

O Papa João Paulo II exerceu, com seu carisma, o papel convergente quanto ao imaginário no momento em que pregava um mundo terreno melhor, no lugar das pressões e privações impostas pelos governos socialistas. Por ter vivido em uma sociedade destituída de direitos fundamentais, quando eleito para o pontificado, elegeu como uma de suas metas influenciar as populações, católicas ou não, que viviam em regimes autoritários a adotarem atitudes, de preferência pacíficas e transformadoras. Com essa posição alimentou esperanças de que reformas eram possíveis e que, no caso de intervenções, como as ocorridas na Hungria e na Tchecoslováquia, nada poderia contrapor-se à vontade coletiva.

A partir da Polônia, com a experiência do Sindicato Solidarnosc, esse ato de fé nas transformações alimentou e fortaleceu os sonhos e as atitudes, condição fundamental para alquebrar os temores, rompendo com as estruturas de poder impostas pelas ditaduras de partido único. Assim, estavam abertos os caminhos que levariam à derrota pacífica da União Soviética.

Ao mesmo tempo em que no continente o Papa João Paulo II pregava um novo modelo de convivência, na Inglaterra, durante o governo de Margareth Thatcher, novas experiências rompiam com o Estado de bem-estar social. Enfrentando os sindicatos e interesses burocráticos, a Senhora Thatcher demonstrava a capacidade das democracias liberais e do capitalismo de se adaptar às crises sistêmicas. Dessa forma, realçando-lhes as

vantagens diante das estruturas solidificadas nos Estados Socialistas, cujo ideário foi compartilhado do outro lado do Atlântico pelo Presidente Ronald Reagan.

Aproveitando-se do poder midiático e de sua capacidade interpretativa, Reagan iniciou uma guerra de propaganda contra a já combalida União Soviética. Sua política de segurança levou Estados Unidos a aumentar significativamente os seus orçamentos com as despesas militares (GADDIS, 2006). Também rompeu com as negociações sobre as limitações de armamentos, tanto os estratégicos como os de médio alcance. Mas, seu maior triunfo estava no incentivo ao megalomaniaco projeto Guerra nas Estrelas, elevando substancialmente as despesas em ciência e tecnologia para induzir os soviéticos a uma nova corrida armamentista, corrida para a qual não estavam preparados. Consequentemente, os soviéticos, ao acreditar nas bravatas de Reagan, desviaram recursos na tentativa de aumentar a sua percepção de segurança.

O presidente americano soube explorar as debilidades de seu adversário, levando-os ao dilema: ou tentavam acompanhar os norte-americanos elevando exorbitantemente os gastos em armamentos, na tentativa de equilibrar a balança de poder, aprofundando a crise econômica já presente, ou mantinham estáveis os seus gastos, no entanto, com um elevado grau de ansiedade, temendo que, uma vez instalado o sistema de defesa sobre o ocidente todo o arsenal então existente perdesse a sua validade, rompendo definitivamente com o equilíbrio de poder.

Surpreendentemente, emergia na Ásia uma China híbrida, um projeto de Estado e de sociedade que, se de um lado mantinha as estruturas de dominação próximas ao modelo stalinista, por outro lado adicionava a flexibilidade e a agilidade das economias de mercado. Essa fórmula fora gestada sob a liderança de Deng Xiaoping. Além de um hábil político sobrevivente dos expurgos da era de Mao Tsé-Tung, soube capitalizar, primeiramente, os temores de seus vizinhos, principalmente o Japão, ao barganhar segurança por investimentos. Essa manobra favoreceu a ambos os lados, levando cada vez mais capitais a serem empregados no território chinês. Eram muitos os benefícios, desde a diminuição das tensões regionais, até as potencialidades da maior população do planeta com a sua disciplina confucionista, mais o controle rígido pelo partido¹².

¹² Como exemplo, a intervenção chinesa no Vietnã (fevereiro e março de 1979) que tinha como objetivo estratégico negar à União Soviética o controle do Estreito de Malaca, rota marítima entre os oceanos Índico e Pacífico. Nessa operação a China contou com o apoio norte-americano e japonês (KISSINGER, 2011).

Sem ter quem financiasse um projeto de desenvolvimento, aos moldes do projeto chinês, a União Soviética, sob a liderança de Gorbachev, tentou reformas que ora permitiam maior transparência nos processos políticos, ora propunham maior flexibilidade econômica. No entanto, sem disponibilidade de capitais e enfrentando a rigidez de seu sistema político as reformas foram enfraquecendo o próprio sistema. Externamente, a União Soviética já não dispunha nem de força nem de vontade para controlar os seus aliados da Europa Oriental. Processos de liberação política tomaram conta da maioria dos países que até então pertenciam ao bloco socialista, tendo como símbolo máximo a queda do muro de Berlim.

Internamente, a situação foi se deteriorando ao ponto de haver enfrentamentos entre partidários do antigo regime e das correntes favoráveis à liberalização. Diante de aspectos importantes como o imenso arsenal nuclear e de um exército não só numeroso, como bem equipado, as incertezas quanto ao futuro do regime soviético passaram a ser o maior problema da segurança global. Manter o mínimo de governabilidade passou a ser a principal preocupação dos governos ocidentais. Prova disso é que alguns excessos foram permitidos e mesmo a manutenção de uma federação que garantisse um rico território sob controle de Moscou. Era o fim da Guerra Fria e o início de um mundo em que os aspectos de segurança diminuiriam de valor.

Durante a década de 1990, cuja primeira guerra de grandes proporções foi a chamada Guerra do Golfo, ficou demonstrada a capacidade bélica dos Estados Unidos, o que de fato comprovou a sua superioridade. No entanto, esse poderio, sem um inimigo à altura, permitia uma maior flexibilidade nos arranjos regionais. Ao mesmo tempo, emergiram em várias partes do mundo potências que foram ocupando espaços, até então dominados pela União Soviética, ou recusados por Washington pelo baixo grau de interesse. Assim, temos os conflitos decorrentes da fragmentação da Iugoslávia, que foram administrados principalmente pela OTAN, liderada incontestavelmente pelos Estados Unidos.

Os vários conflitos no continente africano ou foram abandonados a sua própria sorte, como o caso de Ruanda, ou sofreram intervenções das antigas metrópoles. Esses conflitos de baixa intensidade, geralmente caracterizados como guerra civil, não representaram ameaças à ordem internacional. Apenas do ponto de vista humanitário é que eles foram relevantes, exigindo um novo tipo de intervenção, acrescentando ao conceito de segurança, princípios subjetivos, como a legitimidade de um sistema político.

As dificuldades econômicas somadas à vontade de fortalecer os meios democráticos levaram à superação das antigas rivalidades entre a Argentina e o Brasil.

Semelhante ao modelo implantado na Europa durante a década de 1950 que, através da construção do mercado comum, superou as barreiras políticas da integração, o Mercosul também foi uma criação para além das questões comerciais. Mesmo sem ter uma agenda de segurança, as negociações que levaram ao Mercosul foram precedidas pelo Acordo para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, e a criação da Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

O Mercosul foi o coroamento dos esforços das duas principais economias da América do Sul para superar a grave crise econômica que então os afligia. Nesse período, as preocupações com um possível conflito armado entre os dois países foram praticamente eliminadas e os temas relacionados à agenda de segurança no nível bilateral inferiorizados. Emergiram então novos pontos diretamente relacionados em uma dimensão regional: ilícitos, meio ambiente, instabilidade e fragilidade institucional de alguns países. Com exceção do conflito fronteiriço entre o Equador e o Peru, também conhecido como a Guerra del Cenepa (1995), as preocupações voltaram-se para a instável Bolívia e a frágil situação colombiana. Dessa forma, no continente sul-americano também emergiram temas de segurança regional.

Ao contrário do período da Guerra Fria, quando a aliança dos países sul-americanos com os Estados Unidos era de importância capital para a segurança nacional e regional, pelo menos entendida pela maioria dos governos como tal, posteriormente passou-se a temer um maior envolvimento norte-americano nos assuntos de segurança. Para Washington, a América do Sul manteve-se em uma posição secundária; mesmo com a crescente preocupação com os grupos de narcotraficantes, principalmente os colombianos, a região não representava ameaça aos seus interesses ou à sua segurança.

Outro ponto que ganhou espaço na agenda de segurança, principalmente para os países europeus, foi a questão ambiental. Desde a conferência de Estocolmo, em que adquiriu caráter permanente a questão ambiental como variável dependente para o desenvolvimento, foram exercidas pressões sobre os países possuidores de grandes recursos naturais. Neste caso, a América do Sul, mais especificamente a Amazônia, tem sido apontada como região símbolo para políticas preservacionistas e conservacionistas. Diante de tais atitudes, de um lado encontra-se uma posição política da necessidade de controle externo, tendo como justificativa os possíveis danos à biosfera, oriundos das políticas nacionais equivocadas, ampliando o conceito de segurança ambiental.

Os países diretamente envolvidos, como os que compartilham sistemas complexos com a Amazônia, tiveram que tratar com o dilema entre manter as suas soberanias plenas,

mesmo reconhecendo que as políticas de ocupação geraram danos ambientais de grandes proporções; ou submeterem-se às pressões externas reduzindo ou reformulando os meios de intervenção. Para eles, a questão ambiental foi vista em alguns casos como uma dissimulação dos países centrais para se apropriar das riquezas existentes na região ou as controlar. Destarte, a questão ambiental, entendida como uma política soberana ou, no máximo, compartilhada com os vizinhos, passou a ser tratada como um tema de segurança, uma vez que, pressões externas foram exercidas quanto à diminuição das emissões de gases originados da queima de florestas.

Especificamente para o Brasil, o maior condômino da Amazônia, a diminuição das tensões com a Argentina permitiu uma mudança estratégica quanto à segurança nacional. Neste sentido, procuraram executar políticas como a instalação no país da conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento de 1992, o reconhecimento do Tratado de Cooperação Amazônica como um importante fórum para garantir a exclusividade regional, e políticas objetivas como a homologação da terra indígena Yanomami, medida para diminuir as pressões externas sobre o governo brasileiro. O esvaziamento da matriz militar do Projeto Calha Norte, nesse período, significou uma resposta às pressões e aos temores quanto à militarização da questão ambiental. No entanto, regionalmente ocorreram atritos, como a invasão do território venezuelano por garimpeiros brasileiros.

Esse problema expôs ao governo venezuelano a fragilidade em que se encontrava a sua fronteira com o Brasil. Esse descuido representava a menor das preocupações relativas à segurança que os venezuelanos tinham que manejar. Durante a década de 1960, principalmente quando do esforço para consolidar um modelo democrático, as preocupações com a segurança estavam direcionadas em deter os movimentos guerrilheiros, em parte mantidos por Cuba, ou seja, dentro da programação de segurança hemisférica. Entretanto, à medida que era derrotada a guerrilha e diminuía as pressões cubanas, direcionou-se para o nível regional, tanto para o Caribe, como para a Colômbia. Paralelamente, enquanto aumentava a presença norte-americana no Caribe, como a invasão de Granada, diminuindo a presença venezuelana, aumentava a importância colombiana para sua segurança (HARDY, 1991).

O incidente com a fragata Caldas (1987)¹³, na disputa pelas águas de golfo de Venezuela, foi o ponto culminante de um processo de deteriorização. No entanto, maior que o

¹³ Será abordado no Capítulo 3.

problema de delimitação eram os relativos à segurança pública que ocorriam principalmente nas zonas de intenso tráfico fronteiriço, com a presença de grupos guerrilheiros e de narcotraficantes. Assim, muito mais do que os temas até então restritos de segurança, como os ligados à soberania, esta passou a ser composta por uma agenda policial.

Também ocorreram atritos na fronteira entre a Venezuela e a Guiana. A indefinição política da questão do Essequibo tem sido marcada muito mais como uma alternativa para os problemas internos venezuelanos, ou seja, como uma válvula de escape útil para desviar as atenções. Principalmente após a Guerra das Malvinas (1982), quando ficou claro que o Reino Unido não aceitara a ocupação argentina, mobilizando uma expressiva força-tarefa. O que poderia acontecer no caso de uma intervenção por parte da Venezuela ao território guianense. Além do desastre diante da comunidade anglófila caribenha.

Daí a surpresa desagradável ao se constatar a presença indesejável de brasileiros exercendo atividades ilegais em áreas de preservação permanente. No entanto, estava presente, desde a década de 1960, quando do início da maior intervenção estatal brasileira na Amazônia, o temor de uma ocupação do espaço fronteiriço como ocorreu no início do século 20, quando da questão do Acre junto à Bolívia. No caso venezuelano, agravado pela crise econômica e institucional que acompanhou o segundo governo de Carlos Andrés Perez.

O advento da Nova República alterou as percepções brasileiras ao introduzir a consolidação democrática e as boas relações com os países vizinhos, principalmente com a Argentina e a Venezuela, e ao mesmo tempo manteve vestígios do período ditatorial como a preocupação com uma possível insurgência revolucionária. Enquanto o relacionamento com a Argentina esfriava as tensões e abria o caminho para a formação do Mercosul, tentou-se paralelamente, construir um eixo entre Brasília e Caracas, com a finalidade de equilibrar possíveis problemas nas relações com a Argentina (CERVO, 2001a). No entanto, os problemas fronteiriços adiaram a consolidação desse eixo.

Ao mesmo tempo deteriorava-se consideravelmente a situação interna colombiana. Grupos guerrilheiros controlavam extensões do país, aumentando os índices de violência que já se encontravam elevados em decorrência das disputas entre cartéis pelo lucrativo mercado de drogas. Atingindo, até mesmo, a legitimidade do governo central com vários casos de envolvimento de autoridades com os cartéis. Assim, tanto para o Brasil quanto para a Venezuela, os desdobramentos da crise colombiana passaram a fazer parte do planejamento de suas políticas de segurança, questão que se agravou com o crescente envolvimento do

governo norte-americano, o que representava a intervenção não só de um governo alheio ao subcontinente, mas da maior potência do planeta.

Também, dentro de uma ótica presente na Guerra Fria, a situação interna da Guiana e do Suriname, despertava preocupações. O envolvimento dos governos desses países com Cuba representava para o Brasil, em menor grau, a intervenção de países socialistas em países com baixos elementos de governabilidade. E, em maior grau, o temor de uma intervenção direta por parte de Washington, como ocorrera em Granada, assim reproduzindo nesses vizinhos os embates típicos da Guerra Fria. Agravados pela fragilidade e porosidade das fronteiras, o que poderia provocar o transbordamento para o lado brasileiro.

Cada vez mais, os temas de segurança foram se regionalizando, tanto para o Brasil quanto para a Venezuela. Esse fenômeno, ou seja, a região, como conjunto espacial privilegiado vinha ganhando importância durante a Guerra Fria. No entanto, estavam ocultos pela estratégia *Mutual Assured Destruction* (Mútua Destruição Garantida). Conforme esse temor enfraquecia, ficava evidente o sentido regional das percepções quanto à segurança. Assim, o quadro analítico configurou-se complexo porque era necessário construir cenários em todos os níveis, aumentando enormemente as variáveis. Por fim, os extremos de subjetividade encontrados nas desconstruções se contraporiam ao racionalismo dos modelos estatísticos. O que na classificação de Bobbio pode ser considerado como uma metaciência, isto é:

[...] do estudo da política em um segundo nível, que não é aquele direto, da busca científica compreendida como estudo empírico dos comportamentos políticos, mas aquele, indireto, da crítica e legitimação dos procedimentos através dos quais é conduzida a pesquisa no primeiro nível. (BOBBIO, 2000, p. 69)

Deste modo, o fim da Guerra Fria não só permitiu novos posicionamentos dos Estados diante dessa complexidade, como elevou as possibilidades teóricas para a compreensão desses fenômenos. O rápido e imprevisível desaparecimento da União Soviética encerrou o domínio das teorias realistas, uma vez que, dentro da sua ótica, o desequilíbrio sistêmico com a saída de um dos polos de poder global deveria ter provocado seu colapso. No entanto, como argumenta Waltz,

With so many of the expectations that realist theory gives rise to confirmed by what happened at and after end of the Cold War, one may wonder why realism is in bad reputed. A key proposition derived from realist theory is that international politics

reflects the distribution of national capabilities, a proposition daily borne out. Another key proposition is that the balancing of power by some states against others recurs. Realist theory predicts that balances disrupted will one day be restored. A limitation of the theory, a limitation common to social science theories, is that it cannot say when. (WALTZ, 2000, p. 27)

Uma das afirmações que os estudiosos do campo das relações internacionais apresentaram para explicar o mundo pós Guerra Fria foi a diminuição do papel do Estado como ator principal. Nesse novo cenário, ocorreriam mudanças significativas quanto aos dilemas, objetivos, agendas, processos interativos e distribuição de poder entre os antigos e os novos atores (ROSENAU, 1991).

Abriu-se espaço para novas percepções e para novas construções epistemológicas na tentativa de entender essa proposta multicêntrica. Os temas de segurança, até então praticamente reservados à esfera estatal e limitados a temas relacionados com a soberania, perderam posições quanto à prioridade, para os governos, e, ao mesmo tempo, foram dispersos em tópicos mais amplos. Como destacou Buzan (1991), após a Guerra Fria essa ampliação ocorreu tanto horizontalmente, com a diversificação dos temas, como verticalmente, com a inclusão de novos atores. Desta forma, ocorreu a diluição dos temas relacionados com a segurança.

Para os países desenvolvidos tais alterações permitiram a emergência de temas como a ampliação dos direitos humanos, da democracia representativa como sistema político preferencial e da melhoria da qualidade ambiental. Já para os países em desenvolvimento a agenda econômica ganhou mais importância. Questões como o endividamento junto às instituições multilaterais ou privadas e a busca de políticas para a estabilidade financeira foram tratados com a mesma gravidade que as prováveis causas dos conflitos então existentes.

1.1.- O Complexo Regional de Segurança da América do Sul.

Nas últimas décadas do século 20, os temas econômicos ocuparam o centro das agendas governamentais dos países da América do Sul. A busca para alcançar melhores níveis de desenvolvimento levou-os a um período de endividamento externo de grandes proporções, como também a elevados índices de inflação.

Outro fenômeno que ocorreu simultaneamente em vários países foram os processos de redemocratização. Antagonismos históricos foram superados e novas divergências, aparentes ou não, emergiram nesse período. O exemplo paradigmático foi a aproximação entre a Argentina e o Brasil.

Após décadas de desconfianças mútuas, os governos de Brasília e de Buenos Aires, com o Mercosul, construíram um mecanismo de cooperação regional que, para além de seu caráter comercial, vem se consolidando como um modelo estabilizador. Esse processo de estabilização vem reforçar as características regionais como variável independente para a construção de um modelo explicativo, reforçando as seguintes premissas:

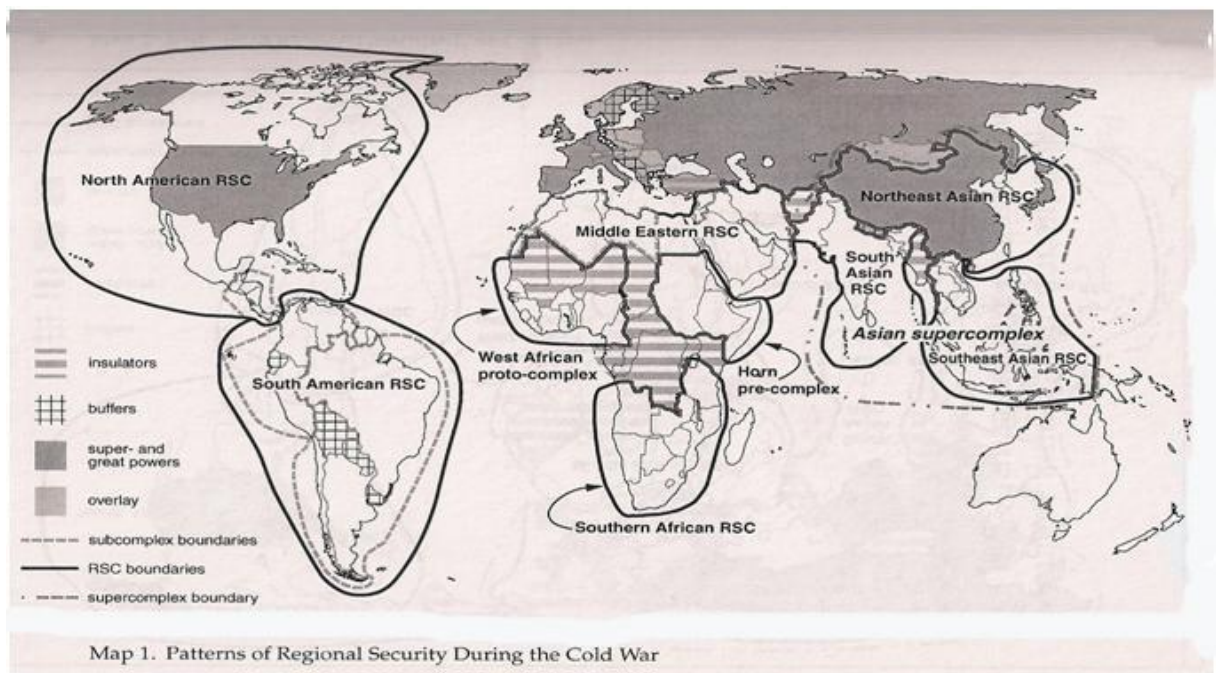
The first one is that regionalism is a response to globalization and a reaction to the diverse aspects of global processes in their entirety. As indicated in much of the literature, globalization is a many-faceted phenomenon, eliciting both positive and negative impacts for countries, and the latter have the opportunity to respond through regionalism as both a defensive and an offensive strategy.

The second premise is based upon the recognition that regionalism emerges from the internal dynamics of the region, and the motivations and strategies of regional actors. Just as there are many models of regionalism around the world, with no dominant paradigm to which all countries and regions subscribe, so too we can find a degree of diversity in how regionalist processes are understood and conceptualized in the literature. (FARREL, 2005, p. 02)

Autores como Buzan (1991) e Buzan e Wæver (2003) classificam a América do Sul como um dos complexos regionais de segurança (mapas 01 e 02). Para eles, a região está dentro de “regime de segurança”, ou seja, posição intermediária entre “formações conflituais” e “comunidades de segurança”. Para fundamentar essa afirmativa eles desenvolveram a *RSCT*:

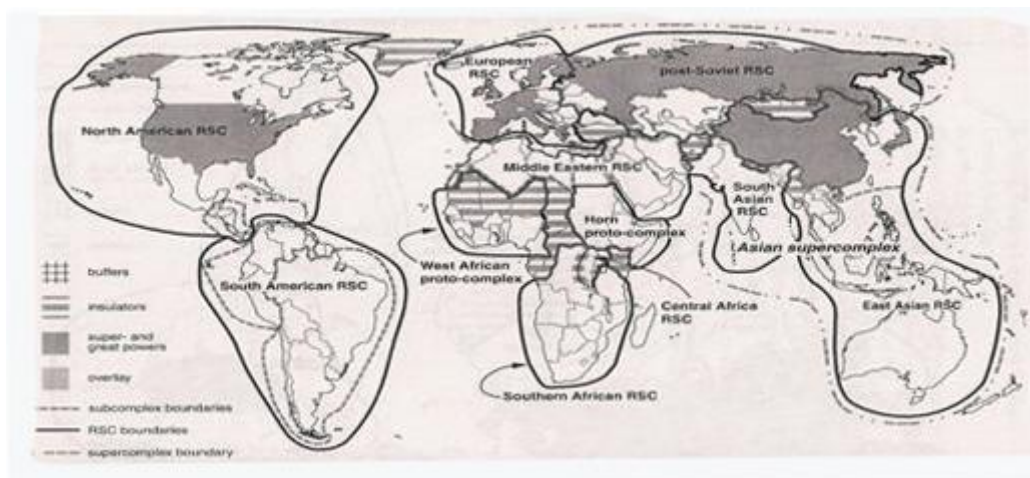
The argument in this book is that *regional security complex theory* (RSCT) enables one to understand this new structure and to evaluate the relative balance of power of, and mutual relationship within it between, regionalizing and globalizing trends. RSCT distinguishes between the system level interplay of the global powers, whose capabilities enable them to transcend distance, and the subsystem level interplay of lesser powers whose main security environment is their local region. The central idea in RSCT is that, since most threats travel more easily over short distances than over long ones, security interdependence is normally patterned into regionally based clusters: security complexes. (BUZAN & WÆVER, 2003, p. 03)

Mapa 01 – Padrões de Segurança Regional durante a Guerra Fria.



Fonte: Buzan e Wæver (2003)

Mapa 02 - Padrões de Segurança Regional após a Guerra Fria.



Fonte: Buzan e Wæver (2003)

Os autores dividem a América do Sul em dois subsistemas: o Cone Sul e os Andes Norte. Enquanto o Cone Sul consolida uma formação próxima de uma comunidade de segurança, a região andina ainda possui características de uma formação conflituosa. Concorda-se com a definição de uma América do Sul como um regime de segurança. Uma vez que, após mais de meio século sem um grande conflito entre Estados¹⁴, a região convive com vários problemas de segurança, sejam internos, como a exclusão de parcelas significativas de suas populações, ou externos, como as várias formas de crimes transfronteiriços.

Para os objetivos desta Tese se faz necessário dialogar entre a Filosofia e as Relações Internacionais, uma vez que os conceitos utilizados, como os de segurança e defesa, são imprecisos e, dependendo da corrente teórica adotada, podem ser até mesmo contraditórios. Para tanto, localizaram-se as Relações Internacionais dentro de um campo de estudo mais amplo denominado Ciências Políticas.

Há que diferenciar as Ciências Políticas da Ciência Política. A primeira engloba todas as disciplinas que têm como tema central os estudos das relações de poder ou relações políticas, entendidas como o "conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado"

¹⁴ O último conflito de grandes proporções travado na região foi a Guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai (1932-1935). Já a Guerra das Malvinas/Falklands, disputada entre a Argentina e o Reino Unido (1982), teve a participação de uma potência extrarregional.

(WEBER, 1989, p. 56). Mesmo preservando seus objetos de estudo, suas comunidades epistêmicas, suas referências teóricas e filosóficas.

Como todas as relações sociais são relações de poder, tornar-se difícil uma definição exata, conclusiva de que é poder. Por exemplo, a definição elaborada por Michel Foucault (1985, p. 175): "o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe".

Assim, a disciplina Relações Internacionais está ao lado da História, do Direito, da Sociologia Política, da Antropologia Política, da Geografia Política e da Psicologia Social. Dedicando parte de seus estudos às relações políticas no seu mais alto grau, ou seja, entre os Estados.

Por outro lado, a Ciência Política limita-se a uma faixa de estudos que tem como ponto central o Estado como unidade, desde a sua formação histórica e antropológica. Ela analisa a constituição dos diversos sistemas políticos, os conflitos sistêmicos e as formas de controlá-los. Dedicando-se aos estudos institucionais e às formas de participação. Também incorpora a história das ideias políticas e das ideologias políticas. E descreve os fundamentos da obediência, amparada ou não no uso legítimo da violência.

Retornando a Max Weber (1989, p. 56), em sua Sociologia do Estado, o concebe como "uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*". Por ser o território elemento essencial do Estado impõem-se duas considerações: a) como parte do espaço, definido por Milton Santos (1991a) como produto das relações entre a natureza e a sociedade; e b) pelas formas de controle exercidas nessas relações, sendo a regionalização um dos principais mecanismos (CORRÊA, 1990, p. 48). Então, quando se fala em região, está implícita que a sua delimitação é uma ação política.

No caso da *RSCT*, os complexos regionais de segurança são construções analíticas centradas em graus de interação entre os países sobre temas de segurança; que, por sua vez, dependem dos temores e das aspirações das partes. No entanto, para Buzan e Wæver (2003, pp. 47-48), a formação de um complexo: "In order to qualify as an RSC, a group of states or other entities must possess a degree of security interdependence sufficient both to establish them as a linked set and to differentiate them from surrounding security regions". Para os autores é importante condicionar o significado de região aos seus próprios critérios de análises e não às percepções de políticos ou a ideias sedimentadas.

Diante das escolhas a serem feitas pelos analistas estão a valorização de elementos para diferenciar os diversos conjuntos e o retorno aos processos de securitização, visto que os graus de conectividade ou de indiferença sobre determinado tema, obrigatoriamente, dependem das escolhas do observador. No entanto, há limitações devido às assimetrias existentes no sistema internacional provocadas pela concentração de poder em mãos de uma superpotência, Estados Unidos, e de quatro potências mundiais: União Europeia, China, Japão e Rússia.

Para a *RSCT*, os limites de interação entre os complexos devem ser bem definidos e limitados. Uma vez que, essencialmente, os complexos são compostos por quatro variáveis: limites - eles são excludentes; estrutura anárquica, pelo menos duas unidades; polaridade, unipolar ou multipolar; e construção social, ou o tipo de modelo de anarquia (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 53). Definidos conforme os componentes: *standard* e *centred*.

Os complexos *standard* são de estrutura anárquica e podem ser unipolar ou multipolar, entretanto, sem a presença de uma potência mundial. Já os complexos *centred* obrigatoriamente estão compostos por uma potência mundial. Ou, no caso específico da União Europeia, por uma comunidade de segurança amplamente institucionalizada.

Abaixo das grandes potências globais encontram-se as potências regionais, responsáveis em delimitar os complexos por meio de suas relações. Entretanto, devido às estruturas, podem ocorrer diferenças:

In terms of amity and enmity, standard RSCs may be conflict formations, security regimes, or security communities, in which the region is defined by a pattern of rivalries, balances, alliance, and/or concerts and friendships. Within a standard RSC the main element of security politics is the relationship among the regional powers inside the region. Their relations set the terms for the minor powers and for penetration of the RSC by global powers. (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 55)

A América do Sul, complexo regional de segurança, é classificada como *standard* unipolar, tendo o Brasil como a potência regional. No entendimento de Buzan e Wæver (2003), a América do Sul é um complexo à parte em relação à América do Norte. Esta última, com a presença dos Estados Unidos a única superpotência, caracteriza-se por ser um *RSC centred*.

Não significa que a América do Sul não tenha importância para os Estados Unidos; no entanto, com exceção das questões relacionadas com as drogas e possíveis focos de atividades

terroristas, a dinâmica regional é respeitada. Esse distanciamento tem aumentado após a Guerra Fria: a) pelos vários encargos assumidos pela superpotência em outras partes do globo; e b) pela estabilização do Cone Sul. Nesse ponto os autores discordam de Mares (2001) quanto ao papel de “pacificador” desempenhado pelos Estados Unidos.

Setores de securitização diferenciados subdividem a América do Sul, como descrito anteriormente, em dois subcomplexos: Cone Sul e Andes Norte. No Cone Sul, composto pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai; o setor econômico ganha importância, via tentativas de desenvolvimento e pelos processos de integração¹⁵. Processos que têm diminuído consideravelmente as antigas tensões construindo um regime de segurança, com tendência para a formação de uma comunidade de segurança (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 317).

Enquanto no Andes Norte, composto por Colômbia, Guiana, Equador, Peru e Venezuela, as antigas tensões ainda continuam acompanhadas pela instabilidade política e as drogas. Quanto às drogas, o problema foi agravado com a posição norte-americana pós 11 de setembro:

The attacks of 11 September have raised an analytical question in this region too. Does the link become more global than interregional with a potential redefinition of the US effort in and around Colombia as part of ‘the war on terrorism’ (a global effort) rather than ‘the war on drugs’ (de facto hemispheric)? So far this has not been the case, because the activities are not tightly integrated into a coherent ‘war’ that structures in any systematic way. It is mostly a relabeling and a legitimization of conducting the war on drugs as a counterinsurgency operation, as several actors had wanted for a while. (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 328).

Sobre a posição do Brasil, como potência regional, há que se destacar que, em relação ao Cone Sul, o mesmo exerce um papel fundamental. Daí a relevância do Mercosul como uma base para uma integração mais profunda¹⁶. Já para o subcomplexo Andes Norte, o papel brasileiro é secundário, uma vez que a sua atuação é muito reduzida, limitada à vigilância fronteiriça. Mesmo assim, o deslocamento estratégico que vem sendo operado pelo Brasil

¹⁵Para Bernal-Meza (2005), há décadas que os países desta região afluem para processos de desenvolvimento e de integração. Tanto os seus governos, quanto parte de seus acadêmicos, como é o caso de Raúl Prebisch, apontado como fundador do pensamento científico latino-americano em Relações Internacionais.

¹⁶VALADÃO (2004-2005), destaca que o Mercosul, mais o Chile, devem ser a base de um projeto regional de segurança.

rumo à Amazônia merece maiores considerações, em razão do aumento das desconfianças dos vizinhos em relação aos verdadeiros motivos dessa expansão.

1.2- A Segurança Amazônica.

Como foi apontado, um dos fatores de insegurança regional está diretamente relacionado com os fluxos transfronteiriços. Ao contrário do que ocorre nas zonas fronteiriças estabilizadas no Cone Sul e na Andes Norte, impera a instabilidade nas extensas e desguarnecidas fronteiras da Amazônia. Parte desse problema está diretamente relacionado com as incapacidades estatais de controle sobre a região, como afirma Holsti:

Geostrategic analysis also underlines the relative weakness of South American countries' military capabilities. The low incidence of war derives perhaps less from effective deterrence than from the insurmountable problems of projecting power in peripheral regions. Child (1985: 8-9) points out that distance, mountains, rivers, and climatic extremes separate the most prominent conflict zones from the actual centers of military power, which are mostly located within or near major coastal cities. South American militaries have not solved basic logistical problems and, for a variety of historical and cultural reasons, have not developed their naval and air power in comparison to their armies' capabilities. (HOLSTI, 2004, p 163)

Vale recordar que os conflitos fronteiriços entre o Equador e o Peru ocorreram nas suas fronteiras amazônicas. Fora a reivindicação boliviana para uma saída ao Pacífico, as demais disputas territoriais de grandes proporções se processam nessa região, como a reivindicação venezuelana sobre o Essequibo. Essas reivindicações são importantes fatores geopolíticos:

Geopolitical factors explain the seeming paradox between the region having more boundary questions than almost any other yet looking comparatively peaceful in a global perspective. Vast, thinly populated tracts make for weak control by the states at the edges, which are more easily contested than the core. Therefore the region has had little existential state-threatens-state security, but a lot of 'flexibility' at the outer reaches of the states. This explanation cannot be constructed in a mechanical way whereby expectations for the future become necessarily defined by the geopolitical factor. (BUZAN & WÆVER, 2003, p. 313).

Também, como será apresentado no Capítulo II, a Amazônia teve uma formação histórica diferenciada em relação aos outros dois subsistemas, visto que não ocorreram conflitos de grandes proporções na região. Principalmente devido a sua posição marginal em relação aos centros históricos e as suas características ecológicas, o que até hoje impossibilita o deslocamento terrestre de grandes contingentes. Exceção para as atrocidades cometidas às populações autóctones pelas metrópoles europeias e pelos Estados nacionais durante os processos de ocupação territorial.

Outra característica da Amazônia é o crescimento de sua relevância estratégica em razão de dois motivos: o primeiro, a diminuição das tensões no Rio da Prata, o que permitiu uma maior valorização da região. Processo que já vinha ocorrendo desde a década de 1960 no caso brasileiro. O segundo, a própria dinâmica regional, como apontada por Hurrell:

On the other the concerns and threat perceptions of the Brazilian military moved progressively away from Argentina and towards the Amazon region. This reflected perceived fears of subversion seeping down from the Caribbean (Cuba, Grenada, Suriname), of a spillover of guerrilla violence from the Andean region, as well as the need to reassert control over the extremely rapid and increasingly disorderly development of the Brazilian Amazon. This trend has continued and discussions of national-defence planning and procurement policy have focused less on the possibility of interstate conflict with Argentina and ever more on the need to police borders in the North, to control flows of gold-miners, to counter *narcotraffickers*, and to prevent the “internationalization” of the Amazon region. (HURRELL, 2000, p. 256)

Este quadro de valorização crescente da Amazônia para efeitos de segurança, ou o processo de securitização, como denominam Buzan, Wæver e Wilde (1998); significa que atores habilitados, ou os que a sociedade assim considera, percebem que um determinado fator político, entendido em sentido amplo, evoluiu para uma ameaça. Entretanto, os mesmos autores, ao descreverem casos de securitização relacionados com o meio ambiente, depreciam a importância que se atribui à Amazônia:

The Amazon region (and thus, to a large extent, biodiversity) would be protected best by leaving it alone, a decision that rests essentially with Brazilian government and a few business enterprises. The global dimension is present but not as overwhelmingly as is often suggested. (BUZAN; WÆVER e WILDE, 1998 p. 85).

Em direção oposta, posiciona-se Cervo:

O risco de uma intervenção na Amazônia, a pretexto de apoiar o governo da Colômbia em sua guerra contra a guerrilha e o narcotráfico, mas objetivando apropriar-se dos recursos naturais da região, cresceu no bojo da política de Bush de combate ao terrorismo, após os atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova York. (CERVO, 2008, pp. 235-236)

Como exemplo de um processo de securitização cita-se a reportagem especial “Em que os militares miram”, de Otávio Cabral, publicada na revista *Veja*, edição 2036 de 28 de novembro de 2007. Foram aplicados 2.000 questionários, em 24 estados, e ouvidos 384 membros do Exército, em dezenove cidades. Entre as perguntas formuladas, a que obteve índices maiores entre as opiniões tanto dos civis como a dos militares foi: se a Amazônia correria o risco de ser ocupada por potências estrangeiras. Entre os civis, 72,7 % responderam sim, e entre os militares, 82,6% também responderam sim.

Essa preocupação quanto à soberania brasileira sobre a Amazônia, fundamentada ou não, tem levado as autoridades brasileiras a adotarem, no curso das últimas cinco décadas, políticas ora de contenção, ora de aproximação com os vizinhos. O avanço estatal sobre a região, nas décadas de 1960 e 1970, com a abertura de estradas e o deslocamento de populações, proporcionou um clima de insegurança regional. Naquela época, enquanto para o Brasil o importante era consolidar o seu território, para os demais países ficavam dúvidas sobre as verdadeiras intenções brasileiras. Exemplos como a conquista do Acre reforçavam os temores.

O esgotamento do projeto desenvolvimentista durante a década de 1970, o aumento das tensões na bacia do Rio da Paraná e a emergência de temas socioambientais favoreceram uma mudança da política regional por parte do Brasil. Daí o temor de um processo de "internacionalização da Amazônia", a partir de novas ameaças, representadas pela modificação do conceito de soberania, tornando-a mais restrita, ou por formas variadas de intervenção de potências extrarregionais, respaldadas ou não por uma instituição multilateral.

Como resposta ocorreu a implantação do Tratado de Cooperação Amazônico. O TCA foi uma garantia dada pelo Brasil aos outros condôminos de que os seus projetos estariam limitados às suas fronteiras. E, ao mesmo tempo, igualando para efeitos políticos assimetrias como o Brasil e a Guiana, com a intenção de atuar em bloco diante dos desafios impostos aos

interesses das partes. Todavia, a baixa institucionalidade, acompanhada pelo agravamento de problemas internos como crise econômica comum, o avanço da narco guerrilha (principalmente na Colômbia) e os primeiros sinais da deterioração do sistema político venezuelano, fizeram com que o TCA recuasse, como resposta eficaz. Pelo menos essa foi a percepção brasileira ao iniciar o Projeto Calha Norte¹⁷. Para Martins Filho (2003, p. 264): “neste quadro, ao invés de falar de *novas ameaças*, no sentido de surgimento de outras preocupações estratégico-militares com respeito à Amazônia, talvez fosse mais correto falar de um *novo quadro* de percepção de ameaças antigas”.

O PCN, concebido para isolar as fronteiras amazônicas brasileiras de possíveis *spillover* das ações ou reações por parte dos vizinhos na busca de soluções de seus problemas internos, como o narcotráfico e as guerrilhas, a presença cubana em tempos de Guerra Fria e a emergência autonomista indígena, não fora eficaz para reter nos limites do território nacional os desdobramentos decorrentes das suas políticas regionais. Destarte, o transbordamento para o território venezuelano de milhares de garimpeiros reacendeu antigos temores sobre o expansionismo brasileiro, e quase inviabiliza a construção de um importante eixo integracionista¹⁸, que então estava em sua fase embrionária.

Para Gehre (2011, p. 414), quanto à primeira onda “entre 1979 e 1988 não houve uma “diplomacia pendular” entre o Cone Sul e a Amazônia-caribenha orientando a política exterior do Brasil, mas a elaboração de um conceito complexo de regionalismo: não poderia prevalecer a integração em um dos fronts sul-americanos, devendo triunfar em toda a América do Sul”. Uma vez solucionados os problemas fronteiriços entre o Brasil e a Venezuela deu-se prosseguimento à segunda onda de adensamento, beneficiada pelas presenças de Rafael Caldera, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Fatores como a então estabilidade política venezuelana e a complementaridade econômica favoreceram essa opção brasileira. Além de ter com a Venezuela uma importante parceria para equilibrar a forte presença norte-americana no norte do subcontinente, no Caribe e na América Central, via Grupo do Rio¹⁹.

¹⁷O mesmo será objeto de estudos mais profundos no Capítulo III.

¹⁸Para Cerro (2008, p. 216), o governo do Presidente José Sarney iniciou dois processos de formação de eixos: um ao sul, com a Argentina e o outro ao norte, com a Venezuela.

¹⁹Criado em 1986, pelos países do Grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela), e pelos países do grupo de apoio ao Grupo de Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai). Teve, inicialmente, uma atuação importante na resolução dos vários conflitos ocorridos na América Central. Posteriormente, ampliou o número de participantes e o raio de sua atuação. Atualmente, foi incorporado pela Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe – CELAC, totalizando 35 países.

Já para a Venezuela, a aproximação com o Brasil tencionava equilibrar duas frentes: uma diplomática, diante dos problemas fronteiriços com a Colômbia e com a Guiana - jogar pelo menos com a neutralidade brasileira; e uma geopolítica, ao abrir o eixo sul de integração - o eixo amazônico, o Estado marcar presença na metade de seu território.

Portanto, muito mais que uma parceria, a intensificação das relações entre o Brasil e a Venezuela configurava uma aliança regional próxima, em densidade, aos avanços ocorridos no Mercosul, blindando, então, a Amazônia de qualquer tentativa intervencionista. Porém, com as mudanças políticas implantadas pelo Presidente Hugo Chávez, principalmente após 2003, surgiram novos desafios para a segurança regional:

A política externa da Venezuela passou a dar uma alta prioridade às relações coma a América como um todo, e, especialmente, a América do Sul, o que tem resultado numa dinâmica dupla de cooperação e conflito com alguns países sul-americanos, especialmente com o Brasil, embora com este último país o conflito seja mais encoberto do declarado. (VILLA, 2007, p. 5)

1.3 – Novas Estratégias Regionais.

Mapas 03 - Agenda da IIRSA



Fonte: www.iirsa.org

Duas eleições marcaram o ano de 1998 no cenário regional: a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, e a primeira vitória de Hugo Chávez, na Venezuela. O segundo mandato de Fernando Henrique, em termos de segurança, foi marcado por duas importantes ações: uma interna e a outra externa. A interna foi a criação do Ministério da Defesa, que, para Oliveira (2005, p. 119), “representou a mais importante reforma no campo da Defesa Nacional na história republicana em condições de normalidade democrática”.

A externa foi a proposta da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), um ambicioso projeto de interligação reunindo os doze Estados sul-americanos, fruto de uma reunião entre os presidentes sul-americanos realizada em agosto de 2000, em Brasília. A IIRSA divide o subcontinente em dez eixos de integração, divididos em três setores: transportes, comunicações e energia; cujos projetos estão sendo financiados em

parcerias pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID, Corporación Andina de Fomento - CAF²⁰ e Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca Del Plata - FONPLATA²¹.

Mesmo não sendo uma iniciativa diretamente relacionada com a temática de segurança, ela tem sido importante por identificar os problemas estruturais como uma das causas da baixa efetividade dos processos de integração e, ao definir eixos, demonstrou a necessidade de esforços conjuntos para superar os entraves ao desenvolvimento.

Outra proposta que nasceu na cúpula presidencial de 2000 foi a de uma associação política sul-americana. Proposta que ganhou corpo durante a III Reunião de Chefes de Estado Sul-Americanos, realizada em Cuzco, em dezembro de 2004, com a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações. Esta teve o nome alterado para União das Nações Sul-Americanas, quando da II Reunião Extraordinária, em 2007.

Paralelamente à criação da IIRSA, ocorreu o processo de institucionalização do TCA com a criação da OTCA. Criada em 1998, teve a sua implantação em dezembro de 2002. Mesmo sem ter tido efetividade na definição e na execução de programas e de políticas conjuntas para a Amazônia, a OTCA vem cumprido com o seu papel de blindar a Amazônia de possíveis pressões. Como demonstram as posições comuns quando da proximidade de fóruns internacionais sobre temas diretamente relacionados com a região. Logo, as três reuniões presidenciais que ocorreram (1989, 1992 e 2009) serviram para afirmar o exercício soberano das partes.

Esses esforços por parte dos países sul-americanos e amazônicos tiveram a iniciativa ou, no mínimo, o apoio decisivo do Brasil. E apontam para a estratégia regional brasileira: multilateralismo e institucionalismo. Mesmo com a mudança de governo, ocorrida em janeiro de 2003, as práticas integracionistas foram mantidas e aprofundadas, o que afastou a possibilidade de um possível distanciamento brasileiro do subcomplexo Andes Norte.

Neste ponto, a *RSCT* não se ajusta diante do processo de securitização da Amazônia. Os autores reconhecem a importância do Brasil como pivô do Complexo de Segurança da América do Sul, mas, como já foi exposto, sua participação no subcomplexo Andes Norte tem

²⁰ Fundado em 1968, inicialmente pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Atualmente denomina-se Banco de Desenvolvimento da América Latina e, além dos membros fundadores inclui a Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Portugal, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai. Dados obtidos em 05/03/2012, no site: <http://www.caf.com/view/index.asp?ms=19>.

²¹ Criado em 1974, dentro do Tratado da Bacia do Prata, é composto pela Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Dados obtidos em 05/03/2012, no site: <http://www.fonplata.org/default.aspx>.

sido secundária. Porém, o país vem valorizando politicamente a Amazônia como na Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005). E como será apresentado no Capítulo II desta obra, historicamente, desde o Tratado de Madrid (1750), políticas de segurança têm garantido a soberania brasileira sobre a sua parcela.

Processo que tende a se intensificar com o aumento de sua importância econômica em termos de geração de energia (petróleo, gás e hidrelétrica), de reservas minerais e as possibilidades futuras de utilização de sua biodiversidade. Também se vislumbram problemas de ordem social quanto à valorização dos direitos das populações autóctones e tradicionais, e os possíveis desdobramentos internacionais que poderão se apresentar. Além dos efeitos ambientais provocados pela ocupação desordenada.

Outra questão fundamental é o papel que as atuais potências globais irão desempenhar neste subcomplexo. Mesmo com os desafios impostos por participar de várias frentes em volta do planeta, não se desconsideram as imensas capacidades dos Estados Unidos. Ainda que admitindo a afirmativa de Buzan e Wæver (2003), de que a América do Sul foi o complexo em que o fim da Guerra Fria trouxe menos alterações, a possível ascensão de uma potência regional como o Brasil poderá alterar substantivamente a interseção de níveis de segurança²². Outro fator de securitização é a crescente influência chinesa, que tem aproveitado os espaços deixados pela superpotência e que, no futuro, poderá atrair para a sua órbita os países cujos centros estão localizados no Pacífico.

Uma variável dependente desses possíveis desdobramentos é a atuação venezuelana. Desde o final da década de 1950, com a democratização do país e a estabilidade advinda da indústria petrolífera, a Venezuela procurou manter uma cômoda posição: fora uma aliada dos interesses hemisféricos norte-americanos, contudo, com certa dosagem de autonomia, como as suas posições na OPEP e sobre as várias crises na América Central e no Caribe. Então, suas atenções com respeito à segurança regional estavam voltadas quase que exclusivamente para a instável fronteira com a Colômbia.

Em relação ao Brasil, visto como “el gigante del sur”, há o quase impenetrável maciço guianês como garantia de possíveis ameaças. Todavia, foi justamente por esse espaço que penetraram os garimpeiros, expondo, além das deficiências de segurança em relação às fronteiras meridionais, a necessidade de ações para incrementar uma sólida parceria estratégica. Deram-se então, várias reuniões de alto nível que culminaram com o Protocolo de

²²Retornar-se-á a esta discussão no Capítulo IV.

La Guzmanía, assinado pelos Presidentes Itamar Franco e Rafael Caldera, em março de 1994. Um marco nas relações entre os dois países, com mudanças significativas nas políticas externas, aproximando-as e, ao mesmo tempo, construindo laços regionalistas (GEHRE, 2011, p. 437).

Desde então, elas vinham crescendo em número e grau, como as visitas presidenciais, as várias reuniões de alto nível, os acordos em diversas áreas e a execução de projetos binacionais. E, mesmo com a posse do Presidente Hugo Chávez, e as incertezas diante de um novo arranjo político fora do tradicional “Pacto de Punto Fijo”, intensificavam-se. Esse adensamento caminhava para um modelo comportamental que poderia se tornar um exemplo de política regional.

Porém, o ano de 2002 foi repleto de desafios que puseram à prova o amadurecimento político do Brasil e da Venezuela. No caso do primeiro, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva foi um momento de dúvidas sobre qual seria o seu comportamento na presidência. Vindo de um partido com um programa socialista, muitas especulações circulavam sobre como administraria os grandes desníveis socioeconômicos. Recebeu o apoio incondicional de Hugo Chávez que vislumbrava a formação de uma aliança socialista.

Na Venezuela as tensões políticas chegaram ao seu clímax quando do golpe de Estado de abril. Daí o apoio à ordem institucional por parte do Brasil, seja por pronunciamentos, seja por medidas concretas, como o envio de um navio de combustível quando da greve petroleira que praticamente paralisou o país. Para Brasília, era importante a estabilidade venezuelana porque, naquele momento, o êxito golpista poderia desequilibrar toda a região. Além da incerteza sobre a aproximação iminente.

Posta a sua liderança à prova, como no referendo revocatório, Hugo Chávez iniciou mudanças para consolidar-se no poder: reforçou o centralismo, que já era uma de suas principais características, ampliou a oferta de serviços públicos à população mais carente via “misiones” e iniciou um programa de reestruturação dos meios militares, instalando a Milícia Bolivariana e renovando parte de seu material de defesa. No campo externo, operava-se o distanciamento cada vez maior em relação a Washington, iniciado já no seu primeiro ano de governo e aprofundado com a possível participação norte-americana nos acontecimentos de abril de 2002²³.

²³Retornar-se-á a esta discussão no Capítulo IV.

Paralelamente, ocorreu um maior acercamento com Cuba, Líbia, Iraque, Irã, Rússia e China. Estes dois últimos como importantes fornecedores de materiais de defesa.

Já com Cuba, Chávez não só aprofundou as boas relações como abonou a fundação da ALBA. Fundada como “Alianza Bolivariana para las Américas”, em dezembro de 2004, teve a sua denominação alterada, em 2009, para “Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América”. De início foi uma resposta ao projeto norte-americano da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), mas transformou-se em uma internacional socialista no âmbito latino-americano e caribenho. Entre os seus membros estão, além da Venezuela e de Cuba: Antigua e Barbuda, Bolívia, Dominica, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadinas²⁴.

Outra estratégica desenvolvida pelo governo de Hugo Chávez foi a utilização do petróleo e de seus derivados como um importante fator político. Assim, em 2004, nascia a PetroCaribe, um acordo de cooperação energética implementado pela PDV Caribe, filial da PDVSA. Esse acordo teve como objetivos facilitar o acesso de petróleo e derivados venezuelanos a 13 nações latino-americanas e caribenhas, mediante preços diferenciados, financiamentos especiais e auxílios para implantação de refinarias e depósitos. Atualmente pertencem ao acordo além da Venezuela: Antigua e Barbuda, Bahamas, Belice, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristovão e Neves, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Suriname.

Entre os 35 Estados que compõem a OEA, 20 fazem parte da ALBA ou do PetroCaribe. Dos 17 sócios do Caricom apenas dois não aderiram ao PetroCaribe. E dos oito membros da OTCA cinco estão envolvidos em uma das duas iniciativas. Por conseguinte, a estratégia integracionista de Caracas tem atraído um significativo número de adeptos, inclusive com a exportação de seu ideário quando da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, em 2006. Outro exemplo significativo foi a reação venezuelana diante da crise provocada pela Colômbia, quando tropas colombianas invadiram o território equatoriano para atacar um acampamento da Farcs.

Vários autores²⁵ têm sinalizado que uma disputa entre o Brasil e a Venezuela, pela liderança regional, está em curso. Em termos de capacidades, tanto econômica quanto militar, o Brasil leva uma grande vantagem. Porém, há que se levar em conta outros fatores, como a política exterior e as opções estratégicas, principalmente sobre a Amazônia.

²⁴ Disponível no site: www.alianzabolivariana.org. Acessado em 01 de fevereiro de 2012.

²⁵ Villa (2007), Arellano (2009) e Gehre (2011).

Para Buzan e Wæver (2003), o posicionamento brasileiro sobre a Amazônia poderá ser a variável dependente em relação ao subcomplexo Andes Norte. Políticas mais incisivas poderão afastar os demais países, aproximando-os ainda mais da influência norte-americana e, conseqüentemente, do *RSC* da América do Norte. Como foi durante a fase inicial do PCN, quando a falta de transparência do governo brasileiro gerou uma onda de descontentamentos e desconfianças.

Caso mantenha a postura de um observador vigilante, poderá dar cada vez mais espaços para lideranças como Hugo Chávez que, para Arellano (2009, p. 132), “tanto a personalidade de Chávez, direta e confrontativa, como a orientação da estratégia internacional do país se tornam cada dia mais conflituosas – e, em certa medida, autoritárias”. O que poderá levar a um novo ciclo de autoritarismo e ao aumento da polarização entre os socialistas e os demais. Até mesmo com a possibilidade de mudança no papel norte-americano: de penetração para sobreposição²⁶.

Sem fazer projeções, fica evidente que o *RSC* América do Sul tem no Brasil a sua força centrípeta. E, como para este país, a Amazônia, além de ser uma de suas opções estratégicas (a outra é o Atlântico Sul), é a sua projeção para sete dos dez países que compartilham fronteiras. Também se pode falar de diversas amazônias: a atlântica, a guianense-caribenha e a andina, dependentes da vontade política brasileira para soldá-las. Daí a possibilidade futura de se ampliar, cada vez mais, os processos de securitização regional sobre a Amazônia, ao ponto de se chegar um subcomplexo Amazônico.

²⁶Buzan e Wæver (2003, p. 309).

Considerações Parciais.

Este capítulo iniciou-se com uma breve resenha histórica dos acontecimentos mundiais no período de estudo compreendido por esta tese. É quase consensual que o fim da Guerra Fria foi o marco histórico da segunda metade do século 20. Todavia, mesmo na configuração bipolar havia espaço para os temas regionais de segurança. O que a disciplina Relações Internacionais tem procurado teorizar em uma linha de estudos denominada regionalismo, que, de início, buscava novas respostas para os problemas para além do confronto entre as superpotências.

Buzan (1991), imediatamente após o fim da Guerra Fria, apresentou o conceito de complexo regional de segurança, como um conjunto de variáveis agrupadas em torno da proximidade geográfica, e que podem afetar as percepções de ameaças dos Estados. Mas também iniciou uma corrente teórica que permite tratar de segurança para além de uma visão militarista, adicionando fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais.

Junto com Wæver (2003), apresentou a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança que não só aprofunda o conceito de complexo regional, como divide o mundo em supercomplexos, complexos, subcomplexos, protocomplexos, semicomplexos e países isolados. Para os autores, a América do Sul é um complexo devido as suas características próprias, como a formação histórica e as especificidades que lhe são comuns, como ser considerada como uma região de “paz violenta”. Eles também a subdividem: o Cone Sul e o Andes Norte.

O subcomplexo do Cone Sul tem como característica o fato de ter relações entre os Estados próximas ao modelo de comunidade de segurança. Porém, durante o século 19, a região foi palco de várias guerras, inclusive com graus de perversidade como foi a Guerra da Tríplice Aliança, aliança da Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai. Já no século 20, a disputa pela hegemonia foi o fator dominante, tanto entre a Argentina e o Brasil, como entre a Argentina e o Chile. No mais, levando a um conflito de grandes proporções como foi a Guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai. Paralelamente, ocorria a guerra interna das ditaduras contra os movimentos de oposição, ora denominados subversivos, ora denominados revolucionários.

Já os países do subcomplexo Andes Norte, no século 19, em um primeiro momento, tiveram que se recuperar das guerras de independência. Também ocorreram disputas entre a

Colômbia e o Peru sobre a independência do Equador. E sobre o território boliviano envolvendo a Argentina, o Chile e o Peru. E foi sobre esse tema que ocorreu a mais importante guerra, a do Pacífico, envolvendo de um lado a Bolívia e o Peru e do outro o Chile. Após a vitória chilena, a Bolívia perdeu a sua faixa litorânea, motivo de controvérsias até a atualidade.

Entre os dois subsistemas está a Amazônia, com a sua grandeza e complexidade. Dividida entre oito Estados e uma possessão francesa é uma das regiões que mais desperta interesses, pela diversidade socioambiental e pelas reservas minerais, energéticas e aquíferas.

Entre os seus condôminos destacam-se dois países: Brasil e Venezuela. O primeiro por exercer a sua soberania na maior parcela da Amazônia, sendo responsável pela vigilância da entrada da sua principal via – o Rio Amazonas. E outro, pela entrada do segundo complexo mais importante que é o Rio Orenoco, em cujas margens se encontram imensos depósitos de hidrocarbonetos e uma das maiores reservas disponíveis de hidreletricidade.

No próximo capítulo, será apresentado um histórico da ocupação da Amazônia pelas potências europeias, do século 16 até o período da formação dos Estados nacionais. Com destaque para os procedimentos que levaram ao Tratado de Madrid (1750), entre Espanha e Portugal. E o período imediatamente posterior, com a ascensão do Marquês de Pombal em Portugal e suas ações na Amazônia. Destaques para a entrada da Inglaterra nesse cenário e as pressões para a abertura da navegação do Rio Amazonas.

Também serão abordadas as políticas de definição das fronteiras amazônicas e os conflitos territoriais decorrentes da extração da borracha, atividade que inseriu definitivamente a região na economia mundial. E a sua relevância para o planejamento geopolítico brasileiro como grande reserva nacional. A pretensão é demonstrar que a Amazônia tem sofrido processos de securitização autônomos, diferenciados dos subcomplexos Cone Sul e Andino Norte.

Capítulo 2 – A Presença do Estado na Amazônia.

O então Ministro de Assuntos Estratégicos, Professor Roberto Mangabeira Unger, após uma visita à Amazônia, apresentou o trabalho “Projeto Amazônia – Esboço de uma Proposta”²⁷. Nele estavam inseridas duas estratégias para essa região. Uma para as áreas já desmatadas e urbanas; e a outra para as áreas preservadas. Apesar das várias críticas que foram feitas após a apresentação desse trabalho, pode-se validá-lo pelas seguintes razões: priorizava a Amazônia como região mais estratégica para o país e apontava para o manejo dela como uma ação política vital para a construção da nacionalidade. Desta forma, parecia que a Amazônia estaria no centro das discussões sobre o futuro do país.

No entanto, após a saída do Professor Mangabeira Unger da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o projeto foi esquecido e a região retornou a seu lugar secundário no cenário político nacional. Em linhas gerais, somente quando ocorrem tragédias como o assassinato da missionária Dorothy Mae Stang, ocorrido em Anapú, Pará, em 12 de fevereiro de 2005, ou quando da instalação de projetos polêmicos como o da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, também localizada no Pará, é que a região volta a ocupar lugar de destaque na mídia e nas esferas governamentais. Dentre as instituições nacionais a exceção são as Forças Armadas que, ao longo do tempo, vêm aumentando o grau de importância da região para efeitos de planejamento e execução.

Planejar e executar na Amazônia representam desafios de toda ordem, até mesmo pela própria definição do que seja a Amazônia. Critérios como o da constituição da bacia hidrográfica, ou seja, a Bacia do Rio Amazonas - nesta definição o Suriname e a Guiana Francesa seriam excluídos - ou a área coberta pela floresta tropical úmida de altas temperaturas, também conhecida como Hiléia, vêm sendo utilizados, apesar das variações decorrentes nas metodologias utilizadas. Países como o Brasil utilizam de artifícios legais que, desde a promulgação da Lei 1.806 de 06/01/1953, delimita a sua parcela amazônica para efeitos de planejamento e incentivos fiscais. Nesse caso, conhecida como Amazônia Legal, com uma área de 5.217.423 km², correspondente à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44° de longitude oeste), equivalente a 61% do território

²⁷ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/01/projeto-amazonia.pdf>. Acessado em 29 de janeiro de 2008.

brasileiro. O próprio TCA²⁸, em seu Artigo II, não a define:

O presente Tratado se aplicará nos territórios das Partes Contratantes na Bacia Amazônica, assim como, também, em qualquer território de uma Parte Contratante que, pelas suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, se considere estreitamente vinculado à mesma.

Neste sentido é prioritário para os fins desta Tese definir espacialmente a Amazônia. Para tanto, optou-se pela “Proposta para Definição dos Limites Geográficos da Amazônia” (EVA e HUBER, 2005). Esse estudo foi um pedido da OTCA à Comissão Europeia que, por meio de seu Centro Comum de Pesquisa, convocou um seminário com especialistas com o objetivo de propor uma definição abrangente. Para tanto, três critérios foram utilizados: hidrológico, ecológico e biogeográfico. Resultando no sistema Amazônia *sensu latíssimo*, dividido em duas unidades:

I – Bacia Hidrológica do Amazonas e Tocantins (Amazônia Hidrológica), que consiste na totalidade da bacia do Rio Amazonas, da bacia do Rio Tocantins, e o cinturão de águas salobras de transição entre o delta do rio e o Oceano Atlântico. Por sua vez é subdividida em: Amazônia *sensu stricto* (Ia), biota de floresta tropical de planície das bacias do Amazonas e Tocantins; Andes (Ib), biota da bacia amazônica andina, não de planície, acima de 700 metros; e Planalto (Ic), biota sul da bacia amazônica, não de planície.

II – Floresta tropical amazônica de planície, fora da unidade I, que, por sua vez, é subdividida em: Guiana (IIa) e Gurupi (IIb).

Totalizando uma superfície de 8.121.313 km², conforme o quadro e o mapa abaixo:

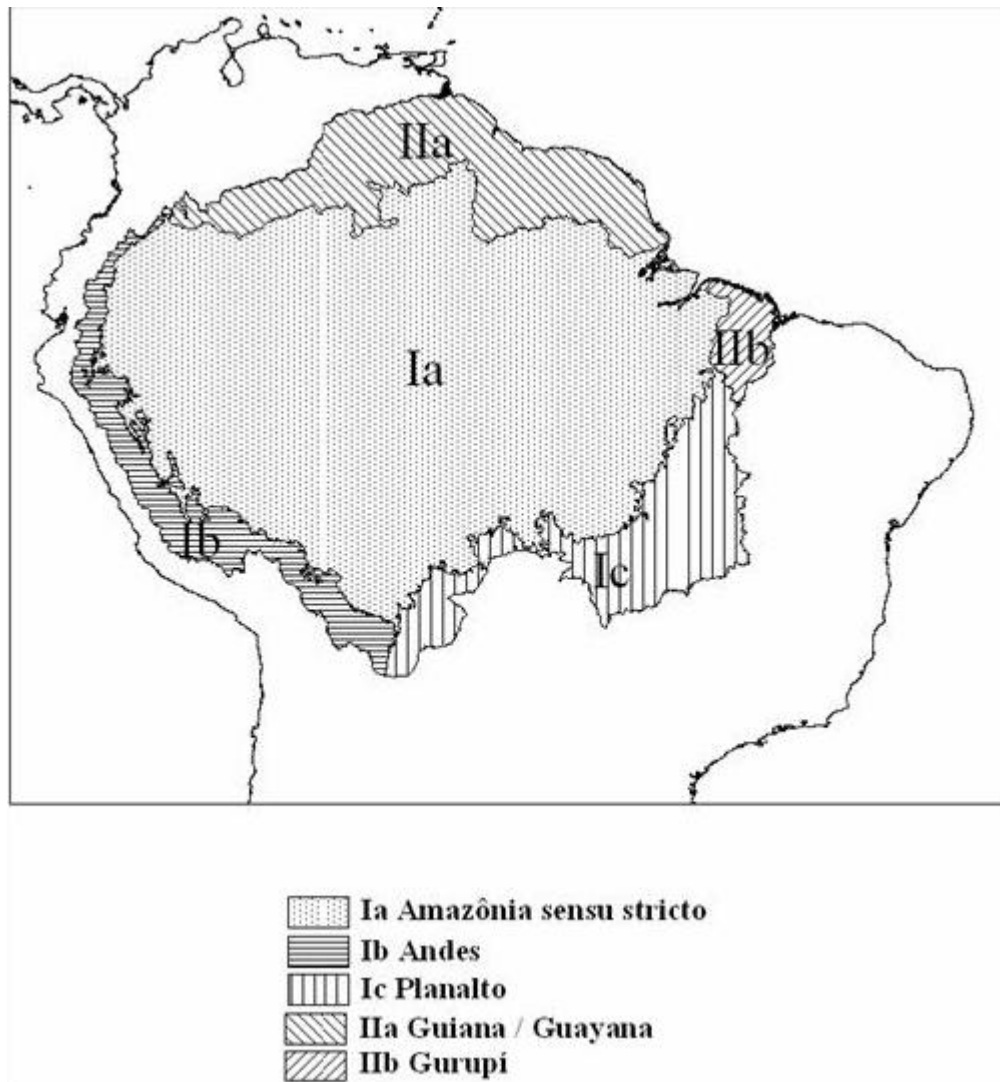
²⁸Em anexo.

Quadro 01 – Sub-regiões da Amazônia.

Sub-região	Área (km²)	Percentagem da área total
Amazônia Ia	5.569.174	68
Andes Ib	555.564	7
Planalto Ic	864.951	11
Guiana IIa	970.161	12
Gurupi IIb	161.463	2
Total	8.121.313	100

Fonte: EVA e HUBER, 2005.

Mapa 04 – A Amazônia Continental.



Fonte: EVA e HUBER, 2005.

Diante dessa complexidade espacial, é uma tarefa difícil descrever toda a grande diversidade ecológica e paisagística da região²⁹. Do mesmo modo, foge do âmbito desta tese, uma análise sociológica das complexas e diversas sociedades que a compõem, seja do ponto da formação histórica, visto que as evidências apontam para ocupação humana anterior há 11.000 anos a.C. (NEVES, 2006, p. 22); seja na atualidade, apesar dos transtornos provocados pelos contatos com a sociedade envolvente. Entretanto, não há como omitir o papel político que vem sendo desempenhado por essas etnias na busca de seus direitos

²⁹ Entre as vários autores que procuraram descrever os aspectos físicos e ambientais da Amazônia brasileira recomenda-se Ab'Sáber (1996).

fundamentais. Tema que será abordado mais adiante. Bem como das várias formas de ocupação do espaço, que vão desde as populações tradicionais, garimpeiros, quilombolas, posseiros, agricultores sem terra, colonos, até as populações concentradas em grandes centros urbanos como Belém e Manaus, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 02 - Fases de desenvolvimento da Amazônia

Fases do desenvolvimento	Demografia	Economia	Formas de participação	Papel do Estado	Recursos naturais
1) Modelo colonial	Genocídio, agrupamento e aculturação de populações indígenas, importação de populações exógena.	Exploração das drogas do sertão, primeiras plantações comerciais (cacau, etc.).	Escravidão, trabalho forçado, serviço das missões e recrutamento militar.	Conquista militar e afirmação da dominação territorial	Exploração irrestrita do ecossistema regional, introdução de cultivos e espécies exógenas sem substituição significativa da floresta.
2) Aviamento	Hecatombe demográfica (séc. XIX) e aporte demográfico extra-regional importante.	Hegemonia da borracha no extrativismo, atividades privadas, escambo.	Imobilização da mão de obra, exclusão do mercado e da participação política.	Fraca intervenção do Estado.	Exploração extensiva e irrestrita do ecossistema regional sem substituição significativa da floresta.
3) Desenvolvimento	Aporte demográfico extra-regional muito importante, projetos de colonização agrária.	Investimentos estatais em infraestrutura e subvenções para grandes empreendimentos do setor privado. Introdução do assalariamento.	Inclusão autoritária em determinados projetos, exclusão das populações regionais.	Estado autoritário.	Destruição maciça do capital natural e substituição dos ecossistemas por cultivos exógenos.
4) Socioambiental	Recomposições demográficas intrarregionais, diferenciação dos espaços.	Diversificação das fontes de investimento e descentralização dos projetos e políticas.	Modelo participativo (associativismo etc.)	Estado regulador/Terceiro setor, (redes, articulações, participação do setor privado).	Valorização da biodiversidade e tentativa de criação de agrossistemas sustentáveis.
5) Mercantilização da natureza	Recomposições demográficas intrarregionais, diferenciação dos espaços.	Mercado fundiário: agrobusiness; financiamento da iniciativa privada (BNDES etc.).	Modelo de gestão empresarial, licitações florestais, cláusulas ambientais.	Aliança Estado/mercado para proteção.	Estimação de valores monetários para serviços ambientais dos ecossistemas/preocupação com mudanças climáticas, REDD.

Fonte: Araújo e Léna (2011)

Outra característica implícita da Amazônia é que ela “sempre esteve mais exposta às influências externas, e permanece até hoje à margem do sistema espacial nacional” (BECKER, 1982, p. 59). Essa afirmativa continua válida não só para o Brasil como para os demais países que a compartilham. Entre as causas desse distanciamento estão: as dificuldades logísticas, a falta de uma economia de escala autóctone, o surgimento da variável ambiental e o desacordo entre os países para elaborar medidas integracionistas.

Ciclos de maior interesse vêm ocorrendo ao longo dos séculos: a disposição política da era pombalina em garantir para Portugal os ganhos territoriais; posteriormente, os períodos de exploração intensa da borracha e o projeto geopolítico de integração. Para melhor compreender esses ciclos, uma vez que eles estão diretamente relacionados à formação do complexo regional de segurança, centrar-se-á em uma análise histórica da ocupação do vale do Rio Amazonas por portugueses e brasileiros; e da vertente do Rio Orenoco que, no caso venezuelano, povoa o imaginário da nação como a última fronteira. O encontro desses dois projetos deu-se, primeiramente, de uma forma inusitada, quando da penetração de garimpeiros brasileiros no território venezuelano. O que levou à formação do eixo de integração regional mais dinâmico desse complexo.

2.1- Das Conquistas e Descobrimientos ao Tratado de Madrid.

A incorporação da América ao universo europeu, após as primeiras viagens no final do século 15, foi marcada pela divisão das novas terras entre os reinos de Castilla e León e Portugal. O Tratado de Tordesilhas (1494), mesmo com toda a sua imprecisão cartográfica, serviu aos interesses desses reinos ibéricos, ao manter as novas terras exclusivamente sob os seus domínios, pelo menos até o final do século seguinte. Nesse início, exploradores beneficiavam-se das correntes e ventos para desvendar o vasto litoral do Novo Mundo. Quando da sua terceira viagem ao novo mundo (1498), Cristovão Colombo avistou o Rio Orenoco, denominando “*mar de água dulce*”. Mesma denominação dada por Vicente Pinzón (1500) ao fazer o primeiro relato de um rio mais ao sul, e que mais tarde seria nomeado Rio Amazonas (SMITH, 1990).

Esse vasto domínio não teve para Espanha a importância dos ricos impérios Azteca e Inca e das férteis terras das ilhas do Caribe. Mesmo assim, nessa primeira centúria da Conquista essas terras marginais foram exploradas por Pedro Acosta (1530), Diego de Ordaz

(1531), Jerónimo de Orta e Alonso de Herrera (1536). Antonio de Berrío, em 1595, fundou San Tomás de Guayana (RÍOS, 2002, p. 20). Além das visitas dos ingleses Walter Raleigh e Laurent Keymis (OLIVEIRA, 2011).

A primeira grande expedição ao Amazonas foi a de Francisco de Orellana (1541-2). Partindo de Quito sob o comando de Gonzalo Pizarro, na companhia do cronista Frei Gaspar de Carvajal³⁰, tinha como objetivo descobrir e explorar as riquezas do *El Dorado* e do País da Canela. Depois de muitas privações, parte da comitiva sob o comando de Orellana saiu em busca de alimentos e, uma vez águas abaixo, resolveram não mais enfrentar as fortes correntezas para retornar ao encontro de Pizarro. Este voltara a Quito e considerou Orellana como um desertor. Enquanto isso, cada vez mais para leste, Orellana vai encontrando rios cada vez mais caudalosos, até deparar-se com o Oceano Atlântico (SMITH, 1990). Sua expedição, que, a princípio, buscava reproduzir o modelo de exploração espanhola, ou seja, a conquista a qualquer custo dos territórios e riquezas, acabou sendo uma luta constante pela sobrevivência. Desta forma, ela não deixou vestígios além das crônicas de Carvajal e da difusão de mais um mito: o das amazonas que, com o passar do tempo, deu nome ao grande rio.

Uma segunda expedição, dessa vez partindo de Lima, capitaneada por Pedro de Ursúa (1559-60), também saiu em busca do El Dorado. Entretanto, teve um final mais dramático do que a de Orellana; Ursúa foi assassinado, o que ocorreu com os demais comandantes até Lope de Aguirre assumir a expedição. Também ocorreu uma mudança de planos, em vez da busca do El Dorado, os expedicionários resolveram retornar ao Peru com o objetivo de conquistá-lo. Uma vez que, como eram traidores, não havia crime maior. Entretanto, os sonhos de conquista terminaram em território venezuelano; após uma temporada na ilha de Margarita, Aguirre e seus seguidores foram perseguidos e executados (SMITH, 1990).

Tanto as expedições de Orellana como a de Ursúa exemplificam o modo como os espanhóis empreendiam a conquista: homens portando as mais modernas armas da época, cavalaria, que então era desconhecida pelos nativos, e uma sede pelo acúmulo de riquezas. Diferentemente das facilidades encontradas em outras partes do Novo Mundo, a região que seria conhecida como Amazônia demonstrou ser uma terra difícil para o modelo de exploração empregado, pois a densa floresta dificultava qualquer movimento, apenas a navegação era possível.

³⁰Os relatos foram publicados parcialmente em 1542, e posteriormente com o título “Relación del nuevo descubrimiento del famoso río Grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco de Orellana”.

Para Portugal, o outro beneficiado pelo Tratado de Tordesilhas, navegar era menos problemático que enfrentar a imensa cobertura vegetal que se estendia por praticamente toda a costa atlântica de seus domínios no Novo Mundo. Assim, o comércio de especiarias vindas do Oriente, somados à manutenção das praças africanas e asiáticas, foi priorizado em detrimento de qualquer iniciativa de adentrar nas novas terras. O próprio descobrimento do Brasil, por Pedro Álvares Cabral (1500), foi parte de uma viagem maior com o objetivo de comercializar diretamente com Calicute (SMITH, 1990). No início, tentou-se copiar o modelo de entrepostos para comercializar o pau-brasil, com poucos resultados. Também ocorreu na costa nordestina a primeira atividade econômica significativa, onde foram encontradas condições favoráveis para o plantio da cana de açúcar.

A unificação das coroas ibéricas sob o domínio espanhol (1580-1640) alterou as relações entre as potências europeias, com repercussões para a Amazônia. Com a morte do Rei Dom Sebastião I (1578) teve início uma disputa pelo trono português, sendo este ocupado por Dom Felipe II da Espanha (Dom Felipe I em Portugal) até 1598. Sucedido por Dom Felipe II de Portugal (1598-1621) e por Dom Felipe III de Portugal (1621-1640). Franceses, ingleses, irlandeses e holandeses procuraram consolidar posições nos ampliados territórios de Espanha. Os franceses Charles de Vaux y Jacques Riffault ocuparam o Maranhão (1594) e La Ravardiére (1606) funda a colônia de Cayenne. Já os holandeses edificaram no encontro dos Rios Cuyuni, Mazaruni e Essequibo a primeira fortificação europeia na costa guianesa por volta de 1616 (OLIVEIRA, 2011, p. 167), e ocuparam a Bahia (1624) e Pernambuco (1630). Uma vez que a unificação representou para os Países Baixos o rompimento de acordos comerciais vantajosos no comércio do açúcar e do tráfico de escravos. Desta forma, Holanda viu-se na obrigação de ocupar terras americanas propícias à cultura da cana de açúcar. A expulsão de franceses (Maranhão em 1615) e holandeses dos territórios que pertenciam à Portugal (Bahia em 1625 e Pernambuco em 1654), e a sua manutenção em terras que pertenciam ao domínio espanhol, retratam diferenças estratégicas entre as metrópoles ibéricas. Portugal, além de zelar pela sua porção americana, mesmo sem autonomia política, iria iniciar uma expansão territorial à custa de Espanha. Para Calógeras (1989, pp. 78-9) a unificação foi a principal causa da expansão portuguesa.

A presença francesa próxima à desembocadura do Rio Amazonas, mais as tentativas de ingleses, irlandeses e holandeses de estabelecer feitorias em terras constituídas pelo grande rio fizeram com que a coroa espanhola autorizasse a luso-brasileiros a defesa do delta e da hinterlândia. Foram então tomadas as seguintes medidas: recuperar São Luiz expulsando os

franceses, construir o Forte do Presépio (1616), berço da cidade de Belém, para guarnecer a entrada do Rio Amazonas; a fundação do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1621), o que no futuro possibilitaria a manutenção do Grão-Pará em mãos portuguesas; e expedições punitivas contra os invasores. Na opinião de Holanda (1989, pp. 180-6), durante a unificação ocorreu uma mudança estratégica na ocupação do território americano pertencente aos portugueses: esses tinham como meta a ocupação apenas do litoral, enquanto os espanhóis visavam à ocupação do interior. Prevaleceu a influência espanhola, visto que, durante esse período, os portugueses, utilizando as vias fluviais, adentraram pelo interior e conquistaram domínios para além dos limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas, como demonstram as expedições de Pedro Teixeira (1637-1639) e a de Antônio Raposo Tavares (1648-1651).

Cumprindo ordens do governador do Maranhão e Grão-Pará, Jácome Raimundo de Noronha, após uma inesperada visita de missionários espanhóis a Belém, Pedro Teixeira partiu rumo águas a riba até chegar a Quito. Sua chegada foi uma surpresa desagradável para os governantes espanhóis do Peru, visto que, além de ser uma expedição portuguesa, demonstrava a vulnerabilidade daquelas terras. Em seu retorno, Teixeira funda, às margens do Rio Napo, a cidade de Franciscana, em nome de Felipe III, Rei de Portugal. Apesar de não ter obtido sucesso quanto à fixação de população, essa iniciativa permitiu aos portugueses reivindicar limites mais a oeste quando da negociação do Tratado de Madrid, visto que, a partir da busca da localização do marco de fundação de Franciscana, às margens do Rio do Ouro, foi possível expandir os domínios de Portugal tanto para noroeste até Cucuí, quanto para sudoeste até o Rio Madeira. No entanto, a sua fundação não consta na narração do Padre Cristóbal de Acuña³¹, escrivão espanhol que acompanhou Teixeira até Belém (SMITH, 1990).

Tanto essa obra quanto a de Frei Carvajal foram os principais relatos sobre a Amazônia, e demonstram a importância da presença da Igreja Católica no processo de ocupação da região. Para Fragoso (1992, p. 146), "o expansionismo português tinha, pois, como principal suporte ideológico o *Cristianismo missionário*. E daí, será a Igreja o instrumento precípuo do projeto colonizador". Já no caso espanhol a *Bula Universalis Ecclesiae* (1508), também conhecida como Régio Patronato Indiano ou Patronato Eclesiástico, converteu o rei em "Patrono de las Iglesias americanas como recompensa a sus esfuerzos para afianzar y extender la religión católica" (MORENO, 1974, p. 74).

A mancha evangelizadora expandiu-se partindo de quatro frentes; uma portuguesa, subindo pelo Amazonas e penetrando por afluentes como o Xingu, o Tapajós, o Madeira, o

³¹Publicado (1641) na Espanha com o título "Nuevo descubrimiento del Gran Río de las Amazonas".

Negro e o Branco. As outras três espanholas: uma descendo o Amazonas, uma penetrando pelo Orenoco e a terceira tendo como base a região de Santa Cruz de la Sierra. Assim nos séculos 17 e 18 Jesuítas, Capuchinhos, Franciscanos e Carmelitas vão ampliando o domínio europeu por meio da religião, da língua e das relações econômicas e, ao mesmo tempo, gerando distintos conflitos, até mesmo entre as mesmas ordens e dentro delas, por questões de nacionalidade.

As *reduções*, como eram conhecidas as missões nos primeiros anos da conquista, foram um modelo de evangelização e, ao mesmo tempo, uma forma de exercer o poder político, principalmente em regiões de fronteira. Segundo Marral (1982, pp. 82-85), a postura dos religiosos diante da evangelização dos povos originários podia ser de três tipos: a) as contidas nas obras de Frei Bartolomé de Las Casas (1484-1566), que advogava que os europeus deveriam regressar para o Velho Continente, permanecendo no Novo Mundo apenas os religiosos, que seriam encarregados de evangelizar os indígenas. Após sua conversão espontânea, seriam então proclamados súditos dos reis católicos. Após as descobertas de riquezas no México e no Peru, como da implantação do modelo agroexportador, e da sua dependência em relação à mão de obra indígena, restou dessa postura a defesa dos direitos naturais dos povos autóctones. b) o modelo dos jesuítas no Paraguai, que não negava a relação colonial, mas que deveria ser reduzida ao mínimo, com a criação de um “estado indígena”. Entretanto, quando da formação de exércitos indígenas com a finalidade de enfrentar os ataques expedidos pelos paulistas, que aproveitavam a facilidade em resgatar os indígenas concentrados nas missões, a coroa espanhola acompanhou a portuguesa e expulsou os jesuítas de seus domínios. c) o modelo seguido pela maioria dos missionários, ou seja, de colaborar com os conquistadores que, no caso português, estava diretamente relacionado com uma missão profética de resgatar almas “para Deus e para o Rei”, já que, segundo a tradição, o próprio Cristo apareceu para D. Afonso Henriques (1109-1185), quando afirmou que fundava Portugal para que o seu nome fosse levado a nações e gentes estranhas.

Com a exceção da utopia pregada por Las Casas, os outros dois modelos impuseram um processo de aculturação rápido, irreversível e que levou ao extermínio físico de milhões de seres humanos. Seja no altiplano, seja no vale do Prata ou no Amazonas as reduções forçaram a segregação de famílias e etnias. E foi na busca de novos braços que expedições, que mais tarde foram denominadas de entradas e bandeiras, penetraram pelo interior brasileiro. Como foram as comandadas por Antônio Raposo Tavares que partindo de São Paulo não só alcançou as missões do Paraguai, como trafegou pelo Rio Mamoré, limite

sudoeste da Amazônia brasileira, até chegar a Belém (MEIRELLES, 2009). Também nesses espaços os jesuítas espanhóis já estavam presentes com as missões de Chiquitos e Moxos. Além da busca de gentios para a conversão e servidão, a busca do ouro também impulsionou as monções cuiabanas e mais tarde as monções do norte, que incorporariam para Portugal as terras do Guaporé.

Mas, foi no vale do Amazonas, entre o Napo e o Negro, que os conflitos foram mais intensos, onde jesuítas espanhóis enfrentaram os carmelitas portugueses. Daí emerge a figura do Padre Samuel Fritz (1673-1725), missionário e cartógrafo, responsável por recuperar para a Espanha parte da atual Amazônia peruana e colombiana. Nessas paragens, onde imperava a imprecisão, foi grande a importância do trabalho missionário em relação à delimitação das fronteiras, uma vez que os territórios das missões foram utilizados como referência para o Tratado de Madrid.

2.2 - O Tratado de Madrid.

Em 13 de janeiro de 1750, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, embaixador da Corte de Dom João V em Madrid, e Dom José de Carvajal y Lancaster, ministro de Dom Fernando VI, assinaram em Madrid o Tratado de Limites entre os domínios das coroas de Portugal e Espanha no Novo Mundo (CORTESÃO, 2001). Esse tratado é considerado um importante instrumento diplomático porque delimitou um continente entre as duas metrópoles. Também foi a base para a definição dos limites entre o Brasil e os países hispânicos durante os séculos 19 e 20. Apesar de ter sido anulado pelo Tratado de Pargo de 1761, serviu de referência para o Tratado de San Idelfonso de 1777.

O professor Jaime Cortesão (2001) deixou-nos uma obra fundamental para a compreensão das negociações que levaram ao Tratado de Madrid. Para esse autor o temor da expansão inglesa foi um dos motivos que levaram às negociações entre Portugal e Espanha. Para Portugal, a aliança com a Inglaterra, exemplificada pelo Tratado de Metwen (1703), pelo qual, em troca de tarifas diferenciadas para o vinho português no mercado inglês, haveria a exclusividade em adquirir produtos industrializados ingleses, o que levou a constantes déficits comerciais, o obrigava a tentativas para diminuir essa dependência. Assim, era necessário ampliar as opções políticas no cenário europeu como nos territórios americanos.

Anteriormente, quando das negociações do Tratado de Utrecht (1713), Portugal aproveitara dessa aliança para garantir o domínio da foz do Rio Amazonas em disputa com a França. Já para os ingleses era melhor ter um aliado como Portugal ocupando as vastidões amazônicas do que rivais históricos como a Espanha e a França. No entanto, havia rumores das intenções inglesas em ocupar possessões no continente sul-americano.

No caso da Espanha, Portugal representava boas possibilidades para o estabelecimento de uma aliança. Primeiro, ela se ressentia pelas perdas territoriais junto aos ingleses e holandeses em decorrência do Tratado de Utrecht. Segundo, após o duplo matrimônio entre os príncipes herdeiros, Madrid alimentou o sonho da reunificação ibérica. Terceiro, em troca do reconhecimento português da expansão espanhola na Ásia, a estratégia foi a manutenção do *status quo* no continente americano, mesmo com as perdas territoriais em decorrência da expansão portuguesa para além do meridiano de Tordesilhas. A única exceção era o projeto de manter ambas as margens do Rio da Prata sob seu domínio.

As riquezas auríferas, provenientes dos sertões das Minas, de Goiás e de Mato Grosso, permitiram a Portugal financiar obras suntuosas e o déficit comercial com os ingleses. Proporcionou também o avanço da cartografia, da geografia e da astronomia, o que permitiu maior conhecimento das paragens em relação aos espanhóis. Exemplo foi a vinda da missão dos “Padres Matemáticos” pela qual ficou demonstrado o avanço para além da linha de Tordesilhas (CORTESÃO, 2001). A riqueza, associada a esse conhecimento, permitiu negociar com o Vaticano a criação de novas dioceses e prelazias no Brasil.

Com o ouro pago em Roma as bulas, que criaram as novas dioceses do Brasil e, entre elas, a *Candor lucis* de 1745, pelo qual o Papa Benedito XIV erigia as duas dioceses de São Paulo e Mariana e as prelaturas de Goiás e Cuiabá, isto é, pela qual a Santa Sé sancionava solenemente a expansão bandeirante para o Sul e Oeste, antes que a Espanha, pelo Tratado de Madrid, reconhecesse o fato consumado. (CORTESÃO, 2001, Tomo I, pp. 64-65).

A participação da Igreja ia além do reconhecimento papal da posse dos novos territórios. Foram os missionários, tanto espanhóis quanto portugueses, os primeiros a ocupar as vastidões amazônicas. Os limites de suas missões foram utilizados para definir as fronteiras. Ocorreram disputas entre missionários jesuítas espanhóis e carmelitas portugueses na região dos Mainas, no alto Amazonas. No entanto, seriam as missões jesuítas portuguesas que representariam os maiores obstáculos à implantação do Tratado de Madrid no Grão Pará.

Cortesão foi um dos pioneiros na divulgação de que tais negociações foram baseadas na ideia da Ilha Brasil. Para ele “Alexandre de Gusmão retoma o conceito de Ilha Brasil, não apenas à luz da insularidade geográfica e etnográfica, mas também da história ou, por outras palavras, das razões e dos interesses criados pela ocupação dos espanhóis. Tratava-se duma obra de difícil equilíbrio, a realizar. Difícil, porque deveria assentar-se sobre fundamentos duráveis. E estes tinham que obedecer às leis da natureza, da pré-história e da história.” (CORTESÃO, 2001, Tomo II, p.178). Inicialmente como um conceito místico, herdado das tradições orais de vários povos indígenas. E, à medida que foram ocupando o território, passando a ser um programa de ação, empurrando cada vez mais para Oeste os limites de dita ilha: primeiro entre o São Francisco e o Tocantins, depois o Paraná e o Tapajós, por fim, o Paraguai e o Madeira. Tendo como postos avançados Belém e Colônia Sacramento. Esta, localizada na foz do Rio da Prata, em posição oposta à de Buenos Aires, foi fundada em 1680, com o apoio de comerciantes interessados nas riquezas andinas.

Sem dúvida Alexandre de Gusmão (1695-1753) foi o grande nome por trás das negociações que levaram ao Tratado de Madrid. Nascido em Santos, Capitania de São Paulo, após iniciar os seus estudos na Bahia, mudou-se para Portugal, onde se tornou um importante diplomata servindo em Paris e Roma, além de ter sido secretário de dom João V e membro do Conselho Ultramarino. Era profundo conhecedor de informações geográficas e etnográficas do alto Amazonas e do Rio Negro, cujas fontes, entre outras, foram os relatos de La Condamine³², do visitador das missões carmelitas Frei André da Piedade e do governador do Maranhão Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. Fontes como os mapas confeccionados com a intenção de falsear longitudes de localidades cuja importância crescia. É o caso do Mapa das Cortes que:

Em conclusão: o Mapa das Cortes foi propositadamente viciado nas longitudes para fins diplomáticos. Desviando o Brasil meridional para leste, aumentava a margem da soberania no hemisfério português, delimitado pelo meridiano de Tordesilhas; e encurtando ainda com os desvios de traçado, as longitudes do Paraguai, do Madeira e do Guaporé, apoucava o Brasil ocidental com aparente benefício das regiões centrais de soberania espanhola. (CORTESÃO, 2001, Tomo II, p. 332)

³²Charles-Marie de La Condamine (1701-1774) foi o primeiro cientista a descer o Rio Amazonas a partir do Equador. Durante essa viagem ocorreram medições precisas das coordenadas em vários pontos do Rio Amazonas, e a elaboração de um mapa onde, além de posicionar as missões portuguesas, apresenta pela primeira vez o Canal de Cassiquiare (SMITH, 1990).

Alexandre de Gusmão também foi um defensor da tese do Direito Romano *uti possidetis*, em que prevalece o princípio de que cada parte fique com o que lhe pertence. Também advogou que os limites deveriam ser os acidentes geográficos mais importantes. Tese que foi aceita por dom José de Carvajal y Lancaster. Assim, Espanha ficaria com a posse do vale do Rio da Prata, com a entrega da Colônia do Sacramento e a retirada das pretensões portuguesas naquelas paragens. Vale ressaltar a importância comercial que então existia entre o Alto Peru, Buenos Aires e a Colônia Sacramento. Para os críticos portugueses, ceder essa presença significava abandonar uma das maiores realizações na América do Sul, visto que o vale do Amazonas, que ficaria em sua maior parte em posse portuguesa, tinha pouca importância comercial, além de já estar efetivamente nas mãos de Portugal. Desta forma, durante as negociações, ele propôs a troca de parte das missões do alto Amazonas pelas missões dos Sete Povos.

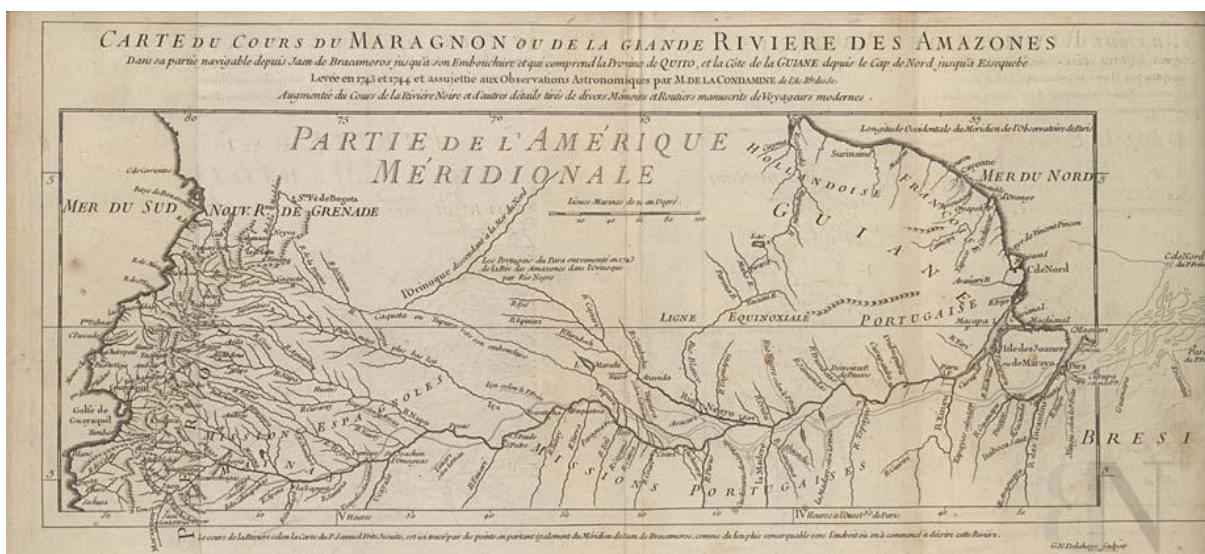
No entanto, devido às informações sobre a possível existência de um canal ligando o Rio Negro ao Rio Orenoco, interligando assim as duas grandes bacias hidrográficas (o que poderia facilitar um possível avanço espanhol ao norte da calha do Amazonas), como também a presença de holandeses próximo aos campos do Rio Branco, o que poderia representar mais uma ameaça uma vez que já ocorriam relações comerciais entre as populações indígenas do Rio Negro e do Essequibo, essa região não entrou nas possíveis permutas pelas terras de São Pedro do Rio Grande, mesmo não fazendo parte da Ilha Brasil.

Mapa 05 – Mapa das Cortes



Fonte: www.bn.br

Mapa 06 - Mapa de La Condomine



Fonte: http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/221/221_ds_xviii_188_f11.jpg

O intervalo compreendido entre os Tratados de Madrid e de San Idelfonso coincide com o período de grande influência do Marquês de Pombal junto à corte de D. José I. Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, Secretário de Estado do Reino, foi responsável por políticas determinantes para a configuração espacial, econômica, social e política na Amazônia. Uma de suas tarefas foi a de dar cumprimento à demarcação dos domínios americanos das coroas ibéricas, estipulado pelo Tratado de Madrid. Para tanto, nomeou como governador do Grão-Pará seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769).

2.3 - O Período Pombalino.

Considerado como o paradoxo do Iluminismo (MAXWELL, 1996), Sebastião Carvalho governou Portugal ora tentando modernizar as estruturas de poder, ora o concentrando em suas mãos, ao ponto de ser considerado um déspota. Como muitos, acreditava que o Tratado de Madrid fora desfavorável aos interesses portugueses. Os argumentos eram que, no Sul, a devolução da Colônia do Sacramento privaria o Reino de uma importante fonte de riquezas, visto que parte da prata, utilizada no comércio entre Portugal e

Inglaterra, era oriunda do contrabando proveniente das possessões espanholas. Já no Norte, ceder aos espanhóis trechos do Amazonas, entre o Javari e o Napo, e partes do Madeira e do Japurá, naquele momento, era demonstrar uma fraqueza desnecessária. Uma de suas primeiras ações foi boicotar o Tratado de Comércio que deveria acompanhar o de Limites com a Coroa espanhola; assim, Portugal continuava sua política de tentar equilibrar a influência inglesa e, ao mesmo tempo, conviver com o vizinho espanhol. Sebastião Carvalho foi embaixador em Londres durante o período de 1738 a 1745. Nesse período, ele pôde conhecer de perto todo o poderio militar e econômico britânico, que seria fundamental para garantir a aliança com os ingleses (MAXWELL, 1996).

Mesmo sendo crítico do Tratado de 1750, Pombal elevou o vale do Amazonas a uma importância estratégica que até então desconhecia. Para Soares (1971, p. 25) “Pombal, o famoso estadista, é o homem da Amazônia. Pombal prevê e provê. Pombal constrói e defende. Pombal povoa e afirma Portugal na Amazônia”. Inicialmente, transformou o Estado do Maranhão e Grão-Pará em Estado do Grão-Pará e Maranhão, transferindo a capital de São Luís para Belém (1751). Essa mudança de nome e de capital revela uma preocupação em garantir a posse da entrada do imenso vale. Nomeou para governar o novo estado seu irmão Francisco Xavier. Este, em 1753, também foi o responsável pela comissão de limites para operar no Norte. Para a comissão de limites do Sul, fora nomeado o então Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade (REIS, 1989).

Desta forma, deslocou-se juntamente com uma grande comissão para a aldeia de Mariuá, no Rio Negro, a esperar a comissão espanhola capitaneada por *Dom José de Iturriaga*, que deveria alcançá-los através do Orenoco via Cassiquiare. Foi durante a preparação desse encontro que iniciou-se a rivalidade entre Francisco Xavier e os missionários jesuítas (REIS, 1989).

Os jesuítas possuíam grande influência junto à Corte, que se traduzia em muitos privilégios: como a isenção de tributos, a prioridade na distribuição dos braços indígenas e o monopólio na formação educacional da elite colonial. Despertando em Portugal insatisfações quanto ao imenso poder que detinham, principalmente na formação universitária, e temporalmente pelos empreendimentos coloniais. Somado às grandes extensões e rebanhos que controlavam nas missões uruguaias, que foram utilizados para impedir o avanço português. Acusados de sonegar braços para os remos da missão demarcadora, assim como

alimentos, logo foram acusados de boicotar tanto no Norte quanto no Sul a aplicação do Tratado de Madrid³³.

O Marquês de Pombal reagindo a esses obstáculos, e com a intenção de processar uma reforma educacional e religiosa inicia várias medidas que culminaram com a expulsão dos jesuítas em todos os domínios portugueses (1759). No entanto, a implantação da Legislação do Diretório (1757), originalmente redigida para os índios das missões amazônicas, representava o primeiro passo para solucionar três problemas fundamentais: primeiro, retirar dos missionários o controle da mão de obra indígena; segundo, transformar os indígenas em súditos, assim, efetivamente ocupando os espaços, fonte da ideia dos vazios demográficos que até hoje tem seus seguidores; e terceiro, implantar no distante Grão-Pará um modelo de administração laica, que não provocaria reações adversas e que serviria como modelo a ser transplantado para o Brasil e, por fim, para o restante dos domínios.

Paralelamente, novas experiências econômicas eram implantadas como a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), monopolizando as atividades comerciais entre a Amazônia e a Metrópole. O objetivo, segundo Maxwell (1996), era criar um segmento empresarial forte para poder contrapor à influência inglesa. Como a região e os produtos comercializados estavam fora do que preceituava o Tratado de Metwen, não haveria retaliações por parte dos ingleses. A estratégia era a concentração de capitais nas mãos de poucos privilegiados e o desenvolvimento de atividades industriais. Para tanto, era necessário transformar os antigos aldeados em súditos, ou seja, além de assalariados também em consumidores.

Para além de ser um marco histórico, o Tratado de Madrid representou, na tentativa de demarcar as fronteiras, o início da colonização do espaço entre o Brasil e a Venezuela. Para dar apoio às respectivas comissões a aldeia de Mariuá foi elevada a Vila de Barcelos (1758), tornando-se a capital da recente Capitania de São José do Rio Negro. Inicialmente criada como Capitania de São José do Javari (1755), cuja sede deveria ser a Vila de São José do Javari, localizada próxima à foz do Rio Javari no Rio Solimões. Mas, devido à melhor localização de Barcelos, mais próxima de onde deveria iniciar a demarcação, esta foi escolhida após intervenção de Francisco Xavier na Corte (REIS, 1989).

Para Farage (1991, p. 81), “uma forte justificativa para a criação de tal unidade administrativa era o controle da entrada de holandeses pelo rio Branco”, visto que era comum

³³ Segundo Goes (1991, p. 114), há controvérsias sobre o papel dos jesuítas nas revoltas dos Guarani.

encontrar produtos industrializados em várias localidades provenientes das colônias holandesas. Pelo lado espanhol, à medida que a expedição liderada por *Iturriaga* aproximava-se do alto Rio Negro eram fundadas e fortificadas *San Fernando de Atabapo* (1759), no Rio Orenoco, e *San Carlos de Rio Negro* (1759), no Rio Negro, um pouco abaixo da barra do Cassiquiare. O Canal de Cassiquiare, com 326 km de extensão, é uma passagem natural que faz com que um terço das águas do Rio Orenoco, naquele ponto, sejam desviadas para o Rio Negro.

Nessa manobra de fundar povoados, os espanhóis utilizaram a mesma tática que até então vinha sendo praticada pelos portugueses, ou seja, efetivamente ocupar o espaço alheio. Assim, segundo Reis:

Aproveitando desta incontestavelmente era português aquilo tudo, mais o Cassiquiare, porque os sertanistas de Belém e os carmelitas tinham percorrido várias décadas antes dos espanhóis, tomando posse para a coroa de Portugal. Desta o grande erro estava na falta de povoamento, descuidado pelos delegados de D. José I. É verdade que as cachoeiras, inclusive, Barcelos estendia a sua raia de ação, mas só a jurisdição. Era urgente, agora, ampliá-la, solidificá-la, na colonização franca, constante. (REIS, 1989, p. 131)

Mesmo após tantos preparativos as comissões não se reuniram. Francisco Xavier retornou a Lisboa nomeando o governador de Mato Grosso D. Rolim de Moura em seu lugar (1758). Enquanto a comissão espanhola era obrigada a aguardar a pacificação do alto Rio Negro devido ao enfrentamento entre tribos. No entanto, em 12 de fevereiro de 1761, foi assinado o Tratado de Pardo, que anulava o de Madrid. Entre os motivos dessa anulação estavam as grandes dificuldades de demarcar as fronteiras amazônicas e os problemas encontrados no sul (GOES, 1991).

Pelo Tratado de Madrid, Portugal deveria receber da Espanha, como compensação pela Colônia de Sacramento, os territórios onde estavam as missões *do Uruguay*. Entretanto, devido à forte resistência dos povos dessas missões, incentivados pelos missionários jesuítas, o acordo não foi cumprido Portugal também não chegou a devolver a Colônia de Sacramento. Outro fator foi a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), na qual Portugal manteve a sua aliança com a Inglaterra; e a Espanha, com a França (HEMMING, 2009). Essa guerra, iniciada por razões sucessórias na Áustria, repercutiu em todos os continentes, através de guerras nas colônias. Na América do Sul, Portugal perdeu a Colônia do Sacramento e parte do Rio Grande para os espanhóis.

Para manter a sua presença nas terras conquistadas via diplomacia e diante da expansão espanhola, os lusitanos, em locais estratégicos, ergueram fortificações. Assim, foram construídos os seguintes fortes: São José de Marabitanas (1759), no Rio Negro, o mais próximo de San Carlos de Rio Negro; São Gabriel (1763), também no Rio Negro abaixo da barra do Rio Uaupés; São Francisco Xavier de Tabatinga (1766), no Rio Solimões, Príncipe da Beira (1776), no Rio Guaporé; e São Joaquim (1778), no Rio Branco (REIS, 1989).

Ao contrário do que se imaginava sobre uma possível invasão ao vale do Rio Branco, ou seja, uma incursão por parte dos holandeses, devido à facilidade de atravessar desde a bacia do Rio Essequibo para o Rio Branco, foram os espanhóis que constituíram os primeiros assentamentos permanentes naquela região. O primeiro relato descrevendo essa passagem foi feito pelo holandês Nicolas Horstman, no final da década de 1730. Após explorar a região Horstman desertou e estabeleceu-se em Belém (FARAGE, 1991, pp. 77-78).

Por ordem do governador da Província de Guayana, então subordinada ao Vice-Reino de Nova Granada, *Dom Manuel Centurión*, várias expedições foram organizadas em busca do El Dorado. Sendo que, em 1773, sob comando de *Isidoro Rendón*, são fundadas as povoações de *San Juan Bautista de Cada Cada*, *Santa Bárbara* e *Santa Rosa de Curaricara* (AMODIO, 1995, p. 203).

Após a descoberta dessas atividades o governador da Capitania do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, organiza uma expedição para não só expulsar os espanhóis, mas também, ocupar definitivamente a região. Além desses objetivos, para Soares (1971, p. 35), “Tinoco Valente expulsou os espanhóis do vale do Rio Branco e planejou um avanço em direção ao Essequibo. Em 1781, os ingleses ocuparam o Essequibo, substituindo-se nele os holandeses. Em virtude da aliança com a Inglaterra, Portugal abandonou o plano de uma saída rápida para o Norte”. Assim, foi erguido o Forte de São Joaquim, na confluência do Rio Uraricuera e Rio Tacutu, formadores do Rio Branco. Diferentemente de outras partes da Amazônia, foram instituídos assentamentos indígenas não por missionários e sim pela guarnição militar. Também foi introduzida a pecuária para aproveitar os campos naturais e fomentar o comércio (HEMMING, 2009).

No ano de 1777, com a morte de Dom José I (fevereiro), Sebastião Carvalho foi destituído. Foi o fim de um período em que a Amazônia foi destaque no contexto sul-americano. Ações foram implementadas para garantir o domínio português sobre essa vasta região: explorações que a revelaram, tentativas de viabilizá-la economicamente, fortificações de pontos estratégicos, domínio temporal sobre as populações indígenas e arranjos políticos

para facilitar sua administração. No entanto, foi após a saída de Pombal, que as coroas ibéricas, pelo Tratado de *San Idelfonso* (outubro de 1777), praticamente uma cópia do Tratado de 1750 quanto à Amazônia, tentaram retomar a tarefa de delimitar as suas fronteiras³⁴. Porém, somente após os processos de independência das respectivas colônias no século 19 é que, partes da região, foram delimitadas.

2.4 – A Formação dos Estados Nacionais.

O ano de 1777, além dos fatos mencionados, também foi significativo porque em 08 de setembro foi criada a *Capitanía General de Venezuela*, desmembrada do Vice-Reino de Nova Granada. Composta pelas províncias de Caracas, Cumaná, Margarita, Maracaibo, Guayana e Trinidad, ela limitava ao sul com as terras portuguesas da Capitania de São José do Rio Negro que, por sua vez, estava subordinada ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro. O Estado do Grão-Pará e Maranhão existiu no período de 1751 a 1772. Em 1772 esse Estado foi desmembrado: Estado do Maranhão e Piauí e Estado do Grão-Pará e Rio Negro, este composto pelas capitanias do Grão-Pará e de São José do Rio Negro, sendo a capital Belém.

Para o oriente seus limites eram as terras holandesas cedidas pela Espanha, através do Tratado de Munster ou Westfalia (1648). Para Romero:

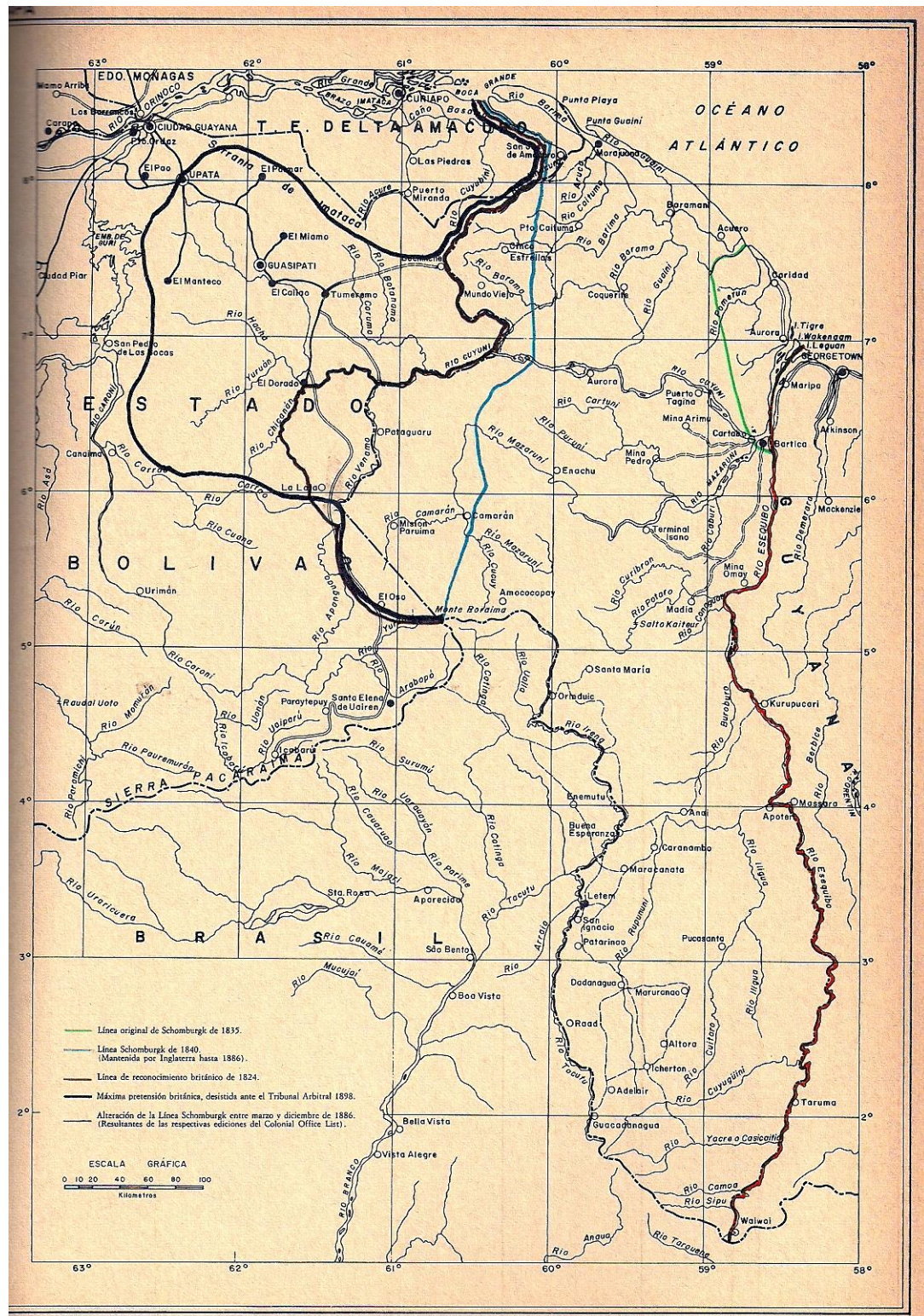
La ratificación de este acuerdo implicaba el reconocimiento por parte de los españoles de las posesiones holandesas en la Costa Salvaje, aunque no se especificara dónde estaban o cuáles eran esas posesiones. Esta interpretación daría origen, siglos más tarde, a numerosas discusiones a lo largo de la controversia de límites entre Venezuela e Inglaterra primero y Guyana independiente, después. (ROMERO, 1982, p. 32)

Ao final do século 18, a região entre os rios Orenoco e Amazonas estava dividida entre Espanha, Capitania Geral da Venezuela; Portugal, Estado do Grão-Pará e Rio Negro; Holanda, colônias do Essequibo, Demerara, Berbice e Suriname e França, com a colônia de Caiena. Esse quadro sofreu drásticas alterações nos primeiros anos do século 19: a entrada dos britânicos na região e os processos de independência das colônias espanholas e portuguesa.

³⁴O desentendimento entre as comissões foi o principal motivo que impediu os trabalhos. Assim, ocorreram várias reuniões, mas em 1890 os trabalhos foram encerrados. Entretanto, do lado português, importantes levantamentos foram efetuados (REIS, 1989).

A entrada da Inglaterra iniciou-se com a ocupação da ilha de Trinidad (1797), estrategicamente localizada no delta do Rio Orenoco, cedida definitivamente pela Espanha com o Tratado de Amiens (1802). Em 1803, ocupou definitivamente as colônias holandesas do Essequibo, Demerara e Berbice, incorporadas ao Reino Unido pelo Tratado de Londres (1814). Unificadas com o nome de *British Guiana*, em 1831. Na mesma década, expedições encabeçadas por Robert Schomburgk tentaram definir os limites dessa colônia com o Brasil e a Venezuela. No entanto, os limites não foram reconhecidos o que provocou protestos e a paralisação das negociações (VENEZUELA, 1988). As fronteiras dessa colônia com o Brasil e a Venezuela somente seriam definidas no final do século 19 e início do século 20 após laudos arbitrais, ambos favoráveis aos ingleses. A presença da maior potência de então nos limites de ambos os países possibilitou um clima favorável ao entendimento quanto ao futuro tratado de limites entre o Brasil e a Venezuela.

Mapa 07 – Mapa das pretensões britânicas em relação à fronteira com a Venezuela.



Fonte: Venezuela (1988)

Os processos de independência das colônias sul-americanas foram distintos: enquanto na América espanhola ocorreram sangrentas batalhas, na portuguesa, arranjos dentro da família real produziram uma transferência de poder praticamente sem traumas. Em ambos os casos, ideais revolucionários, inspirados tanto na Revolução Americana quanto na Revolução Francesa, estiveram presentes. A ocupação da Espanha pelo exército de Napoleão Bonaparte (1808) viria a desencadear nas colônias espanholas revoltas contra a usurpação do trono por parte de José Bonaparte, enquanto Fernando VII estava detido na França. Na Venezuela, no dia 19 de abril de 1810, o *Cabildo* caraquenho deu um golpe de Estado, a princípio para defender os direitos do monarca deposto. E após o Primeiro Congresso Venezuelano foi publicada a *Acta Declaratoria de Independencia*, no dia 05 de julho de 1811. (MORENO 1974).

No entanto, a efetivação do processo foi longa, tendo ocorrido por parte da Espanha uma reação violenta e, em algumas províncias, a não adesão ao movimento revolucionário. Assim, foi o caso da Província de Guayana, que continuou sob o domínio real até a vitória de Manuel Carlos Piar sobre o General La Torre, em 11 de abril de 1817. Uma vez consolidada em território venezuelano, o exército libertador, comandado por Simón Bolívar, parte em direção aos Andes, libertando do jugo espanhol uma grande parte da América do Sul.

Em 17 de dezembro de 1819 o *Congreso de Angostura*, proclama a *Ley Fundamental de La República de Colombia*, composta pela Venezuela e pela *Nueva Granada*, então integrada por três departamentos: Venezuela, Cundinamarca e Quito. Modificados pelo *Congreso General de La Gran Colombia*, reunido em 1821, que decretou a divisão territorial em sete departamentos, subdividido em províncias. Desta forma, a antiga Capitania de Venezuela ficou dividida em três departamentos: *Orinoco*, com as províncias de Guayana, Cumaná, Barcelona e Margarita; Venezuela e Zulia. Em 1827, o Departamento de *Orinoco* ficou constituído apenas pela província de Guayana. (MORENO, 1974).

Após o Congresso de Valência, em 30 de janeiro de 1830, a Venezuela separou-se da *Gran Colombia*. A nova República de Venezuela foi dividida em onze províncias, sendo Guayana uma delas. Com a reforma territorial do General José Tadeo Monagas (1856), criou-se com terras de Guayana a nova província do Amazonas, cuja capital estava situada em San Fernando de Atabapo. Com a divisão territorial de 1864, que denominou *República de los Estados Unidos de Venezuela*, Guayana é elevada a Estado membro da federação. Em 1881 passou a chamar-se Estado Bolívar e o Amazonas foi transformado em território federal, elevado à categoria de Estado em 29 de julho de 1992. Para Souza:

Mas a libertação dos países amazônicos do domínio espanhol não trouxe maiores consequências para a Amazônia. Nenhum deles estabeleceu uma política específica para a área, sendo mesmo, em alguns casos, a Amazônia relegada ao abandono. Assim, os nascentes países hispânicos, durante todo o século XX, somente tiveram uma política para a região Amazônica quando instados pelas decisões tomadas pelos portugueses e, depois, pelos brasileiros. (SOUZA, 1994, pp. 95,96)

Já a ocupação de Portugal por Junot, por ordens de Bonaparte, resultou no traslado da família real portuguesa e da Corte para as terras americanas. Partindo no dia 29 de novembro de 1807 chegaram à Bahia no dia 22 de janeiro de 1808. Nessa data foi criado o Estado do Brasil do Reino de Portugal e Algarve. Transformado em Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarve (1815). Uma das primeiras medidas adotadas pela corte ao chegar ao Brasil foi mandar ocupar a colônia francesa de Caiena. Essa ocupação, que perdurou até 1817, quando Caiena foi devolvida aos franceses, repercutiu na Amazônia pela importação dos ideais revolucionários que iriam mais tarde provocar a revolta da Cabanagem (DI PAOLO, 1990).

Com a independência brasileira, proclamada em 07 de setembro de 1822 e reconhecida no Grão-Pará no dia 15 de agosto de 1823 e no Rio Negro em 22 de novembro de 1823, teve início o processo político que iria diferenciar o Brasil das ex-colônias espanholas na América do Sul. Enquanto o primeiro consolidava-se em um bloco homogêneo, em parte pela transmigração da corte bragantina, que serviu como esteio burocrático para o novo Estado; e, em parte, pela união das elites regionais em defesa da escravidão (SANTOS, 2010). No caso das ex-colônias espanholas, mesmo com a pretensão de Bolívar, forças centrífugas atuaram para a não consolidação de uma grande e única república, mas também dissolvendo a sua *Gran Colombia*.

Fatores como a dificuldade de comunicação com o Rio de Janeiro e a indecisão em apoiar ou não tal movimento contribuíram para isolar a região do restante do Império. O Grão-Pará passou a ser uma província, enquanto o Rio Negro ficou subordinado a esta. Com a criação da Província do Amazonas (1850) foi que a região adquiriu autonomia administrativa em relação ao Grão-Pará. E com a proclamação da República (1889) o Amazonas passou a ser um Estado da República dos Estados Unidos do Brasil (REIS, 1989).

Entretanto, na década de 1830, ocorreram na Amazônia brasileira várias revoltas, sendo a mais importante a Cabanagem. Esta teve a adesão de uma parcela significativa da população, que ocupou as principais vilas, inclusive Belém, chegando a se espalhar pelos principais rios da região. No entanto, entre outros fatores pela diversidade de suas lideranças, não ocorreu uma unificação do movimento, o que facilitou a dura repressão por parte do

governo regencial. No final, conforme Hemming (2011, p. 164) “a Amazônia brasileira ficou dilacerada, com um quinto de sua já reduzida população morta pela Cabanagem- em números aproximadamente iguais em ambos os lados do horrível conflito, o dos privilegiados e o dos trabalhadores”.

Durante a II Guerra Mundial, precisamente em 1943, foram criados Territórios Federais em áreas onde ocorreram litígios fronteiriços: Guaporé (teve o seu nome alterado para Rondônia em 1956 e transformado em Estado em 1982), na fronteira com a Bolívia, em terras do Amazonas e do Mato Grosso; Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa, em terras do Pará; e Rio Branco, na fronteira com a Venezuela e Guiana Inglesa, em terras do Amazonas. Este passou a ser denominado de Roraima (1962), e junto com o Amapá, foi elevado à categoria de Estado pela Constituição de 1988. Também foram criados os Territórios do Iguçu, fronteira com a Argentina, desmembrado do Paraná e de Santa Catarina; e de Ponta Porã, fronteira com o Paraguai, desmembrado do Mato Grosso, porém, com durações efêmeras (1946). E o Território de Fernando de Noronha, no arquipélago do mesmo nome, incorporado à Pernambuco em 1988.

2.5- Os Tratados de Limites.

Decorrido o turbulento período de consolidação das independências, persistiram os desafios em traçar os limites fronteiriços entre o Império do Brasil e as novas repúblicas sul-americanas. Mesmo com os Tratados de Madrid e San Idelfonso, que balizavam os limites na Amazônia, era difícil para os novos Estados utilizarem-se desses mecanismos, fruto do período colonial. No entanto, por várias razões, se fazia necessário definir as soberanias. Entre elas, por razões políticas, evitar tensões durante o período conturbado da formação estatal, como era a presença cada vez mais constante de uma potência como a Inglaterra nos limites amazônicos e de possíveis alianças com os países platinos.

Inicialmente, as iniciativas partiram das repúblicas sul-americanas, mesmo com os inconvenientes como a possível ligação do Brasil com a Santa Aliança, a instabilidade na região platina e fatos isolados como a incorporação pela província do Mato Grosso da região de Chiquitos (1825). Desta forma, foi concretizado um tratado de limites com o Peru (1841), porém não ratificado; por decurso de prazo não foi aprovado pelo Congresso peruano. Ademais, ele não seria ratificado pelo Brasil, como não o fora o Tratado com o Chile (1838),

pois naquele momento havia uma forte oposição no Parlamento brasileiro quanto à formulação de Tratados.

Fatores como a solicitação por parte de cidadãos norte-americanos de se abrir para navegação o Rio Amazonas, e a ascensão do Chile como o principal ator político na costa ocidental da América do Sul, fizeram que um novo tratado fosse negociado e assinado em 23 de outubro de 1851. Para Goes:

Esse tratado, cujo título oficial é “Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Extradção e Limites” não tem sua importância histórica devidamente assinalada pelos autores de nossa história diplomática. Apresenta, entretanto, características notáveis: a) estabeleceu o padrão pelo qual todos os outros tratados de limites com as nações amazônicas seriam negociados, introduzindo a praxe de trocar facilidades de navegação pelo Rio Amazonas, a porta de saída de toda a bacia, por vantagens territoriais; b) adotou pela primeira vez, entre nações sul-americanas independentes, o princípio do “uti possidetis”, na versão brasileira, para o estabelecimento dos limites bilaterais; c) estabeleceu a prática salutar de se negociar apenas com uma república de cada vez, embora houvesse sempre mais de uma disputando a soberania sobre a região limitada. (GOES, 1991, pp. 129-130)

Paralelamente, Miguel Maria Lisboa negociou com as repúblicas do Equador, da Nova Granada e da Venezuela tratados que consagravam a política brasileira. É interessante aclarar que nesse momento havia áreas reclamadas pelo Peru, Equador e Nova Granada que faziam fronteira com o Brasil. O objeto dessa disputa era a linha geodésica entre Tabatinga e a foz do Apapóris no Rio Japurá. Ficando acertado nesses tratados o reconhecimento da geodésica como a fronteira, independente de futuros acordos entre as partes em disputa. Em razão dessa disputa, em 1904, foi realizado um tratado de limites entre o Brasil e o Equador. No entanto, por perdas territoriais tanto para o Peru, quanto para a Colômbia, o Equador não possui fronteiras com o Brasil. Destarte, o sucesso de tal missão foi irrisório, uma vez que, nenhuns deles foram ratificados pelos seus respectivos parlamentos.

Com a Venezuela, um novo tratado, também baseado nos princípios propostos pelo Brasil, por fim foi celebrado em 05 de maio de 1859. Negociado por Felipe José Pereira Leal, cujos argumentos foram baseados na tentativa norte-americana de interferir diretamente na região, ou seja, por meio da livre navegação, colonizar os vales dos rios Amazonas e Orenoco; nos problemas de delimitação com a Colômbia sobre as áreas em comum e na ameaça brasileira em proibir a navegação fluvial (MENDIBLE, 1999, pp. 72-73). Ocorreu

por parte de Caracas uma mudança significativa quanto ao princípio adotado, uma vez que, até então, o apego aos tratados anteriores negociados no período colonial entre as metrópoles era a regra. E como opina GEHRE:

Ainda que os “prováveis atritos no futuro” não tivessem sido totalmente eliminados, as consequências, no plano das relações bilaterais, da assinatura do tratado de 1859 foram profundas. Primeiro, fincou o marco jurídico de referência para o início da parceria brasileiro-venezuelana. Segundo, foram estabelecidos os atuais limites fronteiriços e o desenho predominante da fronteira norte do Brasil; terceiro, construiu-se uma tênue aura de segurança mútua em uma região instável e repleta de problemas envolvendo grandes potências como Grã-Bretanha, Países Baixos e França. (GEHRE, 2011, p. 93)

Esse tratado foi, prontamente, alvo de reclamações por parte de Bogotá, alegando usurpação de terras que lhe pertenciam. No entanto, o Brasil seguia a regra de negociar com o vizinho que tinha a posse efetiva da região. Devido à recusa colombiana de aceitar o princípio *uti possidetis*, foi somente no início do século 20 que se chegou a um acordo com essa nação.

Também ocorreram disputas entre a Colômbia e a Venezuela pela definição de suas fronteiras. O acordo firmado em 1833, que ficou conhecido como Pombo-Michelena, era baseado em limites que excluía a então *Nueva Granada* de ser ribeirinha do Rio Orenoco e do Golfo de Venezuela. Mas, foi recusado pelo congresso venezuelano, o que levou a decisão para a arbitragem estrangeira. O resultado foi pronunciado em 16 de março de 1891, pela Rainha Regente de Espanha, sendo desfavorável a Caracas.

Durante o desenrolar da Guerra da Tríplice Aliança, devido à aproximação entre a Bolívia e o Paraguai, levantou-se a possibilidade da utilização do território boliviano como rota para furar o bloqueio no Rio da Prata. Também alvitrou-se a hipótese de uma aliança entre os dois países para ocupar territórios brasileiros (SANTOS, 2002). Por prudência, foi negociado entre o Brasil e a Bolívia o Tratado de Ayacucho (1867). Ocorreram protestos por parte do Peru, por considerar-se lesado, principalmente devido à geodésica entre o Madeira e o Javari. Essa região seria alvo de intensos conflitos quando da questão do Acre, época em que a exploração da borracha alcançou o seu ápice.

A Guerra da Tríplice Aliança, além de influenciar na negociação do Tratado de Ayacucho, também forçou a abertura da navegação no Rio Amazonas em 07 de dezembro de

1866. Até então, a tática adotada pelo governo brasileiro era negociar com os ribeirinhos superiores concessões à navegação em troca da definição dos limites, como foi acertado com o Peru e com a Venezuela. Mesmo sendo uma política contraditória ao que ocorria no Rio da Prata, onde o papel brasileiro era o inverso, principalmente após a derrota do ditador argentino Rosas e a abertura da navegação nesse rio. Assim, era justificável, durante uma guerra onde a navegação fluvial foi fundamental, também permitir no Rio Amazonas a liberdade de navegação.

Antes, porém, já havia pressões externas para a abertura, como a dirigida por Matthew Maury. Oficial da marinha norte-americana e pesquisador oceanográfico, Maury propôs, baseado nas facilidades de navegação entre a foz do Amazonas e o golfo do México, e pela reduzida intensidade populacional da Amazônia, a transferência dos excedentes de capital e de escravos dos Estados sulistas norte americanos. Sua tese, na iminência do fim da escravidão, era que o modo de produção, então dominante naqueles Estados, fosse transferido para o vale do Amazonas. Com o apoio do representante norte-americano no Brasil, Maury pretendia como primeiro passo para sua empresa, a abertura da navegação do grande rio. Corroboravam com os planos de Maury a abertura da navegação do rio da Prata e dos altos afluentes do Amazonas no Peru e na Bolívia. No entanto, o governo imperial, mesmo com temor diante do expansionismo norte-americano, somente iria ceder aos reclamos quando do crescimento da demanda mundial pela borracha.

2.6 – A Borracha, a Questão do Acre e a definição de Fronteiras.

O aumento significativo da extração do látex da *Hevea brasiliensis* na Amazônia, a partir da segunda metade do século 19, provocou grandes transformações sócio-econômicas e também modificações no cenário político regional. Conhecida desde a chegada dos europeus, a borracha teve pouca utilidade até o processo de vulcanização e sua utilização como pneumático na crescente indústria automobilística. Por ser uma atividade extrativista, dependia de um fluxo constante de novas áreas e de mão de obra. Inicialmente explorada nos arredores de Belém, à medida que aumentava a demanda, mais regiões foram sendo incorporadas. Cada vez mais, transferência de trabalhadores de outras atividades se fazia necessário e contingentes foram trazidos de outras regiões para atender a essa crescente atividade.

A vida de servidão que o seringueiro levava nas *colocações* (casas de seringueiros) contrastava com o universo científico-tecnológico representado pelo desenvolvimento do motor de combustão interna. Nesse sistema estavam envolvidas populações indígenas, migrantes foragidos da seca, pequenos comerciantes que navegavam com seus batelões nos inúmeros rios e igarapés, casas de aviamento que forneciam alimentos e utensílios, empresas exportadoras de borracha, indústrias que a processavam, localizadas nos Estados Unidos e na Europa e, por fim, os consumidores dos automóveis. Tendo como pano de fundo o capital das praças de Nova Iorque e Londres. Enfim, após três séculos, a Amazônia foi incorporada ao sistema mundo.

Durante décadas a Amazônia praticamente monopolizou a oferta da borracha no mercado mundial, o que provocou a ampliação da área de busca do produto. No Pará, novas regiões foram incorporadas como os vales dos rios Xingu e Tapajós. Já no Amazonas, além dos seringais situados nos principais vales, redes de contrabando oriundas dos países vizinhos alimentavam a alfândega de Manaus. No final da década de 1890, um quarto das exportações provinha de seringais bolivianos. No entanto, estes eram explorados em sua grande maioria por brasileiros.

Essas regiões periféricas, de soberania difusa, afastadas no caso da Bolívia do centro do poder andino, foram incorporadas ao sistema de produção cujos centros regionais estavam situados no Brasil. Para atenuar o problema, o governo boliviano propõe arrendar uma vasta região para um consórcio estrangeiro, dotado de poderes quase estatais, o “*Bolivian Syndicate*”. Ao mesmo tempo, instala um posto de controle alfandegário e tenta controlar militarmente a região. Diante da possibilidade de serem expulsos, os comerciantes brasileiros incentivaram e financiaram uma revolta e proclamaram a República do Acre. O Estado Independente do Acre foi fundado em 14 de julho de 1899, sendo seu presidente Luiz Galvez. Contava com o apoio do governo do Amazonas, devido à queda da arrecadação da alfândega de Manaus em decorrência da instalação do posto boliviano. Após intervenção do governo brasileiro, ocorreu a devolução à Bolívia. No entanto, em 24 de janeiro de 1903, foi novamente proclamada por Plácido de Castro, após vitórias militares diante do exército boliviano e com o apoio do governo brasileiro.

A possibilidade de uma guerra envolvendo o governo boliviano e cidadãos brasileiros, mais o temor em ter no centro da América do Sul um enclave imperialista, provocou uma crise diplomática envolvendo o Brasil, a Bolívia e o Peru. Tiveram início as negociações,

primeiramente com a indenização do “*Bolivian Syndicate*”³⁵, o que afastou da disputa as potências imperialistas. E depois com a Bolívia, que resultou no Tratado de Petrópolis (1903), que determinou a compra do território em disputa pelo Brasil, transformado no Território Federal do Acre, elevado a Estado federado em 1962; e na construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

Quanto ao Peru, aproveitando-se da crise entre o Brasil e a Bolívia, reivindicou parcelas territoriais alegando que haviam sido usurpadas pela Bolívia quando do Tratado de 1866. Ocorreram conflitos armados nos vales dos rios Purus e Juruá, inclusive com deslocamento de tropas e preparação para a guerra. A tática peruana era atrair para a sua causa as potências imperialistas, não conseguindo, porém, envolvê-las. Enquanto o Brasil articulava alianças com os desafetos peruanos, como o Equador (Tratado de 1904) e a Colômbia (Tratado de 1907). Destarte, isolado politicamente e na iminência de um conflito com um adversário superior, o Peru aceitou negociar um tratado complementar definindo por fim as pendências territoriais (1909).

Em ambos os casos, as negociações por parte do governo brasileiro foram dirigidas pelo Barão do Rio Branco. José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), filho do também diplomata Visconde do Rio Branco, cônsul em Liverpool e ministro na Alemanha antes de ocupar a pasta das Relações Exteriores (1902-1912). Negociador e vencedor dos litígios fronteiriços com a Argentina (1895); e com a França, sobre os limites com a Guiana Francesa (1900). Desde o Tratado de Utrecht que havia dúvidas quanto à localização de qual rio estava a fronteira. Após vários tratados, que cada vez mais a aproximava da foz do Amazonas e que estendia as pretensões francesas até o Rio Branco, o litígio, julgado pelo governo da Confederação Suíça, foi plenamente favorável ao Brasil.

Rio Branco demonstrou ser, além de um hábil diplomata, um personagem importante na formação da nacionalidade brasileira (SANTOS, 2010). Durante sua passagem pelo Itamaraty, Rio Branco articulou uma estratégia: *Si vis pacem, para bellum*, ou seja, mobilizar recursos militares para pressionar as negociações. Assim, quando de seu falecimento, o Brasil estava com as suas fronteiras definidas, mesmo com a derrota na questão do Pirara.

³⁵Composto por capitais anglo-americanos representava uma associação semelhante a *chartered company*, existentes na África e que detinham plenos poderes nos territórios onde atuavam, inclusive para constituírem forças armadas. Para Bandeira (2000) a casa Rothschild, sócia do empreendimento e credora do Brasil, atuou como mediadora, obtendo um lucro expressivo ao emprestar recursos para o governo brasileiro na indenização do consórcio, na compra do Acre e na construção da ferrovia, além de receber parte da indenização.

Desde a década de 1830, quando Robert Schomburgk realizou expedições na fronteira comum entre o Brasil, a Guiana Inglesa e a Venezuela, aproveitou-se das indefinições dos limites e reivindicou para a Inglaterra parcelas territoriais então consideradas brasileiras e venezuelanas. Frente à maior potência da época, tanto a Venezuela como o Brasil foram obrigados a recorrer à arbitragem. No caso venezuelano, após vários incidentes na região, ocorreu a interferência norte-americana alegando a Doutrina Monroe. Dessa forma, por pressão de Washington, foi constituído um tribunal arbitral composto por dois juízes ingleses, dois norte-americanos e presidido por um juiz russo. Esse tribunal proferiu um laudo desfavorável à Venezuela em 1899. Conforme Oropeza e Ríos (1989), o laudo está gravemente viciado, tanto na forma como no conteúdo, uma vez que faltou a motivação para a sentença.

No caso brasileiro, em 1842, ambos os governos resolveram neutralizar a zona em litígio. Após algumas tentativas sem resultados, as partes concordaram em entregar a questão ao rei da Itália, Vitor Manuel III. Mesmo com o excepcional trabalho produzido pelo defensor brasileiro Joaquim Nabuco, o laudo publicado em 1904 foi desfavorável ao Brasil. Ao contrário da Venezuela, que até os nossos dias reivindica o território em questão, o Brasil aceitou o resultado. Quanto aos limites do Brasil com a então Guiana Holandesa foram determinados por um tratado em 1908.

O período de definição das fronteiras da Amazônia brasileira coincidiu com o período de maior produção da borracha. No entanto, não ocorreu por parte do governo brasileiro nenhuma estratégia para diversificar a economia regional, tampouco ações para integrá-la ao restante do país ou aos países vizinhos. O início das plantações asiáticas, economicamente mais eficientes, resultou no declínio do ciclo econômico baseado na extração do látex. Assim, toda a região entraria em declínio, voltando a ser uma vaga lembrança para os governos; apenas no aspecto ecológico perceberam-se os benefícios, como sintetiza Hemming:

Os setenta anos do surto da borracha não foram uma catástrofe para a população nativa, como seria de esperar. Apesar de muitas tribos terem sido afetadas, um número relativamente pequeno delas esteve envolvido na extração do látex. Esse trabalho espinhoso foi feito por imigrantes vindos de outras partes do Brasil ou da Europa, por tapuios destribalizados ou por nativos da Bolívia. Para os índios tribais brasileiros, as devastações mais sérias decorreram das doenças importadas e da intrusão de seringueiros brutais em áreas até então inexploradas. Ecologicamente, a extração da borracha causou muito pouco dano. As trilhas e clareiras abertas pelos seringueiros reverteram rapidamente à floresta tão logo eles se retiraram, e as *Hevea*

não sofreram com a extração do látex. Assim, o surto da borracha causou menos danos duradouros ao ambiente dos índios amazônicos do que os perpetrados pelas fazendas de gado do Brasil Central ou dos cafezais de São Paulo naquelas fronteiras. (HEMMING, 2009, pp. 390, 391)

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a região teve um surto de importância: devido à ocupação japonesa das plantações asiáticas, de novo a produção de látex ganhou valor; a foz do Amazonas foi considerada como estratégica, com a instalação de uma base aérea norte-americana em Belém, e o despertar por parte do governo brasileiro de sua importância, como foi a visita do presidente Getúlio Vargas a Manaus (1940). A batalha da borracha, como ficou conhecida, representou o retorno da produção de borracha para o esforço de guerra aliado. Como da primeira fase, terminada a guerra, a produção foi reduzida. As promessas de melhoria das condições de vida dos seringueiros não passaram de retórica.

Antes, porém, ocorreram disputas territoriais em zonas fronteiriças, como foi o caso da invasão de Letícia por tropas peruanas e a guerra entre o Peru e o Equador. Desde a época colonial as fronteiras entre os *virreinos* espanhóis estavam imprecisas. Assim, após as guerras de independência, o surgimento de novos países na região levou a vários enfrentamentos, agravados na Amazônia pelo distanciamento e pelas características regionais. Visto que, como representa o mapa 04, em 1860 as fronteiras encontravam-se indefinidas.

Derrotado e humilhado na Guerra do Pacífico (1879-1883) o Peru, a partir de então, procurou não só convergir para questões de limites a opinião pública como por meio de armas, conquistar espaços em litígio. Assim, ocorreu em relação ao Acre, e na definição de suas fronteiras com a Colômbia e com o Equador. Definida a fronteira entre a Colômbia e o Peru pelo Tratado de Salomón-Lozano (1922), os colombianos organizaram os territórios que lhes foram cedidos, criando a intendência do Amazonas, com capital em Letícia. Em 1º de setembro de 1932, peruanos inconformados em ceder parte do território ocuparam essa cidade. A princípio, o governo de Lima considerou a ocupação como um movimento espontâneo, inclusive disposto a colaborar com o vizinho na retirada dos invasores. No entanto, diante do clamor nacionalista o governo peruano voltou atrás e resolveu garantir a integridade de seus cidadãos diante da ameaça colombiana de utilizar a força para expulsar os invasores. A situação foi resolvida com a assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro (1934), que garantiu o acesso direto ao Amazonas pela Colômbia, à custa de regiões equatorianas.

Em relação aos problemas fronteiriços entre o Equador e o Peru, em parte eram decorrentes da falta de clareza quanto à definição de limites, quando terminada a guerra de independência, e com a criação de novos estados. O Equador sentiu-se lesado com o Tratado Salomón-Lozano porque foi negociado sem a sua participação, uma vez que havia, em 1916, firmado com a Colômbia o Tratado de Muñoz Vernaza-Suárez, no qual constavam territórios que foram cedidos ao Peru. Outro fator importante foi a concessão para pesquisa, dada por ambos os governos, para empresas petroleiras estrangeiras nas áreas em litígio. Após vários enfrentamentos armados foi negociado o Protocolo de Paz, Amizade e Limites do Rio de Janeiro (1942). No entanto, ao longo dos anos ocorreram novos conflitos, até a declaração de paz do Itamaraty (1998).

2.7 – Teorias Geopolíticas e o Espaço Amazônico.

As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam no seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do Norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão da sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs, para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez, com dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside às relações dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico ³⁶.

O texto acima, parte do discurso do Presidente Getúlio Vargas proferido em Manaus, em 9 de outubro de 1940, conhecido como “O destino brasileiro do Amazonas”, passou para a história como o início efetivo da Marcha para o Oeste. Era a primeira visita de um presidente da República na Amazônia, e representou, em sua época, dois elementos integracionistas: uma percepção interna, ou seja, a tentativa de integrar vastas regiões do país ao seu ecúmeno; e uma percepção externa, conclamando os países que compartilhavam dessa região a iniciarem um processo de cooperação. No entanto, internamente, a não ser pela criação dos territórios federais e de ações relacionadas à exploração da borracha, nenhuma medida efetiva foi

³⁶Disponível em: www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/31.pdf/at_download/file. Acessado em 01 de novembro de 2011.

adotada até a década de 1950, quando da transferência da capital do país para o planalto central. Já no campo externo o processo demoraria mais tempo, tendo como marco político o Tratado de Cooperação Amazônica (1978).

Percebe-se nesse discurso elementos que iriam acompanhar as políticas governamentais em relação ao processo de ocupação regional. Vargas, influenciado pelo momento histórico, quando a guerra já havia se iniciado na Europa, procurou consolidar as teses geopolíticas apresentadas por autores nacionais, como Mário Travassos.

Reconhecido como o primeiro sistematizador desse ramo do conhecimento, Friedrich Ratzel (1844-1904) publicou em 1897 "*Politische Geographie*", influenciado pelo positivismo e por um elaborado determinismo ambiental. Para ele, não só as dimensões e as formas dos Estados, mas também o interior deles determinam sua capacidade para sobreviver. O surgimento dessa teoria sobre um espaço mínimo para a sobrevivência do Estado, ou espaço vital, foi importante para justificar projetos expansionistas de alguns governos.

A relação entre a Geografia Política e projetos expansionistas está presente nas teorias trabalhadas por autores como Rudolf Kjéllen, Alfred Mahan, Halford Mackinder, Karl Haushofer e Nicholas Spykman. Kjéllen (1846-1922) foi quem utilizou pela primeira vez a expressão Geopolítica, um ramo da Ciência Política, rompendo com a embrionária Geografia Política e desenvolvendo uma teoria organicista do Estado, ou seja, o estudo do Estado como reino, organismo ou fenômeno no espaço, justificando assim, o emprego de qualquer meio para a sua sobrevivência (ATENCIO, 1965, p. 110). Suas ideias influenciaram em parte o pensamento político do Terceiro Reich, como justificativa ideológica para as suas estratégias expansionistas.

Paralelamente, as teorias propostas pelo almirante Alfred Mahan (1840-1914) induziram uma estratégia expansionista forte: transformar a jovem nação em uma potência mundial. Baseando-se em fatos históricos e, principalmente, nas análises comparativas da posição marítima entre as principais nações europeias, concluiu que era necessário desenvolver uma marinha mercante forte, interdependente da marinha de guerra e dependente de pontos de apoio localizados nas principais rotas. Para ele, era vital a construção de um canal que articulasse o Pacífico com o Atlântico para a preponderância dos Estados Unidos no hemisfério ocidental.

Apesar de ter nascido em um império marítimo, o britânico Sir Halford Mackinder (1861-1947), inclinou-se pelo poder terrestre em oposição ao marítimo. Depois de comparar

historicamente os grandes impérios, desenvolveu uma das mais fortes teorias da Geopolítica: *Heartland*, ou área central da ilha mundo. Geógrafo de formação, criticou os colegas pela pouca atenção dada aos fatos políticos nos seus estudos, o que distanciava a disciplina do debate sobre questões políticas internas e externas. Para ele, a Geopolítica surgiu da associação peculiar da análise política do equilíbrio de poder do quadro internacional aos estudos correntes produzidos pela Geografia (COSTA, 1992, p. 78). Mackinder, com o desenvolvimento dos meios de transportes e das comunicações, reformulou a sua teoria da *Heartland*, ao denominar uma zona localizada ao sul do Saara "Terra Coração Meridional", onde deixou implícito que poderia haver muitas Terras Corações no mundo, ou em uma determinada região geográfica (MERINO, 1982, p. 14).

Influenciadas pelas teorias de Ratzel, Kjéllen e Mackinder e pelas condições impostas à Alemanha, depois da Grande Guerra, emergiram as teorias de Karl Haushofer (1869-1946), que, conjuntamente com um grupo de colaboradores, fundou a escola mais polêmica da Geopolítica em todos os tempos: a de Munique. Esta iniciou os seus trabalhos com a publicação da revista "*Zeitschrift für Geopolitik*" (1924), utilizando a teoria organicista do Estado para justificar a conquista da *Heartland* pelo Estado Nazifacista, baseando-se no binômio solo e pátria. A derrota alemã foi o epílogo das teorias de Haushofer, contribuindo para a formação de uma imagem preconceituosa da Geopolítica.

No delicado período anterior à Segunda Guerra Mundial e durante o conflito, surgiu nos meios acadêmicos dos Estados Unidos a preocupação de gerar uma "Geopolítica democrática" em oposição à "*Geopolitik*". Destacou-se nesta tarefa o professor Nicholas Spykman (1893–1943). Ao analisar a posição dos Estados Unidos frente à guerra, afirmou a necessidade de projetar o país como uma grande potência mundial. Para isso, rechaçou o isolacionismo dominante até então e predicou políticas agressivas, tendo como objetivo ampliar a participação norte-americana no cenário internacional. Também menosprezou a teoria de Mackinder sobre a *Heartland*, devido ao avanço tecnológico dos meios de transporte e das comunicações. Em contrapartida, formulou a teoria dos "*Rimland*", zonas estratégicas periféricas dotadas de importância vital, principalmente no caso de uma guerra prolongada.

Rotulada de "Geografia do Fascismo", a Geopolítica foi então acusada, desde a sua formação, de intentar mesclar teorias geográficas com a ambição de conquistas territoriais, seja por parte de personagens como Hitler, seja pelo imperialismo ianque. Assim, durante décadas, este saber dos "conquistadores" foi junto com a Geografia Política, as únicas pontes entre a Geografia e a Política. O retorno dos geógrafos aos estudos que procuram enlaçar as

estruturas políticas, principalmente o Estado-nação e o espaço, está marcado por uma obra considerada clássica de Yves Lacoste (1929-): "*La Géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*", publicada pela primeira vez em 1976. Lacoste (1989, p. 242) resgata o caráter prioritariamente político dos estudos geográficos e afirma: "na verdade, os raciocínios geopolíticos, isto é, tudo que mostra a complexidade das relações entre aquilo que sobrevém da política e as configurações geográficas, não são mais de 'direita' do que de 'esquerda', não mais 'imperialistas' que 'libertadores'".

O movimento iniciado por Lacoste, na verdade, representa uma tendência que podemos chamar de "Geografia Crítica" e para os seus autores: "os que assumem o conteúdo político do conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem" (MORAES, 1994, p. 112). Para Milton Santos (1991a, p. 18), um dos principais representantes desse movimento para a renovação da Geografia: "Os Estados - Nações, formações econômicas e sociais tanto quanto totalidades legítimas, são também a unidade geográfica de estudo".

Destarte, no momento em que a Geografia retoma seu projeto original, também é a hora de os especialistas em política e os outros cientistas sociais valorizarem a importância capital do espaço para as análises na tentativa de compreender as transformações que vivemos, tanto no interior dos Estados, como nas Relações Internacionais.

Preocupação presente em Ratzel (1990, p. 73) que, em 1882, alertava que a Ciência Política ignorava as relações do espaço e a posição geográfica para a formulação de uma teoria do Estado e afirmava que: "a maior parte dos sistemas e das teorias sociológicas consideram o homem como separado da Terra".

Crítica que ainda acompanha as Ciências Sociais, conforme as palavras de Anthony Giddens: "a maioria dos analistas sociais trata o tempo e o espaço como meros ambientes de ação e aceita irrefletidamente a concepção de tempo que, enquanto tempo cronometrável, é característico da moderna cultura ocidental. Com a exceção dos recentes trabalhos de geógrafos os cientistas sociais não foram capazes de construir seu pensamento em torno dos modos como os sistemas sociais são constituídos através do espaço-tempo" (GIDDENS, 1989, p. 89).

Foge do escopo deste estudo realizar um trabalho profundo sobre as teorias geográficas, mas a interdisciplinaridade obriga a uma tentativa de aclarar alguns conceitos

fundamentais para a Geografia e para a Geopolítica. E o conceito mais importante é o de espaço. Defini-lo é uma questão complexa, entretanto, pode-se aproximar pela sua composição, que, para Milton Santos:

O espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente: a) a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos 'sistemas de engenharia'; b) a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em dado momento. (SANTOS, 1991, p. 111).

Dando continuidade, compartilha-se da opinião de Machado (1990, p. 108) sobre a Geopolítica: “pode ser entendida como o conjunto de políticas e ações do Estado que, ao serem concretizadas materialmente num determinado momento, possibilitam a manipulação do espaço nacional no sentido de adequá-lo aos interesses dos grupos hegemônicos, incluídos nesses grupos os tecnocratas a serviço do Estado”. Dessa definição ressaltam-se dois pontos: primeiro, a Geopolítica é entendida como *policy-making*, ou um programa de ação, atividade que representa escolher entre atos futuros. Em segundo lugar, a Geopolítica, como *policy-making*, reflete os interesses dos grupos hegemônicos que controlam o sistema do Estado.

As questões relacionadas com o aproveitamento dos recursos naturais e os problemas ambientais internacionais podem ser analisados do ponto de vista geopolítico. Apesar dos excessos cometidos em seu nome, e da omissão epistemológica de alguns autores, a Geopolítica pode ser considerada como um importante instrumento para a análise das relações entre os Estados. Em qualquer agenda, encontram-se temas ligados à preservação, à conservação e ao acesso às informações sobre os recursos naturais, tanto como sobre o crescimento e a distribuição populacional, e os problemas provocados pela distribuição dos recursos financeiros e tecnológicos. Portanto, ocorre uma valorização dos estudos geopolíticos como instrumento para a formulação de políticas internas e externas, como comenta Lacoste:

Contrariamente às afirmações de certos teóricos (Mackinder, por exemplo), uma situação geopolítica não é determinada, no essencial, por tal dado de geografia física (relevo e/ou clima), mas ela resulta da combinação de fatores bem mais numerosos, demográficos, econômicos, culturais, políticos, cada qual deles devendo ser visto na sua configuração espacial particular. (LACOSTE, 1989, p. 259)

A utilização da Geopolítica levou à redescoberta da importância de conhecer e de controlar o espaço como prática política. Este saber que acompanha os homens, desde as suas mais simples manifestações culturais, é resgatado. E o espaço passa a ser estudado como a materialização dos conflitos sociais e como meio indispensável para a reprodução da infraestrutura econômica. Assim, todo o conhecimento geográfico é também político. Portanto, projetos elaborados dentro de enfoques diferenciados como "*aménagement du territoire*", gestão do território, organização espacial ou planificação regional, fundamentalmente são planos de ação para manter ou alterar uma relação de poder dentro de um determinado espaço, seja este espaço localizado no interior das fronteiras de um Estado ou não. Sobre este aspecto, destaca-se o caráter prático ou de ação, "el conocimiento geográfico-político puede ayudarnos a conservar, cambiar o transformar el espacio político, en este sentido es conocimiento práctico. El neologismo 'geopolítica' es una buena palabra para expresar éste sentido práctico del saber geográfico-político" (ARENAS, 1990, p. 22).

Os planos de ocupar o então considerado deserto verde amazônico com "homens sem terras para terras sem homens", foram decorrentes das teorias de Ratzel e Mackinder que, desde os anos de 1930, influenciaram os trabalhos de Everardo Backheuser, Lysias Rodrigues y Mário Travassos. Travassos, com o trabalho "Projeção Continental do Brasil", transportou para a América do Sul o conceito de *herthland*, localizada na Bolívia, e a necessidade do Brasil de anular o predomínio geopolítico da Argentina sobre os vizinhos Bolívia, Paraguai e Uruguai, o que acabou fortalecendo uma imagem imperialista da política externa brasileira. Também dissertou sobre os dois antagonismos do continente sul-americano: a vertente atlântica versus a pacífica, e a amazônica versus a platina. Para Travassos, devido a fatores como a proximidade das principais rotas marítimas, pela presença de grandes hidrovias e pela disponibilidade de terras, a vertente atlântica prevaleceria sobre a vertente pacífica.

Continuando a sua exposição, Travassos identifica na vertente atlântica mais um antagonismo entre as duas maiores bacias hidrográficas: entre a platina e a amazônica. Mesmo tendo a Argentina como uma potência regional, principalmente na década de 1930, a vertente amazônica deveria prevalecer. Entre os fatores apontados estão a posição da foz do Amazonas, praticamente sobre a linha do Equador, assim, mais próxima das principais rotas comerciais; e a interiorização profunda do eixo principal, permitindo o aproveitamento dessa via natural até o contraforte oriental da cordilheira andina. Complementando, como o principal ribeirão amazônico, bastaria ao Brasil o papel de empreendedor, equilibrando a

influência argentina sobre o triângulo boliviano, tendo como vértices as cidades de Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre.

A transferência da capital do litoral para o interior, prevista desde o Império, provocou nos anos anteriores à construção de Brasília um debate sobre o papel da nova cidade, ou seja, seria unir as diferentes regiões do país ou servir como a *heartland* nacional. Prevaleceu segunda opinião, afirmando a influência crescente das teorias geopolíticas no planejamento territorial brasileiro (MIYAMOTO, 1995). Assim, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi construída e inaugurada a nova capital e aberta a Belém-Brasília, a primeira de uma série de estradas estratégicas, verdadeiros eixos de integração e de ocupação do espaço. Foi também durante o governo de Juscelino que se implantou a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, órgão de planejamento econômico regional que, mediante políticas de incentivos fiscais, inaugurou o planejamento estatal regionalizado no país, e que mais tarde seria executado em outras regiões, inclusive na Amazônia.

A utilização de princípios geopolíticos, somados ao planejamento regional e ao desenvolvimento extensivo do capitalismo foram as bases para as grandes transformações ocorridas na Amazônia, depois do golpe militar de 1964³⁷. Inclusive para alguns autores o próprio golpe de Estado teve na Geopolítica parte de sua fundamentação ideológica, por meio dos fundamentos doutrinários desenvolvidos na Escola Superior de Guerra - ESG e nos estudos elaborados por Golbery de Couto e Silva. A ESG, fundada em 1949 aos moldes da *U.S. Army War College*, no período que antecedeu o golpe de 1964, foi uma das instituições que aglutinavam os adeptos de um modelo de modernização conservadora para o país (OLIVEIRA, 1978, p. 21). Esse modelo tinha como bases a restrição das atividades políticas, a reserva de setores econômicos para a burguesia nacional, a abertura ao capital internacional e o Estado como interventor.

O General Golbery, figura destacada em alguns governos militares, desenvolveu suas teses durante os anos 1950 e 1960, período marcado pela Guerra Fria. Afirmava a necessidade de o Brasil ser um aliado dos interesses ocidentais (norte-americanos) no hemisfério, principalmente no Atlântico Sul. Para tanto, era necessário dotar a nação de uma estrutura

³⁷Sobre o Golpe de 1964 existe uma razoável bibliografia que o aborda em vários aspectos. Podemos destacar os seguintes: Dreifuss (1987), que estuda as articulações da elite orgânica na preparação e na execução do golpe; Alves (1987), que dedica um capítulo a descrever os fundamentos ideológicos e doutrinários dos golpistas e da ditadura militar, o artigo de Oliveira (1987), que analisa as bases políticas do projeto estratégico formulado pela ESG.

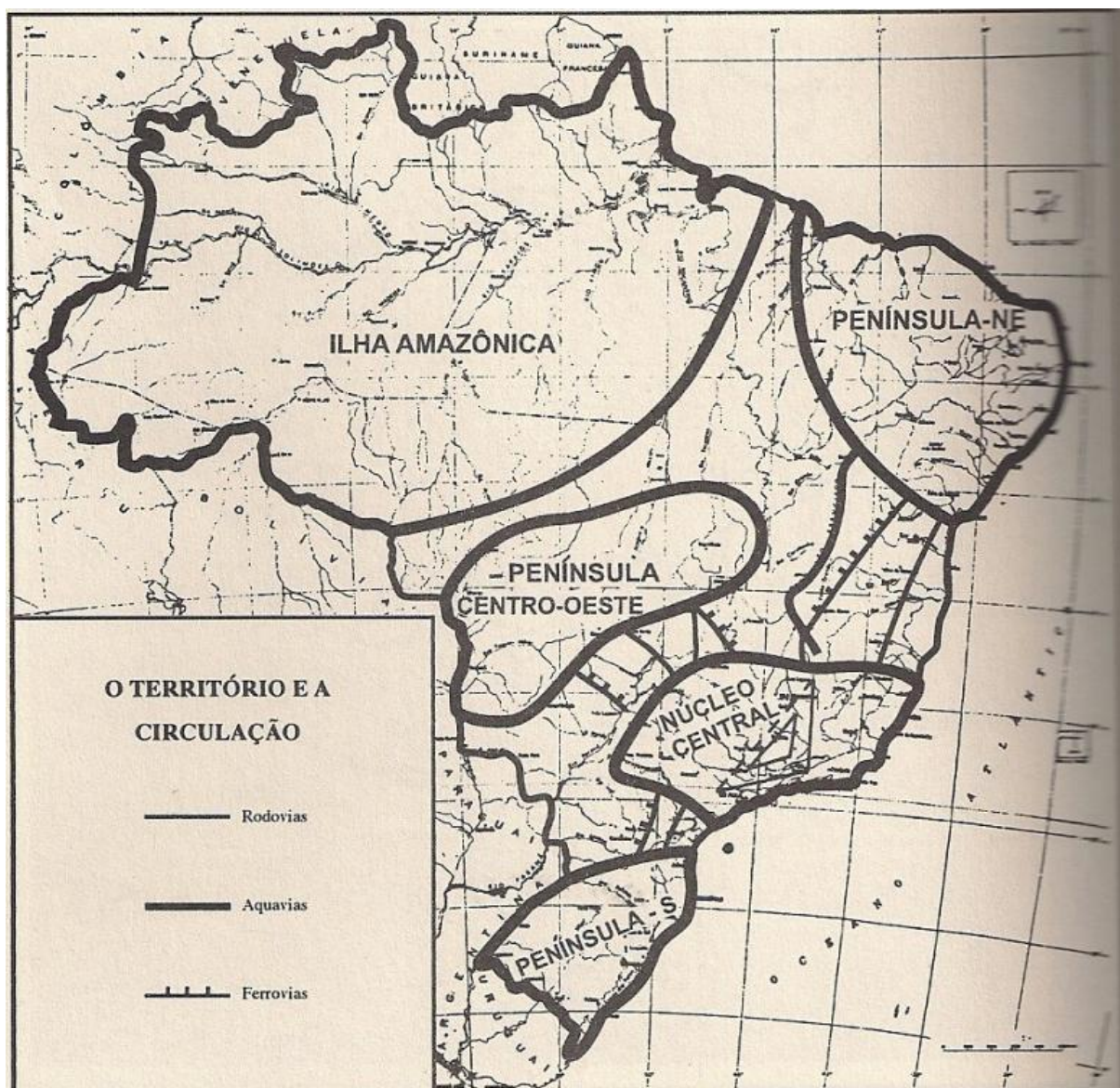
moderna no aspecto econômico, político, territorial, para transformá-la em uma potência. Destarte, o Brasil foi dividido em cinco áreas: o núcleo central, as penínsulas sul, nordeste e centro-oeste e a ilha amazônica. E a sua receita como manobra geopolítica para a integração do território nacional:

“1.º - articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração;

2.º- impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro (para o que se combinarão o processo da mancha de azeite preconizado por Lyautey e o dos núcleos avançados atuando como pontos de condensação);

3.º- inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E. O. segundo o eixo do grande rio”. (SILVA, 1967, pp. 46-47).

Mapa 08 – O Território e as vias de circulação existentes na década de 1950.



Fonte: Silva (1967).

Durante o governo Castelo Branco foram implantadas as bases para o ordenamento da Amazônia: em 1966 criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). No mesmo ano, o então Banco de Crédito da Amazônia S.A. foi reformulado, dando lugar ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), que, em conjunto com o Banco do Brasil, foram os principais financiadores do modelo. Em 1967 criou-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A implantação desse polo representou a escolha de uma base urbana para dotar toda a Amazônia de um centro logístico necessário para a expansão territorial no ocidente amazônico, mais próximo à fronteira peruana, então, devido à

importância estratégica de Iquitos, maior cidade amazônica depois de Belém e Manaus, e a possível base para o projeto geopolítico peruano de transferir excedentes populacionais da costa para a selva.

Nos governos de Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo foram executados planos de ocupação territorial muito mais próximos das propostas descritas acima. Podemos exemplificar com os projetos das estradas e vias implantadas na Amazônia, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, a Cuiabá-Santarém e a Manaus-Boa Vista. Essas construções foram acompanhadas de diferentes formas de colonização e de ocupação da terra, resultantes da apropriação monopolista controlada e incentivada pelo Estado. Seja através da moderna empresa capitalista agropecuária, seja pelos projetos de assentamento implantados pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou por empresas privadas.

A mineração também foi incentivada com a implantação de vários projetos, destacando o Projeto Grande Carajás (PGC), em áreas do Pará e Maranhão, coordenado pela Companhia Vale do Rio Doce (Vale) em parceria com grandes grupos multinacionais. Esse mega polo mineiro-metalúrgico e energético, dotado de uma infraestrutura logística, representava a estratégia de superposição territorial, onde o Estado criava e controlava territórios desconsiderando as unidades políticas intermediárias e primárias e a sociedade civil (BECKER, 1988).

Essas políticas incentivaram as migrações para a região, principalmente para os núcleos urbanos e para as novas áreas de colonização. Além dos incentivos, também ocorreram dois fenômenos: a manutenção de estruturas fundiárias e sociais baseadas no latifúndio de baixa produtividade na região Nordeste, o que originou a transferência dos excedentes populacionais para as áreas pioneiras e o famoso lema “terras sem homens para homens sem terra”. A mecanização agrícola no sul do país também provocou a busca de novas oportunidades, principalmente no eixo Cuiabá-Porto Velho. Como foi o caso da alta taxa de crescimento populacional em Rondônia, após a abertura da BR-364 e dos projetos de colonização às margens da estrada, acompanhada de uma elevada taxa de desflorestamento.

Em relação aos espaços fronteiriços ocorreram poucas transformações. Com exceção do Peru que, durante o período conhecido como “*Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada*” (1968-1980), procurou articular as suas três regiões: a costa, a serra e a selva. Os militares deram um golpe de Estado em 1968, e adotaram uma linha política nacionalista independente em relação aos Estados Unidos. Ademais, realizaram uma reforma agrária e

estatizaram a exploração petroleira. Eles, tal qual que os brasileiros, desenvolveram uma estratégia baseada em estudos geopolíticos. Para o General Jarrín, então ministro da guerra peruano:

Geopolíticamente, em el país existe un gran vacío que debe ocuparse real y físicamente, es el gran espacio amazónico. En él existen grandes posibilidades de recursos energéticos, hoy em vías de comprobarse, una riqueza forestal aún no explorada, y en ceja de selva, particularmente en la selva central, una gran riqueza potencial agropecuaria. (JARRIN, 1974, p. 260)

No entanto, mesmo o projeto peruano não prosperou, em parte pela crise mundial provocada pelo aumento dos preços do petróleo. Os demais países amazônicos, cujos núcleos estavam e continuam situados na cordilheira ou no litoral, como é o caso venezuelano, cuja posição geográfica aberta para o Caribe concentrava, e ainda concentra, os interesses estratégicos e geopolíticos, continuaram negligenciando as possibilidades de integração desses espaços aos seus ecúmenos e a transposição das fronteiras estatais.

Mapa 09 - As manobras necessárias para a integração territorial.



Fonte: Silva (1967).

2.8 – O Tratado de Cooperação Amazônica.

No governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), a situação econômica dava sinais de deterioração o que ruía uma das bases de sustentação do regime. As altas taxas de crescimento, o período do milagre econômico, proporcionaram aos governos militares anteriores o apoio de setores da classe média mesmo no período de maior endurecimento político. Os resultados eleitorais de 1974 refletiram essa situação, o que o levou a administrar uma política denominada de abertura lenta, segura e gradual.

Paralelamente, as relações com Washington caminhavam para um maior distanciamento, processo iniciado no governo do Presidente Costa e Silva (1967-1969). E que se aprofundou em razão dos seguintes fatores: a) a política de respeito aos direitos humanos promovida pelo Presidente Carter, levando a ressentimentos por parte do governo brasileiro, chegando a denunciar o acordo militar então em vigor. b) a busca de novos parceiros comerciais e de novas alianças políticas. Ações de grande impacto comercial estavam ligadas às posições brasileiras adotadas nos fóruns mundiais: reatamento das relações com a China, condenação do sionismo como forma de racismo e reconhecimento da independência de Angola. Devido à crise do petróleo, a posição brasileira foi de uma aproximação estratégica com os países árabes, o que possibilitou um crescimento comercial favorável. E o reconhecimento do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) favoreceu a inserção brasileira na África, principalmente junto aos países lusófonos. c) a política americana em restringir o acesso à tecnologia nuclear, apenas fornecendo usinas fechadas, levou Geisel ao tratado de cooperação nuclear com a Alemanha Ocidental (1975). Após a publicação do tratado, apesar de pressionado, manteve uma posição independente em relação à potência hemisférica. Esse conjunto de políticas ficou conhecido como o Pragmatismo Responsável e Ecumênico.

Antes, já havia ocorrido uma mudança na política brasileira para a América do Sul. Mesmo presente a rivalidade com a Argentina pela questão do aproveitamento das águas do Rio Paraná e pela influência na Bolívia e no Paraguai, foi negociado o Tratado da Bacia do Rio da Prata (23/04/1969), entre Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. O paradoxo é que à medida que o Brasil elevava os seus patamares de crescimento econômico e de autonomia em sua política externa, proporcionalmente, aumentava a sua dependência em relação aos países circunvizinhos. Destarte, a estabilidade de suas fronteiras era essencial para almejar medidas mais independentes no nível hemisférico e global.

Após alcançar o predomínio na região do Rio da Prata, o Brasil partiu para articular o mesmo na Amazônia. E foi nesse contexto que se iniciaram as discussões para a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônico (TCA), o que ocorreu em 03 de julho de 1978 pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Essa mudança representou para a Amazônia o fim do isolacionismo pretendido por Golbery e o retorno à projeção continental apregoada por Travassos. Também conhecida como a formação da Pan-Amazônica, que, segundo Mattos (1980, p. 161), poderia diminuir as consequências provocadas pelo elevado quociente de continentalidade da região. Para tanto, era necessária uma nova estratégia:

As áreas-polos ou polos atuarão como verdadeiros dínamos aumentando progressivamente, ao redor do centro, os benefícios de incorporação econômica social de regiões virgens. Não há necessidade de super povoação, mas de pólos bem distribuídos e conectados por sistemas viários, embora distantes entre si, e que sejam um verdadeiro centro de progresso social e econômico. A preservação ecológica dentro de um conceito tradicional e o respeito às reservas indígenas serão melhores atendidos com esta estratégia, polos de irradiação distanciados, mas atuantes, capazes de representar a lei e a dinamização do progresso econômico e social. (MATTOS, 1980, pp. 174-175)

Nessa fórmula a união de uma política diplomática integracionista e a criação de polos de irradiação poderiam dinamizar as relações da Amazônia com o resto do país e com os países vizinhos. Entretanto, devido ao prolongamento da crise econômica e aos problemas ambientais e relativos aos direitos dos povos autóctones e tradicionais na Amazônia, durante o período de “inundação de civilização”, despertaram a opinião pública mundial e regional para o modelo de política espacial adotado então pelo Brasil. Entre outras consequências, foram reduzidas as transferências de capitais e a não implantação desses polos fronteiriços, mantendo-se o isolamento da região e, inclusive, aumentando as assimetrias em seu interior.

Mesmo assim representou uma vitória para o governo brasileiro, visto que, naquele período, havia grande desconfiança das intenções dos militares brasileiros a respeito de “inundar de civilização” a Amazônia. Dois países também tiveram um papel importante na elaboração do TCA: o Peru e a Venezuela. O Peru olhava com bons olhos a penetração do Estado brasileiro na Amazônia porque serviria de experiência para os seus próprios planos regionais. Eles apoiaram o TCA e serviram de ponto de equilíbrio entre a posição brasileira e venezuelana. No entanto conseguiram reduzir o interesse estratégico-militar aumentando o econômico-desenvolvimentista (MONTENEGRO, 2000). Tal postura foi determinada pelo

conflito com o Equador pela zona fronteira em disputa da *Cordillera del Condor*, ou seja, evitar acordos multilaterais a respeito de temas sensíveis.

Do lado venezuelano, estava no poder o governo social-democrata do Presidente Carlos Andrés Pérez, cuja política externa foi marcada por ser muito ativa. Sua posição, garantida pelo aumento do preço do petróleo, permitiu uma postura de liderança no âmbito caribenho e no entorno latino-americano. As relações com o Brasil, apesar de distantes, eram cordiais, e como os demais países da região não viam com bons olhos a expansão para a Amazônia, a adesão brasileira, em 1975, ao Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA), proposto pela Venezuela, abriu o entendimento que levou ao TCA.

Outro fator determinante para a construção do TCA foi, segundo Antiquera (2006), a emergência de temas como direitos humanos e meio ambiente. A realização da Conferência de Estocolmo (1972) marcou o posicionamento dos países mais desenvolvidos sobre como gerir os grandes ecossistemas, uma vez que os danos ocorridos em um determinado território poderiam ter efeitos negativos nos territórios vizinhos ou até na biosfera como todo. Uma região ampla e dotada de vários ecossistemas, muitos dos quais pouco conhecidos, como é a Amazônia, se encaixa perfeitamente na fórmula de limitar a intervenção antrópica em prol do bem estar de toda a humanidade. Com o agravante de que as estratégias de ocupação estavam baseadas em fronteiras de recursos, mais a ideologia predominante de que seus recursos seriam inesgotáveis. Era necessária uma posição única de todos os condôminos para garantir a soberania das partes.

O TCA deveria ser o mecanismo para salvaguardar os interesses dos signatários e, ao mesmo tempo, propor fórmulas para dinamizar as relações econômicas, principalmente as realizadas no âmbito fronteira. Mesmo assim, e apesar de não tratar de questões comerciais, possibilitou uma aproximação econômica dos países amazônicos, como foi o caso do Peru, beneficiado com facilidades comerciais junto ao Brasil, em decorrência de seu papel de interlocutor durante as negociações do TCA, ao aproximar o Brasil com a Venezuela.

Os países da região, durante a década de 1980, tiveram dificuldades em controlar os processos inflacionários e, debilitados diante de suas dívidas externas, não avançaram em ações integracionistas de maior vulto. Também ocorreram problemas políticos como os conflitos fronteira entre o Peru e o Equador e o crescimento de atividades ilícitas em toda a região, que impediram avanços cooperativos.

Institucionalizado sob a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), contempla como linhas mestras a exclusividade dos países signatários em relação às políticas de desenvolvimento e de proteção da região; a soberania dos Estados-membros na utilização e preservação dos recursos de suas partes; a cooperação regional; as propostas regionais de desenvolvimento e proteção ambiental e a igualdade absoluta dos membros na tomada de decisões. Apesar de ser reconhecida como um instrumento que melhorou a confiança entre seus membros, a OTCA continua sendo criticada por ser pouca eficaz quanto às resoluções dos principais problemas amazônicos (PROCÓPIO, 2005).

Considerações Parciais.

Foi visto nesse capítulo que a Amazônia, desde quando Vicente Pinzón, pela primeira vez, relatou a existência de um grande mar próximo à linha equatorial, vem despertando no imaginário popular uma forte atração. A exuberância de suas paisagens e seus mistérios ocultos ainda povoam mentes e corações. Desde a fantástica cidade dourada até a esperança de que sua ocupação represente a chave para o primeiro mundo, multidões têm penetrado pelos seus rios e matas na busca desses tesouros e soluções.

Todavia, a região não se deixa revelar com facilidade. Assim, desde as primeiras expedições espanholas, como as de Francisco de Orellana e Gonzalo Pizarro, as privações foram muitas e poucas as recompensas. No sentido inverso, os portugueses souberam aproveitar as oportunidades e ocuparam a sua maior parte, para tanto, com habilidades diplomáticas e científicas ao negociarem o Tratado de Madrid. E foram os portugueses que, de fato, impuseram o controle do Estado, seja pela construção de uma série de fortes para delimitar os seus domínios, seja pela adoção de políticas específicas objetivando transmutar os silvícolas em cidadãos.

Já no período posterior aos processos de independência, a Amazônia passa a ter relevância para a economia mundial com a exploração da borracha. Paralelamente, com o temor de uma onda imperialista, o Brasil passa a negociar com os demais condôminos tratados de limites e navegação. Foi uma fase de turbulências que resultou em conflitos e desconfianças, mas que garantiu a região livre de ocupações estrangeiras. Como foi o caso da anexação do Acre onde, pagando o preço de ser rotulado como imperialista, o Brasil não permitiu a instalação de um protetorado. Porém, não conseguiu evitar o tráfico de sementes de

seringueiras para a Inglaterra e o traslado das mudas para a Ásia, que se adaptaram ao novo ambiente e, com uma produção em larga escala, propiciaram não só competir com a borracha brasileira, mas fazer com que essa decaísse.

Foi somente durante a II Guerra Mundial que a região voltou a se destacar economicamente. O que levou o governo brasileiro a tomar uma série de medidas para valorizar a sua importância. Também foi nesse período que teóricos geopolíticos iniciaram uma série de estudos objetivando integrá-la ao país. Porém, esses processos integracionistas iriam esperar o período do regime militar, implantado em 1964, para serem executados. Estrategicamente, integrar a Amazônia significava inundá-la de civilização, transferindo excedentes populacionais para ocupá-la.

As políticas adotadas, além de revelarem as contradições existentes, foram responsáveis pelo surgimento de outros problemas, inclusive o aumento das desconfianças entre os outros países partícipes. Entretanto, o crescimento autárquico brasileiro, junto com o nacionalismo exacerbado, não levou em consideração as preocupações advindas dos vizinhos. Foi necessário o esgotamento do modelo econômico e a emergência de novas variáveis, interpretadas como ameaças, para o Brasil mobilizar um tratado regional, ou seja, o TCA.

Porém, diante das percepções de ameaças advindas do entorno norte fronteiro, somadas à pouca eficiência do TCA, o governo do Presidente José Sarney iniciou a implantação do PCN. O que levou ao aumento das desconfianças, principalmente após o transbordamento das atividades de mineração ilegal para o território venezuelano, tema que será abordado no Capítulo 3.

Por fim, como lição conclusiva é que a ocupação da Amazônia, principalmente sob a soberania brasileira, tem sido uma construção diferenciada dos dois subcomplexos apresentados por Buzan e Wæver (2003). Como já foi dito, durante séculos a região não teve atrativos econômicos suficientes para uma grande disputa, como ocorreu na bacia do Rio da Prata, além das dificuldades impostas pelas condições ambientais, o que vem exigindo alto grau de adaptação.

Capítulo 3 – As relações entre o Brasil e a Venezuela .

Neste capítulo serão analisados os acontecimentos ocorridos na fronteira entre o Brasil e a Venezuela que repercutiram nas relações bilaterais no período compreendido entre 1985 e 2006. Antes, porém, vale apresentar um breve relato histórico dessas relações, uma vez que, para a maioria dos brasileiros, a Venezuela, até o advento da *Revolución Bolivariana*, era conhecida por ser um país muito rico em petróleo e ruim no futebol. Hoje, são raros os dias em que não se observam na mídia brasileira notícias, geralmente depreciativas, sobre o Presidente Hugo Chávez, e o pior, uma campanha que induz à existência de uma corrida armamentista desencadeada por Caracas, motivada, principalmente, pela compra de aeronaves russas como o Sukhoi Su-30 MK.

Para os que transitam na fronteira, a Venezuela se estende de Santa Elena de Uairén, cidade fronteiriça, até a ilha de Margarita, centro turístico no Caribe aonde se pode chegar por rodovia. Já para os venezuelanos o Brasil é “*la línea*”, como é conhecida a pequena cidade de Pacaraima localizada na fronteira. A outra imagem é pela proliferação de telenovelas brasileiras, o que faz com que muitos venezuelanos acreditem que os brasileiros são iguais aos modelos da classe média carioca.

Ambos os países têm avançado em uma estratégia de aproximação, mesmo com todos os problemas políticos enfrentados pelos venezuelanos e a recíproca falta de conhecimento. Tanto no nível diplomático, como nos contatos fronteiriços, uma vez que a consolidação dessa aliança poderá permitir a ambos uma estabilidade nos 2.119 km de fronteiras que compartilham, podendo expandir suas políticas de segurança para outros vizinhos mais problemáticos de seu arco amazônico, como Colômbia. Assim, vem ocorrendo uma aproximação entre o Brasil e a Venezuela nos últimos anos, como os vários projetos de infraestrutura financiados com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da *Comunidad Andina* (CAN). Destacam-se obras de vulto como a linha quatro do metrô de Caracas e a segunda ponte sobre o Rio Orenoco. Essa aproximação ocorre também na área energética, como a construção da refinaria Abreu e Lima em Pernambuco (empreendimento entre a Petrobrás e a PDV) e a conexão elétrica de Macágua com Boa Vista. Além disso, observa-se uma crescente e significativa pauta de comércio bilateral majoritariamente favorável ao Brasil.

Entretanto, também ocorreram períodos turbulentos como a suspensão das relações diplomáticas por iniciativa da Venezuela, no período de 17 de abril de 1964 a 29 de dezembro de 1966. Suspensas devido ao Golpe Militar de 31 de março de 1964, quando Caracas, mesmo sob críticas, adotou a “Doutrina Betancourt”³⁸. E durante as negociações para o Tratado de Cooperação Amazônica – TCA, onde o temor do expansionismo brasileiro por vezes foi questionado. Temor originado da sagacidade dos portugueses em aumentar consideravelmente os seus domínios na América, o que fez com que fossem considerados expansionistas. Até que, em 3 de julho de 1978, o tratado foi assinado pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Para Kucinski (1978), ao negociar o TCA, o governo militar brasileiro, com habilidade, estava impondo a sua tendência hegemônica na América do Sul ao isolar a Argentina na região do Rio da Prata e a Venezuela no Pacto Andino. Hoje, sob a renomeada Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA contempla como linhas mestras a exclusividade dos países signatários em relação às políticas de desenvolvimento e de proteção dessa região; a soberania dos Estados-membros na utilização e preservação dos recursos de suas partes; a cooperação regional; as propostas regionais de desenvolvimento e proteção ambiental e a igualdade absoluta dos membros na tomada de decisões.

Uma iniciativa do período conhecido como pragmatismo responsável na política externa brasileira, gestão do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), marcada por uma política externa independente em relação aos interesses dos EUA e, internamente, pelo processo de abertura lenta, segura e gradual.

Passado o período do milagre econômico com altas taxas de crescimento, sustentada pelos juros baixos e pelo otimismo do Brasil Potência, veio a recessão mundial acompanhando a crise do petróleo. A dívida do país disparou, assim como o descontentamento em relação ao regime ditatorial. Era o fim do milagre e, ao mesmo tempo, o descobrimento da integração regional com políticas mais eficazes para deter as tentativas de “internacionalização da Amazônia”.

Outro momento delicado foram os últimos anos da década de 1980 e início da década de 1990, quando ocorreram graves incidentes na fronteira do Brasil com a Venezuela, mais precisamente nas nascentes do Rio Orenoco. Milhares de garimpeiros invadiram a terra dos

³⁸Segundo Romero (1988), o Presidente Rómulo Betancourt (1959-1964) estabeleceu a “Doutrina Betancourt” ao ser empossado e que seria mantida até o fim do governo de Raúl Leoni (1964-1969). Por essa doutrina o governo venezuelano era obrigado a romper relações com qualquer governo imposto pela força ou que se desviasse de um ideário liberal democrático.

Yanomami, do lado brasileiro, em busca de ouro e transbordaram para o lado venezuelano. Ao tomarem conhecimento dos fatos, setores da mídia, políticos e acadêmicos de Caracas voltaram a difundir o imperialismo brasileiro devido a que, paralelamente à invasão, estava sendo implantado na mesma região o polêmico PCN (MENDIBLE, 1993).

Com a exceção desses períodos, pode-se afirmar que as relações Brasil-Venezuela tem sido amistosas. Desde o Tratado de Madrid (1750), firmado pelas coroas ibéricas Espanha e Portugal, que a fronteira entre o Brasil e a Venezuela está definida. Esse tratado representou para os portugueses uma vitória diplomática já que, em troca da paz no Rio da Prata com a entrega da Colônia Sacramento e de possessões na Ásia, manteve a sua porção da Amazônia devido à presença de suas missões e de tropas de exploração. Para tanto foi utilizado a tese de direito romano do "*uti possidetisi*" na qual prevaleceram os seguintes princípios: a) na medida do possível, demarcar os limites utilizando pontos geográficos conhecidos, e b) que cada parte deve permanecer com que já possui.

Para as relações fronteiriças entre o Brasil e a Venezuela o Tratado de Madrid não foi só um marco jurídico, visto que até hoje os limites entre ambos Estados estão esboçados nele, mas, com a tentativa de demarcar as fronteiras, foi iniciada a colonização dessas áreas, objetivando dar apoio às comissões encarregadas, com a fundação da Capitania de São José do Rio Negro.

Durante o período entre a assinatura do Tratado de Limites e Navegação Fluvial (de 05 de maio de 1859) até os atuais empreendimentos, as relações entre ambos os países foram mais protocolares, com exceção do pioneirismo do Presidente Rafael Caldera, que em seu primeiro mandato (1969-1973), uniu a zona conhecida como "Gran Sabana" ao restante do país e, conseqüentemente, aumentou a presença do Estado na fronteira.

Essa fronteira não recebera até então atenção por parte do governo venezuelano pela tranquilidade existente na região, visto que, do lado brasileiro, era também uma zona marginal e, na época, a ditadura brasileira era conhecida pela sua aversão a qualquer forma de socialismo e aliada de primeira linha dos interesses ocidentais. O programa "*La Conquista del Sur*", entregue à CVG e à "Comisión para el Desarrollo del Sur" – CODESUR era uma resposta às desafiantes atitudes adotadas pelos governos militares brasileiros em relação à Amazônia, despertando temores entre os demais países que compartilhavam a região. Para Mendible (1993, p. 201) "sólo Venezuela tenía la capacidad económica para intentar una respuesta de contención". A abertura da rodovia El Dorado-Santa Elena de Uairén era parte desse programa e na inauguração contou até com a presença do General Emílio Medici

(fevereiro de 1973). Após o término do governo do Presidente Rafael Caldera o programa foi abandonado.

Outro fator geopolítico importante na configuração dessas fronteiras foram as disputas territoriais do Reino Unido com o Brasil pela região do Rio Pirara, que é parte da bacia do Rio Branco. E com a Venezuela pela região a oeste do Rio Essequibo até próximo do Rio Orenoco. Londres aproveitava-se das indefinições limítrofes ocidentais de sua colônia, e utilizou como argumento os relatos das visitas do naturalista prussiano Robert Herman Schomburgk. Os limites entre os três só foram definidos por laudos arbitrais: entre a Venezuela e o Reino Unido, por um Conselho reunido em Paris (1899); e entre o Brasil e o Reino Unido dado pelo Rei Vítor Manuel III (1904), digam-se, ambos favoráveis aos britânicos. Desde então Venezuela discorda do resultado do laudo alegando vícios processuais, e tem reivindicado todo o território à margem esquerda do Rio Essequibo mesmo após a independência da Guiana³⁹. As negociações estão paralisadas e sujeitas ao Protocolo de Port-of-Spain de 1970, mesmo com o término de sua validade.

Desde os anos 1940 a ocupação da Amazônia passou a ser um tema central para os militares brasileiros porque conseguia combinar a exploração de uma das últimas fronteiras do planeta com o projeto de construção da nacionalidade, ao invocar o retorno ao universo dos bandeirantes, os primeiros construtores do território⁴⁰. Potencializado após o fim da II Guerra Mundial, devido às constantes demonstrações por parte de potências extrarregionais em tentar interferir na região, o que vem despertando o temor de que parte da Amazônia venha a ser submetida a formas de controle externas ou a limitações quanto à soberania estatal. Mesmo que, para alguns, essas tentativas de internacionalização não passem de manobras dos governos para poder implantar ou conservar políticas públicas sem a participação da sociedade civil.

Durante o período de 1989 a 1993, as relações diplomáticas entre os dois países sofreram uma grave crise. A invasão do território venezuelano pelos mineiros ilegais brasileiros, os garimpeiros; a derrubada de um avião civil brasileiro com a morte de seus ocupantes, que sobrevoava clandestinamente o espaço aéreo venezuelano, por membros da

³⁹O processo de independência de Guiana iniciou-se em 1960, quando o Reino Unido se declarou favorável a este acontecimento. Entretanto esta só se concretizou em 26 de maio de 1966 por causa das pressões do Departamento de Estado Americano (GARAVANI, 1988) devido ao temor de uma nova experiência socialista no hemisfério ocidental representada na figura de Cheddi Jagan e o seu Peoples's Progressive Party (PPP).

⁴⁰ Para Magnoli (1997, 57) o bandeirismo como construtor do território é um mito que, em conjunto com o da Ilha Brasil e da língua geral, faz parte do processo de construção da nacionalidade brasileira.

Guardia Nacional (1992), a prisão de centenas de garimpeiros acusados de crimes ambientais e o massacre dos Yanomami de Haximu são exemplos dessa crise.

Esses problemas estremeceram as relações diplomáticas e proveram matéria-prima para a manipulação de informações por parte de mídia, seja brasileira, glorificando os garimpeiros presos e mortos como heróis; seja venezuelana, ressuscitando velhos temores expansionistas. Podemos afirmar que essas dificuldades no relacionamento foram superadas com ações diplomáticas, como os mecanismos de consultas de alto nível e a intenção de ambos Estados em resolver os problemas via diálogo e cooperação. Prova disso foram os incrementos comerciais e de serviços e as várias ações políticas, como o apoio brasileiro à normalidade democrática (2002) e a entrada da Venezuela como membro pleno do Mercosul.

3.1 - O Projeto Calha Norte (PCN).

A grande invasão de garimpeiros nas terras dos Yanomami na fronteira com a Venezuela teve início em 1987, no oeste do então Território Federal de Roraima, em busca das riquezas minerais divulgadas pelo Projeto RADAM. Este foi um levantamento aerofotográfico de toda a Amazônia brasileira, realizado entre os anos 1970 e 1975. Os resultados foram publicados em 1975 revelando áreas com alto grau de possibilidade de ocorrência de minerais (CHIRONE, 1988).

Até então, essa etnia era considerada como uma das mais isoladas do planeta em relação a contatos com as sociedades nacionais envolvidas. Não foi a primeira tentativa de explorar a região. Como exemplo, citamos o garimpo de cassiterita de Surucucu em 1977, onde havia aproximadamente 500 garimpeiros explorando minério próximo à missão evangélica então existente, quando ocorreu o conflito entre os Yanomami e os garimpeiros (ANDUJAR, 1987). Por iniciativa do Ministério do Interior foram retirados todos os garimpeiros e também a missão, sendo instalada uma frente de atração sob responsabilidade da FUNAI.

Simultaneamente, organizações como a CCPY procuravam o reconhecimento interno e externo do direito dos Yanomami a sua terra e à preservação de sua cultura. Esse processo político iniciou-se depois da abertura da rodovia Perimetral Norte (1970). O plano

governamental inicial dessa rodovia era a construção de um arco de segurança em toda a fronteira norte do Brasil, do Rio Oiapoque ao Rio Solimões, compreendendo toda a faixa de fronteira com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, justamente a mesma região prioritária do PCN. A rodovia daria apoio aos projetos de assentamento que levariam a vivificação dessas fronteiras.

Pela primeira vez ocorreu um contato intenso e contínuo entre os Yanomami e membros da sociedade brasileira. Antes esses contatos eram com as poucas missões católicas e protestantes e com as equipes de demarcação de fronteiras. Os graves problemas de saúde, o elevado índice de mortalidade, somados às transformações aceleradas no modo de vida dos Yanomami, que os deixaram em posição de risco social, levaram a Igreja Católica e as ONGs defensoras dos direitos humanos e indígenas a iniciar um movimento para a demarcação de suas terras em forma de um parque indígena, aos moldes do Parque Indígena do Xingu, para a preservação do habitat e de sua cultura. A paralisação das obras por falta de recursos fez com que os graves danos ficassem restritos a uma faixa ao sul do território indígena e as populações concentradas na região entre os rios Apiaú, Ajarani e Catrimani.

Dez anos depois da expulsão dos garimpeiros em Surucucu ocorreu a segunda grande invasão, sendo que desta vez em várias frentes e com um número maior de invasores. É quase impossível precisar o número de garimpeiros que transitaram pela área. Entretanto, pela experiência do autor, adquirida em visitas a pistas clandestinas, em voos de reconhecimento e pelo movimento na cidade de Boa Vista, estima-se que em torno de 30.000 homens estavam nessa atividade no período de maior movimento, ou seja, entre os anos de 1988 e 1990.

Durante os três anos iniciais da invasão, quando transitaram o maior número de garimpeiros, podemos destacar como consequências o forte aumento dos índices de mortalidade e de mobilidade entre os Yanomami, além dos irreparáveis efeitos socioculturais. A desocupação das terras teve início após a visita do então recém-empossado Presidente Fernando Collor de Mello à Serra de Surucucu (março de 1990). Uma vez constatados os danos, ordenou a imediata retirada dos garimpeiros, com a destruição de várias pistas clandestinas e o retorno das missões e de ONGs, que haviam sido expulsas em 1987, para auxiliar a FUNAI na recuperação da saúde dos indígenas.

Paralelamente a esta invasão, estava sendo implantado na região o PCN. Criado em 1985, no início do governo do Presidente José Sarney (1985-1990), pela então Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, o PCN colecionou críticas de setores da sociedade civil como de ser a continuação dos projetos gestados no período ditatorial, baseados na

Doutrina de Segurança Nacional. E, ao mesmo tempo, por ter excluído a sociedade política e civil de seus processos de elaboração e de execução, principalmente no trato com as populações indígenas e quanto ao modelo de desenvolvimento, baseado na exploração mineral e em danos ambientais consideráveis.

Quanto ao caráter militarista não há dúvida que, em suas primeiras ações, o PCN estava sob uma ótica militar de manutenção da soberania brasileira sobre a sua porção amazônica (Oliveira, 1994). Para tanto, procurou construir pelotões de fronteira e pistas de pouso para apoiá-los (algumas seriam utilizadas pelos garimpeiros, como foi o caso de Paapiú, em Roraima), assim como canalizou a maioria dos recursos para os ministérios militares. Ao envolvimento de militares somamos a debilidade de um governo de transição, que, para ter apoio político para os seus projetos, como a Constituinte e a ampliação do mandato presidencial, compôs a nível regional com os representantes de interesses econômicos ligados à mineração. Esses fatos levaram atores como setores da Igreja Católica (principalmente o CIMI) a associarem a invasão como parte da estratégia do PCN ou, pelo menos, incentivada pelos seus gestores, com vozes anunciando o genocídio dos Yanomami com a anuência do governo federal.

Sua apresentação, apesar de ter sido durante o governo do Presidente José Sarney, tem como características visões do período do apagar das luzes do governo do General João Batista de Oliveira Figueiredo e, com ele, o fim do regime militar. De um lado, as percepções consolidadas pela Guerra Fria e, desta forma, muitos temas complexos foram tratados dentro de um campo de visão maniqueísta. Externamente percebia os governos da Guiana e do Suriname como ameaças, mesmo com a morte do Presidente Linden Forbes Samson Burnham (1985), a fase de boas relações entre a Venezuela e a Guiana e o distanciamento de Paramaribo com Cuba.

Internamente, na opinião de Costa (1994), o PCN foi uma resposta ao PMACI, ou o Programa para a Proteção do Meio Ambiente de Apoio as Comunidades Indígenas, uma iniciativa do Banco Mundial para compensar os danos ambientais e sociais provocados pelo modelo de ocupação territorial ao longo da rodovia BR-364, no Estado de Rondônia. Também devido às exigências do BID para liberar recursos para a conclusão de obras de infraestrutura em regiões dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, e a toda articulação popular de resistência ao então modelo de ocupação da Amazônia que resultou, dentre outros assassinatos, no do líder seringueiro Chico Mendes (1988).

Por outro lado, planejado para ser um projeto militarizado retratava, em parte, o momento de crise de identidade que os militares atravessavam com o advento da redemocratização, ou seja, um projeto nacionalista que envolvia componentes sensíveis como fronteira servia de atração para aglutinar as opiniões nos quartéis e, ao mesmo tempo, dava um novo significado para suas ações. Para tanto, processou-se a mudança estratégica da região platina para a amazônica.

Essa crise pode ser exemplificada pelo caso Riocentro, ocorrido em 01 de maio de 1981, quando uma bomba explodiu no interior de um veículo estacionado nas proximidades do Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização de um evento comemorativo promovido pelo Centro Brasil Democrático, matando um sargento e ferindo um capitão (ambos do Exército e ligados à comunidade de informações). O inquérito policial-militar para apurar as responsabilidades foi considerado uma farsa por inocentar os militares, encobrindo suas reais intenções. Provocou uma crise política com a saída do General Golbery do Couto e Silva de seu cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil e principal articulador do processo de abertura.

Evidentemente que a Amazônia já vinha recebendo políticas e recursos desde a implantação do regime de 1964. Instituições como a Sudam e a Suframa e a abertura de projetos como a Transamazônica e Grande Carajás marcam a importância da região para esses governos. No entanto, velhos e novos conflitos continuavam a desafiar os planejadores. Como a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), implantada por membros do PC do B na região conhecida como Bico do Papagaio, divisa do Pará, Maranhão e Tocantins (na época Goiás). A descoberta desse foco guerrilheiro e as dificuldades nas operações de combate assustaram os militares: primeiro, pela organização da guerrilha já que envolvia uma rede que atuava desde o interior da mata até contatos externos. Segundo, pelas dificuldades operacionais que os militares tiveram para conter a guerrilha; e em terceiro, pelo temor de que novos focos pudessem surgir. Assim, quando da proximidade de grupos guerrilheiros colombianos ao longo da fronteira e a instalação no Suriname de um governo favorável a uma aproximação com Cuba, o sinal amarelo foi acionado. A lógica era que se algumas dezenas de guerrilheiros mal armados atuaram no interior do país por mais de três anos sem serem notados, o que poderia acontecer se grupos mais bem aparelhados resolvessem atuar na fronteira com o apoio de governos ou organizações utilizando o território vizinho como santuário?

Somando-se a essas preocupações, fatores externos contribuíram para a elaboração do PCN: a) praticamente o novo desenho hemisférico na área da defesa e segurança coletiva

com a Guerra das Malvinas (1982), onde o apoio norte-americano às operações britânicas praticamente debilitou o TIAR e esvaziou a OEA. b) a invasão de Granada (1983) por tropas americanas para por fim a um governo pró Cuba demonstrou que o conflito ideológico apesar de ter diminuído continuava presente. c) problemas de delimitação de fronteiras levaram a conflitos, como entre o Equador e o Peru, como as disputas entre Venezuela e Guiana, Suriname e Guiana e Suriname e Guiana Francesa e d) para efeitos de planejamento governamental o TCA comprovou ser ineficaz (MYAMOTO, 1989). Para tanto, era necessário um conjunto de políticas públicas para atenuar os problemas já existentes, mas, principalmente, precaver-se contra os desafios futuros que poderiam elevar o grau de instabilidade na região. Desafios esses representados pelo crescente aumento das variáveis ambientais e de direitos humanos, associados à questão indígena.

Sem dúvida, uma das preocupações centrais do PCN foi intervir na política indigenista brasileira. O temor de um arranjo político com apoio internacional que pudesse levar à criação de um ente que reduzisse ou até mesmo possibilitasse o surgimento de um Estado Yanomami foi um dos pontos levantados na apresentação do PCN. E é justamente em relação à política indigenista e aos efeitos do PCN nas comunidades indígenas que vieram as principais críticas e resistências. Ramos (1993) afirma que o PCN era parte da estratégia de conquistar as terras dos Yanomami para propósitos econômicos via atividades de mineração. Uma vez comprovada a fragilidade dos solos localizados na faixa de fronteira, ou seja, a sua indisponibilidade para projetos agrícolas restaria a mineração como opção para a integração econômica dessa região ao restante do país. Assim, os garimpeiros cumpririam dois papéis: viabilizar para as empresas de mineração as áreas onde comprovadamente afloram os minérios e contaminar com enfermidades (como a malária) e desestruturar culturalmente as populações indígenas. Para a autora:

Não é demais concluir que, ao deixar acontecer a invasão ilegal das terras Yanomami na forma de uma fulminante corrida do ouro, os responsáveis por esse consentimento contavam com a eficácia dos agentes patogênicos como instrumento para se atingir de maneira mais rápida o maior grau de contaminação possível. A malária estaria assim a serviço da criação dos supostos vazios demográficos que até agora, por força do processo dialético do embate entre a conquista e a defesa dos povos indígenas, não têm sido mais do que figura de retórica daqueles que propõem a expropriação das terras Yanomami. (RAMOS, 1993, p. 33)

Complementando essa linha, Oliveira (1990) afirma que o caráter sigiloso do PCN em relação à política indígena decorre de uma inversão: em vez de garantir os direitos

fundamentais das populações indígenas, independentemente se localizadas na faixa de fronteira, como a regularização fundiária, a saúde, a educação diferenciada, e a vigilância contra invasões, o PCN propôs o aumento do controle sobre essas populações e seus aliados, como foi à expulsão de todas as ONGS e missões religiosas da área Yanomami, em agosto de 1987. O retorno dessas ONGs e missões só ocorreu no final de 1989, quando da divulgação do lastimável estado dos Yanomami.

Além das modificações da legislação sobre o tema, com a regulamentação do dispositivo de colônia indígena própria de índios aculturados. O que leva ao tema da incorporação dessas populações à sociedade nacional. Desde a promulgação da Constituição de 1988 e com ela o reconhecimento da diversidade étnica no Brasil, há o debate entre o modelo integracionista, ou seja, a incorporação das populações indígenas à sociedade nacional, e o modelo de valorização da diferença, que não só valoriza as manifestações culturais tradicionais como busca o resgate dessas tradições.

O modelo integracionista é parte da tradição cultuada a carreira ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Sob inspiração positivista, Rondon tinha como dever apresentar às populações indígenas, encontradas em suas missões, o estado racional em contraposição ao estado mitológico em que elas viviam. E assim incorporá-las ao convívio da sociedade brasileira. Era um avanço significativo para a época, pois, até então, o índio era visto como um obstáculo ao progresso da sociedade e deveria ser eliminado. Basicamente consistia na mutação do indígena, independente de sua etnia, em brasileiro. Este pensamento permanece até os nossos dias como dominante entre os militares e, portanto, também se configurava no PCN. Assim, uma vez reconhecidos como cidadãos ou colonos pela nova política indigenista, eles perderiam o status de indígenas o que, para Oliveira (1990), permitiria a exploração econômica de suas terras e de seu trabalho. Para tanto, essa ação contaria com o apoio local visto que abriria novas oportunidades.

Além do aspecto econômico, o apoio político local era importante naquele momento histórico em que se discutia uma nova constituição. O sucesso do Plano Cruzado mais o apoio das elites políticas regionais permitiram que a Aliança Democrática (composta pelo PMDB e PFL) obtivesse uma vitória avassaladora nas eleições de 1986 e, conseqüentemente, na composição do Congresso constituinte. Assim, para Oliveira, as mudanças na política indigenista e os seus desdobramentos estavam condicionados ao crivo dos poderes regionais:

[...] o Poder Central, através de sua assessoria especializada (SG/CSN), não deseja que a legislação indigenista seja aplicada de modo rígido, chocando-se

visceralmente com os interesses político-econômicos regionais e acarretando choques que possam ter repercussões negativas em alianças político-eleitorais ou na estrutura partidária. (OLIVEIRA, 1990, p. 27)

Em março de 1985 esperava-se uma nova fase da história política brasileira com a Nova República. A eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, mesmo tendo sido de forma indireta, renovou a esperança de muitos setores quanto ao avanço da democracia e a inclusão de significativas parcelas da população. A impossibilidade de posse em decorrência de seu estado de saúde, e o seu posterior falecimento, elevaram José Sarney à condição de Chefe do Executivo. Em linhas gerais, o autor não crê que houvesse grandes diferenças caso Tancredo Neves tivesse assumido. Com certeza haveria uma Constituinte, uma Aliança Democrática, e o retorno do país à democracia. No entanto, com a sua experiência e respaldado pelo apoio político, em parte construído sobre o seu carisma, caminhos e decisões seriam diferentes.

O fortalecimento da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional como órgão de assessoramento de alto nível da Presidência da República, a militarização dos problemas fundiários e indígenas, assim como o sigilo inicial do PCN poderiam ter sido tratados de outra forma. Para Oliveira, o governo do Presidente José Sarney foi marcado pela tutela militar e afirma que:

[...] a autonomia, a capacidade de gerar políticas, o reconhecimento dos demais atores políticos, a notável capacidade de antecipação com relação ao desenvolvimento da conjuntura e a firme decisão de não liberar espaços ocupados durante o regime militar fazem das Forças Armadas o principal apoio do presidente Sarney, cujo sustentáculo parlamentar da Aliança Democrática esvaiu-se em poucos meses de governo. (OLIVEIRA, 1994, p. 111).

Esse esvaziamento, em parte, decorreu de uma característica do sistema político brasileiro: de ser um presidencialismo de coalizão. Abranches (1988), ao estudar o modelo político da Nova República afirma que é praticamente idêntico ao do período entre 1946 e 1964. Para ele, essa cópia deveu-se a que, no momento de transição entre o regime militar e o retorno da democracia, optou-se em manter uma estrutura já conhecida: presidencialismo, federação, proporcionalidade e multipartidarismo. Entretanto, se o arranjo anterior não correspondia à pluralidade social, regional e cultural da sociedade brasileira das décadas de 1940, 1950 e 1960, muito menos o seria na década de 1980. Mantido na Constituição de 1988, implicava dois níveis de discussão política: o primeiro, na formação e manutenção da sustentação no Parlamento; e, o segundo, na necessidade de negociações regionais. Portanto,

apesar de um presidencialismo quase imperial, o Executivo, para dispor de uma maioria parlamentar, necessitava coligar-se com um ou mais partidos (geralmente com mais). E, ao mesmo tempo, atender a demandas regionais, satisfazendo os interesses dos governadores que mantinham, na maioria dos casos, o controle sobre a bancada parlamentar de seu Estado, o que reforçava a dependência do governo do Presidente José Sarney em relação ao apoio político dos militares, dadas as dificuldades de composição parlamentar.

Ao analisar os processos de transição de regimes autoritários para democráticos na Espanha, Argentina e Brasil, e o papel reservado aos militares nos novos regimes, Zaverucha (1994) classifica o brasileiro como o que nem tentou colocar os militares sob controle das autoridades civis. Para ele, uma das causas para a não plenitude democrática estava no governo do Presidente José Sarney e na sua “tutela amistosa”. A amizade do Presidente José Sarney com os militares, principalmente o Ministro do Exército General Leônidas Pires Gonçalves, fortaleceu-se na madrugada do dia 15 de março de 1985, quando da internação hospitalar de Tancredo Neves. O então presidente do PMDB, Deputado Ulisses Guimarães, consultou o Ministro Leônidas sobre quem deveria assumir no impedimento do presidente eleito, visto que, não havia sido dada posse ao Presidente e ao Vice-Presidente eleitos. Constitucionalmente, o sucessor interino deveria ser o Presidente da Câmara dos Deputados. A resposta do General Leônidas foi favorável à posse de José Sarney e assim foi feito. Entretanto, o Presidente João Figueiredo recusou-se a lhe passar a faixa presidencial pela dissidência de última hora, uma vez que, até poucos meses antes, José Sarney era o Presidente Nacional do PDS, partido de sustentação do governo. E acrescenta:

No final de 1985, o mapa político se tornou claro: as Forças Armadas haviam deixado o governo, mas não o poder. Essa era uma situação excepcional para as Forças Armadas, pois elas se isentavam de carregar o ônus de governar um país em crise, mas mantinham o poder de veto sobre decisões que afetassem seus interesses. (ZAVERUCHA, 1994, p. 176).

Originalmente, o PCN foi uma resposta à Exposição de Motivos N° 018/1985, de 19 de junho de 1985, encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional General de Brigada Rubens Bayma Denys. Em seu primeiro parágrafo, descreve que a integração efetiva ao contexto nacional da região situada ao norte das calhas dos Rios Solimões e Amazonas, uma preocupação constante ao longo dos anos, era devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento. E acrescenta que é uma extensa faixa de fronteira praticamente habitada só por indígenas. Dentro do aspecto fronteiriço, foi levada em grande consideração a

possibilidade de conflitos, como também a conjuntura caribenha, vista como uma projeção do antagonismo típico da Guerra Fria.

Com vistas ao fortalecimento das expressões do Poder Nacional na região e pela diretriz presidencial de eliminar as desigualdades regionais, foi feito, pela SG/CSN um levantamento sobre a situação em que se encontrava a área. As avaliações desse trabalho combinavam fatores de ordem interna e externa. Internamente, se destacavam elementos espaciais, como o desconhecimento sobre o ambiente e a baixa população. E, externamente, por duas vezes são mencionados os nomes da Guiana e do Suriname, como suscetíveis à ideologia marxista. Visto que, desde 1970, com a proclamação da República Cooperativista da Guiana, sob a direção de Linden Forbes Samson Burnham, esse país vinha executando uma política pendular, ora se aproximando do ocidente, ora buscando apoio no mundo socialista (GARAVINI, 1988).

Enquanto no Suriname a liderança de Desi Bouterse aproximava-se de Cuba. Como proposta de ação sugeria que fosse feito um planejamento para promover a ocupação e o desenvolvimento da área de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais, a ser feito em conjunto com a iniciativa privada. Também apontava ações consideradas prioritárias:

- a) incremento das relações bilaterais;
- b) aumento da presença militar na área;
- c) intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;
- d) definição de uma política indigenista apropriada à região, tendo em vista principalmente a faixa de fronteira;
- e) ampliação da infraestrutura viária;
- f) aceleração da produção de energia hidrelétrica;
- g) interiorização de polos de desenvolvimento econômico;
- h) ampliação da oferta de recursos sociais básicos.

Em uma análise da Exposição de Motivos N° 018/1985 está explícito que foi um documento elaborado dentro da lógica da Guerra Fria, ou seja, a de conter não só o avanço efetivo do comunismo no continente sul-americano, mas de qualquer influência. Paralelo ao incremento militar, sugeria medidas diplomáticas, acompanhadas por iniciativas de

desenvolvimento integral e de integração com o restante do país, o que deveria atrair para a órbita brasileira os dois países mais isolados e de soberania recentes (Guiana e Suriname).

Quanto à política indigenista, esta seria revista, pois muitas etnias ocupavam territórios transfronteiriços como os Ingaricó, os Macuxi, os Patamona, os Wai-Wai e os Wapichana, divididos pela fronteira entre o Brasil e a Guiana. Nada se falava sobre as novas ameaças como o narcotráfico ou em relação aos problemas ambientais já presentes na Amazônia. E propunha a constituição de um grupo de trabalho interministerial para apresentar um plano de desenvolvimento, sugerindo a participação das unidades federativas envolvidas. Inicialmente integrado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos Ministérios das Relações Exteriores e do Interior. Já a apresentação do PCN contou com a participação da SG/CSN e dos Ministérios Militares e da Fazenda. E sem a participação dos entes federados.

Após os estudos realizados pelo grupo de trabalho interministerial foi apresentado um conjunto de projetos especiais de desenvolvimento intitulado: “Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas – Projeto Calha Norte”. O diagnóstico inicial representava 14% do território nacional e 24% da Amazônia Legal e composto de três territórios: a faixa de fronteiras, com uma largura de 150 km e com 6.771 km de extensão junto aos limites com a Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e com a Guiana Francesa o “*hinterland*” ou núcleo da região e a zona ribeirinha adjacente às calhas do Solimões, Amazonas e demais rios. Totalizando uma área de 1.221.000 km² e uma população à época de 1.620.000 habitantes concentrados principalmente em um grande centro urbano, Manaus, e por dois médios, Boa Vista e Macapá. Cabendo a cada território um programa de ação específico. E sublinhava a necessidade de compartilhamento com os demais programas regionais existentes e a confidencialidade, principalmente por se tratar de temas sensíveis relacionados à ocupação da faixa de fronteiras.

A faixa de fronteiras foi eleita por apresentar o seguinte quadro:

- ◆ Carência extrema de recursos sociais básicos, principalmente entre as populações indígenas;
- ◆ Solos acentuadamente dependentes da cobertura vegetal;
- ◆ Subsolos extremamente ricos em recursos minerais;
- ◆ Poucas vias terrestres, dependentes das condições climáticas;

- ◆ Utilização predatória dos recursos naturais;
- ◆ Presença do narcotráfico;
- ◆ Contrabando;
- ◆ Desordenada atividade de garimpeiros;
- ◆ Conflitos entre índios, posseiros, garimpeiros e empresas de mineração;
- ◆ Intenso interesse internacional em assuntos da Amazônia brasileira.⁴¹

Das oito ações recomendadas na Exposição de Motivos N° 018/1985, as quatro primeiras foram analisadas com mais atenção por refletirem aspectos de segurança nacional, que deveriam ser atendidas prioritariamente. Também ficou acertado que esses projetos especiais deveriam ser direcionados para a faixa de fronteiras e seus acessos. Destaque para a sugestão de uma nova política indigenista, sobretudo na região Yanomami, e a cooperação com órgãos congêneres dos países limítrofes. E a afirmação de que os temas da política indigenista estavam entre os de maior responsabilidade política e que, no passado recente, haviam sido explorados em detrimento da boa imagem do país.

Na estratégia apresentada a faixa de fronteiras foi dividida em seis áreas: Yanomami, Alto Rio Negro, Roraima, Alto Solimões, Tumucumaque e Amapá, sendo que as quatro primeiras foram consideradas como prioritárias. Interessante nas análises apresentadas é o desaparecimento do tema central da Exposição de Motivos N° 018/1985, que era a possível reprodução de cenários típicos da Guerra Fria. Por sua vez, surgem temáticas relacionadas às novas ameaças como o crime organizado (narcotráfico e contrabando), medidas integracionistas e o fortalecimento do TCA, e as pressões internas e externas de se criar um Estado Yanomami.

A Guiana e o Suriname deixavam de ser prioritários, como indica o fato de a área Tumucumaque (a única na divisa Brasil – Suriname) ser posta em segundo plano. Já os motivos apresentados para priorizar a área de Roraima eram a disputa entre a Venezuela e a Guiana pela região do Essequibo e a vivificação dessa fronteira. Ambas as justificativas estavam direcionadas à Venezuela. A questão da disputa territorial do Essequibo será analisada adiante. Quanto à vivificação ela foi intensificada com a abertura e a pavimentação das rodovias Troncal 10, ligando a fronteira brasileiro-venezuelana com Puerto La Cruz, localizada no litoral do Caribe; e a BR-174, que liga essa mesma fronteira com Manaus,

⁴¹ Brasil (1988, pp. 04-5).

localizada no encontro dos Rios Negro e Solimões. A ligação rodoviária com a Guiana é feita pela BR-401, que liga Boa Vista até o Rio Tacutu. Em setembro de 2009 foi inaugurada a ponte sobre esse rio e ainda falta pavimentar a estrada entre Lethem (às margens desse mesmo rio) e Linden (às margens do Rio Demerara), uma distância aproximada de 450 km.

Portanto, nada era dito sobre as tendências políticas dos governantes guianenses e surinameses. De um lado, a morte do Presidente Burnham (1985) facilitaria uma maior transparência nas eleições, o que legitimou os governos que o sucederam. E no caso do Suriname, a investida brasileira em afastar Desi Bouterse da órbita cubana revelou-se, em parte, eficiente⁴². O que se pode notar é a mudança de atores e a atualização e a ampliação de temas. A faixa de fronteiras com a Colômbia e a Venezuela passou a ser prioritária e o conflito ideológico foi substituído por ameaças difusas e por temas integracionistas.

Essas tendências também são encontradas no documento “Calha Norte: a Fronteira do Futuro (1986-1991)”, de 1988. Portanto, após a divulgação da existência do PCN e da invasão dos garimpeiros em Roraima. Em sua apresentação o Presidente José Sarney afirmava que o extrativismo predatório enfim iria acabar e acrescentava a responsabilidade em apoiar as comunidades indígenas, por mecanismos eficazes de preservação cultural e delimitação e demarcação de suas terras. Percebeu-se uma mudança, como proteção e assistência às populações indígenas em lugar de uma nova política indigenista. Entretanto, nas diretrizes das ações subsequentes o propósito integracionista continua presente. Outra variável que foi introduzida é a ambiental, quando afirma (Brasil, 1988, p. 06): “em todas as fases do estudo, houve uma permanente preocupação no sentido de que o processo de desenvolvimento, na Amazônia, fosse feito sem ruptura de características básicas, onde desponta o aspecto ecológico”.

A prioridade dada inicialmente à área Yanomami é justificada pela problemática indígena em si, além das pressões observadas para constituir um Estado independente Yanomami. Localizada em uma faixa de 900 km de fronteira com a Venezuela, onde também residem contingentes dessa etnia, ela é conhecida pela fragilidade do solo e de seus ecossistemas e pela grande riqueza mineral. A exposição de que nacionais e estrangeiros estavam pressionando para a constituição de um Estado Yanomami à custa de territórios brasileiro e venezuelano é a mais grave afirmação contida no PCN (BRASIL, 1985).

⁴² Para Avila (2011), paralelamente à investida brasileira, a invasão de Granada por tropas capitaneadas pelos Estados Unidos favoreceu o afastamento do governo surinamês em relação à Cuba.

Entretanto, ela não consta nem na Exposição de Motivos N° 018/1985, nem no documento “Calha Norte: a Fronteira do Futuro (1986-1991)”.

No hiato que vai de junho de 1985 a setembro de 1988, portanto, um pouco mais de três anos, surge e desaparece esse tema. Fica sem resposta se o governo brasileiro atuou com muita eficácia ao ponto de eliminar totalmente essas pressões, uma vez que não se tem conhecimento da existência de uma acusação formal feita a qualquer pessoa. Grave também se houve por parte dos formuladores um alto grau de leviandade ao fazerem denúncias sem as devidas provas. Sem resposta também está o porquê da retirada da missão católica do Catrimani, das missões de Alto Mucajaí e Waikas, pertencentes à Missão Evangélica da Amazônia – MEVA, e da CCPY, que prestavam assistência de saúde aos Yanomami.

Além desses fatores, a debilidade política de um governo de transição no Brasil fez com que surgissem opiniões afirmando que a presença dos garimpeiros havia sido no mínimo incentivada pelo PCN. Inclusive da existência de um plano para exterminar os Yanomami utilizando os garimpeiros para o trabalho sujo e com a anuência de Brasília (MONTROYA, 1989). Infelizmente uma ação de um grupo de garimpeiros contribuiu para reforçar essas teorias. Eles assassinaram, por motivos fúteis, um número ignorado de Yanomami, inclusive crianças e mulheres, na localidade de Haximu, localizada em território venezuelano. Fato ocorrido em 1993, e a princípio acompanhado pelas autoridades brasileiras; depois de alguns dias descobriu-se que Haximu encontra-se do lado venezuelano da fronteira o que provocou mais um mal estar nas relações entre os dois países (ROCHA, 2007).

Para Franklin (1996), os problemas provocados pela invasão garimpeira à terra Yanomami e às nascentes do Rio Orenoco, na Venezuela, foram consequências de erros estratégicos cometidos por sucessivos governos brasileiros e venezuelanos. No caso brasileiro, o apoio inicial às atividades de garimpo em terras então já identificadas como indígenas era, a princípio, para realocar contingentes populacionais dispersos nos vários projetos de colonização espalhados pela Amazônia Legal e que não deram os resultados esperados, ou seja, fixar esses contingentes⁴³. Entre as causas, apontaram-se as questões ambientais - como os frágeis solos amazônicos e a não adaptação ao meio - distâncias imensas separando os produtores dos mercados e dos serviços públicos e a falta de uma política para apoiar essas populações. Desta forma, diminuindo as pressões sociais e criando redutos

⁴³BARROS (1995, p. 112) em um estudo realizado nos projetos de colonização localizados no sudeste de Roraima, aponta que muitos colonos tentaram a sorte nos garimpos da área Yanomami e que a grande maioria não conseguiu capitalizar.

eleitorais locais. Aclara-se que as atividades mineiras estão presentes na sociedade roraimense desde a década de 1930, quando da exploração de diamantes na Serra do Tepequém (BARROS, 1995).

Ao contrário do garimpo de Serra Pelada, geograficamente concentrado, a área explorada era muito grande, o que dificultava um controle. Poderia no início ter havido maior controle sobre a logística, uma vez que esta era realizada por via aérea. No período de 1987 a 1990, o aeroporto de Boa Vista chegou a ser o mais movimentado do país em números de pousos e decolagens (ROCHA, 2007). Assim, há sinais de que a atividade mineira foi inicialmente permitida porque, ao contrário de atividades agrícolas, concentrava um maior número de pessoas e era independente de fatores ecológicos, além de ter um retorno econômico muito rápido.

Iniciada a corrida do ouro perdeu-se o controle estatal diante de uma atividade muito dinâmica como as empresas garimpeiras. Em visitas realizadas a várias pistas de garimpo percebia-se que não havia nenhuma presença do Estado e onde não se aplicava nenhuma legislação. Essas pistas eram abertas no meio da floresta por um dono de garimpo ou um grupo e a partir delas eram divididos os lotes a serem explorados. Em alguns casos, o dono da pista apenas controlava o tráfico aéreo, em outros também participava da exploração. Era comum o porte de arma de fogo ostensivamente como também a prostituição e drogas. Não se sabe quantas pessoas padeceram, sejam garimpeiros ou indígenas, e nem as causas desses óbitos. Entretanto, ocorreu uma elevação exponencial na demanda de atendimento de saúde, principalmente de casos de malária.

Também em visitas a várias aldeias Yanomami, observou-se que se encontravam completamente desfiguradas. Houve casos em que os indígenas resolveram mudar para áreas mais afastadas, onde poderiam manter o seu modo de vida. Em outros casos o contato com os garimpeiros representou uma dependência extrema quanto à alimentação e a medicamentos. Populações que, em um período de poucos meses, passaram de uma situação de contato mínimo com a sociedade envolvente, ao convívio com pessoas despreparadas e com o único objetivo: fazer fortuna fácil.

A divisão das terras mais apropriadas para a mineração, feita de modo informal e às vezes violento, fez com que a onda de invasores fosse cada vez mais para o oeste. Nos meses finais de 1988 já havia boatos de que grupos estavam explorando terras no lado

venezuelano⁴⁴. Muitos garimpeiros já atuavam na Venezuela, em regiões do Estado Bolívar, na exploração de ouro e diamantes. Geralmente eram pequenos grupos de migrantes ilegais contratados por patrões venezuelanos. Alguns brasileiros chegaram a fazer pequenas fortunas e outros migraram em definitivo para os centros urbanos mais próximos. Eram bem vistos pelos venezuelanos, pois aguentavam o extenuante trabalho nas minas. Assim como atuavam em território guianense, surinamês e na Guiana Francesa. Características que os diferenciavam da invasão ao território venezuelano pela Serra Parima.

De uma forma mais extensiva, a sociedade venezuelana tomou conhecimento da presença dos garimpeiros nas nascentes do Rio Orenoco quando uma equipe de televisão realizava um programa (1989). Desde o início ela foi tratada como um atentado à soberania do país. Pelas percepções venezuelanas se o PCN havia no mínimo favorecido as atividades dos garimpeiros ele também contribuía para a invasão. Iniciou-se uma intensa campanha na mídia⁴⁵ que:

[...] los medios de comunicación iniciaron un 'bombardeo' informativo en relación con la preocupante situación planteada en el sur del país. la incursión de los garimpeiros se convirtió en el más relevante hecho noticioso en la prensa venezolana y los grandes diarios le ortogaron extensos espacios hasta finales de 1990. (MENDIBLE, 1993, p. 215)

O debate interno na Venezuela estava dividido entre os que acreditavam que os garimpeiros representavam os novos bandeirantes, ou seja, que no fundo eles ampliariam as fronteiras brasileiras até o Caribe,⁴⁶ como expõe Castillo:

Pero, además, una vez establecido en las antiguas guayanas coloniales, Brasil se habrá asomado al Caribe y los pasos subsiguientes serán avanzar y promover sus intereses en Trinidad-Tobago y eventualmente en el resto de las Pequeñas Antillas, un arco envolvente desde el cual podrá controlarse la navegación del Orinoco y consecuentemente el emporio minero e industrial de la Guayana venezolana. Para quienes sólo dirigen su mirada hacia las fronteras terrestres de Venezuela con Brasil pueden tener en un día no muy lejano la sorpresa histórica de que la verdadera expansión territorial o de influencias del Brasil se ha producido a través de este sector atlántico pobre, subdesarrollado y sometido a la anarquía que le señalan sus terribles contradicciones internas. (CASTILLO, 1990, p. 220)

⁴⁴Informações obtidas pelo autor em conversas informais em Boa Vista e no Posto Indígena de Surucucu (RR).

⁴⁵Neste mesmo estudo Alejandro Mendible (1993, p. 223) realizou uma investigação em dois diários da cidade de Caracas, durante o mês de maio de 1989, obtendo o seguinte resultado: 75% das notícias foram com tendência negativa, 16% positiva e 09% neutra.

⁴⁶Como exemplos dessa argumentação, os artigos Carstens (1989), e em comentários de alguns políticos como Carlos Azpúrua, opinião dada a Grillet (1990).

E os que alegavam que o principal responsável era o governo venezuelano pelo descuido com as suas fronteiras. Em um informe para “*Comisión de Política Exterior de la Cámara de Diputados*”⁴⁷ Shanely de Suárez creditava a invasão à falta de políticas para o desenvolvimento das fronteiras, incluindo políticas de exploração mineral, de apoio às populações indígenas e aos pequenos mineiros e de preservação ambiental.

Importante opinião foi levantada pelo General Alberto Muller Rojas, que não diminuiu a gravidade da invasão, mas a colocava como um problema de segurança pública, tanto do lado brasileiro como do lado venezuelano:

Efectivamente, la cuestión ha sido abordada como un problema de seguridad y se ha enmarcado dentro de la lógica de separar la actividad de los problemas; y, por lo tanto, como un asunto relativo a las relaciones interestatales, cuando se trata de una situación que se refiere a las relaciones de un grupo insumiso - no sujeto a las regulaciones de ninguna comunidad política - con dos estados que ejercen la titularidad de porciones del espacio usado por el grupo en forma que viola las normas legales de ambos poderes, especialmente aquellas vinculadas al tráfico de personas y cosas entre estados y a la conservación de los recursos naturales como patrimonio de las respectivas sociedades. (ROJAS, 1992, p. 265)

Desta forma, operações de controle por parte das autoridades venezuelanas foram executadas. Muitos garimpeiros eram detidos e enquadrados como criminosos tendo como base a “Ley Penal del Ambiente”. Removidos para Puerto Ayacucho (capital do Estado Amazonas) enviavam mensagens aos seus familiares no Brasil informando sobre as péssimas condições a que estavam submetidos. Enquanto setores da sociedade venezuelana solicitavam do governo medidas mais enérgicas para impedir a invasão brasileira.

Ao mesmo tempo, líderes dos garimpeiros apelavam às autoridades brasileiras para interceder favoravelmente em defesa de seus cidadãos, vítimas por não saberem que estavam em outro país. Argumento válido porque, nessa época, os marcos fronteiros da região estavam dispersos. A campanha de demarcação, inicialmente programada para o final de 1989, foi cancelada devido a problemas na pista de pouso de Surucucu, sendo transferida para a região de Pacaraima. A dificuldade em saber exatamente onde a fronteira se encontrava provocou mais um incidente quando do massacre de Haximu. Esse fato, ocorrido em 1993, em que garimpeiros brasileiros assassinaram por motivos fúteis um número ignorado de Yanomami, inclusive de crianças e mulheres, foi a princípio acompanhado pelas autoridades

⁴⁷Opiniões contidas no informe “1992: *Los Garimpeiros en Venezuela, Una invasión al amparo de la ausencia de una política estatal de fronteras*”, para a “*Comisión de Política Exterior de la Cámara de Diputados*”, segundo o artigo de Silva (1992).

brasileiras como tendo sido em território nacional. Depois de alguns dias, descobriu-se que Haximu pertence ao lado venezuelano da fronteira o que provocou um mal-estar ainda maior nas relações entre os dois países. Após o devido processo judicial, os acusados foram condenados pelo crime de genocídio, sendo a primeira condenação dessa ordem pela justiça brasileira (ROCHA, 2007).

Anteriormente, a derrubada de uma aeronave brasileira e a morte de seus ocupantes, por membros da “Guardía Nacional de Venezuela”, independente de sua localização, representou um ato desmedido, posicionando as relações entre Brasil e Venezuela no mais baixo patamar de sua história. Também despertou na vizinha Guiana e no Suriname o temor de serem as próximas vítimas, visto que, se um país como a Venezuela recebia uma agressão desse porte, o que aconteceria se o mesmo ocorresse com os dois Estados?

A forma como foi o PCN de início manejado, ou seja, encoberto em uma nuvem de mistério e a sua condução após a sua publicidade, reforçaram esses temores. Miyamoto (1989, p. 158), ao citar como fonte o Jornal do Brasil, expõe a forma como o porta-voz do Itamaraty, Rui Nogueira, reagiu ao ser procurado pelos Ministros-Conselheiros da Colômbia e da Venezuela em busca de informações sobre o PCN: “este é um projeto interno, motivo pelo qual não há necessidade de se dar satisfações a quem quer que seja”. Percebemos assim um contraste na política externa do governo do Presidente José Sarney: se, de um lado, a Amazônia adquire uma importância estratégica sem precedência, ou seja, passa a ser securitizada, tendo a última palavra depositada nos quartéis; por outro lado, a descompressão nas relações com a Argentina representou uma dessecuritização, o que levaria aos acordos sobre o controle de material radioativo e comerciais que precederam o Mercosul.

3.2 - Venezuela: Crise Econômica e Institucional.

No dia 04 de fevereiro de 1992 a Venezuela despertou exposta as fragilidades de seu sistema político. Nesse dia, um grupo de oficiais superiores, majoritariamente pertencentes ao Exército, tentou, pelas armas, derrubar o governo institucional do Presidente Carlos Andrés Perez. Não foi a primeira tentativa na história da democracia venezuelana, visto que, na primeira metade da década de 1960, ocorreram várias intervenções que foram rechaçadas pela sociedade e pela maioria dos militares.

O grave do episódio de fevereiro de 1992 foi a sensação de que muitos setores da população, silenciosamente, haviam apoiado o golpe. A democracia, que até então significara a contribuição moral venezuelana para um continente coberto por ditaduras militares, passou a ser vista como a principal causa dos males que assolavam o país. Naquele momento, desprezá-la implicava a possibilidade de haver saídas para a crise instalada desde meados da década de 1980. E, conforme coloca Hardy (1995, p. 147): “el signo de la historia venezolana es la negación”; ou seja, rupturas institucionais estão presentes desde o movimento de independência. Recordamos que os primeiros movimentos de libertação na América então espanhola foram executados em Caracas e que muitas das batalhas foram travadas em território venezuelano, além de fornecer personagens como Bolívar, Miranda e Sucre.

Nessa linha, a democracia venezuelana foi um movimento de renovação que negou o regime ditatorial do General Marcos Evangelista Pérez Jiménez (1953-1958) e forjou um bem sucedido - pelo menos na aparência - modelo político centrado em partidos políticos fortes, economicamente dependente da renda do petróleo e que reservou um papel secundário para os militares. É bom aclarar que, no período de 1899 até 1958, o país esteve nas mãos de militares que, a partir de então, deram início ao processo de modernização das Forças Armadas, com a criação da Academia Militar em 1910, e de sua relação pretoriana com a sociedade.

No governo do General Eleazar López Contreras (1935-1941) iniciou-se no então “Ejército Venezolano – Forjador de Libertades”, o culto a Simón Bolívar – *Padre de la Patria* - ⁴⁸ como tipo ideal de líder guerreiro e de governante. Teve a curta experiência democrática, durante o governo de Rómulo Gallegos (15/02/1948 a 24/11/1948), e o retorno a uma ditadura militar, já moldada pela Guerra Fria, e pelo papel dos militares como “Director de la política nacional y rector del desarrollo del país” (ROLANDO e PACHECO, 2005, p. 59).

Emergia então um sistema político que enfrentou, no início, vários movimentos rebeldes e que prometia elevar a então republiqueta petroleira a uma potência regional, antítese dos regimes militares sanguinários no continente e da ditadura de Castro no Caribe. Mas passadas então três décadas, sete presidentes eleitos e o controle da vida do país em mãos de dois partidos Acción Democrática – AD e Comité para la Organización Política Independiente - COPEI⁴⁹, muitos venezuelanos haviam perdido a esperança na política para

⁴⁸Para maiores informações consultar BOTTÓ (2005) e IRWIN (2005).

⁴⁹Ideologicamente AD tem sido classificada como social democrata e o COPEI como democrata cristão. Na opinião de Arvelo (1992) esse período ficou conhecido como populismo leninista ou “Cogollocracia”, visto que os partidos políticos venezuelanos se estruturavam com partidos leninistas e as suas direções desempenhavam um papel semelhante ao Politburo, os chamados *Cogollos*, que definiam a composição das listas eleitorais.

reverter o trágico quadro em que se transformaram a economia e a vida social de seu país, sendo visível a deterioração das condições de vida de uma grande parcela da população. Para o estrangeiro sempre ficava no ar a pergunta: onde estariam os dólares do petróleo?

O primeiro sinal de que o sistema estava se deteriorando foi durante o governo do Presidente Luis Herrera Campins (1978-1984) no episódio conhecido como “Viernes Negro” (18/02/1983). Após permanecer estável por muitos anos, período que ficou conhecido como “quatro e trinta” (onde um dólar americano valia quatro bolívares e trinta centavos), o bolívar foi desvalorizado frente ao dólar americano, e foram adotadas outras medidas na tentativa de estabilizar a economia perante a queda dos preços do petróleo e da inflação ascendente. Além de inúteis, acabaram desfavorecendo os setores sociais mais desprotegidos.

Entretanto, o auge da crise teve início em 27 de fevereiro de 1989, poucos dias após o início do segundo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), popularmente conhecido como CAP, quando ocorreu uma revolta popular contra o anúncio da adoção de medidas econômicas recessivas. O velho CAP fora eleito prometendo um governo equiparado ao seu primeiro mandato, nos saudosos anos de 1970, quando, financiado pela alta do petróleo, aplicou uma política nacionalista estatizando a indústria petroleira e da exploração do ferro, representada pelo complexo mineiro-siderúrgico administrado pela Corporación Venezolana de Guayana - CVG. Foram tempos de fartura para o consumo e para os investimentos públicos que, com o passar dos anos, revelaram-se fontes de corrupção e de barganha política.

As promessas de novos sonhos duraram apenas 25 dias e o acordar foi o pesadelo da falência política do país, que custou um elevado número de vidas. Todavia não se sabe o número de mortos, visto que, as várias previsões são superiores aos dados oficiais. Acredita-se que, durante cinco dias a partir de 27 de fevereiro de 1989, cerca de mil pessoas foram mortas em confronto com as forças de segurança na cidade de Caracas (MARINGONI, 2004). O emprego de tropas do exército provocou em parte da oficialidade um descontentamento que influenciaria nas tentativas de golpe em 1992.

Prova disso foram as duas tentativas de golpes de Estado em 1992 (04/02 e 27/11). Ambas tiveram em comum o distanciamento dos militares golpistas em relação à sociedade civil e às lideranças políticas. Enquanto na primeira seus líderes eram jovens oficiais que souberam explorar a mídia, na segunda, apesar da participação de patentes mais elevadas, nenhuma personalidade destacou-se. O povo assistiu passivamente aos acontecimentos. No entanto, ficou como símbolo dessas tentativas a figura do Comandante Chávez, que então passou a ser considerado o principal componente do “*Movimiento Bolivariano Revolucionario*

200” ou MBR – 200. Criado em 1983, bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, a princípio estava mais comprometido em resgatar no seio do exército os ideais bolivarianos, conjugados com as tentativas de governos militares mais independentes como o implantado no Peru, após golpe de 03 de outubro de 1968, comandado pelo General Juan Velasco Alvarado. De suas fileiras saíram os principais oficiais golpistas.

Em 1993, com o país mergulhado em uma profunda crise, CAP é afastado por corrupção e colocado em prisão domiciliar, o que provocou a sua morte política. Por fim, a eleição do Dr. Rafael Caldera (1994-1999). Caldera era um respeitado intelectual e humanista venezuelano, fundador, e por anos, líder incontestável do COPEI e que tinha sido Presidente da República pela primeira vez entre 1969 e 1973, quando a sua eleição foi festejada como sendo o coroamento do modelo democrático venezuelano, pois fora o primeiro presidente opositor a assumir o cargo. Já estava praticamente afastado da política quando, com uma plataforma independente e que teve como base política uma aliança formada por pequenos partidos, mesclando desde ex-guerrilheiros até oportunistas de plantão, ganhou as eleições como uma saída conciliatória para a crise política. Só que, desde o início, seu governo foi de fato um híbrido, pois a estrutura política continuava nas mãos dos partidos tradicionais, o que arrastou o país para uma situação de total descrédito institucional. Restou aguardar a eleição presidencial de 1998 cujos candidatos apresentados pelos partidos tradicionais não despertavam no eleitorado nenhuma confiança. Até que, com um discurso ingênuo e patriótico, “El Comandante Chávez” foi crescendo nas pesquisas, até ganhar a sua primeira eleição, cumprindo assim a promessa feita em 04 de fevereiro de 1992 na porta da prisão.

Hoje denominado como “*Día de la Dignidad Nacional*”, o 04 de fevereiro de 1992 foi a aparição pública do então desconhecido Tenente Coronel Hugo Rafael Chávez Frias, um típico llanero, ou seja, natural da região do Llanos, uma vasta planície no centro do país cortado por vários rios, entre eles o Rio Orenoco, tipicamente rural e que forneceu excelentes guerreiros aos exércitos de Bolívar. Na alma venezuelana representa a liberdade e a bravura. Durante a sua primeira campanha eleitoral, Chávez explorou essa imagem vestindo roupas típicas em contraste com a sua principal concorrente, a candidata Irene Sáez, ex-Miss Universo, que simbolizava uma Venezuela globalizada.

Após as duas tentativas de golpe, vários autores⁵⁰ intentaram aclarar os motivos pelos quais um grupo de militares representados pela oficialidade tentou romper com o acordo político também conhecido com “Pacto de Punto Fijo”. Esse acordo, visando à governabilidade do regime, inaugurado em 1958, além da participação dos três principais líderes políticos da época também contava com outros setores sociais como sindicatos, a Igreja Católica e as Forças Armadas. No caso dos militares certo grau de autonomia foi negociado, como a nomeação de um oficial General para a pasta da Defesa, flexibilidade orçamentária e a garantia de um padrão mínimo de renda para os profissionais. No entanto, a questão dos assentos para o generalato sempre foi motivo de atritos internos devido à influência partidária na composição dos nomes a serem escolhidos pelo Presidente da República.

Entre as explicações apontadas, além da queda do preço do petróleo, do esgotamento do modelo assistencialista, da ilegitimidade dos partidos políticos e do alto grau de prevaricação, também encontramos o descontentamento com as políticas externas adotadas, principalmente nas relações com a Colômbia. Para Cervo (2001 a, p. 12) um dos argumentos dos golpistas foi o problema conhecido como o “Diferendo del Golfo” - uma disputa entre Colômbia e Venezuela sobre a delimitação das áreas superficiais e submarinas do Golfo de Venezuela. Segundo Romero (1987), pelo “Tratado de Demarcación y Navegación Fluvial” de 1941, ambos os países declararam que todos os problemas de limites estavam solucionados. Entretanto, entre 1963 e 1964, Colômbia, unilateralmente, cedeu concessões para a exploração de petróleo em águas consideradas território venezuelano, no estratégico Golfo de Venezuela, dando início ao problema de delimitação dessas águas. Desde então, várias rodadas de negociações ocorreram sem que, até o momento, um acordo definitivo fosse acertado. A situação alcançou seu ponto crítico quando a fragata colombiana Caldas (agosto de 1987) permaneceu estacionada dentro de águas consideradas como território venezuelano, o que levou à mobilização de tropas em ambos os países. Os problemas de delimitação com a Colômbia, assim como com a Guiana, fizeram aumentar o ressentimento venezuelano quanto à perda territorial em relação aos seus vizinhos.

Sobre a reivindicação da Venezuela de dois terços do território da República Cooperativista da Guiana, podemos afirmar que Venezuela não se conformou com o resultado

⁵⁰Entre eles Daniels (1992) e Rojas (1992), ambos militares venezuelanos, apontaram a deterioração política e econômica do país. Para Arvelo (1992) foi o esgotamento do modelo político partidário. Já Trinkunas (2005) aponta para causas internas institucionais como o corte de orçamentos.

do Laudo de Paris (1899) ⁵¹ favorável ao Reino Unido, apesar de haver sido obrigada, na época por pressão norte-americana, a recorrer a esse expediente. A entrada do Reino Unido na região, iniciada com a ocupação da ilha de Trinidad (1797), levou a um desequilíbrio na balança de poder regional, então compartilhada entre Espanha, Portugal, Holanda e França. Em 1648, Espanha não só reconheceu a independência da Holanda como entregou várias possessões no continente e no Caribe. A partir desse período, Holanda passou a possuir quatro colônias na região, também conhecida como costa selvagem: Essequibo, Demerara, Berbice e Suriname.

Esse território limítrofe até então não havia despertado grandes interesses nos espanhóis e tampouco nos governantes da “Gran Colombia”, provavelmente confiando no *uti possidetis juris* como garantia para deter o avanço dos britânicos (ENCINOZA, 1982, p. 178). Entretanto, após as visitas à região do naturalista Robert Schomburgk, com o objetivo de determinar os limites do Império Britânico com a nova República de Venezuela, foram publicados vários mapas, e, a cada nova publicação, o limite aparecia cada vez mais próximo das minas de ouro de “El Callao”, despertando, assim, nos venezuelanos, a intenção de delimitar suas fronteiras, o que levou a uma disputa diplomática, herdada pela Guiana após a sua independência. Venezuela apelou para a Organização das Nações Unidas - ONU propondo a nulidade do laudo (1962), diante de uma melhor conjuntura internacional e com a proximidade da independência da Guiana. Essa política resultou no Acordo de Genebra, de 17 de fevereiro de 1966, e com o Protocolo de Port-of-Spain de 18 de junho de 1970. Uma vez iniciadas as negociações, a Venezuela vem alternando suas posições ora manifestando a vontade de recuperar a totalidade do território disputado, (tática necessária para despertar a opinião pública venezuelana, entretanto, pouco prática para as negociações, já que, para Guiana, representaria o seu suicídio como Estado, pois a zona em disputa representa dois terços de seu território), ora aceitando menores compensações territoriais, o que poderia provocar na opinião venezuelana mais uma frustração em relação aos vizinhos.

Várias vezes na história venezuelana recente a questão da *Zona en Reclamación* ou a *Guayana Esequiba*⁵² tem servido para mobilizar a opinião pública diante de desafios como o surto guerrilheiro do início dos anos de 1960, ou como mote para campanhas eleitorais. Venezuela soube entrar em uma disputa, mas não sabe sair. Sobre o assunto opina Romero

⁵¹O tribunal que ditou o laudo foi composto por cinco juízes: dois norte-americanos, dois ingleses e um russo. Segundo a publicação “El Reclamo a la Guayana Esequiba” (VENEZUELA, 1988, p. 10) a ausência de juízes venezuelanos foi devido à recusa dos juízes ingleses de sentarem ao lado de “juízes de cor”.

⁵² Como está colocada no mapa oficial da Venezuela (Mapa 10).

(1987, p. 272): “Pienso que Venezuela puede reparar, aunque sea en parte, el despojo de 1899, pero que es iluso creer que Guyana negociará de buena fé sin que se apliquen presiones cada vez más intensas de nuestra parte, políticas, económicas y militares”.

Prova dessa afirmação são os conflitos armados ocorridos na região envolvendo direta e indiretamente tropas da Guiana e da Venezuela. O mais grave foi a Revolta do Rupununi, ocorrida nos primeiros dias de 1969 na região fronteira entre o Brasil e a Guiana. Essa região, afastada de Georgetown, na época tinha uma composição étnica distinta do restante do país, ou seja, a maioria dos habitantes era ameríndia e uma pequena, mas economicamente expressiva população de fazendeiros descendentes de europeus (escoceses). O temor pela desapropriação de suas terras fez com que os pecuaristas incentivassem os ameríndios, para que, juntos, iniciassem a revolta. Pelo depoimento de alguns participantes da revolta, esses afirmaram que receberam armas e treinamento por parte do governo venezuelano. Ainda são necessários estudos sobre a participação venezuelana, visto que o apoio prometido, após iniciar a revolta, não ocorreu (SILVA, 2005).

Carlos Silva (2005) apresenta várias hipóteses não excludentes para esse descompromisso. A primeira foi a derrota do partido AD, do então Presidente Raúl Leoni, para Rafael Caldera do COPEI, o que levou ao fim das operações planejadas. Entretanto, o país acolheu a maior parte dos refugiados. A segunda, foi a intervenção do governo dos Estados Unidos impedindo o aprofundamento da crise para apoiar o então aliado Burnham. E uma terceira hipótese é a de que os revoltosos não estariam dispostos a integrar o território ao da Venezuela, mas sim a proclamar a *Republic of the Rupununi*.

Essa revolta teve repercussões no lado brasileiro como a presença de tropas guianenses em Boa Vista em busca de refugiados. Somado à desconfiança dos militares brasileiros quanto a Burnham a disputa territorial levou à abertura da BR-174 ligando Manaus a Boa Vista, da BR-401 ligando Boa Vista a Bonfim (cidade fronteira às margens do Rio Tacutu) e a construção da Ponte dos Macuxi atravessando o Rio Branco, com a finalidade de uma rápida movimentação de tropas até a fronteira.

Mapa 10 – Mapa Oficial da República Bolivariana de Venezuela.



Fonte: <http://www.igvsb.gob.ve/>

Outra causa dessa revolta foram as transformações políticas que ocorreram no final de 1968, quando o Primeiro-Ministro e depois Presidente Linden Forbes Samson Burnham (1923-1985) e líder do People's National Congress – PNC (criado em 1957), que representava os afros-guianenses, então um político confiável aos olhos dos britânicos e dos norte-americanos, rompeu a aliança com a United Force – UF, que representava os descendentes de europeus, cujo líder era o industrial descendente de portugueses Peter D' Aguiar, e iniciou o seu projeto socialista cooperativista.

Essa aliança foi formada com a intenção de garantir a independência do país sem a presença inconveniente do esquerdista Cheddi Bharat Jagan (1918-1997). Fundador do “People's Progressive Party” – PPP (criado em 1950), então um partido marxista, representante na divisão étnica e política do país⁵³ dos indos-guianenses, Jagan foi Primeiro-Ministro da Guiana antes da independência e era visto com muita desconfiança pelos governos britânico e norte-americano pelas suas posições favoráveis ao regime cubano. Após 28 anos na oposição venceu as eleições presidenciais em 1992. Ao falecer, o Presidente Jagan

⁵³ A composição étnica da Guiana é de aproximadamente 50% de indos-guianenses, 40% de afros-guianenses e o restante dividido entre ameríndios, europeus, chineses e mestiços (DALY, 1994).

já havia abandonado o marxismo e desde então o PPP está no poder. Para ilustrar esse período onde predominavam os conflitos ideológicos, cita-se Garavini:

En el marco de esta “special relationship” entre Kennedy y Betancourt, reafirmada en lo personal durante la visita de Kennedy a Caracas a fines de 1961, no es inconcebible la hipótesis de un acuerdo Betancourt-Kennedy de utilizar la reclamación venezolana como una potencial arma definitiva (ultima ratio) para impedir el surgimiento de una “Segunda Cuba” en una Guyana independiente con Jagan al poder. (GARAVINI, 1988, p. 51)

Outros enfrentamentos têm ocorrido entre os postos de fronteira situados na Ilha Ankoko, no Rio Cuyuni. O primeiro ocorreu em fevereiro de 1970, dois dias antes de a Guiana transformar-se em república cooperativista (23 de fevereiro de 1970). Ocorreram também várias pressões econômicas por parte da Venezuela objetivando anular qualquer projeto econômico de vulto no território reivindicado. Destaque para as pressões junto ao Banco Mundial para que essa instituição não aprovasse os recursos financeiros para a construção do *Upper Mazaruni Hydro-Electric Project* (1981). Bem como a desistência de executar empreendimentos de duas empresas petrolíferas norte-americanas, uma empresa madeireira chinesa, uma mineradora canadense e a norte-americana Beal Aerospace Technologies Inc., que pretendia instalar uma base de lançamento de foguetes na região⁵⁴.

Outro fator importante para Venezuela tem sido o de atuar como potência média na região. Para tanto, devido à sua posição geográfica - aberta para o Mar Caribe - Venezuela é considerada um país marítimo, que compartilha um espaço caracterizado pela heterogeneidade étnica, econômica, política e estratégica. Grande parte dos interesses estratégicos venezuelanos está direcionada para esse mar, como afirma Grau:

La apertura venezolana a la Cuenca del Caribe por su grande fachada litoral a este mar desde Castilletes hasta el Promontorio de Paria, extendida a sus espacios marítimos caribeños de su Zona Económicamente Exclusiva, que se extiende aproximadamente en 560.000 kilómetros cuadrados, y a su soberanía en 314 islas, cayos e islotes, dan a Venezuela vocación de potencia media caribeña, constituyendo este mar Caribe un área vital estratégica y de seguridad para los intereses culturales, económicos y geopolíticos venezolanos, compitiendo con la presencia activa de otras potencias medias como México, Colombia y Brasil, además de las macropotencias.(GRAU, 1990, p. 80)

⁵⁴ Informações obtidas no site: <http://www.guyana.org/> (em 12/04/2010).

Essa vocação voltada para o Caribe gera um conflito permanente com as outras duas vocações: a andina e a Orenoco - amazônica. Na opinião de Manigat:

Así que Venezuela debe determinar si sus relaciones con el Caribe son auxiliares, complementares, primordiais, concurrentes, contrarias o contradictorias con respecto al desarrollo de sus otras vocaciones regionales, como la andina y la orinoco-amazónica. La calidad de la relación entre esas tres vocaciones en la búsqueda de la dosificación adecuada entre ellas, radica en la nueva definición del interés nacional venezolano y en el nuevo futuro del desarrollo venezolano. (MANIGAT, 1983, p. 36)

A preferência pela vocação caribenha foi vital para Venezuela deter a influência soviética na região logo após a Revolução Cubana, como também para enfrentar a problemática política e de delimitação de áreas marítimas provocadas pelo surgimento de novos Estados, fruto do processo de descolonização. Desde os anos de 1960, Venezuela vem alterando sua política em relação ao Caribe: do enfrentamento ideológico nos governos Betancourt e Leoni, ao respeito às diferenças ideológicas, iniciado no primeiro governo de Caldera; da cooperação econômica promovida no primeiro governo de Pérez, que chegou a gerar suspeitas imperialistas ao retorno do enfrentamento ideológico no período de Herrera Campíns, até a opção pelos mecanismos multilaterais durante o governo de Lusinchi⁵⁵.

Procurar o equilíbrio entre essas três vocações tem sido o maior desafio geopolítico para Venezuela. Por tanto, se faz necessário conciliar as tendências e os interesses políticos, entre as duas vocações continentais de Venezuela. A vertente andina é a que vem recebendo maior atenção, principalmente pelo fato de ser a fronteira compartilhada com a Colômbia. Além dos problemas de limites, Colômbia e Venezuela têm sérios problemas fronteiriços de segurança pública (sequestros, narcotráfico e assaltos), localizados ao sul do Lago de Maracaibo, na região andina e nas planícies dos rios Meta e Apure.

Para Castillo (1990, p. 101) “Aunque Venezuela tiene fronteras terrestres con tres países suramericanos, las más importantes son las que compartimos con Colombia y cuya evolución ha visto desplazarse los límites a través de accidentes históricos que revelan importantes aspectos de geopolítica suramericana”. Esses acidentes possibilitaram a modificação dos limites, o que permitiu à Colômbia ser vizinha do Golfo de Venezuela, aumentar sua presença na bacia do Rio Orenoco, assim como alcançar o Amazonas através do trapézio de Leticia.

⁵⁵Para maiores informações sobre as relações da Venezuela com o Caribe consultar HARDY (1991) e BOERSNER (1980).

Ao analisar os problemas territoriais venezuelanos, ou seja, o “Diferendo del Golfo” e a “Guayana Essequiba”, Romero acrescenta outro fator para fortalecer a vocação andina:

No hay que perder de vista que existe una *asimetría* entre ambos asuntos; con respecto al Golfo, Venezuela ha estado (y sigue estando) a la defensiva ante una ofensiva colombiana, y cualquier paso atrás sería una ‘pérdida’ para nuestro lado (aunque podría haber circunstancias en que un ‘acuerdo’ se viese como preferible al mantenimiento del *status quo*). En torno a Guyana, por otro lado, Venezuela está a la ofensiva, y *toda ganancia* debería verse como básicamente positiva para nuestro país, aunque desde luego, tal ganancia puede ser mayor o menor, más o menos sustantiva. (ROMERO, 1987, p. 251)

A fronteira com o Brasil não foi mencionada, visto que, quando da elaboração do texto acima, as relações entre os dois países estavam normalizadas. Assim consideradas pelo distanciamento que, até então, era a sua característica principal. E as suas fronteiras estáveis, abandonadas. Todos os esforços de integração fronteiriça até então partiram de Caracas: em parte devido à aproximação com a região do Essequibo; em parte pela tentativa venezuelana de controlar qualquer futuro processo, tendo assim a vantagem da iniciativa. Como foi visto, se com a Colômbia a percepção era de inferioridade diante de um adversário mais hábil, com a Guiana emergia uma posição imperialista: um país rico em território e de recursos estratégicos reivindicando mais da metade do território de um Estado pobre e desestruturado.

O Brasil, considerado como “El gigante del sur”, por sorte tem o seu ecúmeno situado no sudeste, muito distante da fronteira, além de toda a Amazônia como área tampão. No entanto, o desenvolvimento de Manaus como um polo regional e as políticas de colonização implantadas no então Território Federal de Roraima demonstrou o acerto dos governos ao iniciarem a ocupação da zona fronteiriça durante a década de 1960.

Esse processo começou durante o governo do Presidente Rómulo Betancourt (1959-1964) com duas medidas estratégicas para o fortalecimento da vocação orenoco-amazônica: a criação da CVG e a abertura da disputa diplomática com o Reino Unido pela região do Essequibo. À CVG (criada em 29 de dezembro de 1960) competia, entre as suas atribuições, promover o desenvolvimento regional e integrar a região sul da Venezuela ao restante do país e, ao mesmo tempo, com o projeto de Ciudad Guayana, servir de polo estratégico na disputa territorial com a então colônia britânica. Essa cidade, fundada em 02 de julho de 1961, localizada no encontro dos Rios Caroní e Orenoco, está integrada pela antiga San Félix e a moderna Puerto Ordaz. Separadas pelo Caroní e por dois séculos de história.

Originalmente estava sob jurisdição da CVG o território compreendido do Estado Bolívar e do então Território Federal Delta Amacuro. A partir de 1980 foi adicionado o Território Federal Amazonas. E em 1985 sua “zona de desarrollo” passa para 458 mil Km² abarcando áreas dos Estados Anzoátegui y Monagas, correspondendo à metade do território venezuelano. Destaque para as atividades da CVG, através de suas empresas básicas e filiais, a produção de energia elétrica, destacando a Hidrelétrica Raúl Leoni (Guri), a siderurgia, a metalurgia do alumínio e a mineração de ferro, bauxita e ouro. Também são de sua responsabilidade atividades agroindustriais, transportes, urbanização, serviços sociais, apoio às populações indígenas e a preservação e o controle ambiental. A construção de uma base econômica apoiada por um moderno centro urbano, próximo à região do Essequibo foi fundamental para iniciar o processo diplomático, por parte de Venezuela, para tentar recuperar as terras ao ocidente desse rio e manter o governo de Georgetown dentro de limites aceitáveis no modelo da Guerra Fria.

Foi visto que no início da década de 1970, conforme já citado, o governo venezuelano tentou implantar um programa para ocupar suas fronteiras do sul, conhecido como “La Conquista del Sur”, motivado pela situação emergencial após a Revolta do Rupununi, as negociações que levaram ao Protocolo de Port-of-Spain e à guinada de Burnham para a esquerda, além do início da efetiva ocupação da Amazônia brasileira.

Mais uma vez estive na iniciativa de aproximação quando da ligação rodoviária entre as localidades de El Dorado e Santa Elena de Uairén, obra executada pelo corpo de engenheiros do exército venezuelano, conectando a fronteira com o Brasil ao restante do país (1973), pavimentação concluída em 1989. Já do lado brasileiro, a fronteira seria ligada por rodovia pavimentada à Boa Vista em 1994; até então, durante o período de chuvas, demorava-se em torno de doze horas para percorrer os seus 210 km. A descoberta dos garimpeiros no lado venezuelano da Serra Parima foi um alerta para o governo do Presidente Carlos Andrés Pérez de que a iniciativa nas relações fronteiriças havia passado para o lado brasileiro com o PCN.

3.3 - Consolidação das Relações entre o Brasil e a Venezuela

Recordando o discurso do então chanceler venezuelano Reinaldo Figueredo⁵⁶ percebe-se que as relações entre o Brasil e a Venezuela estavam, naquele momento, em ponto de inflexão:

En más de una ocasión he expresado el criterio que no conviene ‘garimpeizar’ nuestra agenda, particularmente por que nos consta la buena disposición de su despacho y de otras dependencias oficiales brasileñas al evidenciar una cooperación diligente en procura de solventar una situación que ha comenzado a encender los ánimos nacionalistas en Venezuela. (BRASIL, 1990, p.39)

Após as primeiras reações de setores da opinião pública brasileira e venezuelana em atribuir ao governo do Presidente José Sarney a maior parcela de responsabilidade pelos graves acontecimentos em decorrência da implantação do PCN, essas foram sendo modificadas ora, no caso venezuelano, reacendendo o nacionalismo em meio à crise econômica, política e institucional; ora, no caso brasileiro, procurando explicações na estrutura fundiária do país:

Os interesses conservadores que neutralizaram o projeto de reforma agrária apoiado no instrumento da desapropriação por interesse social, que procrastinam a demarcação das áreas indígenas e que impossibilitam o reconhecimento dos direitos de posse, concorrem inequivocamente para uma estratégia de exportação das tensões sociais. Assim, um dos resultados mais evidentes da inocuidade das ações fundiárias oficiais é que, desde fins de 1986, se multiplicam as ocorrências de seringueiros, garimpeiros e pequenos produtores agrícolas (posseiros, arrendatários, meeiros) adentrando territórios de países limítrofes, tanto na área do Projeto Calha Norte e do Programa de Fronteiras da Amazônia Ocidental, quanto naquela do chamado Cone Sul. As faixas de fronteira se constituem hoje em regiões de tensão social e de adensamento de conflitos agrários. (ALMEIDA, 1992, pp. 99-100)

Entretanto, diante da gravidade dos fatos, como o problema era relativo à soberania venezuelana ocorreu uma pronta resposta das autoridades brasileiras e venezuelanas na tentativa de deter o fluxo de garimpeiros ao território venezuelano e dar uma resposta para a questão Yanomami, porém, foi necessário o advento do governo do Presidente Collor de Mello para a adoção dessas ações. Durante o ano de 1989 estava no fim o mandato do

⁵⁶Discurso pronunciado em um jantar realizado no Palácio do Itamaraty, em 19 de junho de 1990, ocasião em que o Ministro Reinaldo Figueredo foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (BRASIL, 1990).

Presidente José Sarney, já politicamente desgastado e com baixo nível de aceitação popular, devido ao fracasso em deter a inflação com a aplicação de quatro planos econômicos. E também ocorria no Brasil a primeira eleição presidencial direta após um período de 29 anos. A então derradeira eleição presidencial direta havia ocorrido em 03 de outubro de 1960, com a vitória de Jânio Quadros.

Mesmo então as autoridades venezuelanas reconheceram nos esforços integracionistas da política externa do governo do Presidente José Sarney uma oportunidade para solucionar os problemas dos garimpeiros e aprofundar a cooperação econômica acertada anteriormente. Os Presidentes José Sarney e Jaime Lusinchi tiveram vários encontros o que possibilitou a efetivação da Comissão de Coordenação Brasil-Venezuela (GEHRE, 2011).

Aproveitando a distensão herdada do governo do Presidente João Figueiredo em relação à Argentina, com destaque para a resolução sobre o aproveitamento das águas da Bacia do Rio da Prata e a posição favorável à Argentina durante a Guerra das Malvinas, o Presidente José Sarney deu continuidade ao processo integracionista com esse país e abriu as negociações com Caracas.

Naquele momento, as três maiores economias da América do Sul buscavam a integração regional no intuito de aliviar os danos que as suas dívidas externas provocavam no âmbito doméstico. E no campo político, primavam pela consolidação democrática. Para Cervo (2001, p. 269): “De qualquer modo, ao tempo em que o processo de criação do bloco do Cone Sul nascia da cooperação entre Brasil e Argentina, a diplomacia do presidente brasileiro José Sarney havia preparado outro processo alternativo, ao norte, construindo um firme eixo de perspectivas similares com a Venezuela”. Para Gehre (2011), esse processo de acercamento teve início durante o governo do Presidente João Figueiredo.

No entanto, a efetivação do processo integracionista ao sul esvaziou o processo ao norte. Entre as causas apontadas estava a eleição da Argentina como prioridade para o Brasil. Ao mesmo tempo, o impulso que o Pacto Andino obteve após um longo período estagnado tornava-o estrategicamente mais importante para a Venezuela, a que se somaram os problemas fronteiriços. Para Cervo (2001), foi um erro estratégico não ter continuado o processo com a Venezuela devido ao caráter complementar que ele teria adquirido, além da possibilidade da criação de grandes empresas de matriz brasileiro-venezuelana em várias áreas estratégicas. E aponta a mudança do paradigma desenvolvimentista de política exterior para o paradigma neoliberal como uma das causas.

Outra iniciativa do Presidente José Sarney no âmbito regional foi a convocação da primeira reunião presidencial do TCA. A reunião foi realizada em Manaus, em 06 de maio de 1989, com o objetivo de fortalecer institucionalmente o TCA, reafirmar a soberania dos membros sobre as suas porções amazônicas e respaldar as comissões de meio ambiente e assuntos indígenas recém-criadas. Reiterava-se o pleno respeito ao direito dessas populações, para que se adotassem as medidas necessárias para manter e preservar a integridade desses grupos, suas culturas e seu habitat, dentro do direito inerente à soberania de cada Estado. Era, claramente, uma ação diplomática reativa às críticas vindas do exterior direcionadas ao PCN e à situação em que se encontravam os Yanomami.

Ao mesmo tempo, na Venezuela, ocorria uma ruptura significativa com as medidas neoliberais adotadas pelo recém-empossado Presidente Andrés Pérez. No caso venezuelano não foram as medidas propriamente em si, visto que o Presidente Lusinchi já havia adotado algumas medidas nessa linha. O que realmente provocou a grande revolta popular, iniciada em 27 de fevereiro de 1989, conhecida como *Caracazo*, foi a sensação de traição diante da quebra de promessa por parte do recém-eleito presidente. Desde então, o segundo mandato teve como característica a instabilidade interna que, por fim, ocasionou o seu impeachment e a sua detenção (1993). Entretanto, medidas foram adotadas para regularizar as relações entre os países.

Com a posse do Presidente Fernando Collor de Mello ocorreu a tentativa de introduzir um novo arranjo político com o seu plano econômico, redimensionando o papel dos militares, diminuindo parte do poder conservado durante o governo anterior com a extinção do SNI, o fim do programa nuclear paralelo e o esvaziamento do PCN⁵⁷; e a veiculação da ideia de um presidente moderno de um país moderno mediante medidas, entre outras, que denotavam uma grande preocupação ambiental. Muitos dos seus atos iniciais não foram apresentados durante a campanha presidencial. A disputa, no segundo turno, com o candidato Lula da Silva fora construída mais em temores do que em propostas.

⁵⁷Ocorreu uma tentativa de vincular a proteção ambiental com o PCN, mas o contingenciamento dos recursos financeiros praticamente imobilizou o projeto. Um alento seria dado quando em 1999 foi transformado em Programa que abrange 194 municípios em seis Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), dos quais 95 são ao longo dos 10.938 km da Faixa de Fronteira. O PCN tem uma área de atuação que corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, dentre as quais 30% da população indígena do Brasil. Página: https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=area_atuacao, acesso em 15 de dezembro de 2007.

Em uma de suas primeiras viagens (março de 1990), o Presidente Collor de Mello visitou a região de Surucucu (Roraima), epicentro da área Yanomami, para inaugurar o 4º Pelotão Especial de Fronteiras. Aproveitou a viagem para conhecer os graves problemas provocados pelo garimpo junto a essa etnia e ao ambiente. Imediatamente ordenou a desocupação das terras pelos garimpeiros e a destruição das pistas de pouso não homologadas.

No plano externo, buscou uma aproximação com a Venezuela, tendo como estratégia a resolução dos problemas fronteiriços como parte de uma agenda mais ampla. Assim, nas palavras do então Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, (BRASIL, 1990, p. 38): “Dentro da tradição amistosa de nossas relações, saberemos resolver os problemas conjunturais do efetivo acercamento entre nossos povos, inclusive nas zonas lindeiras”.

Nessa ocasião, foi assinado um Memorando de Entendimento entre os dois Chanceleres estabelecendo “um mecanismo político de consulta com o objetivo de analisar assuntos de interesse para ambos os países, tanto no âmbito bilateral, como no regional e mundial”⁵⁸.

Outra medida adotada pelo governo venezuelano foi o aumento do efetivo militar na área. Foram instalados vários postos fronteiriços da Guardia Nacional. Devido ao aumento das patrulhas, muitos garimpeiros foram detidos e encaminhados para Puerto Ayacucho; enquanto, em Roraima, lideranças políticas locais os viam como heróis, independentemente do fato de serem invasores. Defendiam a sua permanência na área Yanomami alegando que o custo socioeconômico para removê-los impediria o desenvolvimento do Estado. Também invocavam razões de segurança nacional, argumentando que os garimpeiros eram brasileiros e que mereciam exercer as suas atividades em um espaço ocupado por poucos índios “selvagens”, que não se expressavam em português, além de serem manipulados por missionários e por membros de ONGs, todos estrangeiros (RICARDO, 1990).

Mesmo com a disposição do Presidente Collor de Mello em regularizar a situação com medidas que levaram a decretar em 25 de maio de 1992 a homologação da Terra Indígena Yanomami, e a implantação do mecanismo de consultas no plano bilateral, acidentes pontuais abalaram as relações, como a derrubada de uma aeronave brasileira em território venezuelano e o massacre de Haximu. Em 02 de outubro desse mesmo ano, Collor foi afastado da Presidência da República com a aprovação da abertura do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados.

⁵⁸Cópia desse Memorando pode ser encontrada na página: http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_67.pdf, acesso em 19 de fevereiro de 2010.

Durante todo o processo da criação da Terra Indígena Yanomami ocorreram debates e acusações entre as partes envolvidas. De um lado, encontravam-se grupos em favor dos direitos dos indígenas, que defendiam sua autonomia e respeito à diferença étnica, ou seja, o cumprimento do princípio constitucional de que Brasil é um Estado pluriétnico, desde a Constituição de 1988. Esses grupos acusavam o governo federal, principalmente os militares, de continuar com a política integracionista do início do século 20 e de pretender entregar as reservas minerais aos grandes grupos econômicos multinacionais.

Por outro lado, principalmente entre os militares, a maior preocupação era com a pretensão de se dar autonomia política a um grupo étnico isolado dos elementos nacionais, residentes em uma zona de fronteira. É o temor de se ter, no futuro, o Estado Yanomami, com o território formado por partes desmembradas do Brasil e da Venezuela, controlado por organizações humanitárias e financiadas pelos mesmos grandes grupos econômicos multinacionais. Para alguns autores, essa reserva representa um risco futuro para o país:

A “balcanização” já se começa a delinear na nossa Amazônia, implantando-se lá os apartheísmo de reservas indígenas, que serão estados dentro de nossa Federação, facilmente manejados pela ação exterior. O objetivo de Rondon de converter para civilizar, transformar-se hoje no subverter para manobrar. Na África do Sul condena-se o apartheísmo dos ‘homelands’; aqui, defende-se, impõe-se o ‘quisto’ yanomami que o Brasil confirmou do seu lado, em novembro de 1991, para complementar os 8,3 milhões de hectares que a Venezuela destinava aos mesmos índios. (CASTRO, 1992, p. 79)

Essa referência à Venezuela deve-se a que, em 1992, ter sido criada a *Reserva de Biósfera Alto Orinoco Casiquiare*, com uma superfície de 8,8 milhões de hectares. Apesar de não ser uma reserva exclusiva para os índios que nela habitam (Yekuana e Yanomami), os mesmos têm direito de usufruir dos recursos naturais e garantia de suas qualidades étnicas⁵⁹. Como a reserva venezuelana abarca uma parte da fronteira com o Brasil, encontrando-se assim com a Terra Indígena Yanomami, totaliza uma superfície aproximada de 20,4 milhões de hectares. Essas ações foram em parte influenciadas pela proximidade da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992. Também como medida preparatória para essa conferência foi realizada em Manaus (fevereiro de 1992) a II Reunião dos Presidentes dos Países Amazônicos, o que gerou uma declaração de princípios e uma atuação em bloco.

⁵⁹Em 2001 foi promulgado um instrumento jurídico a *Ley de Demarcación y Garantía Del Habitat y Tierras de los Pueblos Indígenas*.

Esse período revela-se contraditório porque se, de um lado, havia um acerto multilateral com a finalidade de evitar qualquer interferência estrangeira, por outro lado, ocorria a paralisação do arranjo bilateral. Tanto o Brasil como a Venezuela tiveram que adiar o encontro para um período mais favorável. O julgamento político do Presidente Collor de Mello resultou na sua condenação pelo Senado Federal, efetivando no cargo o então Presidente Interino Itamar Franco. Em maio de 1993 era a vez de o Presidente Carlos Andrés Pérez ser retirado do poder, sendo substituído pelo senador Ramón J. Velásquez para cumprir um mandato tampão.

Uma vez que os problemas políticos internos de ambos os países haviam sido praticamente resolvidos, com o afastamento dos Presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Andrés Pérez, um novo concerto nas relações começou a ser delineado. Paralelamente às iniciativas diplomáticas formais, um novo espaço de negociações, mas principalmente de conhecimento mútuo, foi sendo construído. Com esse objetivo foi realizado em Caracas, em agosto de 1993, o Seminário “As relações entre Brasil e Venezuela: avaliação e perspectivas” (VAZ, 1993).

Nesse evento, que depois seria conhecido como o primeiro seminário, os problemas na fronteira foram tratados no conjunto, como colocou o Conselheiro Ronaldo Veras (então Chefe da Divisão de América Meridional II do MRE/Brasil): as questões fronteiriças não deveriam se sobrepor aos interesses maiores dos dois países, interesses que se projetam para além das áreas de fronteiras.

Já para o então diretor de fronteiras do MRE/Venezuela, Almirante Collazo, não existiam questões limítrofes entre o Brasil e a Venezuela, mas sim pequenos problemas de demarcação acompanhados de fluxos migratórios para a zona, portanto, assumindo uma conotação internacional. Entretanto, reconhecia que eram dificuldades internas do país vizinho, mas que eram importantes as ações militares conjuntas, como também na área de cartografia, projetos ambientais a ação conjunta em relação às áreas indígenas.

Desta forma, além dos problemas fronteiriços foram abordadas as relações bilaterais no contexto de mudanças globais e as relações comerciais entre o Brasil e a Venezuela. Nas palavras do Dr. Alfredo Toro Hardy (VAZ, 1993, p. 6-7) a Amazônia é uma área nevrálgica, portanto vulnerável. Além das debilidades existentes nas forças armadas de ambos os países, o que os obrigam, em conjunto com os seus vizinhos, a tomar consciência das ameaças que emanam da ordem internacional oligárquica e a formular respostas cooperativas e concertadas.

Opinião compartilhada pelo Professor Alcides Vaz (1993) que, ao aludir sobre os esforços dos países latino-americanos de rever sua inserção internacional, observa que isso vem acarretando a necessidade de redefinir os vínculos políticos e econômicos internos e externos. E no caso das relações bilaterais, para incrementar o potencial existente, aponta dois aspectos:

[...] primeiro, definir um marco cooperativo amplo, aberto e flexível, que catalise a vontade e as energias políticas e econômicas de distintos atores em cada país (a Iniciativa Amazônica é uma possibilidade); segundo, desencadear um intenso esforço de informação e de busca de proposições que traslade o grau de entendimento existente em nível oficial para os demais segmentos das sociedades em ambos os países. (VAZ, 1993, p. 8)

Enquanto no aspecto econômico os expositores reforçaram o potencial existente, seja mediante acordos no âmbito da ALADI - que, além da ampliação da pauta de produtos, permitiria também o usufruto dos demais países do MERCOSUL - seja na superação de obstáculos como a falta de infraestrutura e a distância dos grandes centros consumidores para incrementar o comércio normal e fronteiriço (apontado como um fator atenuante das atividades ilegais). Foi dada importância aos aspectos ligados à desconfiança em relação ao Brasil por parte do empresariado venezuelano quanto às diferenças nas pautas comerciais e no volume de negócios.

Algumas das sugestões apresentadas foram imediatamente aproveitadas quando da assinatura do “Protocolo de La Guzmanía”. Esse protocolo, assinado durante a visita que o Presidente Itamar Franco realizou à Venezuela, em março de 1994, foi considerado como um dos principais acontecimentos na história das relações bilaterais. Aquela foi a primeira visita de um Chefe de Estado ao recém-empossado Presidente Rafael Caldera. Nesse instrumento foi estabelecida uma comissão binacional de alto nível, presidida pelos respectivos Ministros das Relações Exteriores, com a finalidade de aproveitar com eficácia as imensas potencialidades de cooperação, atribuindo-lhe alta prioridade. Nas palavras do então Embaixador do Brasil na Venezuela Clodoaldo Hugueney:

Ao longo desses anos muita coisa foi feita, mas acho que há um fato determinante no período recente da história das relações Brasil-Venezuela que é a reunião de La Guzmanía, entre o presidente Itamar Franco e o presidente Rafael Caldera. O fato de que hoje nós estamos aqui realizando esse seminário e podemos contar com tantas realizações concretas e projetar um futuro de integração entre o Brasil e a Venezuela, e entre a Venezuela e Mercosul, se devem muito à vontade política que os dois governantes manifestaram nessa reunião. E essa vontade política foi no

sentido de dar um rumo integracionista à relação entre os dois países, o que fez com que as relações se modificassem. (PARLAMENTO LATINOAMERICANO, 1995, p. 229)

No Comunicado Conjunto Brasil-Venezuela publicado durante essa mesma ocasião estava exposto o propósito de conjugar esforços para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, demarcando as regiões norte do Brasil e sul da Venezuela como foco de atenção quanto ao controle de atividades ilegais (BRASIL, 1994). Contemplavam-se desde medidas preventivas como o controle de insumos e equipamentos utilizados na mineração ilegal, ao fortalecimento e à agilização de mecanismos de cooperação naquilo que contribuísse para facilitar o intercâmbio de informações e ações preventivas para reprimir os atos ilícitos. Destacava-se, inclusive, o interesse manifestado pelo Presidente Rafael Caldera em participar do SIVAM.

O SIVAM tornou-se mais conhecido apesar de ser integrante do SIPAM. Ambos foram concebidos para utilizar os avanços tecnológicos disponíveis para monitorar e controlar a Amazônia Legal. Apresentado pelo Ministério da Aeronáutica e pela SAE/PR foi considerado um mega projeto e devido ao fato de ter sido dispensado de processo licitatório recebeu críticas quanto à lisura processual. Como também de vários setores sociais, principalmente de entidades científicas, devido à pouca participação da comunidade acadêmica na elaboração e na execução do sistema. Procurou-se desde o início, ao contrário do PCN, uma abertura para os vizinhos amazônicos que o integrariam como clientes. Para Vaz (2004, p. 159): “los temas del desarrollo en áreas fronterizas y el impulso del sistema de vigilancia y control del tráfico aéreo y del espacio territorial son los principales vectores de la cooperación entre Brasil y sus vecinos en materia de seguridad”.

O SIPAM é composto por unidades móveis e fixas de sensoriamento ambiental, sistema de controle de tráfico aéreo, três centros regionais (Belém, Manaus e Porto Velho) e um centro de análise e comando em Brasília, e possibilitou o desenvolvimento de programas gerenciais e de aeronaves como os R99-A, R99-B e A-29 (Super Tucanos). Em 2002 foi transferido do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República. Atualmente o SIVAM é parte do IV CINDACTA, com sede em Manaus. Em relação ao interesse dos países amazônicos, apenas com o Peru têm ocorrido reuniões objetivando integrar aquele país.

Quanto ao interesse venezuelano, como o início das operações do SIPAM ocorreram já no governo do Presidente Hugo Chávez, e, apesar do interesse demonstrado por Caracas,

após a negativa da Embraer em vender aeronaves A-1 e A-29, devido ao embargo promovido pelo governo norte-americano, as relações no aspecto de defesa ficaram desgastadas. O que levou a Venezuela a optar por adquirir equipamentos de controle aéreo da China e aeronaves russas.

Logo após a visita do Presidente Itamar Franco, um grande impulso nas relações foi dado. Foi realizado em São Paulo, já no final de março de 1994, o 2º Seminário Brasil-Venezuela. Em sua conclusão ficou patente a grande importância dada pelos venezuelanos ao evento, tendo em vista o peso político dos participantes de sua delegação, como também pelo grau de preocupação, nas discussões, quanto aos problemas fronteiriços: “Enquanto, para os brasileiros, a fronteira norte, os índios e a ação dos garimpeiros são algo remoto e não preocupante, para os venezuelanos, são questões críticas” (BARBA, 1994). E acrescenta que os garimpeiros brasileiros são encarados como uma tríplice ameaça aos interesses venezuelanos: pela destruição ambiental, pelo dano econômico e pela maior ameaça, mas não efetivamente admitida, de uma invasão não armada tendo como precedente histórico a conquista do Acre. Essa percepção se dissipou com a aproximação dos militares dos dois lados da fronteira e com o maior conhecimento por parte dos venezuelanos dos projetos que estavam sendo implantados pelo Brasil. No entanto, solicitava-se maior controle das autoridades brasileiras quanto às atividades ilegais. Na parte econômica, ficou demonstrado que ainda havia temores para o incremento comercial devido à reduzida pauta venezuelana, praticamente restrita ao petróleo. Os demais pontos da agenda eram uma repetição das avaliações anteriores como a proposta de desenvolver projetos conjuntos no nível fronteiriço e na composição de empresas.

A posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso deu um novo dinamismo às relações bilaterais. Em sua viagem a Caracas, em julho de 1994, vários instrumentos diplomáticos, frutos dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Bilateral de Alto Nível, foram confirmados. E em discurso perante o parlamento venezuelano – em sessão solene em comemoração ao dia da independência da Venezuela – FHC afirmou as qualidades de ambos os governos (Caldera e Itamar) em identificar as potencialidades dessas relações ao buscarem, deliberadamente, ampliar a agenda positiva, de forma a isolar e encaminhar os problemas. E encerrou com o compromisso de dinamizar as relações fronteiriças com a finalidade de promover o bem-estar das populações lindeiras. Esse adensamento nas relações, na opinião de Vizentini (1996), para além da superação dos problemas fronteiriços, teve como elemento

catalisador o forte impacto de abertura econômica e de reconversão de perfil neoliberal. E acrescenta:

O surgimento de semelhanças e pontos de convergência entre Brasília e Caracas se refere à conversão da política externa em instrumento básico na busca do desenvolvimento econômico, o que produziu atritos com países hegemônicos, em particular os EUA, e a formação de uma diplomacia mais autônoma (também uma forma de barganha). (VIZENTINI, 1996, p. 137)

A partir desse momento, a questão relacionada com os garimpeiros tornar-se-ia coisa do passado, tiveram início uma série de ações que, nos anos seguintes levaram a essas populações a sensação de que a integração era muito mais que um jargão. A pavimentação completa da BR-174 e a construção da linha de transmissão de energia elétrica ligando o complexo de Guri a Boa Vista tornaram-se símbolos desses novos tempos. Visitas presidenciais passaram a ser rotineiras, assim como a convergência política nos vários fóruns de que ambos os países participaram. Nessa ocasião, as relações comerciais estavam crescendo em tal magnitude que surgiram muitas propostas de arranjos mais efetivos. Tanto que, em maio de 1995, foi realizado em São Paulo o “Seminário Mercosur – Venezuela”, uma promoção do Parlamento Latino-americano e da Embaixada da Venezuela no Brasil. Falava-se então na integração do Mercosul com o Pacto Andino como um mecanismo para viabilizar a parceria com a Venezuela. Apesar do incremento real que estava ocorrendo no âmbito do Pacto Andino, alguns observadores prediziam que as relações econômicas entre a Colômbia e a Venezuela estavam próximas da estabilidade. Assim, para os venezuelanos era fundamental ampliar as possibilidades, e o Brasil, desde então, era visto como importante parceiro.

Para além das questões econômicas, essa atitude por parte da Venezuela dava prioridade, pela primeira vez em sua história, à sua vocação Orenoco - amazônica. Como afirmou o então *Ministro de Asuntos Fronterizos de Venezuela* Pompeyo Marquez:

Venezuela está dispuesta a romper la hemiplejía de un norte, del centro costero, con determinado desarrollo y un sur abandonado. El abandono del sur por parte de Venezuela se acabó, y nos encontramos entonces con ustedes en el desarrollo de Brasil. (PARLAMENTO LATINOAMERICANO, 1995, p. 212)

Entretanto, o fortalecimento dessa vocação e o incremento das relações bilaterais não os livraram das preocupações com a vizinha Colômbia. Essa tríplice fronteira é uma das áreas prioritárias do PCN, região também conhecida como “cabeça do cachorro”.

Os principais fatores de securitização estão relacionados com a presença de grupos guerrilheiros, como o ataque de membros das FARC a um destacamento do Exército Brasileiro na região do Rio Traíra (26/02/1991) que ocasionou a morte de três soldados brasileiros. E os vários tipos de ilícitos como a mineração ilegal, o contrabando e, principalmente, o narcotráfico, além dos problemas relacionados à legalização fundiária e ao atendimento às várias etnias ali residentes. Com o anúncio do “*Plan Colombia*” (1999), essa tríplice fronteira teve aumentada a sua importância estratégica, seja pelo temor de ocorrer o transbordamento dos problemas colombianos para os territórios vizinhos, seja pela presença de um poder das dimensões dos EUA na região, visto ser esta a maior interferência norte-americana na América do Sul desde o fim da II Guerra Mundial.

Apesar desse auxílio norte-americano, principalmente a transferência de material bélico e o treinamento de tropas prontas a responder a uma guerra assimétrica, o governo colombiano ainda não conseguiu cumprir com os objetivos, ou seja, deter o avanço das poderosas redes paralelas de poder com ramificações internacionais ligadas a narcotraficantes e a grupos guerrilheiros. Todo esse esforço para reprimir o plantio e o comércio de substâncias psicotrópicas tem como meta reduzir a oferta e, conseqüentemente, o seu consumo nas cidades norte-americanas. Os opositores recordaram o envolvimento americano no Vietnã e advogavam medidas menos traumáticas, como o fim dos paraísos fiscais e a aplicação de políticas públicas para melhorar a distribuição de renda junto às populações envolvidas na produção.

Desde o início estava claro que essa seria uma tarefa difícil, pois o narcotráfico movimenta quantias bilionárias e está estruturado em uma eficiente rede empresarial internacional. Já a violência política colombiana remonta às várias guerras civis entre conservadores e liberais e está tão sedimentada socialmente que tentativas de engenharia política não surtiram os resultados esperados, como a Constituição de 1991 e a tentativa do Presidente Andrés Pastrana de instalar uma *zona de distensión* para facilitar o diálogo com as FARC.

Rebatizado no primeiro governo do Presidente Álvaro Uribe (2002-2006), o “*Plan Patriota*” continua sendo a principal preocupação para os formuladores de políticas de defesa no Brasil e na Venezuela, pelo fato de que, a partir do governo do Presidente George W. Bush

(2001-2009) e de sua luta contra o terrorismo essas ações passaram a fazer parte da agenda de defesa hemisférica norte-americana⁶⁰.

Para o Brasil a prioridade é garantir o menor grau de ingerência estrangeira. A influência crescente norte-americana na Colômbia representa para o Brasil o seu maior temor no que se relaciona à segurança e defesa (VAZ, 2004). Por essa e outras razões é que a Amazônia continua sendo tratada pelo governo do Brasil como uma região vulnerável. No primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994 – 1998) foi publicada a Política de Defesa Nacional (1996). Entre as suas diretrizes estão: proteger a Amazônia, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar; e priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste⁶¹. Nota-se certa semelhança com o PCN em relação à necessidade de vivificar as fronteiras, ou seja, ainda presente a ideia dos vazios demográficos justificando assim processos migratórios. Não fazia, porém, nenhuma menção às populações indígenas e tradicionais.

A primeira visita que o Presidente Hugo Chávez realizou após a sua primeira vitória eleitoral (1998) foi a Brasília, para um encontro com o então reeleito Presidente Fernando Henrique Cardoso, deixando claro que o Brasil continuaria a ser um parceiro privilegiado. Mas, em se tratando das relações com os Estados Unidos, o atual governo venezuelano vem mantendo uma independência anormal diante dos fortes interesses associados, principalmente, ao fornecimento de petróleo.

Desde o trágico cataclismo ocorrido no Estado Vargas, quando, em dezembro de 1999, fortes chuvas provocaram grandes desmoronamentos inundando a cidade de La Guaira e provocando milhares de vítimas, ocorreram atritos com o governo norte-americano. Nessa ocasião, o Presidente Hugo Chávez proibiu o desembarque de soldados americanos que vieram colaborar na desobstrução das áreas atingidas. Meses depois, veio a proibição de utilização do espaço aéreo venezuelano por aeronaves norte-americanas para voos de observação, como parte do *Plan Colombia*, mais as visitas ao Iraque, à Líbia e ao Irã e a aproximação com Cuba, o que colocou as relações com a Casa Branca no mais baixo patamar das últimas décadas.

Sinais como o embargo imposto à venda de aviões super-tucanos à Venezuela e a aprovação da venda dessa mesma aeronave para a Colômbia, demonstravam o grau de

⁶⁰Os atuais desdobramentos do envolvimento norte-americano na região, como a utilização de bases aéreas e navais colombianas, serão abordados no Capítulo IV.

⁶¹Disponível no site: www.defesa.gov.br/enternet/sítios/internet/pdn/pdn.php. Acessado em 20 de abril de 2004.

descontentamento reinante em Washington. Para Kelly e Romero (2005), as relações entre a Venezuela e os Estados Unidos até o governo de Chávez sempre foram muito próximas, apesar de desavenças, como a política de nacionalização da indústria petrolífera e o papel desempenhado pela Venezuela de conciliadora nos conflitos regionais na América Central e Caribe, como a Revolução Sandinista na Nicarágua e a invasão de Granada. Entretanto, na área econômica, Caracas vem cumprindo pontualmente os contratos de fornecimento de petróleo e os pagamentos da dívida com as agências internacionais.

Para Carmo (2007), a estratégia adotada pelo Presidente Hugo Chávez é tentar diminuir a dependência econômica que a Venezuela tem em relação ao EUA. Para tanto, procura abrir novas frentes, como utilizar o fornecimento de petróleo como mecanismo de barganha junto a alguns países da América Central e do Caribe, uma vez que, dos 35 membros da OEA, 21 pertencem a essa região, sem contar a Guiana e o Suriname, que, apesar de pertencer geograficamente à América do Sul, estão inseridos na área do Caribe. Também reforçar laços com países considerados inimigos dos EUA como é o caso do Irã, além de manter uma política ativa em nível regional com propostas como a ALBA.

Sua plataforma política mistura várias correntes como: o retorno à *Gran Colombia* de Bolívar, o socialismo cubano e a crença nos militares como principais agentes de transformação. Em relação aos militares há certa discordância entre autores: se de um lado encontra-se Battaglini (2002), que advoga que hoje os militares venezuelanos estão comprometidos com uma agenda democrática e popular; do outro lado, Jiménez (2005) aponta para a militarização da política venezuelana. Entretanto, a utilização da “*Fuerza Armada Nacional*” como artífice em missões sociais, a colocação de oficiais em vários postos políticos e a preparação de uma estratégia de defesa nacional baseada na criação de milícias populares e de enfrentamento a um inimigo muito superior - também conhecida como “*La Guerra Asimétrica*”⁶² - tem levado a crer que o grau de dependência em relação aos militares vem se ampliado. Até mesmo a atual constituição, diga-se, repleta de avanços políticos e sociais que, sem dúvida, deu aos venezuelanos mecanismos institucionais para aumentar a participação popular, contempla possibilidades de intervenção militar na vida política.

Durante esses anos no poder, o Presidente Hugo Chávez conseguiu despertar em vários segmentos sociais uma mistura de ódio e temor, principalmente em muitos dos antigos

⁶²Segundo Garrido (2005), ela está centrada na teoria da guerra de quarta geração e tem como principal inimigo os Estados Unidos, seja por intervenção direta, seja utilizando de forças aliadas como a Colômbia, ou através de um mandato via Organização dos Estados Americanos – OEA.

atores políticos, que estavam acostumados a tratar o público como se fora privado, e para quem o retiro compulsório da arena política representou uma perda significativa do poder adquirido durante o modelo do “*Pacto de Punto Fijo*”.

Já para setores da classe média, o Presidente Hugo Chávez, ao invocar com a sua imagem e com o seu discurso o passado rural e personalista, lembra a época dos “*caudillos*”, senhores de terra e da guerra que dominaram a política venezuelana até o início do século 20, assim representando o oposto da modernidade sedimentada na memória de uma nação que até então era confiante em seu futuro, cujos símbolos eram as torres petroleiras do Parque Central.

Já que nas urnas era impossível derrotar o Comandante Chávez, outras vias foram utilizadas: greves, manifestações públicas, forte propaganda na mídia e o golpe de 11 de abril de 2002. Nesse dia, uma grande marcha promovida pela oposição foi desviada para a sede do governo, sem prévia autorização, e que, ao se encontrar com simpatizantes governistas, terminou em um conflito armado com vários mortos e feridos na altura da “*Puente Llaguna*”, na região central da capital.

No início da noite, começaram os pronunciamentos militares conclamando à desobediência ao governo, alguns gravados pela manhã antes do início da manifestação, o que depois foi progredindo para a falsa renúncia do Presidente Hugo Chávez e sua possível fuga para a embaixada cubana. Na realidade, ele estava detido na sede do Ministério da Defesa e, na madrugada do dia 12 de abril, foi transferido para uma pequena ilha em pleno Caribe. Poucos acreditaram na renúncia e, uma vez considerado vago o cargo, o então presidente da FEDECAMARAS e um dos líderes da oposição o Sr. Pedro Carmona, sem que até hoje ninguém saiba quem o nomeou e baseado em que legislação, apoderou-se da Presidência da República. E, como primeiro ato, decretou a exoneração de todos os deputados da “*Asamblea Nacional*”, das assembleias estaduais e dos conselhos municipais; de todos os magistrados do “*Tribunal Supremo de Justicia*”, de todos os ministros e governadores e, por fim, não satisfeito, anulou a constituição de 1999⁶³.

Um novo ator então apareceu em cena, sem ser convidado – o povo. Dos *barrios*, como são conhecidas as favelas em Caracas, começaram os protestos contra a falsa renúncia do Comandante. Depois, aos clamores, nas avenidas da cidade queriam saber do paradeiro dele. Por fim, nas portas dos quartéis e do Palácio Presidencial queriam o seu retorno. Assim,

⁶³ Para maiores detalhes do golpe de abril de 2002 e os desdobramentos posteriores consultar Uchoa (2003) e Maringoni (2004).

mesmo com a indiferença de governos importantes para a Venezuela como os Estados Unidos, a Espanha e a Colômbia, a indisposição dos militares golpistas em dispersar os seguidores do presidente deposto facilitou a ação da maioria legalista das Forças Armadas. Na madrugada de 13 de abril retornou a Caracas o abatido Presidente Hugo Chávez.

Na opinião de Dieterich (2006) a mobilização popular foi uma condição necessária, mas não suficiente para repelir o golpe. Necessária porque demonstrou aos militares legalistas que esses teriam o apoio popular. Para ele, o General Raúl Isaías Baduel, então comandante da Brigada Pára-quedista de Maracay, exerceu um papel fundamental ao não reconhecer o governo Carmona e ao divulgar o “Manifiesto de la Operación Rescate de la Dignidad Nacional”, disposto a marchar sobre Caracas. O General en Jefe Raúl Isaías Baduel, além de ter sido comandante do exército também foi ministro da defesa, no entanto, após discordar do Presidente Chávez foi condenado por corrupção durante o período que ocupou o cargo de ministro da defesa (2006 – 2007), sendo condenado a quase oito anos de prisão (Condenan a Baduel a siete años y 11 meses de prisión, 2010).

Inusitado neste fato da história política latino-americana foi o retorno, após três dias, do Presidente Hugo Chávez ao Palácio de Miraflores nos braços do povo e de uma significativa parcela do exército. Nos primeiros dias, ainda se recuperando do susto manteve uma postura conciliatória e talvez tenha cometido o seu mais grave erro político ao anistiar de antemão os líderes do golpe. Recuperado, começou uma campanha verbal de ataque e de desqualificação aos seus oponentes. Mas, segundo Villa (2005, p. 165), “o país havia chegado a um grau tal de polarização política e social que o presidente ficara com uma margem reduzida de possibilidades de conciliação”.

Porém, outro golpe foi desfechado entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003: uma greve geral provocou inúmeros transtornos à população e prejuízos significativos ao país. Ela foi comandada por alguns dos participantes do governo Carmona e por tecnocratas da empresa estatal PDVSA. A vital produção petroleira foi paralisada, assim como uma parte significativa do comércio e de outros ramos da economia. Era uma reação à política de controle por parte do governo venezuelano sobre a sua maior riqueza, visto que, PDVSA, desde a sua criação (1976), vinha adquirindo uma grande autonomia decisória mediante uma política de internacionalização de seus ativos e da nacionalização de seus passivos. Como afirma Mommer (2003, p. 184) “desde hace tiempo PDVSA se transformó en un ‘Estado dentro del Estado’, volviéndose más poderosa a medida que el país se empobrecía”.

Várias manifestações de rua também ocorreram, principalmente em bairros de classe média. Essas foram acompanhadas por uma rebelião militar, composto por membros de todas as forças e de todas as patentes, que tomaram uma praça central da capital onde permaneceram por vários meses até o seu completo esvaziamento, sem provocar traumas entre os companheiros de armas e sem mobilizar a população. Também uma verdadeira guerra de informações foi pugnada nas mídias do país com destaque para os canais privados de televisão que propagaram uma forte oposição ao governo. Há que destacar que o governo, mesmo acuado e ameaçado, manteve o estado de direito e a liberdade de imprensa.

O apoio da maioria das nações latino-americanas à legalidade do mandato do Presidente Hugo Chávez foi fundamental para que Carmona não fosse legitimado como gostariam alguns governos. Na paralisação de 2002 vários países propiciaram apoio logístico ao governo e à formação de um grupo de países para servir de mediador na busca de uma saída para o impasse. Emblemático foi o envio pelo Brasil de um navio petroleiro que, com a sua carga, auxiliou no funcionamento do país. Como era o período de transição entre os mandatos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) ambos foram consultados e concordaram com a operação indicando um arranjo político transitório para a Venezuela.

Para Garcia (2003) o Presidente Lula, antes mesmo de sua posse, demonstrava preocupações quanto à crise venezuelana por representar uma grave ameaça à política regional podendo ter inaugurado um novo ciclo de instabilidade. Por iniciativa brasileira, foi criado o Grupo de Amigos da Venezuela formado pelo Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos e Portugal. Esse grupo contou com o apoio da OEA e teve como princípio o respeito à constituição venezuelana e a busca de uma saída eleitoral para a crise. Mesmo assim, a oposição, utilizando-se de um mecanismo garantido na Constituição, iniciou uma longa batalha judicial com o recolhimento de assinaturas e propôs um plebiscito revogatório que, por fim, foi vencido pelo Presidente Hugo Chávez. Mais uma vez, após a derrota houve denúncias de fraude. Observadores internacionais qualificados, como o então Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA César Gaviria e o ex-presidente americano Jimmy Carter, constataram a lisura do processo.

Analistas da política venezuelana, como Maya e Lander (2007), apontam para o fortalecimento do regime bolivariano a partir dessa vitória. Para eles, com o aumento significativo dos preços do petróleo foi possível implantar políticas públicas conhecidas como

Misiones, de grande abrangência social, o que favoreceu candidato Chávez em mais uma disputa eleitoral pela presidência da república, ocorrida em dezembro de 2006.

A Venezuela é vista como uma ameaça aos interesses norte-americanos na região, pela recusa em apoiar sua política de guerra contra o “narcoterrorismo” na Colômbia e a utilização do petróleo como recurso constante de política externa, além do apoio explícito a governos de corte ideológico semelhantes como são os da Bolívia, Equador e Nicarágua. Esse ativismo é apontado por Romero como uma das características da política exterior venezuelana desde o período da independência até os nossos dias:

[...] fue y es una palanca para procurar la estabilidad política interna, así como también para lograr el reconocimiento de la comunidad internacional. Pero, en fin de cuentas, cualquier país, por más pequeño que sea, ha hecho y hará lo mismo. Lo que coloca a Venezuela con un caso singular es tu tendencia a un activismo que en muchas ocasiones ha estado fundado en la creencia de que el modelo venezolano debe ser imitado por el resto de los países del globo. (ROMERO, 2006, p. 8).

Prova desse ativismo foi a solicitação da Venezuela durante a XXX Reunião Ordinária do Mercosul, realizada em Córdoba, Argentina (julho de 2006), de entrada como membro pleno do bloco. O pedido pode ter sido parte de um plano que, se de um lado, aproximava ainda mais a Venezuela de seus vizinhos sul-americanos, por outro, ocasionava atritos, quando o Presidente Hugo Chávez tentava ingerir-se em assuntos internos de outros países, ao tentar exportar um modelo político ou ao criticar o modelo adotado pelos outros. Como a crítica que fez ao Senado brasileiro, o que dificultou a aprovação da entrada da Venezuela por essa Casa, e a olhares distorcidos como o da corrida armamentista.

Segundo Santos e Vilarouca (2007), a rejeição por parte do Congresso Nacional teve várias etapas: debate político entre a oposição e o governo do Presidente Lula da Silva sobre o papel do Estado na economia, a possível “ideologização” da política externa brasileira, o apelo de parlamentares brasileiros pela renovação da concessão da “*Radio Caracas Televisión*”- RCTV, a maneira descortês com que o Presidente Chávez tratou o Senado Federal e a posição de determinados grupos econômicos sobre temas específicos da integração.

Devido à não renovação da concessão da RCTV o governo do Presidente Chávez sofreu uma campanha da imprensa brasileira e de setores políticos que o acusavam de ser um tirano que desencadeou uma corrida armamentista no continente, além de interferir em questões internas de vários países da América Latina. Para eles, a Venezuela estava impedida de tornar-se um membro pleno do Mercosul, uma vez que o seu governo não cumpria com o

Protocolo de Ushuaia (1998), também conhecido como a cláusula democrática do Mercosul, já que o seu sistema político não é democrático.

Com a aprovação no Senado Federal, em 15 de dezembro de 2009, do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, mais um passo foi dado para efetivar a solicitação de Caracas para ser um membro pleno do bloco. Restando apenas o pronunciamento do senado paraguaio, uma vez que os demais membros, Argentina e Uruguai, já haviam aprovado.

O processo foi tenso, o que obrigou a bancada governista a utilizar manobras regimentais para obter o resultado favorável. O relatório à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, elaborado pelo então Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), por exemplo, recomendava pela não aprovação. O que fez com que o Senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, apresentasse um substitutivo favorável que, por fim, foi aprovado na Comissão e pelo plenário: 62 senadores e senadoras votaram, sendo que 35 a favor e 27 contra.

Em consulta aos pronunciamentos feitos durante a sessão, assim como aos relatórios apresentados à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aponta-se como o principal fator de discordância a interpretação do Protocolo Ushuaia. Os argumentos de que o governo venezuelano não cumpria com o Protocolo deve-se à forma de governar do Presidente Hugo Chávez. Assim, foram apontados vários exemplos do autoritarismo reinante naquele país, como o controle do legislativo, do judiciário e dos meios de comunicação.

Favoravelmente, em quase unanimidade, as opiniões se centraram no aumento exponencial das exportações brasileiras em direção àquele país. Acompanhadas de investimentos vultosos em infraestrutura com a participação de empresas brasileiras. Outro ponto levantado na questão econômica são os possíveis benefícios que a entrada da Venezuela no Mercosul poderá acarretar às unidades federativas fronteiriças: Amazonas e Roraima.

Considerações Parciais.

Ao finalizar este capítulo, onde foram descritos acontecimentos que levaram a um momento crítico das relações entre o Brasil e a Venezuela, pode-se afirmar que foi desenvolvido entre os dois países um arranjo diplomático que possibilitou não só a superação dos problemas, mas a construção de um eixo de integracionista. Evidentemente que vêm ocorrendo variações na velocidade do processo, influenciadas, entre outras causas, pela posição dos personagens e pelos interesses que foram emergindo.

Importante é destacar as transformações ocorridas em ambos os sistemas políticos: no Brasil, o período de transição entre o regime militar e a democracia e a sua consolidação; na Venezuela, a crise sistêmica e a proposta de um novo arranjo representado na figura do Presidente Hugo Chávez. Também não se devem relegar as alterações no sistema internacional, principalmente o fim da Guerra Fria e a consolidação de mecanismos de cooperação regionais, e as suas repercussões nos sistemas políticos e na formulação de suas políticas externas.

A respeito do Brasil, após a superação dos problemas econômicos e financeiros, o país passou a exercer no plano regional uma posição de regente. Desde o período presidencial de Itamar Franco, o país buscava ampliar para a América do Sul os resultados positivos obtidos na experiência do Mercosul. Mas, somente no governo do Presidente Lula da Silva, é que o projeto foi institucionalizado com a UNASUL. O que, em parte, esvaziou os mecanismos sub-regionais existentes, como a OTCA, que ao não incluir em sua agenda temas econômicos terminou limitando o seu escopo.

No caso venezuelano, durante o segundo mandato do Presidente Carlos Andrés Pérez, ocorreu uma intensificação comercial com a CAN, principalmente com a vizinha Colômbia. Porém, com as desavenças entre os dois países, ocorreu uma diminuição das importações por parte da Venezuela. Todavia, houve o aumento da participação venezuelana no campo regional com os tratados energéticos e o pedido de ingresso como sócio pleno no Mercosul.

No campo da segurança regional, a vizinha Colômbia tem sido o centro das atenções, seja pela problemática interna relacionada como os grupos guerrilheiros, narcotráfico e demais ilícitos, seja pela crescente presença norte-americana. De fato, todas as projeções de futuros arranjos regionais nessa temática, obrigatoriamente, deverão ter como variável

dependente a posição colombiana. Bem como o papel desempenhado pelos Estados Unidos, líder incontestável no hemisfério, e a influência crescente de potências emergentes como a China e a Rússia.

Capítulo 04. - Securitização de Temas Amazônicos.

Para exemplificar a importância estratégica da região compreendida pelo eixo de rodovias que ligam a cidade venezuelana de Puerto la Cruz e a brasileira Manaus, serão descritas as suas principais características. Em Puerto la Cruz, situada à beira do Mar Caribe, está instalada a Refinaria Puerto la Cruz, pertencente a PDVSA, com uma capacidade instalada de processar 200.000 barris/dia⁶⁴. Ao lado encontra-se o porto de Guanta, um dos principais do país.

Na vizinha cidade e capital do Estado de Anzoátegui, Barcelona que, junto com a cidade de Lecheria, formam um só complexo urbano está o “Grupo Aéreo de Caza Simón Bolívar N° 13”. Sediado na Base Aérea “Teniente Luis del Valle García”, é um dos dois grupos que operam os vetores Sukhoi Su-30 MK2. Estes são os mais poderosos em operação em toda a América do Sul e estão plenamente operacionais (NESBIT, 2010). Para completar, a poucos quilômetros, em direção a Caracas, está instalado o “Complejo Petroquímico José Antonio Anzoátegui”, um dos três complexos petroquímicos pertencentes à Pequiven.

Em direção ao sul, pela rodovia Troncal 16, até Ciudad Guayana, são aproximadamente 370 km. Essa rodovia atravessa a maior reserva de petróleo do planeta e a oitava maior de gás natural⁶⁵. Conhecida como “faja petrolífera del Orenoco” é composta por óleos pesados e ultra pesados, o que tem dificultado a sua exploração. Porém, novas tecnologias estão sendo desenvolvidas e várias empresas estão, em consórcio com a PDVSA, iniciando a exploração comercial da área.

Ciudad Guayana está situada à margem direita do Rio Orenoco, na foz do Rio Caroní. Para atravessar o Rio Orenoco utiliza-se a *Puente Orinoquia*, com mais de 3000 metros de extensão, construída pela empresa brasileira Odebrecht. Outra opção é deslocar-se até Ciudad Bolívar, capital do Estado Bolívar, distante 100 km, e atravessar pela *Puente Angostura*. É um centro energético, mineiro, siderúrgico, metalúrgico e logístico.

Centro energético por estar próxima ao complexo hidrelétrico do Rio Caroni, responsável por abastecer grande parte da energia elétrica consumida no país, assim como por

⁶⁴Disponível no site: www.pdvsa.com, Acessado em 29 de fevereiro de 2012.

⁶⁵Segunda dados da PDVSA, as reservas de petróleo desta área de 55.000 km² estão estimadas em 254.500 milhões de barris. Disponível no site: www.pdvsa.com. Acessado em 29 de fevereiro de 2012.

exportá-la para a Colômbia e para o Brasil. Atualmente o complexo é composto por três centrais: Antonio José de Sucre (Macagua), a 10 km da foz do Rio Caroni; Francisco de Miranda (Caruachi), a 40 km da foz do Rio Caroni; e Simón Bolívar (Guri), a 95 km da foz do Rio Caroni. Ou seja, em um raio de 100 km de Ciudad Guayana se produz 68 % da energia elétrica da Venezuela ⁶⁶. Mineiro porque concentra nas proximidades reserva de ferro, bauxita e ouro. Sede de indústrias básicas que aproveitam de facilidades como a de ser servida por embarcações oceânicas, pois está localizada a 182 milhas náuticas do Oceano Atlântico, e pelo seu aeroporto internacional.

Quanto ao aspecto defesa, está sob jurisdição da *V División de Infantería de Selva*, cujo comando está localizado em Ciudad Bolívar. A *V División de Infantería de Selva* é responsável por metade do território venezuelano compreendendo os Estados Amazonas, Bolívar e Delta Amacuro. É composta por duas brigadas de infantaria de selva, sediadas nas cidades de Puerto Ayacucho (capital do Estado Amazonas) e Upata (Bolívar). Por ser uma divisão de infantaria de selva não tem o caráter estratégico como a *IV División Blindada*, esta sediada em Maracay, distante 697 km de Ciudad Guayana, equipada com os carros principais de combate T-72, com os veículos de combate de infantaria BMP-3 e os transportes blindados BTR-80, todos de procedência russa. Seus equipamentos somente encontram rivais nos Leopard 2 chilenos.

Entre Ciudad Guayana e Santa Elena de Uairén, distantes 600 km, penetra-se na Amazônia (EVA e HUBER, 2005). A rodovia Troncal 10 é a única via terrestre que interliga a foz do Rio Orenoco com a fronteira brasileira e desta até a cidade de Manaus. Acompanha a rodovia a linha de transmissão de energia que abastece parte da demanda do Estado de Roraima e a região da *Gran Sabana*.

Após atravessar uma zona de ocupação mais antiga, na qual predomina a pecuária, a rodovia adentra uma região onde predomina a exploração de ouro, cujo centro é a cidade de El Dorado. Bem próxima está a ponte sobre o Rio Cuyuni, que é um dos principais afluentes do Rio Essequibo. A poucos quilômetros rio abaixo está a ilha Anococo, na instável fronteira entre a Guiana e a Venezuela, palco de enfrentamentos recentes⁶⁷.

⁶⁶Segundo dados da CORPOELEC-EDELCA. Disponível no site: www.edelca.com.ve/. Acessado em 24 de fevereiro de 2011.

⁶⁷Em 15 de novembro de 2007, um grupo de militares venezuelanos adentrou em território guianense, conforme noticiado pelo jornal *Strabroek News*,. Disponível no site: www.stabroeknews.com/. Acessado em 20 de dezembro de 2007.

Mais adiante, na *Sierra de Lema*, situa-se o Parque Nacional Canaima. Este que é uma das maiores áreas protegidas do planeta⁶⁸, com 30.000 km², é habitado por comunidades indígenas que se auto designam *Pemon* e *Kapon* (SANTILLI, 2004). Esses povos habitam a região circunvizinha do Monte Roraima e estão sobrepostos pelas fronteiras nacionais do Brasil, da Guiana e da Venezuela.

Transposta a *Sierra de Lema* abre-se a *Gran Sabana*, um planalto com grandes potencialidades turísticas, que tem os seus confins na Serra Pacaraima e no Monte Roraima. Além da grande biodiversidade e paisagística também é importante porque estão aí localizadas partes dos cursos superiores do Rio Caroni. Daí chega-se a Santa Elena de Uairén, cidade fronteira com o Brasil. Como porto livre tem aumentado a participação do comércio varejista para brasileiros e como sede de serviços turísticos. Essas atividades complementam a pequena mineração e os serviços públicos típicos de fronteira.

Do lado brasileiro está a cidade de Pacaraima, sede do município do mesmo nome, encravado na Terra Indígena São Marcos. Semelhante à vizinha Santa Elena quanto ao comércio varejista e aos serviços de fronteira, com a exceção de não ser um porto livre. Tem limitações quanto à expansão de seu espaço urbano e competência na prestação de serviços nas comunidades indígenas, devido às limitações legais. Assim como o município vizinho do Uiramutã, sobreposto à Terra Indígena Raposa Serra do Sol e ao Parque Nacional do Monte Roraima.

De Pacaraima a Boa Vista, a maior cidade e capital do Estado de Roraima, são 200 km pela BR-174. Boa Vista está às margens do Rio Branco e possui pouco valor estratégico, com exceção de seu aeroporto internacional e da Ponte dos Macuxi, esta com uma extensão de 1200 m, que faz a ligação desta cidade com a Guiana pela BR- 401, distante 110 km. Sede da I Brigada de Infantaria de Selva e do I Esquadrão do III Grupo de Aviação, equipado com aeronaves A-29 (Embraer EMB-314 Super Tucano), de ataque leve, essas unidades estão voltadas para combate de baixa intensidade.

De Boa Vista até a divisa com o Estado do Amazonas são 515 km pela Br-174. Nesse trajeto a paisagem vai se alterando desde a ocupação urbana até a hiléia, passando pelos campos naturais e as atividades agrícola e pecuária. Distante 130 km de Boa Vista está a cidade de Caracaraí, onde se encontra a segunda ponte que atravessa o Rio Branco.

⁶⁸ Para maiores informações sobre os espaços protegidos localizados na fronteira entre o Brasil e a Venezuela consultar a Silva (2011).

Interessante é a travessia da Terra Indígena Waimiri-Atroari, de aproximadamente 110 km, localizada entre os Estados de Roraima e Amazonas. Durante a construção da BR- 174, nas décadas de 1960 e 1970, ocorreram vários conflitos entre os indígenas e os construtores civis e militares. A tragédia mais comentada é o massacre da expedição comandada pelo Padre Calleri (1968), que foi dizimada pelos Waimiri-Atroari por motivos ainda nebulosos. Esses indígenas tiveram suas terras reduzidas para a abertura da mina de cassiterita de Pitinga e pela formação do lago da represa de Balbina, ambas no Amazonas.

Do Rio Alalaú, divisa entre Roraima e o Amazonas, em plena Terra Indígena Waimiri-Atroari, até Manaus são 255 km. No município de Presidente Figueiredo, distante 105 km de Manaus, está a usina hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatumã. Com uma capacidade de 250 MW, supre em 16 % a oferta de energia para a cidade de Manaus⁶⁹. É considerada um desastre do ponto de vista econômico e sócio-ambiental⁷⁰. O restante da oferta de energia elétrica é proveniente de usinas termo elétricas que utilizam óleo combustível.

Por fim, a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Com 1.802.525 habitantes⁷¹ é a mais populosa cidade amazônica. Localizada na margem esquerda do Rio Negro, próximo do encontro com o Rio Solimões, opera uma rede logística modal que inclui o hidroviário, o terrestre e o aéreo. Essa rede se estende por toda a Amazônia Legal e aos países amazônicos. Sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, que é responsável por implantar na Amazônia Ocidental (Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) e no Amapá, um modelo de desenvolvimento que adota três polos: o comercial, com a instalação de zonas francas; o industrial, com o Polo Industrial de Manaus (PIM); e o agropecuário, também localizado em Manaus.

Segundos dados da Suframa⁷², o PIM em 2010 gerou a média mensal de 92.763 postos diretos de trabalho. As empresas obtiveram um faturamento de 35.151.650 (valores em Us\$ 1000). Entre os setores, o eletroeletrônico respondeu por 35,1 %, o de duas rodas 19,86%, e o químico 11,97 %. E é no setor gás-químico que a Suframa identifica alto grau de viabilidade econômica com o aproveitamento do gás natural produzido na bacia do Solimões e transportado pelo gasoduto Coari-Manaus, com 661 km de extensão. Também está prevista a

⁶⁹Disponível no site: <http://www.amazonasenergia.gov.br/cms/empresa/mercado-de-energia/>. Acessado em 23 de novembro de 2011.

⁷⁰Disponível no site: <http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo2B/Hidraulica/balbina.htm>. Acessado em 23 de novembro de 2011.

⁷¹Disponível no site: http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=13. Acessado em 23 de novembro de 2011.

⁷²Disponível no site: <http://www.suframa.gov.br/download/indicadores/indicadores-industriais-88-a-2010.pdf>. Acessado em 23/de novembro de 2011.

conversão das usinas termoelétricas para a queima de gás natural, como a conexão de Manaus e Boa Vista ao Sistema Interligado Nacional – SIN, o que irá permitir interligar o sistema elétrico brasileiro com o venezuelano.

Segundo a Petrobras, a bacia do Solimões é a maior reserva provada de gás natural do país, além de produzir óleo leve da melhor qualidade. A empresa também opera em Manaus a Refinaria Isaac Sabbá (capacidade de processar 46.000 barris/dia), responsável pelo abastecimento de derivados para toda a Amazônia Ocidental⁷³.

Outro setor a ser desenvolvido é o de biotecnologia. Para tanto, foi criado o Centro de Biotecnologia da Amazônia, sob supervisão da Suframa. Ele tem como meta desenvolver produtos economicamente viáveis aproveitando a biodiversidade regional. Na avaliação da Suframa, o modelo do PIM traz um grande benefício ambiental, pois gera riqueza preservando o ambiente, ao ponto de o Amazonas manter 98% de sua cobertura vegetal intacta.

No aspecto defesa, a cidade é sede de três comandos: o Comando Militar da Amazônia (CMA), o IX Distrito Naval e VII Comando Aéreo Regional. O CMA tem sob sua jurisdição toda a área da Amazônia Ocidental mais os Estados do Amapá, Pará e parte do Maranhão. Está estruturado em cinco brigadas de infantaria de selva: a I Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Boa Vista, Roraima; a II Brigada de Infantaria de Selva, com sede em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas; a XVI Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Tefé, Amazonas; a XVII Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Porto Velho, Rondônia; e a XXIII Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá, Pará. Além dessas grandes unidades estão a sua disposição o II Grupamento de Engenharia de Construção, o I Batalhão de Infantaria de Selva (aeromóvel), o IV Batalhão de Aviação do Exército e o Centro de Instrução de Guerra na Selva – CIGS, todos sediados em Manaus.

O IX Distrito Naval é o mais novo comando da Marinha do Brasil e tem sob sua jurisdição a defesa e o controle das vias fluviais e lacustres da Amazônia Ocidental. Para tanto, conta com a Capitania dos Portos da Amazônia Ocidental, a Estação Naval do Rio Negro, Flotilha do Amazonas, o Batalhão de Operações Ribeirinhas (Fuzileiros Navais) e o 3º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, todos sediados em Manaus.

O VII Comando Aéreo Regional também tem sob sua jurisdição os Estados que compõem a Amazônia Ocidental. Suas unidades são: a Base Aérea de Manaus, a Base Aérea

⁷³Disponível no site: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-operacoes/>. Acessado em 23 de novembro de 2011.

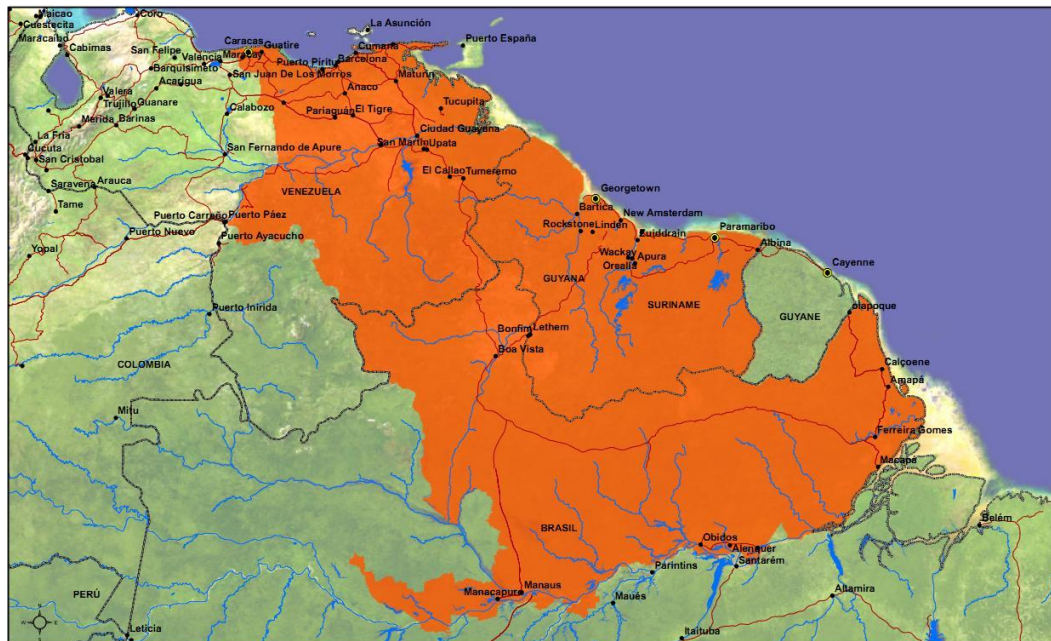
de Boa Vista e a Base Aérea de Porto Velho. Sediados na Base Aérea de Manaus estão: o 7 ETA, esquadrão de transporte que utiliza o Embraer 120 e o Cessna Caravan, 1/9 Gav, esquadrão de transportes que utiliza o EADS/CASA C-295; o 7/8 Gav, esquadrão de helicópteros que utiliza o Sikorsky UH-60L; e o 1/4 Gav, que utiliza o Northrop F5-EM, o único esquadrão de combate e que ainda está em fase de implantação. Já na Base Aérea de Porto Velho estão sediados: o *II Esquadrão do III Grupo de Aviação, equipado com aeronaves A-29 (Embraer EMB-314 Super Tucano)*; e o *II Esquadrão do VIII Grupo de Aviação, equipado com os helicópteros de ataque Mil Mi-35M*. Há previsão de serem instaladas mais três bases: São Gabriel da Cachoeira e Eurunepé, no Amazonas, e Vilhena, em Rondônia.

Atualmente, as principais unidades militares de Manaus, ou subordinadas aos comandos sediados nessa cidade, estão direcionadas para a guerra na selva, cujas características são a mobilidade e os combates de baixa intensidade. E estão estruturadas para a vigilância territorial com a capilaridade dos pelotões de fronteira e a cobertura do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

A distância entre o Mar Caribe e o encontro das águas dos Rios Negro e Solimões, ou entre as cidades de Puerto la Cruz e Manaus, é de 1950 km. Este eixo já é o mais importante e dinâmico da Amazônia e pela base industrial instalada, somada às reservas energéticas, minerais, hídricas e sócio-ambientais, desponta como uma das regiões mais promissoras do planeta. Pode ser visto como a coluna vertebral que une o complexo de segurança da América do Sul. Daí a sua crescente importância estratégica como, ao observar os três mapas abaixo, a centralidade de Manaus em relação aos eixos de integração sul-americano.

Neste sentido, serão analisados os fatores positivos e negativos que interferem ou poderão interferir em seu desenvolvimento, como as relações entre os dois países, incluindo a Colômbia, pela proximidade e pelo seu grau de importância para a segurança regional. Também o papel desempenhado pelos Estados Unidos como superpotência, e o aumento da participação no âmbito regional de potências globais como a China e a Rússia.

Mapa 11 – Eixo de Integração do Escudo Guianês.



Fonte: www.iirsa.org

Mapa 12 – Eixo de Integração do Amazonas.



Fonte: www.iirsa.org

Mapa 13 – Eixo de Integração Andino



Fonte: www.iirsa.org

4.1 – O Brasil e a Venezuela no Complexo de Segurança da América do Sul.

Jácome (2011), ao caracterizar o momento político venezuelano, apresenta um quadro de crescente debilidade externa do Presidente Hugo Chávez e, ao mesmo tempo, a continuação dos processos de centralização e militarização. No campo externo, a aproximação com governos reconhecidamente autoritários como os da Síria e do Irã, e as posições divergentes quanto à tendência regional de privilegiar o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), como mecanismo de fomento para a confiança mútua, tem afastado das posições venezuelanas até aliados da ALBA. Inclusive, para a autora, a ALBA não tem conseguido avanços políticos e tem se sustentado no fator petróleo.

No plano doméstico, como foi dito no Capítulo III, o processo de bipolarização da política venezuelana tem continuado, partindo da premissa que os dois lados são homogêneos, trocam graves acusações como as de golpistas e de lacaios do imperialismo ditas pela situação, e de ditador dita pela oposição. Certo é que continua o processo centralizador que o Presidente Hugo Chávez vem implantando, seja pelo controle das principais instituições republicanas como a *Asamblea Nacional* - atualmente controlada pelo partido oficial, o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), que detém 95 das 165 cadeiras do parlamento - seja pela da *Ley Habilitante*, artifício constitucional que permite ao Presidente legislar por decretos sobre qualquer tema durante um intervalo de tempo. Desde 17 de dezembro de 2010 está em vigor, por um período de 18 meses, mais uma *Ley Habilitante*, justificada para atender aos necessitados após fortes chuvas em regiões do país. Contudo, o Presidente Chávez tem aproveitado para legislar sobre temas distantes da justificativa acima. Como exemplo, o Decreto que reforma a *Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana*, de 09 de março de 2011, que em seu preâmbulo:

Con el supremo compromiso y voluntad de lograr la mayor eficacia política y calidad revolucionaria en la construcción del socialismo, la refundación de la nación venezolana, basado en los principios humanistas, sustentado en condiciones morales y éticas que persiguen el progreso de la patria y del colectivo, por mandato del pueblo y en ejercicio de las atribuciones que me confieren el numeral 8 del artículo 236 de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, y de conformidad con lo dispuesto en el numeral 7, del artículo 1° de la Ley que Autoriza al Presidente de la República para dictar Decretos con Rango, Valor y Fuerza de Ley en las Materias que se Delegan, en Consejo de Ministros. (VENEZUELA, 2011, p. 01)

Está claro que o motivo de tais modificações é a construção do socialismo, ou do modelo político preconizado pelo Presidente Chávez. Para tanto, o papel desempenhado pelos militares é fundamental; como no caso de perturbação, ou de uma possível perturbação, da ordem interna, o Presidente da República pode empregar a *Fuerza Armada Nacional Bolivariana* (FAN)⁷⁴, até com a participação da Milícia Bolivariana. Portanto, abre um universo ilimitado de possibilidades na qual a FAN poderá ser acionada, inclusive ressurgindo o enfrentamento ao inimigo interno, o subversivo.

Para o projeto político do Presidente Chávez é fundamental manter uma relação privilegiada com os militares, como afirma Jácome:

Después del referéndum revocatorio se abre una nueva etapa en la cual se radicaliza el discurso. Los militares pasan a desempeñar un papel mucho más importante en el desarrollo y defensa del proyecto político revolucionario que, a partir de 2005, se define como el “socialismo del siglo XXI”, sustentado en un modelo de desarrollo endógeno. (JÁCOME, 2006, p. 64)

Para isso, um ponto importante é a exclusividade presidencial para as promoções de oficiais para os postos de coronel e capitão de navio, e de generais e almirantes. Bem como, a utilização de militares para cargos administrativos civis. O que possibilita o aumento de prestígio tanto dentro da instituição castrense como no meio civil, fazendo com que os nomeados se sintam com mais vínculos com quem os nomeou, e aqueles que pretendem ser nomeados tendem a um comportamento que demonstre fidelidade para com quem possivelmente os nomeará.

Outro fator é o apelo ideológico de dar aos militares importantes missões, como a de reconstruir a nação. Para isso, a utilização da figura de Bolívar é fundamental, bem como a utilização de símbolos que façam a identificação dos militares com os militantes, como o uso da boina vermelha símbolo dos paraquedistas e dos chavistas. Neste sentido, a FAN está deixando de ser um ente a serviço do Estado para ser uma facção política. Ao mesmo tempo, a obtenção de armamentos modernos valoriza o lado profissional do militar, o que demonstra a estratégia política do Presidente Chávez de envolver a instituição castrense em sua totalidade, ou seja, de prestígio, ideológico, simbólico e técnico.

Parte desse predomínio político deve ser creditado à oposição. Erros como o apoio ao golpe de 2002, a greve petroleira de 2002/2003, os constantes ataques midiáticos, o não comparecimento às eleições parlamentares de 2005 e, principalmente, a falta de um programa

⁷⁴*Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana*, Artículo 04, Numeral 07 (VENEZUELA, 2011).

único capaz de contrapor ao modelo do *Socialismo del Siglo XXI*, têm contribuído para que parcelas significativas da população apoiem ao Presidente Chávez. Além da insensibilidade por parte do antigo regime em atender à demanda por políticas públicas dessas parcelas.

Todavia, o Presidente Chávez trabalha com a polarização da sociedade venezuelana. Há que se ter aliados e há que se ter inimigos, sem estes dois polos não há lógica para a guerra, tanto interna quanto externa. Assim, a oposição é tratada como inimiga do socialismo, qualquer crítica ao governo passa a ser traição à pátria.

A instabilidade política é fator presente com desdobramentos imprevisíveis, como a hipótese de vitória de um candidato da oposição nas próximas eleições. Haveria governabilidade com um parlamento dominado pela oposição chavista? E como ficariam as relações institucionais com chavistas ocupando cargos centrais? E os milhares de adeptos alocados no aparelho de Estado? E o custo de substituir as *misiones*? E o comportamento da baixa oficialidade já doutrinada para defender a pátria socialista?

No campo externo, o socialismo, ou o modelo de partido único, é o caminho para uma nova sociedade. Em oposição, o capitalismo é a representação do mal na face da terra, portanto, deve ser destruído. Essa visão maniqueísta é relativizada pela necessidade de inserção no sistema internacional. Ocorrendo alianças com países que não são socialistas, mas que têm, em comum, programas políticos alternativos ao modelo de democracia representativa ou aversão à hegemonia norte-americana.

No espaço regional, busca-se a hegemonia, seja por meio de suprimentos de petróleo e de seus derivados para os países do PetroCaribe, seja pela ingerência em assuntos domésticos, via vários tipos de apoio, como o financiamento de partidos e de campanhas políticas, ou com uma velada oposição aos governos que não comungam de suas posições, como ficou evidente durante o governo de Álvaro Uribe na Colômbia.

No caso das relações com o Brasil, elas passaram por diferentes etapas desde a primeira posse de Hugo Chávez. Ao ganhar a sua primeira eleição, Hugo Chávez realizou uma visita a Brasília onde se reuniu com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa época as relações entre os dois países estavam no seu ponto ótimo. Os projetos em andamento foram garantidos e novas parcerias estudadas. Mesmo com grandes diferenças de governo em relação ao seu antecessor, Rafael Caldera, Chávez manteve uma política de aproximação iniciada pelo governo anterior. Caracas recebeu com entusiasmo a vitória de Lula da Silva (2002) na esperança de que o novo Presidente viesse a ser um aliado de suas práticas políticas.

Da parte brasileira visualizava-se a possibilidade concreta de se consolidar o segundo eixo de integração regional. Como esclarece Cervo (2008, p. 212) “relações em eixo se estabelecem quando, precisamente, a imagem um do outro corresponde à do parceiro que consigo estabelece uma união co-responsável”. Nesse período, a Venezuela continuou a ser um parceiro confiável para os interesses de política externa do Brasil. E o Brasil tornou-se um importante aliado, inclusive para manutenção de Hugo Chávez no poder.

Entretanto, divergências quanto ao papel do Estado foram se revelando: enquanto o Brasil afastava-se do paradigma de Estado normal, fortalecendo o paradigma de Estado logístico, na Venezuela ocorreu a implosão do paradigma de Estado normal e o retorno a um paradigma semelhante ao de Estado desenvolvimentista⁷⁵. Nesse ponto da trajetória, o Presidente Chávez retoma o controle sobre a principal empresa do país- a PDVSA, iniciando um processo de estatização de vários segmentos da economia. Paralelamente, buscam apoio e inspiração no modelo político e econômico cubano.

Aproveitou-se do principal recurso do país – o petróleo – e do aumento de preço no mercado internacional, para financiar uma série de ações públicas em proveito dos setores menos favorecidos da sociedade venezuelana. Externamente, além de se contrapor à posição brasileira de difundir os bio-combustíveis como alternativa energética para os países em desenvolvimento, ampliou o acordo de San José para o fornecimento de petróleo e derivados a países latino-americanos e caribenhos. Apoiou a nacionalização imposta pelo governo boliviano de sua indústria de petróleo e gás.

Ocorreram divergências quanto aos posicionamentos relacionados a vários temas de política internacional. Enquanto o Brasil procurava uma relação amistosa, mas distante, com os Estados Unidos, principalmente devido a divergências sobre produtos agrícolas e pelas posições unilaterais implantadas por Washington em relação à segurança global. Já a Venezuela, mesmo mantendo uma forte dependência econômica em relação aos Estados Unidos, vem procurando colocar-se em uma posição de total independência, como apoiar governos considerados *rogue states*.

Mesmo com essas divergências as relações continuaram em um nível de confiança até o pedido venezuelano de ser um membro pleno do Mercosul. As divergências políticas com a Colômbia, principalmente pelo alinhamento assimétrico desta com os Estados Unidos, afastaram a Venezuela da Comunidad Andina. Ao mesmo tempo, abria-se a possibilidade,

⁷⁵Para as definições paradigmáticas de Estado desenvolvimentista, normal e logístico, consultar Cervo e Bueno (2008).

pela proximidade de interesses com a Argentina e com o Uruguai, inclusive com a compra de bônus argentinos pelo governo venezuelano, de alterar substantivamente as relações dentro do bloco. Visto com receio por parte do Brasil, devido à possível ampliação das divergências internas. Tanto que a aprovação pelos parlamentos argentino e uruguaio foi rápida e sem dificuldades.

No caso brasileiro, ocorreu uma série de incidentes que levaram à demora e a certo grau de incerteza quanto à aprovação. Como foi exposto no Capítulo III, o processo teve várias implicações, o que colocou o governo brasileiro em posições delicadas. O próprio pedido venezuelano vinha representando um dilema diplomático para o Brasil: se de um lado a entrada fortalece o bloco, pois poderá apresentar novas vias para a integração e a ampliação do poder de negociação extra bloco, principalmente em relação ao petróleo. Por outro lado, para além das dificuldades inerentes a um processo de integração, acolher um governo personalista e com pretensões hegemônicas representa maiores riscos. Diante da possível recusa do Senado paraguaio, o Presidente Lugo solicitou a retirada do pedido venezuelano, com a ressalva de ser apresentado em um momento mais favorável. Adiado, desta forma, os resultados, positivos e negativos, dessa pretensão, inclusive as repercussões de uma negativa definitiva por parte dos paraguaios.

Outro fator que mereceu consideração por parte do Brasil sobre a entrada da Venezuela no Mercosul é a presença comercial brasileira. A Venezuela vem implementando uma política de substituição de fornecedores, o que tem favorecido o Brasil. Assim, fornecedores tradicionais, como é o caso principalmente da Colômbia, estão sendo preteridos. Diante da possibilidade da entrada venezuelana esse fluxo comercial poderia receber um incentivo, como ocorreu com as relações comerciais entre o Brasil e a Argentina no início do Mercosul. Do lado venezuelano, a sua entrada poderá alocar produtos e serviços não só para reduzir os constantes déficits comerciais com o Brasil, mas competindo de forma mais igualitária com os demais parceiros do bloco.

Tabela 01 – Balança Comercial Brasil - Venezuela

Ano	Exportação*	Importação*	Saldo*	Corrente do Comércio*
2011	4.591.847.947	1.266.377.903	3.325.470.044	5.858.225.850
2010	3.853.971.840	832.667.132	3.021.304.708	4.686.638.972
2009	3.610.339.282	581.618.670	3.028.720.612	4.191.957.952
2008	5.150.187.992	538.548.728	4.611.639.264	5.688.736.720
2007	4.723.939.986	345.924.595	4.378.015.391	5.069.864.581
2006	3.565.424.415	591.553.378	2.973.871.037	4.156.977.793
2005	2.223.705.818	255.605.407	1.968.100.411	2.479.311.225
2004	1.469.802.005	199.083.320	1.270.718.685	1.668.885.325
2003	608.229.076	275.154.451	333.074.625	883.383.527
2002	798.974.175	633.060.045	165.914.130	1.432.034.220
2001	1.095.269.547	746.983.275	348.286.272	1.842.252.822

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior. Disponível no site: aliceweb.desenvolvimento.gov.br/. Acessado em 01 de março de 2012.

Observação: * Valores em US\$ FOB.

O Brasil, diferentemente dos demais membros do Mercosul, possui fronteiras com a Venezuela. E como foi visto anteriormente, já existe um eixo estratégico implantado, como é o caso da região servida pelas rodovias que ligam Puerto La Cruz a Manaus. Este eixo poderá ser fortalecido economicamente quanto a nível político, podendo com seu dinamismo atrair a Guiana e o Suriname para o arranjo. Também as unidades federadas de ambos os lados da fronteira poderão corrigir as assimetrias comerciais que atualmente estão presentes no fluxo comercial. Como é o caso do volume de exportações dos Estados do Amazonas e Roraima

que, em 2011, juntos contribuíram com 1,98% do total das exportações brasileiras em direção à Venezuela⁷⁶.

Diante de possíveis novos cenários na política interna venezuelana, como é o caso de uma vitória oposicionista nas próximas eleições, ou o vazio de poder em decorrência do impedimento do Presidente Hugo Chávez, a entrada da Venezuela no Mercosul também poderia ser um fator de estabilidade nos planos interno e externo. Interno, pela cláusula democrática que obriga aos sócios compromissos políticos. Externo, pela pressão diplomática e comercial, como ocorreu com o Paraguai em um momento de forte instabilidade política.

Em termos de segurança regional, a aproximação entre o Brasil e a Venezuela, após os incidentes fronteiriços durante a década de 1990, não tiveram uma sequência como nas partes política e econômica. Com exceção de algumas missões de treinamento entre a Força Aérea Brasileira (FAB) e *Aviación Militar Bolivariana* (AMB), como as operações CRUZEX III e IV, realizadas em conjunto com outras forças aéreas, cujos exercícios simulam uma gama de combates típicos da moderna guerra aérea; e as operações VENBRA, restrita às duas forças aéreas e ao ambiente fronteiriço, tendo como objetivo o treinamento das equipes para os procedimentos de combate ao tráfico aéreo ilícito.

Como foi abordado no Capítulo I, há um elevado grau de desconfiança entre os militares e segmentos políticos brasileiros em relação ao Presidente Hugo Chávez, principalmente por sua política de rearmamento, vista para ser empregada no âmbito regional, e pela criação da milícia que, para eles não deixa de ser uma organização partidária em defesa de interesses pessoais. Porém, como afirma Alsina (2009, p. 60): “a preponderância da diplomacia sobre as forças armadas, no Brasil, resulta da conjunção de uma identidade nacional conciliatória com a persistência de um arranjo de polaridade específico em que falta à potência regional capacidade efetiva de projeção multidimensional de poder”. Essa preponderância da diplomacia tem resultado em processos conciliatórios onde a confiança mútua é fundamental.

O exemplo é a possibilidade do emprego desses materiais em possíveis conflitos regionais. Donetto (2010), ao analisar uma provável operação militar terrestre venezuelana, para conquistar o território do Essequibo, provavelmente, esta teria que ocupar uma faixa do território brasileiro para servir de passagem, em decorrência de condições geográficas mais favoráveis, conclui que a Venezuela teria a superioridade militar nesse teatro de operações.

⁷⁶Disponível no site: aliceweb2.mdic.gov.br/. Acessado em 01 de março de 2012.

Em razão das facilidades de deslocar tropas mais bem equipadas, com uma razoável cobertura aérea, e posicioná-las defensivamente.

Enquanto o Brasil teria dificuldades para o emprego de efetivos terrestres e aéreos, devido ao distanciamento de suas principais unidades de combate em relação ao teatro de operações e pelo caráter ofensivo que teriam que adotar. Todavia, teria vantagens em uma posterior guerra de atrito pelo tamanho de suas tropas e quantidades de armamentos.

O problema acima apresentado configura um típico dilema da teoria da dissuasão (JERVIS, 1976). As informações sobre o tipo de armamentos e a rede logística para utilizá-los como fator de pressão política são conhecidas, como é caso da divisão blindada venezuelana, grande comando de emprego ofensivo, que poderá ser empregada nesse cenário de forma ágil. Porém, até o momento, para o Brasil, essa capacidade não é considerada como uma alteração do *status quo*. Bem como a superioridade aérea venezuelana. Uma vez que os programas de modernização em implantação no país, como a locação dos blindados Leopard 1A5, todos distribuídos no Comando Militar do Sul, e a escolha do futuro caça, ainda indefinida, não contempla uma futura distribuição em unidades da Amazônia.

Como foi visto, as posições do Brasil e da Venezuela em relação aos dilemas de segurança em suas relações bilaterais, seja no período da crise dos garimpeiros, seja na atualidade com a modernização de materiais de defesa, foram e são tratadas dentro de intervalos de confiabilidade, onde as variáveis não alteram o *status quo*. O que vem demonstrando a capacidade diplomática de ambos os países de manter em aberto meios de comunicação. Essas experiências habilitam futuros arranjos para além de fatores conjunturais.

4.2 – A importância da Colômbia para a segurança Amazônica.

As relações entre o Brasil e a Venezuela são fundamentais para garantir um projeto de segurança autônomo para a Amazônia. A consolidação do eixo terrestre Puerto La Cruz-Manaus representa uma alternativa para as duas projeções continentais históricas: o eixo hidroviário Manaus-Iquitos e o eixo andino San Cristóbal-Cúcuta. O primeiro tem as limitações relacionadas a questões sócio-ambientais e a complexidade de uma tríplice fronteira desguarnecida. Enquanto o segundo, o mais dinâmico da região andina, está desgastado pelas tensões nas relações entre a Venezuela e a Colômbia.

Essas relações sempre foram complexas e cíclicas, entretanto, desde o primeiro governo do Presidente Hugo Chávez elas atingiram um alto grau de instabilidade. Uma das causas foram as diferenças ideológicas e pragmáticas entre os presidentes Álvaro Uribe e Hugo Chávez. Tendo como pontos divergentes o entendimento sobre o problema da guerrilha colombiana e os planos e as ações cooperativas do governo norte-americano.

O governo venezuelano tem-se posicionado contra o auxílio norte-americano ao governo colombiano no combate dos grupos considerados como narco-terroristas, alegando que esses grupos são organizações políticas legítimas. A intensificação da presença norte-americana tem elevado o grau de temor quanto ao transbordamento dos problemas para além do território colombiano. Também o governo de Caracas tem interpretado tais ações como preparativas para uma possível intervenção para sua desestabilização. Em razão disso, o Presidente Chávez introduziu o princípio da guerra assimétrica e da preparação integral para a defesa, com a criação da Milícia Nacional Bolivariana.

O ataque realizado por forças colombianas a um acampamento das FARC em território equatoriano, no dia 01 de março de 2008, serve para caracterizar o nível de desconfiança mútua. Após o ataque, Caracas deslocou tropas para a região de fronteira e ameaçou empregá-las, alegando o temor de uma provável invasão por forças combinadas colombianas e norte-americanas. Também para pressionar o governo colombiano a uma retratação, acompanhada de um pedido formal de desculpas.

A ação colombiana representou uma alteração do *status quo*, porque houve um cálculo das possíveis reações dos seus vizinhos. Porém, após as repercussões, como o deslocamento de tropas venezuelanas, não ocorreu uma resposta militar colombiana. Não por ignorar ou desprezar as ações venezuelanas, mas pela confiança na diplomacia, o que de fato ocorreu com as posições da OEA e da UNASUL na proteção norte-americana e em evitar o dilema: dar uma pronta resposta e levar as relações para uma espiral de agressividade crescente, ou o ônus de ver alterado mais uma vez o equilíbrio, sem dar uma resposta, na possibilidade de ter que dá-la em um momento desfavorável.

A percepção colombiana de que fatores dissuasórios compensariam as reações negativas decorrentes do ataque ao acampamento em território equatoriano mostraram-se acertadas. Quanto à posição brasileira mais uma vez foi a busca de uma solução negociada nos fóruns regionais. Diante da iminência da instalação de bases militares norte-americanas em território colombiano, e do possível aumento do envolvimento dos Estados Unidos naquele país, as ações que partiram de Brasília objetivavam a manutenção do equilíbrio

regional. Para tanto, manteve a linha de ser um observador atento, mas sem pretensões de um envolvimento direto - o que era esperado por Bogotá.

Vários autores (CASTILLA; GÓMEZ; NOSSA 2010), creditam à política de combate ao crime organizado do Presidente Uribe a retração dos movimentos guerrilheiros. Ocorrendo uma sensível diminuição do número de guerrilheiros seja por deserção, seja por ataques das Forças Armadas. No entanto, a criminalidade que vinha diminuindo nos últimos anos, em 2009 teve um acréscimo, em decorrência da desmobilização dos grupos de autodefesa. Mesmo assim, ainda não se vislumbra uma solução definitiva para a criminalidade relacionada com a guerrilha e o narcotráfico. Tema que continua na agenda de segurança regional.

Durante o ano de 2010, ocorreu o rompimento das relações entre os dois países, por parte da Venezuela, devido às acusações da Colômbia, perante a OEA, de um possível apoio venezuelano às forças guerrilheiras que atuam em seu território. O então presidente eleito Santos manteve-se afastado dessa polêmica, o que facilitou não só o reatamento das relações após a sua posse, como melhorou as relações comerciais entre os dois países que haviam sofrido forte retração por parte da Venezuela, como forma de pressão política e para diminuir a dependência alimentar.

A alternância de poder na Colômbia, com a posse do Presidente Juan Manuel Santos, serviu para melhorar não só o nível de confiança perante a Venezuela como os demais países da região. Para Guzmán (2011), dois fenômenos contribuíram para a melhoria dessas relações: primeiro, o distanciamento dos Estados Unidos em relação aos problemas internos da Colômbia, seja pelo sucesso das operações contra movimentos guerrilheiros e de narcotraficantes, seja pelo desgaste com a suspensão pela Corte Constitucional colombiana do acordo que permitiria o uso de bases militares pelos Estados Unidos. Segundo, pela pretensão do Presidente Santos de se tornar um líder regional, aproveitando o fim do mandato do Presidente Lula da Silva. Neste sentido, Santos busca fortalecer as instituições regionais como a UNASUL e o diálogo bilateral com seus vizinhos.

Para a segurança amazônica, a diminuição da presença norte-americana na Colômbia pode representar o início de um ciclo de cooperação e, conseqüentemente, o fortalecimento do Conselho Sul-Americano de Defesa. Como foi dito, os problemas relacionados com a criminalidade na Colômbia ainda estão longe de um nível razoável, porque, além dos desafios com os grupos guerrilheiros, o narcotráfico se alimenta de uma rede internacional para a qual,

sem a cooperação e a vigilância compartilhadas, torna-se difícil um combate eficiente. Assim, esses problemas deveriam ser tratados também como uma questão de segurança pública.

4.3 – As relações com a superpotência e com as potências emergentes.

Segunda a reportagem “Brasil da a conocer detalles sobre su acuerdo militar con Estados Unidos” (2010), o acordo entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos sobre cooperação em matéria de defesa⁷⁷, contrapõe as posturas adotadas pelo governo colombiano, quando das negociações com o governo norte-americano sobre um acordo de cooperação também na área de defesa. A diferença básica é que, no caso brasileiro, não haverá a utilização por tropas norte-americanas de qualquer dependência militar brasileira. Também, ao contrário do que aconteceu no caso colombiano, a UNASUL foi informada das negociações, como também recebeu o depósito de uma cópia⁷⁸.

Nesse acordo estão previstos: cooperação entre as partes nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, bem como arranjos comerciais para a aquisição de materiais de defesa. Além de troca de informações, participação em treinamento e instrução militar combinados e a cooperação em áreas que possam ser de interesse mútuo. Esse acordo poderá proporcionar aos Estados Unidos recuperar parte do mercado brasileiro de materiais de defesa, como voltar a ser o grande aliado do país, posição que veio perdendo nas últimas décadas. Como é o caso da cooperação com a França na construção de submarinos e de aeronaves.

Regionalmente, esta tem sido a tendência em substituir os Estados Unidos por outros provedores, no entanto, sem a concretização de uma aliança militar. Como é o caso da Venezuela que, de tradicional consumidor de materiais norte-americanos, passou a adquirir de outras fontes, sem constituir uma aliança militar com os novos fornecedores. Porém, os Estados Unidos continua como seu principal parceiro comercial, ocupando o primeiro posto como exportador e o segundo como importador⁷⁹.

⁷⁷ Em anexo.

⁷⁸ O Brasil e a Guiana também firmaram um acordo de cooperação na área de defesa (em anexo).

⁷⁹ Em 2011, as exportações norte-americanas representaram 27,7% do total e, as importações, 13,9%. Disponível no site: www.ine.gov.ve. Acessado em 01 de março de 2012.

Para os Estados Unidos, em sua cruzada mundial contra o terror, são considerados temas de maior sensibilidade a questão do narco-terrorismo na Colômbia e os seus desdobramentos; e as possíveis conexões da comunidade árabe presente na tríplice fronteira, Argentina, Brasil e Paraguai, com organizações consideradas terroristas como o Hamas e o Hezbollah. Assim, a região amazônica, com a exceção das implicações logísticas relacionadas com o narcotráfico, está em uma posição secundária no planejamento estratégico norte-americano. Evidentemente que seu poderio, tanto no setor de inteligência, como no setor operacional, pode planificar ações com extrema velocidade. O que representa, caso Washington decida, intervenções em profundidade e intensidade.

Diante desse poder, sem paralelo atualmente, os países sul-americanos, por iniciativa brasileira, sem menosprezar ou enfrentar o poderio norte-americano, buscam consolidar um aparato regional para a construção de um regime de segurança. Até o momento, a reação norte-americana diante dessa tentativa tem sido buscar acordos bilaterais, ou manter as suas relações com determinados países em um nível superficial. Em parte, pela confiança depositada no governo brasileiro, para que o mesmo assuma o ônus da liderança na América do Sul, assim, podendo auxiliar na segurança hemisférica. Em parte, pelas assimetrias entre o poder norte-americano e o restante dos países da região, onde, em uma posição realista, nenhum país tem condições de desequilibrar a atual distribuição de poder.

As posições políticas do Presidente Chávez, para além de sua propaganda midiática cujo principal alvo é os Estados Unidos, não são vistas como ameaças reais ao seu poderio. Mesmo carregadas de excessos como a aproximação com o Irã e a Síria, e como fator gerador de instabilidade regional, pelo o apoio irrestrito às ações dos governos boliviano, cubano, equatoriano e nicaraguense. Já sobre uma solução definitiva da reivindicação territorial do Essequibo, enquanto ela estiver no campo diplomático não há motivos de maiores preocupações, uma vez que os custos políticos para a Venezuela de uma ação militar seriam muito elevados.

A maior preocupação norte-americana é a utilização do território venezuelano para a passagem de drogas e os crimes relacionados. Porém, há restrições operativas para as agências norte-americanas que tratam desse problema, pois, segundo o governo venezuelano, elas estão repletas de espões, cuja verdadeira intenção é a derrocada do Presidente Chávez. Como não houve uma reação condenatória ao golpe de 2002, e ainda não está clara a participação de Washington no golpe e na greve petroleira em seguida, ainda há muitas especulações e desconfianças.

Quanto aos esforços de Caracas para diminuir a sua dependência econômica em relação aos Estados Unidos, uma vez que esta continua sendo significativa, e a tendência à diminuição das importações petroleiras pelos Estados Unidos, quando da estabilização do Iraque, procuram-se atores não tradicionais como a Rússia e a China. Estes vêm construindo parcerias comerciais significativas não só com a Venezuela, mas em toda a região. Até mesmo com a venda de materiais de defesa, o que vem sendo acompanhado pela superpotência.

Até o momento, mesmo com o significativo volume de vendas russas de material de defesa para a Venezuela, suas ações estão restritas ao âmbito comercial, sem previsão de uma aliança estratégica. Fatores como a distância, a similaridade dos produtos exportados pela Venezuela e a presença norte-americana impedem uma maior aproximação. No caso brasileiro, este acercamento é ainda menor, restrito à venda de uma dúzia de helicópteros. Além das razões apontadas para a Venezuela, acrescenta-se a sua capacidade tecnológica e industrial e as parcerias de grande vulto mais consolidadas, como a desenvolvida com a França. Um fator que deve ser levado em consideração é a disposição russa em continuar fornecendo reposições para os seus clientes, mesmo em um momento de pressão internacional.

Por outro lado, Moscou busca recuperar parte de seu prestígio quando no mundo bipolar, o que poderá representar um aumento de sua influência em uma região relativamente tranquila como a América do Sul, até mesmo para balancear as difíceis opções geopolíticas de seu entorno. Neste quadro, um parceiro como a Venezuela é ter uma cabeça de ponte no continente. Posição já estabelecida pela China que é a primeira parceria comercial do Brasil e a segunda da Venezuela.

A China como grande consumidora de commodities cada vez mais tem aumentado a sua influência em várias regiões do planeta. Seguindo a tendência de um crescimento sustentável de sua economia, essa participação tende a ampliar, inclusive em uma segunda fase, com a participação de capital chinês em empreendimentos diretos. Nesse caso, como a Amazônia é considerada um imenso depósito de matérias-primas espera-se um aumento do interesse chinês em ter acesso a essas fontes e, conseqüentemente, de sua influência em nível regional.

No plano da segurança regional até o momento, a participação chinesa está restrita ao fornecimento de radares de vigilância, aviões de treinamento e de combate leve, e a construção e o lançamento do primeiro satélite de comunicações exclusivo da Venezuela.

Aplicam-se neste caso, com a exceção das commodities, as mesmas dificuldades encontradas pela Rússia para a construção de uma aliança estratégica.

Quanto ao Brasil, não há nenhuma negociação em curso para o fornecimento de materiais de defesa ou a formação de uma aliança estratégica sino-brasileira. Porém, há uma aproximação política sendo construída dentro do bloco denominado BRICS, formado pela África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia. Por enquanto, as negociações estão em uma fase embrionária quanto aos objetivos econômicos e políticos a serem alcançados e as ações para que isto ocorra. Mas, seu potencial de barganha não é desprezível.

No caso chinês, conforme Guangqian (2004), a estratégia militar adotada é garantir os recursos necessários para o desenvolvimento e a integridade do país. Destarte, busca a autonomia tecnológica e a formação de alianças indispensáveis para a sua segurança, o que poderá aumentar sua participação em regiões como a América do Sul. Aproveitando, até mesmo, a fachada do Pacífico para aumentar a sua influência na Amazônia. Como é o caso da ligação rodoviária entre o Brasil e o Peru, que poderá facilitar o escoamento de produtos extrativistas e agrícolas.

Tabela 02 - Balança Comercial Brasileira – 2011 (US\$ FOB)

País	Importação	Exportação	Saldo	Corrente
China	32.789.978.835	44.314.595.336	11.524.616.501	77.104.574.171
EUA	33.965.247.056	25.804.628.156	-8.160.618.900	59.769.875.212
Rússia	2.944.254.133	4.216.257.417	1.272.003.284	7.160.511.550

Fonte: <http://aliceweb2.mdic.gov.br//consulta-ncm/consultar>

Considerações Parciais.

Uma das características dos países amazônicos é a distribuição de sua população, que é, ao mesmo tempo, dispersa e concentrada em núcleos urbanos. Essa dispersão não implica a hipótese dos vazios demográficos, ou seja, a ausência de pessoas, principalmente nas zonas fronteiriças. Esse mito tem sido utilizado para justificar projetos de ocupação territorial sem a

anuência dessas populações. Também para retirar dos Estados o ônus de não ter políticas públicas eficientes que as atendam. Enfim, representa descaso do Estado.

Neste capítulo foi exposto um eixo de integração que foi construído para além das desconfianças e das “relutâncias” na formação de uma parceria (GEHRE, 2011). As bases estão lançadas, seja pelos recursos naturais, seja pelas obras humanas. Para tanto, há que se levar em consideração os desafios de conviver com as múltiplas etnias que, por direito, devem ser ouvidas. Também não se devem ignorar os danos que, por ventura, poderão ocorrer quando do manuseio dos vários ecossistemas presentes nessa rota.

Muito mais que a retórica democrática, os Estados devem implantar mecanismos de consultas locais, regionais e transfronteiriças, para dar voz aos seus cidadãos. Afinal, sem a participação e a determinação de suas populações nenhuma política de defesa terá pleno êxito. Estão no interior dos Estados os maiores óbices para a construção de uma aliança que permita o aproveitamento das riquezas de forma equânime.

Evidentemente que em um sistema internacional anárquico as percepções podem ter várias interpretações. A capacidade de negociação e de transformar problemas em soluções demonstram o amadurecimento das políticas exteriores dos países. Hoje, têm-se duas estratégias distintas de inserção internacional: a brasileira, que mantém uma linha de princípios como a não intervenção e a busca de soluções pela via diplomática, centrada em uma burocracia eficiente que formula e executa políticas de Estado; e a venezuelana, que tem tentado um papel protagonista em todos os níveis, e tem esvaziado a sua burocracia, tornando a sua diplomacia um apêndice partidário. Estas são as bases para que os dois países exerçam as suas políticas de segurança e defesa.

Considerações Finais.

Esta tese procurou estudar a segurança amazônica como parte do complexo regional de segurança da América do Sul. Para isso, buscou-se descrever os desdobramentos das relações entre o Brasil e a Venezuela a partir dos fatos ocorridos na Serra Parima, santuário ecológico, lar dos Yanomami, uma das maiores e mais destacadas etnias da atualidade. E divisor das duas maiores redes hidrográficas da Amazônia: a do Rio Amazonas e a do Rio Orenoco. Dentro de um marco teórico inspirado na Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (BUZAN & WÆVER, 2003).

Fatos estes inicialmente ocorridos no governo do Presidente José Sarney. Período em que se processava a aproximação com a Argentina, o que reduziu as tensões então existentes, permitindo a mudança estratégica da bacia do Rio da Prata para a bacia do Rio Amazonas.

Essa alternância estratégica, entre as duas bacias, iniciou-se com as negociações do Tratado de Madrid. Assim, durante os anos finais do século 17 e a metade do século 18, a manutenção da Colônia de Sacramento passou a ser um empreendimento estatal, e a ocupação da Amazônia entregue principalmente às missões. A ausência do Estado na Amazônia foi decorrente do desinteresse das coroas espanhola e portuguesa pela falta de uma atividade econômica. A exceção foi o estratégico controle da foz do Rio Amazonas.

A região amazônica passou a ter maior relevância para Portugal quando do conhecimento de suas dimensões, via relatos de viajantes e a utilização de técnicas mais apuradas para medições geográficas. Contribuiu também para o aumento dessa importância a descoberta de ouro em Cuiabá, tornando a rota Guaporé-Madeira-Amazonas a via natural para escoar a produção. Uma vez delimitados os domínios pelo Tratado de Madrid, Portugal empreendeu uma ocupação estatal da região assegurando de fato a sua posse. Foi o primeiro ciclo de importância estratégica da Amazônia.

Iniciado os processos de formação dos Estados nacionais na América do Sul, e como ocorreram nos eixos andino e platino, com pequenas repercussões na região amazônica, essa perdeu relevância. Com o início da exploração da borracha, o primeiro ciclo econômico regional significativo, o Estado brasileiro tratou de garantir a sua soberania, monopolizando a navegação interna e, ao mesmo tempo, negociando tratados de limites e de navegação com os demais condôminos. Mesmo com o aumento de sua importância econômica e política, a

região amazônica foi prescindida pelos conflitos e disputas ocorridas na região platina. Uma vez diminuída a importância da economia extrativista, a região foi marginalizada.

No período da Segunda Guerra Mundial, recuperou parte de sua importância com o retorno do extrativismo; com a adoção de argumentos geopolíticos passou a ser vista como a principal fronteira de recursos para o desenvolvimento do país. Foram necessárias duas décadas de espera para a concretização de um planejamento estratégico, principalmente com a abertura de estradas e com a política de incentivos fiscais. Essa valorização reacendeu nos vizinhos o temor expansionista.

Com exceção do Peru que, em menor escala, comparado ao Brasil, executou planos para integrar a sua Amazônia, denominada de selva, com o restante do país, não ocorreram reações para contrabalançar a ocupação brasileira. E em razão da disputa entre a Argentina e o Brasil pela hegemonia platina, as políticas de defesa continuaram privilegiando o cenário meridional. Todavia, deu-se início ao processo negociador que culminou com o TCA. Instrumento que revelava o temor brasileiro de possíveis ações de controle por parte de agentes externos. Também, realçava uma mudança fundamental na visão brasileira: do isolamento para a integração continental.

Esse processo iniciou-se no governo do Presidente Ernesto Geisel, mas tornou-se evidente já no período da Nova República. Entretanto, os processos de integração não foram homogêneos. Enquanto as negociações com a Argentina caminharam para uma ordem regional próxima a uma comunidade de segurança (REIS, 2008), na Amazônia a implantação do PCN foi considerada pelos seus vizinhos como uma política de construção de hegemonia.

Para Brasília, esse era o tratamento adequado para enfrentar as novas ameaças presentes em seu entorno e, internamente, remediar as consequências dos desequilíbrios sociais provocados pelas políticas de ocupação anteriormente executadas. Assim, o PCN deveria, de um lado, deter as ameaças externas, como a provável influência cubana na Guiana e no Suriname, e os seus desdobramentos possíveis. Por outro lado, implantar polos regionais que absorveriam parte dos excedentes migratórios, atraídos pelos grandes projetos que foram implantados nos anos anteriores, como a Transamazônica.

Estrategicamente, a Nova República demonstrava um grande antagonismo, visto que, na bacia do Rio da Prata, fundamentalmente entre a Argentina e o Brasil, vínculos de cooperação foram construídos nos planos político, econômico e estratégico, com o objetivo central de consolidar mecanismos mútuos de inserção no sistema internacional (VAZ, 2002),

demonstrando amadurecimento político na busca de fortalecer a democracia. Já na região amazônica, a implantação do PCN, sem consultas prévias à sociedade civil brasileira e aos países vizinhos, demonstrou fortes vestígios autoritários e desacertos como as ações de política externa.

Os problemas decorrentes da execução do PCN trouxeram novas percepções de segurança para o subcomplexo Andes Norte. Ao lado de temas sedimentados como a entrelaçada rede de ilícitos, acompanhada pela presença de grupos insurretos de orientação marxista, e a emergência de novas agendas, como a questão dos direitos humanos das populações autóctones, foi necessário adicionar questões como os efeitos decorrentes do transbordamento para o território venezuelano de atividades mineiras ilegais praticadas por brasileiros.

Contribuíram para esse processo de securitização, entre outros fatores, a militarização da política local em regiões como o Amapá, Roraima e Rondônia. Destarte, as questões fronteiriças eram vistas como um problema de segurança nacional, portanto, uma temática restrita aos altos comandos. Outro fator foi o envolvimento das elites políticas locais na defesa e nas atividades de mineração, o que envolvia diretamente a representação política com essas ações ilegais (SANTOS, 2004).

Quando as autoridades venezuelanas perceberam a presença dos garimpeiros nas nascentes do Rio Orenoco, o país estava mergulhado em uma profunda crise institucional e com problemas de segurança relacionados à vizinha Colômbia. O episódio da fragata Caldas e as frequentes ações criminosas praticadas por bandos colombianos dentro do território venezuelano, foram um alerta para a fragilidade das fronteiras e para as políticas de segurança e defesa até então vigentes, como foi o caso conhecido como “El Amparo”.

Ocorrido em 1988, na localidade do mesmo nome, Estado Apure, na fronteira com a Colômbia, na ocasião, autoridades militares e policiais mataram 14 pessoas, pressupostamente guerrilheiros colombianos que, posteriormente, foram identificados como pescadores venezuelanos. Levados a várias instâncias judiciais todos foram absolvidos, pois mantiveram a versão de que as vítimas eram guerrilheiros colombianos. Somando-se a esse clima de insegurança os distúrbios de fevereiro de 1989 e as tentativas de golpe de 1992.

O momento de insegurança foi reforçado com a notícia de que milhares de garimpeiros brasileiros haviam invadido o território venezuelano, destruindo as nascentes do Rio Orenoco e massacrando aos Yanomami. No início, ambos os governos procuraram valer-

se de suas soberanias ao tratarem os problemas de forma isolada e sem consultas. O Brasil, ao implantar o PCN, ignorou os vizinhos amazônicos e, diante de pressões internas, permitiu atividades ilegais que fugiram do controle estatal. Já a Venezuela, reagiu prevendo que os acontecimentos seriam uma repetição da Questão do Acre, ocorrida no início do século 20 na fronteira boliviana.

Um ponto de inflexão nas relações entre os dois países havia chegado: para a Venezuela, ou seria o aumento da escalada de violência, amparada na defesa legítima de seu território, e na percepção de setores governamentais e da sociedade civil de que havia diretamente a participação do Estado brasileiro; ou buscar junto ao Brasil arranjos para deter a invasão, via aproximação diplomática e a abertura de negociações para projetos de cooperação. Nesse caso, acabou reconhecendo que a situação havia escapado do controle das autoridades brasileiras, e que o desenvolvimento regional seria a melhor saída para atenuar o problema das populações marginalizadas.

Para o Brasil, limitado pela crise econômica e ainda moldando um sistema político representativo, a opção foi construir mecanismos formais e não formais de confiança. Ciente das limitações de seus meios de poder, mas convicto de sua projeção internacional, o caminho escolhido foi ampliar e intensificar a agenda de segurança regional, como a articulação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (VAZ, 2006).

Estratégia que foi mantida pelos governos posteriores, o que validou a percepção venezuelana em reconhecer que os problemas dos garimpeiros estavam posicionados em um plano local e que deveriam ser tratados como uma questão de segurança pública, diretamente relacionada com a pouca presença estatal na região. Atitudes como a retirada dos garimpeiros, a homologação da Terra Indígena Yanomami e a diminuição das atividades militares na órbita do PCN, também influíram na melhoria da situação, mesmo com a ocorrência de graves relatos⁸⁰, permitindo uma descompressão nas relações.

Ao acordarem a abertura de canais de negociação, ampliou-se a confiança mútua, o que levou ao Protocolo da La Guzmania (1994). Daí em diante, ocorreu um aumento significativo das relações bilaterais, o que permitiu ações de cooperação como a interligação elétrica entre os dois países⁸¹. Visitas presidenciais em ambos os sentidos tornaram-se

⁸⁰ Como a derrubada de uma aeronave brasileira por militares venezuelanos e a morte de seus dois ocupantes em janeiro de 1992 (FEIOS, SUJOS E MAUS, 1992). E a denúncia do desaparecimento de garimpeiros brasileiros que trabalhavam na Venezuela (GARIMPEIROS DESAPARECIDOS PODEM ESTAR MORTOS, 1992).

⁸¹ Para maiores informações sobre a interligação elétrica consultar a Aguiar (2011).

rotineiras, bem como o apoio venezuelano à pretensão brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Com o acercamento, entrevia-se a construção de um eixo de integração com a importância estratégica existente no Cone Sul, entre a Argentina e o Brasil. Além das compensações advindas de uma aliança fundamental para garantir a segurança amazônica. Entretanto, mesmo com o avanço ocorrido no campo econômico, isso não se refletiu em uma maior aproximação na esfera de segurança e defesa. Em parte, com o agravamento da situação colombiana, o que a levou a se concentrar nas fronteiras com o vizinho país. Também o fim da Guerra Fria, pelo lado brasileiro, ampliou as percepções quanto às novas ameaças.

A vitória de Hugo Chávez no pleito de 1998 e a sua consolidação no poder, mesmo com as várias crises institucionais, manteve as relações em um nível de entendimento favorável à ampliação da agenda. Para o Brasil, a Venezuela, mesmo com os problemas ocasionados pela polarização política, continuava tendo um sistema mais estável do que os demais países da região. Para tanto, os recursos provenientes da exportação de petróleo somados às políticas de distribuição de renda e as missões assistencialistas permitiram o apoio popular ao governo do Presidente Hugo Chávez, traduzido em suas vitórias eleitorais.

Outros fatores favoráveis a uma aproximação com a Venezuela tem sido a inexistência de grupos armados, como há na Colômbia; de separatismo, como na Bolívia; e o fortalecimento dos movimentos reivindicatórios indígenas, como na Bolívia, Equador e Peru. Apesar do seu discurso revolucionário, o que para determinados setores políticos brasileiros tem representado uma ameaça, pois mistura populismo com autoritarismo (SARNEY, 2007), o Presidente Hugo Chávez tem demonstrado ser um guardião da soberania venezuelana e de seus aliados, como ficou demonstrado na sua posição de defesa da soberania do Equador no episódio da invasão do território equatoriano por tropas colombianas.

Também vem procurando aumentar o grau de autonomia de seu país em relação aos Estados Unidos, impondo restrições quanto à operação de agências norte-americanas em seu território e se afastando doutrinariamente do Pentágono. O que tem produzido embargos quanto à reposição de materiais de defesa, como foi a pressão sobre a Embraer na opção venezuelana de comprar aeronaves. A partir dessa recusa, ficou evidente que os interesses brasileiros junto à superpotência estariam acima de possíveis arranjos cooperativos na área de defesa, restando ao Presidente Hugo Chávez buscar parcerias mais profundas com Cuba e com fornecedores dispostos a enfrentar a hegemonia norte-americana como a China e a Rússia.

Nesse momento ocorreu uma estabilização das relações, mesmo com o aumento na balança comercial e no superávit brasileiro. Quanto às propostas venezuelanas de formar uma superempresa de energia e a construção de um gasoduto estratégico, interligando a Venezuela, o Brasil e a Argentina, de novo, o Presidente Hugo Chávez voltou a utilizar de seu maior fator de poder: a disponibilidade energética. Porém, como a Argentina e o Brasil vêm atravessando uma fase de relativo equilíbrio energético, as negociações não progrediram.

Também contribuiu para essa desaceleração, a atitude diplomática venezuelana ao tentar interferir no Congresso Nacional, quando da análise sobre a sua entrada como sócio pleno do Mercosul. Essa postura despertou uma forte oposição, alegando o não cumprimento da cláusula democrática do bloco. Entretanto, mesmo com o não cumprimento dos prazos para a aplicação da Tarifa Externa Comum (TAF), da Nomenclatura do Mercosul (NCM) e de desgravações tarifárias com o Brasil (BID-INTAL, 2010), o parlamento brasileiro aprovou a sua solicitação. Restando a decisão final do parlamento paraguaio.

Em relação às questões de segurança e defesa, prevaleceu a proposta brasileira de trabalhá-las em um fórum multilateral, respeitando princípios fundamentais como a não intervenção em assuntos internos, a não ser quando solicitado pela parte interessada, com a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa. E é neste fórum que têm se manifestado as principais divergências entre o Brasil e a Venezuela. Como foi no caso do acordo entre a Colômbia e os Estados Unidos para a utilização de bases colombianas por tropas norte-americanas, em que o governo do Presidente Lula da Silva, talvez pelo seu passado de dirigente sindical, procurou posições conciliatórias; o Presidente Hugo Chávez, demonstrando a sua formação militar, ameaçou o uso da força caso o acordo se concretizasse.

A difusão dos problemas de saúde do Presidente Hugo Chávez tem levantando vários cenários sobre a política venezuelana. O alto grau de polaridade presente na sociedade venezuelana e na sua política externa, somados ao centralismo construído a partir da figura polêmica do Presidente Chávez, não tem permitido percepções confiáveis sobre um possível processo sucessório e os seus desdobramentos. Diante dessas incertezas, que poderão se transformar em insegurança, resta ao Brasil aguardar, reforçando os laços institucionais de sua postura em privilegiar a América do Sul.

Mesmo com as diferenças, e até certos momentos de divergências, as relações entre o Brasil e a Venezuela transformaram-se em um modelo para resolução de problemas. Da crise dos garimpeiros até o esforço governamental para a aprovação no Senado Federal do pedido venezuelano de ser sócio pleno do Mercosul, ocorreram vários episódios em que foram

necessárias posturas conciliatórias. Posições fundamentais para a abordagem de temas sensíveis como os presentes na Amazônia. Destarte, para uma estratégia de segurança amazônica, obrigatoriamente, ela terá que ser coletiva: onde os papéis do Brasil e da Venezuela serão determinantes.

Referências Bibliográficas.

AB'SABER, Aziz. **A Amazônia: do discurso à Práxis**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

ALBERT, Bruce. Terra Yanomami e Florestas Nacionais no projeto Calha Norte: uma expropriação “ecológica”. In: RICARDO, Carlos. **Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90**. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1991, pp. 166- 169.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, Vol. 31, N°1, pp. 5-33, 1988.

AGUIAR, Giane. **Integração Regional pela via Energética: o Estudo de Caso da Interligação Elétrica Venezuela-Brasil**. 2011. Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

ALMEIDA, Alfredo. Continentalização dos conflitos e transformação na geopolítica de fronteiras. **Revista Pará Agrário**, Belém, N° 08, pp.- 96-123, 1992.

ALSINA, João. **Política externa e poder militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

ALVES, Maria. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

AMODIO, Emanuele. El Dorado Ilustrado: las Expediciones Españolas al Parime (Guayana). 1770-1777. **Revista de Indias**, Madrid, Volume LV, N° 203, pp.65-100, 1995.

ANDUJAR, Cláudia (Coordenadora). **Dados e análise para maior compreensão do Projeto de Lei N° 379/85**. São Paulo: CCPY, 1987.

ANTIQUERA, Daniel. **A Amazônia e a Política Externa Brasileira: análise do Tratado de Cooperação (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)**. 2006. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa Santiago Dantas, PUC de São Paulo, UNESP, UNICAMP, São Paulo.

ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe (editores). **Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia**. Belém: MPEG, 2011.

ARELLANO, Félix. O Brasil e a Venezuela: uma relação perigosa? **Nueva Sociedad**, Caracas, edição especial em português, 2009.

ARENAS, Herman. **La Ciencia Política y la Geopolítica**. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 1990.

ARVELO, Alberto. **En defensa de los Insurrectos**. Mérida: Editorial Venezolana, 1992.

ATENCIO, Jorge. **¿Que es la Geopolítica?** Buenos Aires: Pleamar, 1965.

AVILA, Carlos. Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da Missão Venturini ao Suriname (1983). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, 54 (1), pp. 07-28, 2011.

BARBA, Della. **Documentos de Trabalho N° 12, “II Seminário Brasil/Venezuela”**. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos, 1994.

BARROS, Nilson. **Roraima, Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional**. Recife: Editora da UFPE, 1995.

BATTAGLINI, Oscar. **La postguerra fría y la política de seguridad y defensa del Estado venezolano**. Caracas: Ediciones FACES-UCV, 2002.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano L, Número Especial, Tomo II, pp. 99-125, 1988.

_____. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl. Política Exterior de Argentina, Chile y Brasil: Perspectiva Comparada. In: SARAIVA José. **Foreign Policy and Political Regime**. Brasília: IBRI, UnB, 2003, pp. 237-274.

BID-INTAL. **Informe MERCOSUL N° 15**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2010.

BOBBIO, Noberto. **Teoria Geral da Política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOERSNER, Demetrio. **Venezuela y Caribe: presencia cambiante**. Caracas: Monte Ávila Editores, 1980.

BOTTÓ, Luis. Nuevo profesionalismo militar de seguridad interna y desarrollo nacional e intervención política de militares populistas y radicales en Venezuela. In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frédérique. **Militares y Poder em Venezuela**. Caracas: UCAB: UPEL, 2005, pp. 139-177.

BRASIL. **Desenvolvimento e Segurança na Região ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas – Projeto Calha Norte**. Brasília: Presidência da República, 1985.

_____. **Calha Norte: a Fronteira do Futuro**. Brasília: Presidência da República, 1988.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, N° 65, março a junho de 1990.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, N° 74, 1º semestre de 1994.

_____. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

BRASIL DA A CONOCER DETALLES SOBRE SU ACUERDO MILITAR CON ESTADOS UNIDOS. **El Tiempo**, Bogotá, Edição de 08 de abril de 2010. Disponível no site: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-7557310>. Acessado em 02 de março de 2011.

BUZAN, Barry. **People, States and Fear**. Hertfordshire: Simon & Schuster, 1991.

_____. WÆVER, Ole; WILDE, Jaap. **Security: a New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

_____. WÆVER, Ole. **Regions and Powers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CALÓGERAS, João. **A Política Externa do Império**. Volume I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Câmara dos Deputados; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1989.

CARDOSO, Elsa. **Cuatro Escritos/Cuatro Momentos**. Caracas: Universidad Metropolitana, 2007.

CARMO, Corival. Confrontando o subdesenvolvimento e a dependência: a Venezuela de Hugo Chávez. In: CARMO, Clorival; BARROS, Pedro e MONTEIRO, Leonardo. **Venezuela: mudanças e perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007, pp. 13-55.

CARSTENS, Eduardo. Invasión Brasileña. **El Mundo**, Caracas, edição de 24 de maio de 1989.

CASTILLA, Camilo, GÓMEZ, Eduardo, NOSSA, Irene. Colombia: estado del conflicto armado al final de la administración de Álvaro Uribe. In: MATHIEU, Hans; GUARNIZO, Catalina (editores). **Anuario 2010 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2010, pp. 136-172.

CASTILLO, Rubén. **Geopolítica de Venezuela**. Caracas: Ariel-Seix Barral Venezolana, 1990.

CASTRO, Therezinha. Amazônia - Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, nº 755, pp. 68-82, 1992.

CERVO, Amado. Venezuela e os seus vizinhos. **Cena Internacional**, São Paulo, 3 (1), pp. 5-24, 2001.

_____. O eixo Venezuela-Brasil. **Boletim Meridiano**, São Paulo, 47, 07, pp.10-11, 2001a.

_____. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva 2008.

CHIRONE, Alberto (Coordenador). **O Crepúsculo do Povo Yanomami**. Boa Vista: Centro de Informação da Diocese de Roraima, 1988.

CONDENAN A BADUEL A SIETE AÑOS Y 11 MESES DE PRISIÓN. **El Universal**. Caracas, 08 de maio de 2010. Disponível em: http://www.eluniversal.com/2010/05/08/pol_art_condenan-a-baduel-a_08A3869297.shtml. Acessado em 10 de março de 2011.

CORRÊA, Roberto. **Região e Organização Espacial**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1990.

CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid**. Tomos I e II. Brasília: Senado Federal, 2001.

COSTA, Wanderley. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Hucitec, 1992.

DA SILVA, Francisco. Amazônia: Região Pivô da Integração Sul-Americana. **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, N° 7, 2006. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br>. Acessado em outubro de 2007.

DALY, Vere. **The Making of Guyana**. London: The Macmillan Press, 1994.

DANIELS, Elias. **Militares y Democracia**. Caracas: Centauros, 1992.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: a revolução popular da Amazônia**. 3ª Edição. Belém: CEJUP, 1990.

DIETERICH, Heinz, **¿Quién hizo fracasar el golpe militar contra Hugo Chávez?** Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=30048>. Acessado em 14 de agosto de 2006.

DONETTO, Jorge. **Dissuasão Convencional na América do Sul: o caso da tríplice fronteira Venezuela-Brasil-Guiana**. 2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. 5ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

ELY, Roland. Las implicaciones del Proyecto “Calha Norte” de Brasil para Guyana y Surinam. **GEOSUR**, Montevideu, ano XII, nº 133-134, pp. 33-46., 1992

Em Defesa do Povo Yanomami. Brasília: CNBB-CIMI, 1988.

ENCINOZA, Oscar. Algunas proposiciones para resolver el conflicto territorial entre Venezuela y Guyana. In: GIACALONI, Rita (recompiladora). **Guyana Hoy**. Mérida: Universidad de Los Andes, 1982, pp. 172- 206.

EVA, H., HUBER, O. (editores). **Proposta para a definição dos limites geográficos da Amazônia**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2005.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas do Sertão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991.

FARREL, Mary. The Global Politics of Regionalism: An Introduction. In: FARREL, Mary; HETTNE, Björn; VAN LANGENHOVE, Luk (edited by). **Global politics of regionalism: an introduction**. London: Pluto Press, 2005, pp. 01-17.

FEIOS, SUJOS E MAUS. **Veja**, São Paulo, ano 25, edição 1221, pp. 34-41, 12 de fevereiro de 1992.

FERREIRA, Oliveiros. **A crise da política externa: Autonomia ou subordinação?** Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRAGOSO, Hugo. A Era Missionária (1686-1759). In: HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992, pp. 139-209.

FRANK, Andre. Reescrevendo a História Mundial. In: PROCÓPIO, Argemiro. **Relações Internacionais: os excluídos da arca de Noé**. São Paulo: Hucitec, 2005, pp. 15- 66.

FRANKLIN, Cleber. **Apreciación Geopolítica de la Frontera Brasil-Venezuela**. 2006. Tesis de Maestría (Maestría en Ciencias Políticas) - Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas. Universidad de Los Andes, Mérida.

GADDIS, John. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GARAVINI, Sadio. **Política Externa de Guyana**. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1988.

GARCIA, Marco. A política externa brasileira: novo ciclo histórico. **Panorama da Conjuntura Internacional**, São Paulo, 17, pp. 8-9, 2003.

GARIMPEIROS DESAPARECIDOS PODEM ESTR MORTOS. **O Estado de Roraima**, Boa Vista, p. 03, edição de 09 de fevereiro de 1992.

GARRIDO, Alberto. **La Guerra (asimétrica) de Chávez**. Caracas: Alfadil, 2005.

GEHRE, Thiago. **Parceria Relutante: As relações entre o Brasil e a Venezuela (1810-2010)**. 2011. Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOES, Synesio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas**. Brasília: IPRI, 1991.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRAU, Pedro. **Venezuela: Opciones Geográficas**. Caracas: Fundación Eugenio Mendoza, 1990.

GRILLET, Antonio. Los “Garimpeiros” estan cumpliendo con un plan estratégico del Gobierno de Brasil. **El Mundo**, Caracas, edição de 06 de março de .1990.

GUANGQIAN, Peng. **Defensa Nacional de China**. Beijing: CCIC, 2004.

GUZMÁN, Sandra. Cambios y continuidad en seguridad y defensa en Colombia durante 2010: ¿ha cía un esquema de transición entre la seguridad democrática de Uribe y la prosperidad democrática de Santos?. In: MATHIEU, Hans; GUARNIZO, Catalina (editores). **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2011, pp. 89-113.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

HARDY, Alfredo. **La Maldición de Sisifo**. Caracas: Panapo, 1991.

_____. **Del descalabro mexicano a la crisis venezolana**. Caracas: Panapo, 1995.

HEMMING, John. **Fronteira Amazônica**. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Árvores de rios: a história da Amazônia**. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

HIRST, Mônica. Venezuela cambiará El equilibrio del Mercosur. **Clarín**. Buenos Aires, 16 de julho de 2006. Disponível em: <http://edant.clarin.com/diario/2006/07/16/opinion/o-03002.htm>. Acesso em 25 de agosto de 2009.

HOLANDA, Sérgio. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

HOLSTI, Kalevi. **The State, War, and the State of War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HURRELL, Andrew. Regionalism in the Americas. In: FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew (edited by). **Regionalism in World Politics**. New York: Oxford University Press, 2000, pp. 250-282.

IRWIN, Domingo. Sencillamente complicado: ¿reformulando las relaciones civiles y militares en Venezuela; un decálogo de buenas intenciones? In: IRWIN, Domingo; LANGUE, Frédérique. **Militares y Poder em Venezuela**. Caracas: UCAB: UPEL, 2005, pp. 311-375.

JÁCOME, Francine. **Venezuela frente al contexto andino y hemisférico ¿Cambios en la doctrina de seguridad? (1999-2005)**. Caracas: ILDIS, 2006.

_____. Venezuela, 2010: entre los desafíos de la seguridad nacional y la seguridad ciudadana. In: MATHIEU, Hans; GUARNIZO, Catalina (editores). **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2011, pp. 175-190.

JARRÍN, Edgardo. **Seguridad, Política y Estrategia**. Lima: Ministerio de Guerra, 1974.

JEREISSATI, Tasso. **Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo N° 430, de 2008**. Brasília: Senado Federal, 2009.

JERVIS, Robert. **Perceptions and Misperceptions**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

KELLY, Jane; ROMERO, Carlos. **Venezuela y Estados Unidos. Coincidências y conflictos**. Caracas: Ediciones IESA, 2005.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOŁODZIEJ, Edward. **Security and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

KEOHANE, Robert. Institutional Theory and the Realist Challenge after the Cold War. In: BALDWIN, David (Editor). **Neorealism and Neoliberalism: the contemporary debate**. New York: Columbia University Press, 1993, pp. 269-300.

KUCINSKI, Bernardo. La Amazonía y la geopolítica del Brasil. **Nueva Sociedad**, Caracas, N ° 37, pp. 26-30, 1978.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 2ª Edição. Campinas: Papirus, 1989.

LAKE, David; MORGAN, Patrick. **Regional Orders: Building Security in a New World**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1997.

LEMKE, Douglas. **Regions of War and Peace**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MACHADO, Lia. Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. In: BECKER, Bertha K. (org.). **Fronteira Amazônica**. Brasília; Editora da UnB e Rio de Janeiro: Editora da UFJR, 1990.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da UNESP e Editora Moderna, 1997.

MANIGAT, Leslie. Geopolítica de las Relaciones entre Venezuela y el Caribe: Problemática General y Problemas. In: SERBIN, Andrés (edición). **Geopolítica de las Relaciones de Venezuela con el Caribe**. Caracas, AsoVAC, 1983, pp. 30-48.

MARES, David. **Violente Peace**. New York: Columbia University Press, 2001.

MARRAL, Manuel. As reduções Indígenas na Amazônia do Vice-Reinado Peruano. In: HOORNAERT, Eduardo (organizador). **Das Reduções Latino-americanas às Lutas Indígenas Atuais**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982, pp. 77-111.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARTINS FILHO, João. A visão militar sobre as “novas ameaças” no cenário da Amazônia brasileira. In: MATHIAS, Suzeley; SOARES, Samuel (organizadores). **Novas Ameaças: Dimensões e Perspectivas**. São Paulo: Sicurezza, 2003, pp. 245-279.

_____. As Forças Armadas brasileiras e o Plano Colômbia. In: CASTRO, Celso (organizador). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, pp. 13-29.

MATTOS, Carlos. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAYA, Margarita; LANDER, Luis. Venezuela: las elecciones presidenciales de 2006 ¿Hacia el socialismo del siglo XXI?. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, ano 24, N° 64, pp. 01-21, 2007.

MEIRELLES, JOÃO. **Grandes Expedições à Amazônia Brasileira, 1500 – 1930**. São Paulo: Metalivros, 2009.

MENDIBLE, Alejandro. **Venezuela y sus verdaderas fronteras con el Brasil**. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1993.

_____. **Venezuela - Brasil: la historia de sus relaciones**. Caracas: UCV, 1999.

MERINO, Fernando. Geopolítica y Estrategia. **GEOSUR**, Montevidéo, ano III, n° 29, pp. 05-40, 1981.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Aspectos da geopolítica do Brasil: considerações sobre os “Grandes Temas”**. Marília: UNESP, 1987.

_____. Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n° 1, pp. 145-163, 1989.

_____. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1995.

MOMMER, Berand. Venezuela: un nuevo marco legal e institucional petrolero. In: LANDER, Luis (editor). **Poder y Petróleo en Venezuela**. Caracas: Faces-UCV, PDVSA, 2003, pp. 93-100.

MONTENEGRO, Manuel. Política externa e cooperação amazônica: a negociação do Tratado de Cooperação Amazônica. In: ALBUQUERQUE, José (organizador). **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Prioridades, atores e políticas**. Coleção Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990), volume 04. São Paulo: Annablume, NUPRI/USP, 2000, pp. 355-380.

MONTOYA, Rúben. El Pueblo Yanomami: Ocupación Capitalista de la Tierra y Genocidio. In: CASTRO, Edna; MARIN, Rosa. **Amazônia em Tempo de Transição**. Belém: UFPA, 1989, pp. 103-47.

MORAES, Antonio. **Geografia - Pequena História Crítica**. 13ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORENO, Antonio. **Breve Historia de Venezuela**. 2ª Edição. Caracas: Librería Mundial, 1974.

NESBIT, Iván. Venezuela: Poderio Aéreo na Fronteira Norte. *Asas*, São Paulo, 58, pp. 64-73, 2010.

NEVES, Eduardo. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. A Doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico. In: OLIVEIRA, Eliézer (coordenador). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1987, pp. 53-86.

_____. **De Geisel a Collor, Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **Democracia e Defesa Nacional**. Barueri: Manole, 2005.

_____. (organizador). **Segurança e Defesa Nacional, da competição à cooperação regional**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

OLIVEIRA, João. Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagem do Projeto Calha Norte. In: OLIVEIRA, João (organizador). **Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras**. Rio de Janeiro: UFRJ; PETI – Museu Nacional, 1990, pp. 15-33.

OLIVEIRA, Reginaldo. O Rio Branco no Contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre o século XVI e o XVIII. In: MARTINS, Estevão; MOREIRA, Felipe (Organizadores.). **As relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, pp. 155-185.

OROPEZA, Hermann; RÍOS, Manuel. **Historia de las Fronteras de Venezuela**. Caracas: Cuadernos Lagoven, 1989.

PARLAMENTO LATINOAMERICANO. Seminario Mercosur-Venezuela. **Cuadernos Del Parlatino**, São Paulo, N° 9, 1995.

PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia - Ecologia e degradação ambiental**. São Paulo: Alfa - Omega, 1992.

_____. **No olho da águia: unilateralismo e relações internacionais**. São Paulo: Alfa - Omega, 2003.

_____. **Destino Amazônico**. São Paulo: Hucitec, 2005.

RAMOS, Alcida. O papel político das epidemias: o caso Yanomami. **Série Antropológica**, Brasília, N° 153, 1993.

- RATZEL, Friedrich. **Ratzel, Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1990.
- REIS, Arthur. **História do Amazonas**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia, Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.
- REIS, Oswaldo. **Ordens regionais, segurança e defesa em perspectiva comparada: Europa e Cone Sul**. 2008. Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.
- RICARDO, Carlos. **Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90**. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1991.
- RÍOS, Manuel. **Guayana. Historia de su territorialidad**. Caracas: UCAB, 2002.
- ROCHA, Jan. **Haximu**. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2007.
- ROJAS, Alberto. **Relaciones Peligrosas: Militares, Política y Estado**. Caracas: Fondo Editorial APUCV/IPP, Fondo Editorial Tropykos e Fundación Gual y España, 1992.
- ROLANDO, Inés; PACHECO, Giannina. **Estudio de las relaciones civiles militares em Venezuela desde el siglo XIX hasta nuestros días**. Caracas: UCAB, Centro Gumilla, 2005.
- ROMERO, Aníbal. **La Miseria del Populismo**. Caracas: Ediciones Centauro, 1987.
- ROMERO, Carlos. **Jugando con el Globo**. Caracas: Ediciones B, 2006.
- ROMERO, Carlos; OTÁVORA, Edgar; CARDOSO, Elsa; JÁCOME, Francine. **Venezuela en el contexto de la seguridad regional**. Caracas: ILDIS, 2007.
- ROMERO, María. La doctrina Betancourt y su papel en el proceso de la fundación del régimen democrático liberal venezolano. **Revista Venezolana de Ciencia Política**, Mérida, año II, nº 3, pp. 105-27, 1988.
- ROMERO, Rita. **Estudio Histórico de la Guayana**. Mérida: Universidad de Los Andes, 1982.
- ROSENAU, James. **The new global order: underpinnings and outcomes**. Buenos Aires: XVth World Congress of the International Political Science Association, 1991.
- SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá: Território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- SANTOS, Fabiano; VILAROUCA, Márcio. Adesão da Venezuela ao Mercosul: Desideologizar como forma de atingir o Interesse Nacional. **Papéis Legislativos**, Rio de Janeiro, Nº 4, 2007. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br>. Acesso em outubro de 2007.
- SANTOS, Luís. **O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

_____. **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil.** São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991a.

SANTOS, Nélvio. **Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000.** 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

SARNEY, José. Os partidos políticos brasileiros são fracos, por isso não aprofundamos a democracia. “Senador defende implementação do parlamentarismo e elogia Lula”, **O Globo**, Rio de Janeiro, edição de 19 de fevereiro de 2007, p. 02.

SERBIN, Andrés. **Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América Latina y El Caribe.** Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2010.

SILVA, Ana. **Construção de Governança nos Espaços Protegidos Fronteiriços Brasil - Venezuela.** 2011. Tese de Doutorado (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Carlos. **A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível.** 2005. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas.

SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil.** 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

SILVA, Luis. Garimpeiros invadem por falta de política estatal. **El Diario de Caracas**, Caracas, 29 de junho de 1992.

SMITH, Anthony. **Os Conquistadores do Amazonas.** São Paulo: Best Seller, 1990.

SOARES, Teixeira. **Um grande desafio diplomático no século passado.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.

SPEKTOR, Matias (Organizador). **Azeredo da Silveira: um depoimento.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil.** 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

TRINKUNAS, Harold. **Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005.

UCHOA, Pablo. **Venezuela: A encruzilha de Hugo Chávez**. São Paulo: Globo, 2003.

VALADÃO, Alfredo. Uma política de segurança e defesa sul-americana. **Política Externa**, São Paulo, vol. 1, n° 3, dezembro de 2004, janeiro e fevereiro de 2005, pp. 47-54.

VAZ, Alcides., Seminário “As relações entre Brasil e Venezuela: avaliação e perspectivas”. **Documento de Trabalho**, n° 04. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos, 1993.

_____. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: IBRI, 2002.

_____. *La agenda de seguridad de Brasil: de la afirmación soberania hacia la cooperación*. In: CEPIK, Marco; RAMIREZ, Socorro (editores). **Agenda de Seguridad Andino – Brasileña**. Bogotá: FESCOL, IEPRI – Universidad Nacional de Colombia e UFRGS, 2004, pp. 145-174.

_____. Brazil: global and regional security perspectives and cooperation within IBSA. In: VAZ, Alcides (editor). **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Brasília: Editora da UnB, 2006, pp. 195-217.

VENEZUELA. **El Reclamo a la Guayana Esequiba**. Caracas: Ministerio de Relaciones Exteriores, 1988.

_____. **Ley de Demarcación y Garantía Del Habitat y Tierras de los Pueblos Indígenas**. Gaceta Oficial, Número 37.118, 2001.

_____. **Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana**. Caracas: Gaceta Oficial, Extraordinaria, Número 6020, 2011.

VILLA, Rafael. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos Avançados**, São Paulo, 19 (55), pp. 153-172, 2005.

_____. A política externa venezuelana de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo. **Análise de Conjuntura**, Rio de Janeiro, 10, outubro de 2007.

VIZENTINI, Paulo. Venezuela e Brasil na Política Internacional: Cooperação Bilateral e Inserção Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, Volume 18, N° 01 pp. 121-142, 1996.

_____. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. 3ª edição. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2008.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

_____. Structural Realism after the Cold War. **International Security**, Vol. 25, No 1, p. 5-41, 2000.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1989.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumores de Sabre**. São Paulo: Ática, 1994.

Sites

aliceweb2.mdic.gov.br/, acesso em 01/03/2012.

<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>, acesso em 01/03/2012.

http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/221/221_ds_xviii_188_fl1.jpg

<http://www.amazonasenergia.gov.br/cms/empresa/mercado-de-energia/>, em 23/11/2012.

http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/31.pdf/at_download/file: Consultado em 01/11/2011.

<http://www.cepa.if.usp.br/energia/energia1999/Grupo2B/Hidraulica/balbina.htm>, em 23/02/2012.

<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/01/projeto-amazonia.pdfA>. Acessado em 29 de janeiro de 2008.

<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-7557310>, em 02/03/2011.

<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-operacoes/>, em 23/02/2012.

<http://www.stabroeknews.com/> Acesso em 20 de dezembro de 2007.

<http://www.suframa.gov.br/download/indicadores/indicadores-industriais-88-a-2010.pdf>, em 23/02/2012.

http://www2.mre.gov.br/dai/b_vene_67.pdf, acesso em 19 de fevereiro de 2010.

https://www.defesa.gov.br/programa_calha_norte/index.php?page=area_atuacao, acesso em 15 de dezembro de 2007.

www.defesa.gov.br/enternet/sítios/internet/pdn/pdn.php, acesso em 20/04/2004.

www.edelca.com.ve/, acesso em 24/02/2011.

www.pdvsa.com, acesso em 29/02/2012.

<http://www.caf.com/view/index.asp?ms=19>, acesso em 05/03/2012.

<http://www.fonplata.org/default.aspx>, acesso em 05/03/2012.

www.alianzabolivariana.org. Acessado em 01 de fevereiro de 2012.

<http://www.guyana.org/>, acesso em 12/04/2010.

http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=13. acessado em 23 de novembro de 2011.

[http://www.otca.info/portal/admin/upload/tratado/O TRATADO DE COOPERACAO AM AZONICA_PT](http://www.otca.info/portal/admin/upload/tratado/O_TRATADO_DE_COOPERACAO_AM_AZONICA_PT) , acessado em 20 de março de 2012.

http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b_16, acessado em: 23 de março de 2012.

<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-dos-estados-unidos-da-america-sobre-cooperacao-em-materia-de-defesa>. acessado em 10 de março de 2012.

http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6462. acessado em 23 de março de 2012.

Anexos.

Anexo 1

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA⁸²

As Repúblicas da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela,

CONSCIENTES da importância que para cada uma das Partes têm suas respectivas regiões amazônicas como parte integrante do seu território;

ANIMADAS do propósito comum de conjugar os esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as Partes Contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais;

CONVENCIDAS da utilidade de compartilhar as experiências nacionais em matéria de promoção do desenvolvimento regional;

CONSIDERANDO que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente;

CÔNSCIAS de que tanto o desenvolvimento socioeconômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia;

SEGURAS de que a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhe são comuns contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina;

⁸²Disponível em:

http://www.otca.info/portal/admin/upload/tratado/O_TRATADO_DE_COOPERACAO_AMAZONICA_PT..
Acessado em 20 de março de 2012.

PERSUADIDAS de que presente Tratado significa o início de um processo de cooperação que redundará em benefícios de seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto,

RESOLVEM subscrever o presente Tratado:

ARTIGO I

As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios.

Parágrafo único. Para tal fim, trocarão informações e concertarão acordos e entendimentos operativos, assim como os instrumentos jurídicos pertinentes que permitam o cumprimento das finalidades do presente Tratado.

ARTIGO II

O presente Tratado se aplicará nos territórios das Partes Contratantes na Bacia Amazônica, assim como, também, em qualquer território de uma Parte Contratante que, pelas suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, se considere estreitamente vinculado a mesma.

ARTIGO III

De acordo com e sem detrimento dos direitos outorgados por atos unilaterais, do estabelecido nos tratados bilaterais entre as Partes e dos princípios e normas do Direito Internacional, as Partes Contratantes asseguram-se, mutuamente, na base da reciprocidade, a mais ampla liberdade de navegação comercial no curso do Amazonas e demais rios amazônicos internacionais, observando os regulamentos fiscais e de polícia estabelecidos ou que se estabelecerem no território de cada uma delas. Tais regulamentos deverão, na medida do possível, favorecer essa navegação e o comércio e guardar entre si uniformidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente artigo não se aplicará à navegação de cabotagem.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional.

ARTIGO V

Tendo em vista a importância e multiplicidade de funções que os rios amazônicos desempenham no processo de desenvolvimento econômico social da região, as Partes Contratantes procurarão envidar esforços com vistas à utilização racional dos recursos hídricos.

ARTIGO VI

Com o objetivo de que os rios amazônicos constituam um vínculo eficaz de comunicação entre as Partes e com o Oceano Atlântico, os Estados ribeirinhos interessados num determinado problema que afete a navegação livre e desimpedida empreenderão, conforme for o caso, ações racionais, bilaterais ou multilaterais para o melhoramento e habitação dessas vias navegáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para tal efeito, estudar-se-ão as formas de eliminar os obstáculos físicos que dificultam ou impedem a referida navegação, assim com os aspectos econômicos e financeiros correspondentes, a fim de concretizar os meios operativos mais adequados.

ARTIGO VII

Tendo em vista a necessidade de que em vista o aproveitamento da flora e da fauna da Amazônia seja racionalmente planejado, a fim de manter o equilíbrio ecológico da região e preservar as espécies, as Partes Contratantes decidem:

- a) promover a pesquisa científica e o intercâmbio de informações e de pessoal técnico entre as entidades competentes dos respectivos países, a fim de ampliar os conhecimentos sobre os recursos da flora e da fauna de seus territórios amazônicos e prevenir e controlar as enfermidades nesses territórios;
- b) estabelecer um sistema regular de troca adequada de informações sobre as medidas conservacionistas que cada Estado tenha adotado ou adote em seus territórios amazônicos, as quais serão matérias de um relatório anual apresentado por cada país.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes decidem promover a coordenação dos atuais serviços de saúde de seus respectivos territórios amazônicos e tomar outras medidas que sejam aconselháveis com vistas à melhoria das condições sanitárias da região e ao aperfeiçoamento dos métodos tendentes a prevenir e combater as epidemias.

ARTIGO IX

As Partes Contratantes concordam em estabelecer estreita colaboração nos campos da pesquisa científica e tecnológica, com o objetivo de criar condições mais adequadas à aceleração do desenvolvimento econômico e social da região.

Parágrafo primeiro: Para os fins do presente Tratado, a cooperação técnica e científica a ser desenvolvida entre as Partes Contratantes poderá assumir as seguintes formas;

- a) realização conjunta ou coordenada de programas de pesquisa e desenvolvimento;
- b) criação e operação de instituições de pesquisa ou de aperfeiçoamento e produção experimental;
- c) organização de seminários e conferências, intercâmbio de informações e documentação e organização de meios destinados à sua difusão.

Parágrafo segundo: As Partes Contratantes poderão, sempre que julgarem necessário e conveniente, solicitar a participação de organismos internacionais na execução de estudos, programas e projetos resultantes das formas de cooperação técnica e científica no parágrafo primeiro do presente artigo.

ARTIGO X

As Partes Contratantes coincidem na conveniência de criar uma infra-estrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações. Conseqüentemente comprometem-se a estudar as formas mais harmônicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões, rodoviárias, de transportes fluviais, aéreos e de telecomunicações, tendo em conta os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais.

ARTIGO XI

Com o propósito de incrementar o emprego racional dos recursos humanos e naturais de seus respectivos territórios amazônicos, as Partes Contratantes concordam em estimular a realização de estudos e a adoção de medidas conjuntas tendentes a promover o desenvolvimento econômico e social desses territórios e gerar formas de complementação que reforcem as ações previstas nos planos nacionais para os referidos territórios.

ARTIGO XII

As Partes Contratantes reconhecem a utilidade de desenvolvimento, em condições equitativas e de mútuo proveito, o comércio a varejo de produtos de consumo local entre as suas respectivas populações amazônicas limítrofes, mediante acordos bilaterais ou multilaterais adequados.

ARTIGO XIII

As Partes Contratantes cooperarão para incrementar as correntes turísticas, nacionais e de terceiros países, em seus respectivos territórios amazônicos, sem prejuízo das disposições nacionais de proteção às culturas indígenas e aos recursos naturais.

ARTIGO XIV

As Partes Contratantes cooperarão no sentido de lograr a eficácia das medidas que se adotem para a conservação das riquezas etnológicas e arqueológicas da área amazônica.

ARTIGO XV

As Partes Contratantes se esforçarão por manter um intercâmbio permanente de informações e colaboração entre si e com os órgãos de cooperação latino-americanos nos campos de ação que se relacionam com as matérias que são objeto deste Tratado.

ARTIGO XVI

As decisões e compromissos adotados pelas Partes Contratantes na aplicação do presente Tratado não prejudicarão os projetos e empreendimentos que executem em seus respectivos territórios, dentro do respeito ao Diretor Internacional e segundo a boa prática entre nações vizinhas e amigas.

ARTIGO XVII

As Partes Contratantes poderão apresentar iniciativa para realização de estudos destinados à concretização de projetos de interesse comum, para o desenvolvimento de seus territórios

amazônicos e, em geral, que permitam o cumprimento das ações contempladas no presente Tratado.

Parágrafo único: As Partes Contratantes acordam conceder especial atenção à consideração de iniciativas apresentadas por países de menor desenvolvimento que impliquem esforços e ações conjuntas das Partes.

ARTIGO XVIII

O estabelecido no presente Tratado não significará qualquer limitação a que as Partes Contratantes celebrem acordo bilaterais ou multilaterais sobre temas específicos ou genéricos, desde que não sejam contrários à consecução dos objetivos comuns de cooperação na Amazônia consagrados neste instrumento.

ARTIGO XIX

Nem a celebração do presente Tratado, nem a sua execução terão algum efeito sobre quaisquer outros tratados ou atos internacionais vigentes entre as Partes, nem sobre quaisquer divergências sobre limites ou direitos territoriais existentes entre as Partes, nem poderá interpretar-se ou invocar-se a celebração deste Tratado ou sua execução para alegar aceitação ou renúncia, afirmação ou modificação, direta ou indireta, expressa ou tácita, das posições e interpretações que sobre estes assuntos sustente cada Parte Contratante.

ARTIGO XX

Sem prejuízo de posteriormente se estabeleça a periodicidade mais adequada, os Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes realizarão reuniões cada vez que o julgarem conveniente ou oportuno, a fim de fixar as diretrizes básicas da política comum, apreciar e avaliar o andamento geral do processo de cooperação amazônica e adotar as decisões tendentes à realização dos fins propostos neste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Celebrar-se-ão reuniões dos Ministros das Relações exteriores por iniciativa de qualquer das Partes Contratantes sempre que conte como apoio de pelo menos outros quatro Estados Membros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A primeira reunião de Ministros das Relações Exteriores celebrar-se-á dentro de dois anos seguintes à data de entrada em vigor do presente Tratado. A sede e a data da primeira reunião fixadas mediante entendimento entre as Chancelarias das Partes Contratantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A designação do país sede das reuniões obedecerá ao critério de rodízio por ordem alfabética.

ARTIGO XXI

Representantes diplomáticos de alto nível das Partes Contratantes reunir-se-ão, anualmente, integrando o Conselho de Cooperação Amazônica, com as seguintes atribuições:

- 1) velar pelo cumprimento dos objetivos e finalidades do Tratado.
- 2) velar pelo cumprimento das decisões tomadas nas reuniões de Ministros das Relações Exteriores.
- 3) recomendar as Partes a conveniência ou oportunidade de celebrar reuniões de Ministros das Relações Exteriores e preparar o temário correspondente.
- 4) considerar as iniciativas e os projetos que apresentem as Partes adotar as decisões pertinentes para a realização de estudos e projetos bilaterais ou multilaterais, cuja execução, quando for caso, estará a cargo das Comissões Nacionais Permanentes.
- 5) avaliar o cumprimento dos projetos de interesse bilateral ou multilateral.
- 6) adotar as normas para o seu funcionamento

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Conselho poderá celebrar reuniões extraordinárias por iniciativa de qualquer das Partes Contratantes, com apoio da maioria das demais.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sede das reuniões ordinárias obedecerá ao critério de rodízio, por ordem alfabética, entre as Partes Contratantes.

ARTIGO XXII

As funções de Secretaria serão exercidas, *Pro Tempore*, pela Parte Contratante em cujo território deva celebrar-se a seguinte reunião ordinária do Conselho de Cooperação Amazônica.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Secretária *Pro Tempore*, enviará, às Partes, documentação pertinente.

ARTIGO XXIII

As Partes Contratantes criarão Comissões Nacionais Permanentes encarregadas da aplicação, em seus respectivos territórios, das disposições deste Tratado, assim como da execução das decisões adotadas pelas reuniões dos Ministros das Relações Exteriores e pelo Conselho de Cooperação Amazônica, sem prejuízo de outras atividades que lhe sejam atribuídas por cada Estado.

ARTIGO XXIV

Sempre que necessário, as Partes Contratantes poderão constituir comissões especiais destinadas ao estudo de problemas ou temas específicos relacionados com os fins deste Tratado.

ARTIGO XXV

As decisões adotadas em reuniões efetuadas em conformidade com os Artigos XX e XXI requererão sempre o voto unânime dos Países Membros do presente Tratado. As decisões adotadas em reuniões efetuadas em conformidade com o Artigo XXIV requererão sempre o voto unânime dos países participantes.

ARTIGO XXVI

As Partes Contratantes acordam que o presente Tratado não será susceptível de reservas ou declarações interpretativas.

ARTIGO XXVII

O presente Tratado terá duração ilimitada e não estará aberto a adesões.

ARTIGO XVIII

O presente Tratado será ratificado pelas Partes Contratantes e os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Governo da República Federativa do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente Tratado entrará em vigor trinta dias depois de depositado o último instrumento de ratificação das Partes Contratantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A intenção de denunciar o presente Tratado será comunicado por uma das Partes Contratantes às demais Partes Contratantes, pelo menos noventa dias antes da entrega formal do instrumento de denúncia do Governo da República Federativa

do Brasil. Formalizada a denúncia, os efeitos do Tratado cessarão para a Parte Contratante denunciante, no prazo de um ano.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O presente Tratado será redigido nos idiomas português, espanhol, holandês, e inglês, fazendo todos igualmente fé.

EM FÉ DO QUE, os Chanceleres abaixo-assinados firmaram o presente Tratado.

FEITO na cidade de Brasília, aos 3 de julho de 1978, o qual ficará depositado nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que fornecerá cópias autênticas aos demais países signatários.

Anexo 2

PROTOCOLO DA GUZMANIA⁸³

Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela de 17 de novembro de 1977

O Presidente da República Federativa do Brasil, Itamar Franco,

e

o Presidente da República da Venezuela, Rafael Caldera,

Empenhados em trabalhar conjuntamente para o aprofundamento e ampliação das áreas de cooperação bilateral e dos tradicionais vínculos de amizade existentes entre ambos os povos e Governos,

Persuadidos da conveniência, de realizar encontros presidenciais frequentes com vistas a examinar o conjunto de nossas relações bilaterais e Outros assuntos de interesse comum,

Tendo presente que a coincidência de propósitos e objetivos sobre temas bilaterais e de caráter regional e mundial, fundados no ideal comum de liberdade, democracia e desenvolvimento econômico e social, proporciona a base para um exercício mutuamente proveitoso de diálogo, consultas regulares,

⁸³ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1994/b_16. Acessado em: 23 de março de 2012.

Comprometidos a atribuir alta prioridade às relações bilaterais, elevando-as a uma nova dimensão, com vistas a permitir o mais pleno aproveitamento das potencialidades de cooperação e de integração entre os dois países, em consonância com sua vocação amazônica, sul-americana e latino-americana,

Conscientes da necessidade de aprofundar os vínculos de amizade, solidariedade, cooperação e integração entre povos e países vizinhos,

Desejosos de elevar o nível do diálogo e da cooperação bilaterais,

Conscientes de que isso exige um permanente aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta e cooperação política, no quadro dos instrumentos jurídicos bilaterais relevantes, em particular o Convênio de Amizade e Cooperação de 17 de novembro de 1977,

Acordam o seguinte:

1. Estabelecer uma Comissão Binacional de Alto Nível, que terá mandato amplo e será presidida pelos Ministros de Relações Exteriores de ambos os países e integrada pelos Ministros responsáveis por temas relevantes para a cooperação bilateral.

2. A Comissão poderá realizar suas sessões por ocasião dos encontros presidenciais.

3. A Comissão reunir-se-á alternadamente no Brasil e na Venezuela. A agenda e a data das reuniões serão acordadas pelos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, no quadro do Mecanismo de Consulta. Política.

Com vistas a assegurar o necessário apoio às deliberações da comissão, as delegações de ambos os países deverão, conforme a necessidade, incluir representantes de outros órgãos governamentais cujas competências sejam relevantes para o tratamento de temas incluídos, na agenda.

A Comissão poderá estabelecer órgãos subsidiários para o exame de temas setoriais ou específicos.

6. Em sua primeira sessão, a Comissão estabelecerá um programa geral de trabalho e as correspondentes prioridades, a fim de garantir a crescente obtenção de benefícios concretos na promoção de uma cooperação frutífera e duradoura.

7. Este instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade até que um dos Governos comunique ao outro, por via diplomática e com seis meses de antecedência, sua decisão de suspendê-lo.

Feito em La Guzmania, litoral central da Venezuela, em 4 de março de 1994, em dois exemplares nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Itamar Franco
Presidente da República
Federativa do Brasil

Rafael Cadera
Presidente da República
da Venezuela

Anexo 3

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa⁸⁴

O Governo da República Federativa do Brasil

(doravante “Brasil”)

e

O Governo dos Estados Unidos da América

(doravante “Estados Unidos”)

(doravante denominados coletivamente “as Partes” e “Parte”, individualmente),

Imbuídos do interesse comum na paz e segurança internacionais, assim como na resolução pacífica de conflitos internacionais;

Desejando fortalecer suas boas e cordiais relações;

Reafirmando o princípio da soberania; e

Desejando fortalecer a cooperação em matéria de Defesa,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Escopo

O presente Acordo, regido pelos princípios de igualdade, reciprocidade e interesse mútuo, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos nacionais e as obrigações internacionais das Partes, tem como objetivo promover:

- a) a cooperação entre as Partes em assuntos relativos à Defesa, particularmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, segurança tecnológica e aquisição de produtos e serviços de Defesa;

⁸⁴Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/acordo-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-dos-estados-unidos-da-america-sobre-cooperacao-em-materia-de-defesa>. Acessado em 10 de março de 2012.

- b) a troca de informações e experiências adquiridas no campo de operações e na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, bem como as relacionadas a operações internacionais de manutenção de paz;
- c) a troca de experiências na área de tecnologia de defesa;
- d) a participação em treinamento e instrução militar combinados, exercícios militares conjuntos e o intercâmbio de informações relacionado a esses temas;
- e) a colaboração em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos militares; e
- f) a cooperação em quaisquer outras áreas militares que possa ser de interesse mútuo das Partes.

Artigo 2

Cooperação

A cooperação entre as Partes pode incluir:

- a) visitas recíprocas de delegações de alto nível a entidades civis e militares;
- b) conversações entre funcionários e reuniões técnicas;
- c) reuniões entre as instituições de Defesa equivalentes;
- d) intercâmbio de instrutores e pessoal de treinamento, assim como de estudantes de instituições militares;
- e) participação em cursos teóricos e práticos de treinamento, orientações, seminários, conferências, mesas-redondas e simpósios organizados em entidades militares e civis com interesse na Defesa, de comum acordo entre as Partes;
- f) visitas de navios militares;
- g) eventos culturais e desportivos;

- h) facilitação de iniciativas comerciais relacionadas à área de Defesa; e
- i) implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, considerando a participação de entidades militares e civis estratégicas de cada Parte.

Artigo 3

Garantias

Na execução das atividades de cooperação realizadas no âmbito deste Acordo, as Partes comprometem-se a respeitar os princípios e propósitos relevantes da Carta das Nações Unidas e da Carta da Organização dos Estados Americanos, incluindo os de igualdade soberana dos Estados, integridade e inviolabilidade territoriais e não-intervenção em assuntos internos de outros Estados.

Artigo 4

Disposições Financeiras

1. Salvo se mutuamente acordado em contrário, cada Parte será responsável por suas despesas, incluindo, mas não limitado a:

- a) gastos de transporte de e para o ponto de entrada no Estado anfitrião;
- b) gastos relativos a pessoal, incluindo os de hospedagem e alimentação;
- c) gastos relativos a tratamento médico e dentário, bem como de remoção ou evacuação do seu pessoal doente, ferido ou falecido.

2. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo estarão sujeitas à disponibilidade dos recursos e fundos apropriados para estes fins.

Artigo 5

Implementação, Protocolos Complementares e Emendas

1. Os Agentes Executivos das Partes deverão facilitar a implementação do presente Acordo. O Agente Executivo do Brasil será o Ministério da Defesa; o Agente Executivo dos Estados Unidos será o Departamento de Defesa.

2. Protocolos Complementares a este Acordo poderão ser celebrados com o consentimento das Partes, por escrito, pelos canais diplomáticos, e constituirão partes integrantes do presente Acordo.

3. Os Arranjos de Implementação no âmbito deste Acordo e programas e atividades específicas empreendidos para a consecução dos objetivos do presente Acordo e de seus Protocolos Complementares serão desenvolvidos e implementados pelos Agentes Executivos das Partes, serão restritos às matérias previstas neste Acordo e estarão em conformidade com as respectivas legislações das Partes.

4. Este Acordo poderá ser emendado por acordo escrito com consentimento das Partes. As emendas entrarão em vigor na data da última notificação entre as Partes, por meio dos canais diplomáticos, que indique o cumprimento dos respectivos requisitos internos para a vigência das emendas.

Artigo 6

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo será resolvida por meio de consultas e negociações entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 7

Validade e Denúncia

1. Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes após 90 dias da notificação escrita à outra Parte, pelos canais diplomáticos.

2. A denúncia deste Acordo não afetará os programas e atividades em curso no âmbito do presente Acordo, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

Artigo 8

Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação trocada entre as Partes, por via diplomática, que indique o cumprimento dos respectivos requisitos internos para a vigência deste Acordo.

Feito em Washington, em 12 de abril de 2010, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DOS ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA

Nelson Jobim

Ministro de Estado da Defesa

Robert M. Gates

Secretário de Defesa

Anexo 4

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUIANA SOBRE COOPERAÇÃO
EM MATÉRIA DE DEFESA⁸⁵**

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Guiana
(doravante denominados as "Partes"),

Compartilhando o entendimento de que a cooperação mútua no campo da Defesa intensificará o relacionamento entre as Partes;

Buscando contribuir para a paz e a prosperidade internacional;

Reafirmando os princípios da soberania, da igualdade dos Estados e da não-interferência nas suas áreas de jurisdição exclusiva; e

Aspirando a fortalecer várias formas de colaboração entre as Partes, com base no estudo de assuntos de interesse comum

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Objetivos

⁸⁵ Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6462. Acessado em 23 de março de 2012.

A cooperação entre as Partes, regida pelos princípios de igualdade, reciprocidade e interesse comum, em conformidade com as respectivas legislações nacionais e as obrigações internacionais das Partes, tem como objetivos:

- a) promover a cooperação entre as Partes, em assuntos relativos à Defesa, particularmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de Defesa;
- b) compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações, na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira e no cumprimento de operações internacionais de manutenção de paz;
- c) compartilhar conhecimentos e experiências nas áreas da ciência e tecnologia;
- d) promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados e o correspondente intercâmbio de informações;
- e) colaborar em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos no domínio da Defesa;
- f) cooperar em outras áreas no domínio da Defesa que possam ser de interesse comum de ambas as Partes;
- g) proceder como facilitador no trânsito militar aéreo, terrestre e marítimo, de conformidade com as respectivas legislações nacionais das Partes; e
- h) promover a cooperação no combate ao crime e operações especiais, bem como o intercâmbio de inteligência para combater os crimes transnacionais, de conformidade com as respectivas legislações nacionais das Partes.

Artigo 2

Cooperação

A cooperação entre as Partes no domínio da Defesa será implementada da seguinte forma:

- a) visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares;
- b) reuniões entre as instituições de Defesa equivalentes;
- c) intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares;
- d) participação em cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios em entidades militares, assim como em entidades civis de interesse da Defesa e de comum acordo entre as Partes;
- e) visitas a navios e aeronaves militares;
- f) eventos culturais e desportivos;
- g) apoio às iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços vinculados à área de Defesa;
- h) implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade de participação de entidades militares e civis estratégicas de cada Parte; e
- i) intercâmbio/visitas mútuas das Forças das Partes mobilizadas na fronteira comum.

Artigo 3

Responsabilidades Financeiras

1. Salvo se acordado em contrário, cada Parte será responsável por suas despesas, incluindo, mas não limitadas a:

- a) gastos de transporte de e para o ponto de entrada no Estado anfitrião;
- b) gastos relativos ao seu pessoal, incluindo os de alimentação e de hospedagem;
- c) gastos relativos a tratamento médico e dentário, remoção ou evacuação do seu pessoal doente, ferido ou falecido.

2. Sem prejuízo do disposto na alínea "c" do parágrafo 1 do presente Artigo, a Parte receptora deverá prover tratamento de emergência em estabelecimentos médicos de suas Forças Armadas para o pessoal da Parte remetente que venha a precisar de assistência médica durante a ; implementação das atividades de cooperação bilateral sob o amparo do presente Acordo e, caso necessário, em outros estabelecimentos de saúde, ficando a Parte remetente responsável por essas despesas.

3. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo estarão sujeitas à disponibilidade dos recursos financeiros das Partes.

Artigo 4

Responsabilidade Civil

1. Uma Parte não impetrará nenhuma ação cível contra a outra Parte ou membro das Forças Armadas da outra Parte, por danos causados no exercício das atividades que se enquadrem no âmbito do presente Acordo.

2. Quando membros das Forças Armadas de uma das Partes causarem perda ou dano a terceiros intencionalmente, ou por negligência, tal Parte será responsável pela perda ou dano, conforme a legislação vigente na Parte anfitriã.

3. Nos termos da legislação da Parte anfitriã, as Partes indenizarão qualquer dano causado a terceiros por membros das suas Forças Armadas, por ocasião da execução de seus deveres oficiais, no âmbito deste Acordo.

4. Se as Forças Armadas de ambas as Partes forem co-responsáveis pela perda ou dano causado a terceiros, as Partes indenizarão, solidariamente, aqueles terceiros.

Artigo 5

Segurança da Informação Sigilosa

1. A proteção de informação sigilosa que vier a ser trocada ou gerada no âmbito deste Acordo será regulada pelas Partes por meio de um Acordo para a proteção de informação sigilosa.

2. Enquanto o Acordo mencionado no parágrafo anterior não estiver em vigor, toda a informação sigilosa gerada ou intercambiada diretamente entre as Partes, assim como aquelas informações de interesse comum obtidas de outras formas por cada uma das Partes, serão protegidas de acordo com os seguintes princípios:

- a) a Parte destinatária não proverá qualquer equipamento militar ou tecnologia a governos, organizações nacionais ou outras entidades de uma terceira parte. nem difundirá informação sigilosa obtida sob este Acordo, sem a autorização prévia, por escrito, da Parte remetente;
- b) a Parte destinatária procederá à classificação de igual grau de sigilo ao atribuído pela Parte remetente e, conseqüentemente, tomará as necessárias medidas de proteção;
- c) informação sigilosa será apenas usada com a finalidade para a qual foi liberada;
- d) o acesso à informação sigilosa será limitado a pessoas que tenham "a necessidade de conhecer" e que, no caso de a informação sigilosa ser classificada como confidencial ou com grau superior, estejam habilitadas com a adequada "Credencial de Segurança Pessoal" emitida pelas respectivas autoridades competentes;
- e) uma Parte informará a outra Parte sobre as alterações que aumentem o grau de classificação da informação sigilosa transmitida; e
- f) a Parte destinatária não diminuirá o grau de classificação de segurança nem desclassificará a informação sigilosa recebida, sem prévia autorização escrita da Parte remetente.

3.As respectivas responsabilidades e obrigações das Partes relacionadas às medidas de segurança e de proteção da informação sigilosa continuarão a ser aplicadas, não obstante o término deste Acordo.

Artigo 6

Protocolos Complementares, Emendas, Revisão e Programas

- 1.Com o consentimento de ambas as Partes, Protocolos Complementares a este Acordo poderão ser firmados em áreas específicas de cooperação de Defesa, envolvendo entidades militares e civis.
- 2.Os programas de implementação em atividades específicas de cooperação sob este Acordo ou de seus Protocolos Complementares serão elaborados, desenvolvidos e implementados, com o consentimento mútuo das Partes, por pessoal autorizado do Ministério da Defesa do Brasil e da Força de Defesa da Guiana, quando aplicável, em estreita coordenação com os respectivos Ministérios das Relações Exteriores de ambas as Partes.
- 3.Os Protocolos Complementares serão elaborados pelo Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Guiana, em estreita coordenação com o Ministério da Defesa do Brasil e com a Força de Defesa da Guiana.
- 4.Este Acordo poderá ser emendado ou revisado com o consentimento das Partes, por troca de Notas, pelos canais diplomáticos.
- 5.Os Protocolos Complementares, emendas ou revisões entrarão em vigor conforme previsto no Artigo 9 deste Acordo.

Artigo 7

Implementação

- 1.As Partes estabelecerão um grupo de trabalho conjunto com a finalidade de coordenar as atividades de cooperação no âmbito deste Acordo.

2.O grupo de trabalho conjunto será constituído por representantes do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e da Força de Defesa e do Ministério de Negócios Estrangeiros da República da Guiana, bem como de qualquer outra instituição que possa ser de interesse para as Partes, quando aplicável.

3.O local e a data das reuniões do grupo de trabalho conjunto serão definidos de comum acordo entre as Partes, sem prejuízo de outros mecanismos bilaterais existentes entre elas.

Artigo 8

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo será resolvida por meio de consultas e negociações entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 9

Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recepção da última notificação em que uma Parte informa a outra, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os respectivos requisitos internos necessários para entrada em vigor deste Acordo.

Artigo 10

Denúncia

Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por escrito e por via diplomática, sua intenção de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito noventa (90) dias após a data da notificação e não afetará os programas e atividades em curso âmbito do presente Acordo, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

Em fé do que os signatários, devidamente autorizados para tal por seus respectivos Governos, firmam o presente Acordo em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Feito em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUIANA
—	—
General-de-Exército Enzo Martins Peri Ministro, interino, da Defesa	Carolyn Rodrigues-Birkett Ministra dos Negócios